

BE
0/PDF
Raimundo Rubervãl Ferreira

A GUERRA NA LÍNGUA

28.990.9002
As representações do “11 de setembro” na mídia e no
discurso oficial

Tese apresentada ao Departamento de Lingüística
do Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
como requisito para a obtenção do título de Doutor
em Lingüística.

Orientador. Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan

Campinas – SP

2005

UNIDADE _____
Nº CHAMADA UNICAMP
F413g
V _____ EX _____
TOMBO BC/ 61637
PROC 10.123-06
C _____ DX _____
PREÇO 11,00
DATA 29/03/06
Nº CPD _____

Bib. id. 376450

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

F413g Ferreira, Raimundo Ruberval.
A Guerra na língua : as representações do “11 de setembro” na mídia e no discurso oficial / Raimundo Ruberval Ferreira. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.
Orientador : Kanavillil Rajagopalan.
Co-orientador : Michel Wieviorka.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.
1. Atos de fala (Linguística). 2. Nomeação. 3. Performatividade. 4. Representação. 5. Desconstrução. I. Rajagopalan, Kanavillil. II. Wieviorka, Michel. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. IV. Título.

Título em inglês: The war in the language: the representations of the september 11 in the media and in the official discourse.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Speech acts; Nominalization; Performativity; Representation; Deconstruction.

Área de concentração: Teoria e análise linguística.

Titulação: Doutorado.

Banca examinadora: Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan, Prof. Dr. João Wanderley Geraldi, Profa. Dra. Anna Christina Bentes, Prof. Dr. Décio Torres Cruz e Prof. Dr. Fábio Luiz Lopes da Silva.

Data da defesa: 16/12/2005.

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística no Curso de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, pela Comissão formada pelos professores:

 _____ Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan/Unicamp	Este exemplar e a redação final da tese defendida por <u>Raimundo</u> <u>Rubensal Fereira</u> e aprovada pela Comissão <u>07/03/06</u> <u>Kanavillil Rajagopalan</u>
_____ Prof. Dr. João Wanderley Geraldi/Unicamp	
_____ Profa. Dra. Anna Christina Bentes/Unicamp	
_____ Prof. Dr. Décio Torres Cruz/UFBA	
_____ Prof. Dr. Fábio Luiz Lopes da Silva/UFSC	

Campinas, 16 de dezembro de 2005.

“Uma indigesta e desoladora sensação lhes vinha como um canto fúnebre ininterrupto: nem mesmo eles estavam salvos da miséria da violência. Mal sabiam que lhes alcançava a mão pesada de uma lógica que não se deixa ver tão facilmente.”

“O rei estava nu, com náuseas e diante de um outro espelho: a câmera de tv.”



“De repente, Narciso se via não mais na cristalina superfície do lago, mas na pocira densa e no cheiro forte do “deserto do real”.

“A ferida dupla de um Narciso gordo, pesado, aparvalhado sangrava no caos.
Era a contraparte do reflexo de sua terrível face na crueza escatológica do antigo espelho quebrado e do novo espelho curvilíneo.”

Para minha mãe,

Maria Barreto Lima,

Pela coragem com que nos pegou pela mão e nos fez atravessar o rio.

Pela paciência, pelo amor incondicional.

Para meu pai (*in memoriam*),

Raimundo Ferreira Lima,

Pelos calos nas mãos, pelo coração generoso e sábio,

pelo amor que nos dedicou em sua vida.

Para meu irmão (*in memoriam*),

Jorge Erlan Ferreira,

Pela presença nobre e suave, que nos deixou tão precocemente.

Para meus outros irmãos e irmãs,

Flávio, Aldacir, Francisco, Odenilse, Evaldo, Mônica, Rosângela, Roberto, Jerry e Dernière,

pelo carinho e pela torcida.

Para meus sobrinhos e sobrinhas,

Pela alegria estridente, pela festa.

Agradeco

- À CAPES, pelo apoio dado a esta pesquisa, no Brasil e no exterior.
- Ao saudoso Prof. Dr. Jacques Derrida (*in memoriam*), pela gentil e preciosa atenção, pelo encontro único e inestimável.
- Ao prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan, pelo grande amigo e pelo prazer de tê-lo como orientador.
- Ao prof. Dr. Michel Wieviorka, da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, pela gentileza com que me recebeu no CADIS (*Centre d'analyse et d'intervention sociologiques*).
- À Profa. Dra. Anna Christina Bentes e ao Prof. Dr. João Wanderley Geraldi, pela contribuição na qualificação e defesa deste trabalho.
- À profa. Dra. Ingedore Grunfeld Villça Koch, pela amizade e pela leitura do trabalho que inspirou esta tese.
- Aos professores Dr. Décio Torres Cruz e Fábio Lopes da Silva, pela aceitação do convite para a defesa deste trabalho.
- Às professoras Dra. Dina Maria Machado Martins A. Ferreira e Dra. Viviane Veras, e ao Prof. Dr. Jonas Araújo Romualdo, também pela gentileza de aceitarem o convite para a leitura deste trabalho.
- À Profa. Dra. Maria Irma Hadler Coudry, pela força e pelo carinho.
- Ao Prof. Dr. Luciano Pontes, pelo grande e generoso amigo, e à Profa. Dra. Maria do Socorro Silva de Aragão, pelas boas sementes.
- Ao Prof. Dr. Jonas Romualdo Araújo, outra vez, pelo grande amigo que é, pelo coração imenso.
- À Juliene Barros, pela valiosa amizade, pela poesia de nossas idas e vindas, e também a seu esposo, Edson Gomes, e a seu irmão, José de Barros (o Zé), pelas gentilezas.
- À Elenita Rodrigues, pelas nossas crises e gargalhadas, pela deliciosa amiga, pelo colinho quente nas horas cinzas.
- A Alexandre Costa, pelas boas conversas e pela amizade.
- Aos amigos Daniel Nascimento, Moacir Lopes e Jorge de França, por todas as gentilezas.

- À Rose, Beth, Cláudio e Denise (Pró-Reitoria), e a todos os funcionários do IEL, pela atenção e cordialidade.
- A todos os amigos que fazem parte do grupo “Rajan”, pelas dicas, pela torcida: Dina, Alice, Viviane, Sandrinha, Claudiana, Kassandra, Iza, Maria Luiza, Elenita, Cláudia, Eneida, Lilian, Adriana, Daniel, Antônio, Garcez, Alexandre, Marcelo,
- A todos os meus amigos de Fortaleza, em especial aos amigos, Adriano, César e Carlos (Caco), pelo apoio, em presença e ausência, e pelas divertidas horas.
- A todos os meus amigos de Limoeiro.
- A Fábio e Joelma, pela boa amizade.
- À Andrée Nicolay, Gleyda Cordeiro e Liana Garcia, pelas revisões de texto pelas divertidas aulas de francês e pelas amigas atenciosas que são.
- À Claudiana Nogueira, pelo gentil acolhimento nos primeiros dias de Campinas e pela pessoa generosa que é.
- À Zilda Maria, pela preciosa e divertida amizade, pelos incentivos.
- A todos os amigos que fiz “lá fora”, em especial a Kimi Tomizaki, Francisco de Fátima, Ifigenia, Egg, Emanuel, Claudia, Teca, pela divertida experiência.
- Outra vez à Kimi, pela força nos momentos mais delicados desse processo e a Francisco de Fátima, por todas as gentilezas e por sua valiosa amizade.
- A Everardo Ramos e Jean-Pierre, pela presteza e pelo carinho.
- A Adilton Bedrechuck, pela boa vontade na localização de títulos e documentos para esta pesquisa e também a seu companheiro, Glaydson da Silva.
- Aos amigos da *École*, em especial à Jacqueline Longerinás, pela gentil recepção no CADIS e pela amiga que se tornou.
- A Jean-François (Jef), pelas divertidas conversas, pelas *soirées*.
- A Sérgio, Henrique, Fernando e Victor, pela leveza das horas e pelo carinho.

Sumário

Antecomeço.....	15
Apresentação geral.....	19
Capítulo 1 – O pano de fundo teórico.....	29
1.1. Desconstrução e crítica radical da linguagem.....	29
1.2. Linguagem e ação: a teoria dos atos de fala e a “virada lingüística”.....	41
1.3. Linguagem e interação: o signo como arena de luta.....	47
1.4. Nomeação, representação e performatividade: as condições sociais da eficácia do discurso.....	50
Capítulo 2 – Violência e modernidade.....	57
2.1. Civilização e barbárie.....	57
2.2. O Estado de direito e o monopólio da violência: a barbárie da civilização.....	61
2.3. A instituição da violência terrorista: a barbárie na civilização.....	66
2.4. A nova ordem e a natureza de seus conflitos.....	72
Capítulo 3 – O evento e a história: enfoques e considerações.....	81
3.1. As análises e suas perspectivas.....	81
3.2. 11 de setembro de 2001: o fim do delírio e o começo do pesadelo ou Narciso no “deserto do real”.....	83
3.3. O “11 de setembro” e a ontogênese da violência política: um enfoque histórico-religioso.....	88
3.3.1. Algumas derivas do anti-americanismo.....	88
3.3.2. A religião e o centro dos novos conflitos.....	91
3.3.3. Do fanatismo ao terrorismo ou a passagem à violência política.....	96
3.4. O “11 de setembro” e a lógica do capital: um enfoque político-econômico.....	105
3.4.1. A assimilação dos eventos como atos de guerra e a função do <i>novo inimigo</i>	105

3.4.2.	O estado americano e a economia: duas estratégias, um só objetivo.....	109
3.5.	O “11 de setembro” e a lógica auto-imunitária: um enfoque político-filosófico.....	114
3.5.1.	A irredutível fonte do terror absoluto.....	114
3.5.2.	A lógica ferida.....	127
3.5.3.	Responsabilidade, alteridade e religião: outras derivas ou o <i>avant tout</i> da questão.....	130
3.5.4.	Os desafios que o “11 de setembro” nos coloca.....	156
3.6.	O “11 de setembro” e a tese do “Golpe de Palácio”: um enfoque do jornalismo.....	160
	de investigação	
3.6.1.	A tese do contradiscurso e suas repercussões.....	160
3.6.2.	“11 de setembro”: Uma “terrível farsa”? Fatos, questões e contradições.....	165
Capítulo 4 – O evento na mídia e no discurso oficial: a guerra na língua.....		227
4.1.	O discurso corrente e seus elementos.....	227
4.2.	Terrorismo e guerra: os conceitos fundamentais do discurso corrente e seus problemas.....	232
4.3.	A nomeação do evento pela sua data: o começo do problema.....	242
4.4.	A construção “11 de setembro”: atos de linguagem, nomeação, referenciação e.....	247
	representação	
Bibliografia citada.....		291
Bibliografia consultada.....		297
Anexo.....		299

Resumo

Este trabalho consiste na investigação das formas de apropriação dos eventos que ocorreram no dia 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, pelo discurso oficial e pela mídia. Esse “trabalho de apropriação” está sendo visto a partir da análise de alguns processos lingüísticos. A análise privilegia as formas de nomeação utilizadas em referência ao evento em si, ao agressor, ao agredido e ao tipo de ameaça que os eventos em questão supostamente implicam. O conjunto dos sentidos de tais expressões constitui a dimensão do que estou chamando de macro-objeto “11 de setembro”, construção que materializa as principais tensões que atravessam o campo da linguagem, e que estou chamando de “guerra na língua”. Nesse sentido, este trabalho se volta para investigar os mecanismos de construção desse macro-objeto, a força retórico-performativa de tais mecanismos, no que diz respeito à construção de representações, e suas implicações ético-políticas no horizonte das atuais tensões mundiais. A análise proposta neste trabalho orienta-se por uma visão dialógico-performativa da linguagem, no sentido dado a esses termos por teóricos como Bakhtin, Austin e Bourdieu, e por uma visão de interpretação proposta pela desconstrução, de Jacques Derrida, para quem a atividade desconstrutora é, sobretudo, um trabalho de intervenção que procura desestabilizar as propriedades estruturais de uma construção, para, mostrando os elementos que a tornam possível, destacar a necessidade de sua transformação.

Résumé

Le présent travail est une enquête sur les formes d'appropriation, par le discours officiel et par les médias, des événements du 11 septembre 2001, aux Etats-Unis. Ce "travail d'appropriation" est envisagé à partir de l'analyse de certains processus linguistiques, notamment des types de formulation utilisés pour l'événement lui-même, pour l'agresseur, pour la victime et pour le genre de menace que les événements en question sont censés représenter. L'ensemble sémantique de ces expressions constitue ce que j'appelle macro-objet "11 septembre", construction où se matérialise les principales tensions qui traversent le champ du langage, et que je qualifie de "guerre dans la langue". Ce travail en vient ainsi à explorer les mécanismes de construction de ce macro-objet, la force rhétorico-performative de ces mécanismes, leur capacité à créer des représentations et leurs implications ético-politiques dans le contexte des tensions mondiales actuelles. L'analyse s'appuie sur une conception dialogico-performative du langage, selon les sens donnés à ces termes par des théoriciens comme Bakhtin, Austin et Bourdieu. Elle utilise également les théories déconstructives de Jacques Derrida, pour qui l'activité de déconstruire consiste surtout à déstabiliser les propriétés structurelles d'un objet, afin de souligner, en montrant les éléments qui le rendent possible, la nécessité de sa transformation.

Antecomeço

A priori e ironias

O dia já tinha ares de um dia histórico naquela manhã do dia 11 de setembro de 2001. A Unicamp estava de luto pela morte do prefeito da cidade, que havia sido assassinado na noite anterior, e poucas pessoas circulavam pelo campus. O dia era também histórico pela presença do ilustre Oswald Ducrot, que concluía, naquela manhã, um seminário no auditório principal do Instituto de Estudos da Linguagem. Ouvíamos as palavras finais do ilustre lingüista francês, quando entra no auditório, completamente tomado pela surpresa que envolvia a notícia, o professor Eduardo Guimarães, dizendo que os EUA estavam sendo alvos de grandes ataques. Sem mais nenhum detalhe, a notícia provocou um impacto tão grande que, em segundos, o auditório ficou completamente vazio. Todo mundo queria saber sobre aquela notícia, aparentemente absurda e surreal, afinal, tratava-se de um fato que nem os delírios mais escatológicos de Hollywood tinham conseguido, até então, imaginar: a única superpotência do planeta, o céu mais vigiado e monitorado pela tecnologia mais avançada do mundo mostrar-se vulnerável à inteligência de algum Sr. Ernst Stavro Blofeld que, do alto de sua morada, em alguma montanha, possivelmente estivesse apreciando a nuvem negra de fumaça e destruição que a sua mais recente e diabólica artimanha fazia correr pelas ruas e pelos céus de Nova York.

Ficamos logo diante de uma tevê. A cantina aconchegante do IFCH, nosso velho e bom templo da sempre deliciosa conversa jogada fora, servia de cenário para o nosso espasmo. Mas o barulho na cantina não nos fazia ouvir direito sobre o que estava acontecendo. Eram tão absurdas e inacreditáveis aquelas imagens de aviões se chocando contra arranha-céus, que resolvemos eu e meus amigos dar de bruços e voltar a conversa para a notícia que tinha deixado a Unicamp triste e vazia: o assassinato do Toinho do PT, político que tinha a admiração e o carinho de muita gente por ali.

Lembro que aquela manhã, ainda que meu espírito não tivesse se deixado tomar completamente pela dimensão daqueles acontecimentos, era uma daquelas manhãs tristes, em que o vento levava mais rápido tudo o que dizíamos. A apatia que tomava o campus nos

deixava sem cabeça para pensar no que estava acontecendo mais distante dali. Lembro que fiquei pelo campus até por volta do meio dia. Até aí, não tinha ouvido nada sobre o espantoso desabamento das torres pouco tempo depois dos atentados. Decidi que assistiria tudo em casa. Tinha certeza que a celeuma que a imprensa iria criar em torno daquilo não seria pequena. E não foi, tanto que me fez mudar de objeto de tese ainda naquela tarde. Cansados daquele barulho e daquelas imagens surreais, eu e minhas amigas descemos para a parada de ônibus. Aquela manhã de primavera chegava ao seu ponto máximo de apatia e tristeza, não exatamente por causa de Nova York, mas por causa de Campinas mesmo. Embora não sendo dali, eu sentia um certo gosto de orfandade paterna.

Tudo estava muito estranho ali, e essa estranheza me empurrava para casa. Tudo o que eu queria era ouvir no silêncio de minha casa o que estava acontecendo, afinal. Ufa, quase uma hora de perua. Chego a casa finalmente. Corro para ligar a tevê e começo, finalmente, a ser tomado por um misto de sensações que renderiam um verdadeiro capítulo de tese. Aquela coisa estranha, sinistra, insuspeita, quase irreal de tão real finalmente ia fazendo sentido para mim, ou melhor, ia invadindo minha casa sem nenhuma cerimônia, numa fúria tão certa quanto o próprio fato em si. Lembro que não consegui mais sair do sofá. Fiquei preso, refém daquelas notícias e daquelas imagens, paralisado, anestesiado, indefeso. O único gesto que ousava era mudar de canal para ver se via novas imagens, novos textos, novas caras, novos espasmos. Confesso que aquilo exercia em mim um estranho e mórbido fascínio.

Meses depois, lendo um texto do filósofo francês Jean Baudrillard, eu entendia que era compreensível aquela reação. Mais que isso, que ela não era apenas uma inconfessável reação de algum indivíduo que, estranhamente, se deixava tomar por uma emoção plena de ambigüidades. Por mais cruel e perverso que aquilo pudesse parecer, a vida e Hollywood haviam-nos deixados propensos àquela ambigüidade toda. No fundo, para nós do Terceiro Mundo, aquilo era a realização de uma absurda fantasia que um outro filósofo europeu me ajudaria a entender mais tarde.

Aquela tarde macabra, espremida entre uma dor local e um espasmo global, definia também uma série de novos caminhos que eu iria experimentar nos anos seguintes, a ponto de me ver a exatos dois anos e meio depois, vivendo o pânico da miséria de poder me ver também em frangalhos, vítima de minhas próprias inquietações, sangrando anônimo numa estação de Paris, ou de alguma outra cidade óbvia da Europa, depois de outra data fatídica, o

“11 de março” espanhol. Exatamente dois anos e meio depois do 11 de setembro de 2001, a Europa iria viver o limite da paranóia, dessa vez com a iminência de bombas nas estações de metrô. Exatamente por causa do “11 de setembro”, eu estava em Paris no dia 11 de março de 2004, por ocasião de um estágio doutoral, e vivi por alguns meses à sombra desta paranóia que, a exemplo do “11 de setembro”, tomou nossas vidas e invadiu nossas casas sem nenhuma moderação. Em nossa rotina, abrir bolsas, ser revistado, sair às pressas de algum local ou de algum trem, por ameaça de bomba, eram ações constantes. De repente, eu me vi estranho naquelas ações macabras, afinal, que lance bizarro havia me jogado num país que, mesmo não fazendo parte do grupo aliado dos EUA, respirava tanta tensão?

O “11 de março” espanhol havia me jogado numa curiosa ironia: eu estava refém de meu próprio objeto. Em cada multidão, em cada vôo, em cada estação, o sinistro espectro das “datas” encenava a mórbida fantasia. A relação da França com a Argélia, os fantasmas que rondavam Port-Royal e Saint Michel, as tensões internas que cresciam, tudo era combustível da paranóia, que chegou ao extremo quando surgiu a denúncia, num jornal francês, à revelia do sigilo imposto pelas autoridades à imprensa, para não atrapalhar as investigações, de que um novo grupo terrorista estava planejando instalar bombas nas linhas do metrô e do RER (a rede expressa) de Paris, caso o governo francês não atendesse a uma reivindicação do grupo. Era o que faltava àquele caldo de tensões e medo. Mas o tempo foi passando e aplacando nossa sede de calma. A primavera, aos poucos, devolvia a graça e o charme de Paris, e as cores da vida renovada chegavam suaves, já deixando um gosto de saudade e um olhar de nostalgia quando dos últimos passeios *en velo*, já sob o calor do verão. O tempo desceu como uma cortina, julho chegou e, com ele, minha volta ao Brasil.

Apresentação geral

Sobre o objeto

Este trabalho, cujo objeto tem seu epítome na afirmação derridiana de que “a linguagem carrega em si a necessidade da sua própria crítica”, consiste na investigação das formas de apropriação, pelo discurso oficial e pelo discurso midiático, dos eventos que ocorreram no dia 11 de setembro de 2001, nos EUA. Os processos lingüísticos aqui em questão são basicamente as formas de nomeação e referenciação utilizadas em referência à agressão em si, ao agressor, ao agredido e ao tipo de ameaça que a agressão representa. O conjunto dos sentidos de tais expressões constitui a dimensão do que estou chamando de macro-objeto “11 de setembro”. Pois bem, este trabalho se volta para investigar os mecanismos de construção desse macro-objeto, a força retórica e performativa de tais mecanismos na construção de representações, e suas implicações ético-políticas no horizonte das atuais tensões mundiais.

A construção do “11 de setembro” está sendo vista aqui a partir do funcionamento discursivo de duas esferas enunciativas – o discurso da mídia e o discurso oficial americano – e do tipo de relação que uma instância mantém com a outra. Com relação à instância da mídia, estou trabalhando apenas com a imprensa escrita brasileira.

Um dos objetivos deste trabalho é, portanto, o exame de algumas formas de linguagem no que diz respeito à força retórico-argumentativa e performativa de tais elementos e suas implicações mais sérias e imediatas. O trabalho procura, então, problematizar os investimentos dessas formas de expressão e os elementos que as tornam possíveis. Em outras palavras, este trabalho procura investigar que representações os processos de linguagem mobilizados pelo discurso corrente propõem e que ações eles são chamados a legitimar.

Sobre os dados e as hipóteses de trabalho

Os dados desta pesquisa são, basicamente, o conjunto das formas de nomeação e referenciação utilizadas em referência aos quatro ‘objetos’ citados acima: o ato em si, os agentes (o agressor), o agredido e o tipo de ameaça que a agressão implica.

Além dessas formas lingüísticas, constituem dados desta pesquisa alguns enunciados do discurso oficial que estou chamando provisoriamente de atos de fala fundadores ou momentos-chave de enunciação, produzidos antes dos eventos do 11 de setembro, e que teriam instituído as principais categorias ou conceitos em torno dos quais foram propostos sentidos para os episódios em questão no discurso corrente (mídia e discurso oficial).

A meu ver, os processos de nomeação/referenciação acionados pelo discurso da mídia têm uma relação não negligenciável com esses momentos-chave de enunciação do discurso oficial, ou seja, com alguns momentos da cadeia de atos de fala que vem configurando esse discurso desde o período iniciado pela queda do Muro de Berlim.

Uma das hipóteses deste trabalho é a de que os ‘jogos de linguagem’ que foram mobilizados pela mídia, para falar desses eventos, tiveram (e têm) como fundamento conceitos cujos limites foram traçados previamente pelo discurso oficial americano. Esses conceitos não surgiram à toa, mas como instrumentos para a demarcação das novas fronteiras, no que diz respeito às atuais tensões do mundo. Surgiram como parâmetros para se pensar os novos conflitos mundiais e para definir os traços do que está sendo significado como a nova ameaça do chamado mundo livre, democrático e civilizado: o “terrorismo”.

Tomando como referência essa hipótese, estou propondo que o processo de apropriação do “11 de setembro” pelo discurso midiático e oficial seja visto na sua relação com algumas enunciações do discurso oficial que, por terem sido proferidas para definir parâmetros para se pensar os novos conflitos mundiais, teriam um caráter fundador. Tais atos de linguagem estariam, assim, na base dos processos lingüísticos que foram mobilizados pela mídia e pelo discurso oficial para produzir sentidos para os eventos em questão. Isso nos leva a considerar que os processos de linguagem acionados para produzir sentidos para os eventos do 11 de setembro tiveram como consequência mais imediata a produção de um capital de legitimidade para ações oficiais que já estavam previstas antes dos eventos em questão. A

preocupação com a legitimação das ações oficiais seria algo percebido já nos primeiros sentidos atribuídos aos eventos, significados desde o início como “ações de guerra”.

Naturalmente, essa legitimação não está sendo pensada aqui enquanto algo produzido deliberadamente, mas enquanto consequência da reiteração de certas formas de linguagem, ou seja, enquanto consequência do gesto de se assumir determinados pressupostos, de se reivindicar determinados sentidos, e não outros, para os eventos e para o tipo de conflito que ele manifesta.

No que diz respeito à instância da mídia, o trabalho de produção de legitimidade pode ser pensado em termos de recorrência aos mesmos ‘jogos de linguagem’ do discurso oficial, o que faz dessa esfera discursiva uma instância mais reprodutora do discurso oficial do que questionadora, posição geralmente reivindicada por tal instância. No que diz respeito à instância do discurso oficial, a produção de legitimidade teria a ver com um trabalho de preparação de terreno para a emergência de um “discurso de guerra” e para a emergência de uma nova doutrina política que viria promover uma violenta transformação não só no aparelho de Estado americano, mas em vários outros Estados, através da adoção de leis semelhantes às que foram adotadas nos EUA, sob pretexto de garantir segurança interna e externa aos cidadãos.

Nesse sentido, é preciso relacionar o que foi dito sobre os episódios do 11 de setembro de 2001 com alguns atos de fala produzidos pelo discurso oficial antes desses eventos, em referência aos atuais conflitos do mundo.

O discurso oficial sobre os atuais conflitos do mundo é marcado por alguns momentos-chave, ou seja, por algumas enunciações que têm um caráter fundador. Depois da queda do Muro de Berlim, o discurso oficial americano criou novos parâmetros e mobilizou novos conceitos para significar a nova ordem. Pois bem, esses conceitos foram instituídos como novos parâmetros para se pensar os atuais conflitos mundiais. É nesse sentido que os atos de fala a partir dos quais esses conceitos e parâmetros foram criados ganham o estatuto de enunciações fundadoras. Depois da queda do Muro de Berlim, esses conceitos passaram a figurar com muita frequência no discurso oficial sobre as novas tensões do mundo e sobre o que deveria ser visto como a nova ameaça do mundo civilizado. As atuais tensões do mundo passaram, então, a ser pensadas, avaliadas, significadas por meio desses conceitos. A eleição desses conceitos como referência para se pensar os atuais conflitos do mundo mostra que

representações, oposições e pressupostos estão em jogo nos ‘jogos de linguagem’ oficiais que falam desses conflitos.

Os processos lingüísticos aqui em questão são, portanto, também analisados em sua relação com esses atos de fala. Tais atos (que fariam parte do conjunto do discurso oficial) constituem, pois, momentos-chave do processo de construção de novas identidades políticas e representações que vem sendo empreendido pela classe política dirigente americana nos últimos anos para estabelecer as novas fronteiras do mundo no que diz respeito às novas tensões internacionais.

Nesse sentido, a apropriação dos acontecimentos do “11 de setembro de 2001” pelo discurso oficial e pela mídia veio marcar o ponto culminante de uma cadeia de atos de fala que vem procurando definir as novas fronteiras do mundo, no que diz respeito às atuais tensões mundiais, a partir da eleição de uma nova ameaça para o “mundo civilizado”. O “terrorismo” seria essa nova ameaça, e Osama Bin Laden a sua personificação.

Se observarmos mais de perto, a instância da mídia funcionaria mais como uma instância reprodutora e reiteradora de um conjunto de sentidos que, como veremos, já vinham sendo operados pelo discurso oficial americano para divisar o rosto de sua nova “ameaça externa”. Esses sentidos teriam como referência esses atos de fala oficiais fundadores de uma nova forma de falar de uma velha fronteira.

Um dos pontos que norteiam a discussão aqui proposta é, portanto, a relação entre essas enunciações-chave e a estratégia de apropriação desses eventos pelo que estou chamando de discurso corrente (mídia e discurso oficial).

Se considerarmos pertinente a hipótese de alguns especialistas segundo a qual os Estados Unidos, com o fim da Guerra Fria, precisaram iniciar um processo de busca ou de construção de um novo inimigo externo – já que sem a existência de tal ameaça a única superpotência do planeta não teria como justificar a linha de uma política externa intervencionista – então podemos ver nos primeiros atentados a embaixadas e bases americanas, em algumas partes do mundo, nos anos 1990, e na atribuição desses atentados ao saudita Osama Bin Laden, os primeiros sinais do processo de construção de um novo rosto inimigo, não só para os Estados Unidos, mas para o mundo dito civilizado. A atribuição de alguns importantes atentados terroristas, realizados na segunda metade dos anos 1990, a Osama Bin Laden, o homem que teria trabalhado para a CIA e ajudado os americanos a

expulsar os soviéticos do Afeganistão nos anos 1980, seria o primeiro momento-chave de enunciação do discurso oficial que eu destacaria, numa cadeia de atos de fala pós-queda do Muro de Berlim, para relacionar com a estratégia adotada pelos discursos oficial e midiático para falar dos eventos do “11 de setembro”.

Um outro momento-chave seria um pronunciamento feito, ainda na era Clinton, pelo secretário de Estado americano, que definiu um conjunto de países como “Estados delinquentes”, por suas supostas ligações com grupos terroristas. A instituição da categoria “Estado delinquentes” (*rogue state, état voyou*) seria, então, um momento importante do discurso oficial em uma sucessão de atos de fala cujo traço mais forte seria uma reiterada referência a um perigo externo.

Um outro exemplo de momento-chave do discurso oficial americano sobre os novos conflitos do mundo seria a ação do então Secretário da Defesa do governo Clinton de, numa só penada, listar todos os grupos considerados pelos EUA como grupos terroristas¹.

Por fim, um quarto momento-chave de enunciação desse discurso teria ocorrido no início da primeira administração de G. W. Bush. Em maio de 2001, Donald Rumsfeld, secretário da Defesa, declara que o inimigo público número um dos Estados Unidos é Osama Bin Laden. O secretário declara também que Bin Laden já dispõe de armas biológicas e químicas e que está prestes a fabricar uma bomba atômica e a lançar um satélite. A declaração do secretário mostra que uma nova e poderosa ameaça ronda o mundo civilizado e que alguma coisa de muito grave pode acontecer, caso não se faça nada para combater esse novo ‘Mal’.

A questão da representação está sendo pensada, neste trabalho, enquanto lugar de partida e de chegada. Enquanto lugar de partida, das representações que serviram de base para os sentidos que foram propostos, duas se destacam: a representação do *inimigo externo*, posicionado como intolerante, radical, irracional, selvagem, sanguinário, fundamentalista, fanático, homicida, e a representação do que seria, de acordo com o discurso corrente (o discurso oficial e o discurso midiático), o seu oposto, ou seja, o *Estado civilizado, democrático, plural, tolerante, livre*, cujas raízes estariam fincadas no conjunto dos valores que constituem a cultura ocidental de maneira geral. Essas duas representações são, por sua vez, tornadas

¹ Curiosamente, ações de países como a Turquia e a Indonésia, que massacraram partes consideráveis de suas populações até pouco tempo atrás, não são nem nunca foram consideradas terroristas, nem esses países

possíveis por oposições do tipo: civilização *vs.* barbárie, tolerância *vs.* intolerância, autoritarismo *vs.* democracia, liberdade *vs.* prisão, razão *vs.* cegueira, bem *vs.* mal, entre outras.

Depois da queda do muro de Berlim, a representação da *ameaça externa*, do *outro inimigo*, da velha e conhecida *alteridade abjeta* vem se dando através da representação do *terrorista fanático-religioso* e do *ditador*, como por exemplo, as figuras de Bin Laden e de Saddam Hussein. Essas duas representações estão, por sua vez, ligadas à uma outra representação que, como vimos antes, vem sendo proposta já há algum tempo: a figura do *Estado delinqüente*. Essas duas figuras seriam espécies de metonímias dessa *alteridade inimiga abjeta*. Uma das hipóteses desse trabalho é a de que foi em torno dessa representação geral (a alteridade inimiga abjeta, a nova ameaça, o novo ‘Mal’) que foram propostos sentidos para os eventos.

Quanto aos conceitos em torno dos quais foram propostos sentidos para os eventos do 11 de setembro, veremos mais adiante que foi em torno dos conceitos de ‘terrorismo’ e ‘guerra’ que esses sentidos foram propostos. O discurso corrente, o das mídias e o da retórica oficial, apoiou-se mais facilmente nesses dois conceitos, sobretudo na idéia de um terrorismo internacional.

Se observarmos os jogos designativos ou os processos referenciais a partir dos quais foram propostos sentidos para os episódios, para o tipo de ameaça que eles encerram e para os dois lados envolvidos, veremos que esses ‘jogos de linguagem’ impõem um universo de discurso tornado possível por pressuposições do tipo: há terrorismo e terroristas no mundo; o terrorismo é ‘assim e assado’; há um terrorismo internacional; há um novo ‘Mal’; esse novo ‘Mal’ é o terrorismo; existem ‘estados delinqüentes’, entre outras. São esses pressupostos de existência que constituem e impõem o universo de discurso a partir do qual vai ser posta uma argumentação em favor da guerra e de uma política que não deve medir esforços para erradicar a nova ameaça, o novo ‘Mal’ do mundo.

O que pretendo demonstrar é que qualquer análise do processo de apropriação dos eventos do “11 de setembro”, seja pelas mídias, seja pelo discurso oficial, exige que se considere a relação entre os processos lingüísticos por essas instâncias mobilizados e alguns momentos da retórica oficial que considero bastante esclarecedores de uma estratégia política cujo objetivo é a produção da crença numa nova ameaça cujo poder de destruição é tão grande

considerados “estados delinqüentes” (*rogue states*) pelos EUA. Ao contrário. São considerados “países aliados” na

que exige não só a mobilização de uma grande potência para combatê-la, mas uma vigilância constante e panóptica de todas as esferas da vida social.

Se considerarmos a noção de ‘acontecimento’ como pensada por filósofos como Heidegger e Derrida, ou seja, enquanto algo que resiste a qualquer tentativa de apropriação, ou ainda, enquanto algo que promove uma verdadeira mudança na mentalidade e no entendimento do mundo, veremos que a hipótese acima nos coloca diante de uma exigência: a de pensar a linguagem enquanto espaço preenchido e preenchível por forças que não só a habitam, mas que se confrontam nela e por meio dela.

A observação de Derrida segundo a qual quanto mais escorregadio for um conceito, mais facilmente ele se prestará a apropriações oportunistas é bastante ilustrativa dessa questão. O próprio ‘obscurantismo’ que cerca certas noções é uma forma específica de preenchimento do espaço lingüístico. É precisamente isso que torna urgente a tarefa de pensar a linguagem enquanto construção, investimento, fundação e refundação, e que, por isso mesmo, estará sempre sujeita a intervenções desconstrutoras.

Sobre a análise e o pano de fundo teórico

De maneira geral, a análise proposta neste trabalho se orienta pela visão de interpretação proposta pela desconstrução. Em Derrida, a interpretação é vista como a atividade de desfazer a trama de um texto, desconstruindo-o, para mostrar aquilo que está recalcado. Nesse sentido, a interpretação passa a ter um caráter supletivo, na medida em que mostra esse elemento recalcado. Derrida lembra que “um texto só é um texto se ele oculta ao primeiro olhar, ao primeiro encontro, a lei de sua composição e a regra de seu jogo”.²

Como o trabalho de desconstrução se dá de acordo com a especificidade do objeto em questão, ou melhor, em desconstrução, Derrida lembra que esse trabalho é, antes de tudo, um trabalho de ‘intervenção’. É dessa forma que vejo a discussão aqui encetada, cujo objetivo é desestabilizar as propriedades estruturais de uma construção de sentidos, destacando os conceitos, as oposições, os pressupostos e as representações que tornaram essa construção possível, e a necessidade de transformá-la.

luta contra “o terror”.

Uma das questões que quero destacar é que a intervenção desconstrutora não se limita a mostrar o que torna certos empreendimentos de linguagem possíveis. Ao fazê-lo, a desconstrução opera necessariamente uma transformação, na medida em que propõe um terceiro termo cuja força maior está exatamente no reconhecimento da diferença no interior dessa nova forma de linguagem. Esse gesto põe em funcionamento novos jogos de linguagem.

Nesse sentido, este trabalho se volta, principalmente, para pensar as relações entre produção de sentido, atos de fala, processos designativo-referenciais, formas diversas de predicação, iterabilidade, proposição de identidades e representações e manutenção das relações e estados de poder.

De maneira geral, o estudo em questão tem como pano de fundo a concepção de linguagem proposta pelo discurso filosófico da desconstrução, cujo mentor é o filósofo franco-argelino Jacques Derrida. Estou considerando esse discurso em seu diálogo com a teoria dos atos de fala, proposta pelo filósofo inglês John L. Austin. Além desses discursos, estou me servindo das contribuições de teóricos como Bakhtin, com sua leitura marxista do signo enquanto arena de lutas, e das contribuições de Bourdieu, no que diz respeito à sua leitura da questão da performatividade e da forma como esse teórico vê a questão da representação. A escolha dessas perspectivas teórico-filosóficas se deu, entre outras coisas, pelo fato de constituírem reflexões que colocam a necessidade de uma crítica radical do funcionamento lingüístico, o que implica uma reflexão urgente sobre a dimensão ético-política da linguagem, uma vez que estamos diante do fato lingüístico enquanto *forma de ação*.

A concepção de linguagem que orienta este trabalho é a que entende a linguagem enquanto espaço preenchido por um conjunto de forças que se confrontam no interior deste espaço e que lutam pela hegemonia dos sentidos. Isso torna o signo lingüístico um espaço passível de estar sendo sempre preenchido ou repreenchido, de acordo com os interesses que estão em jogo nos confrontos sociais e geo-políticos. Essa concepção faz da palavra uma arena de lutas em que as ações devem ser pensadas não como uma tentativa de se buscarem soluções definitivas para as coisas, mas como respostas temporárias às demandas de um dado momento histórico.

² Jacques Derrida. *A farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 1991, p. 7.

Sobre o *corpus* e as instâncias enunciativas em questão

O presente estudo, como já foi dito, é feito da observação de duas esferas discursivas: a esfera da grande mídia impressa brasileira e a esfera do discurso oficial americano, veiculado pelas mídias em geral. Pretendo investigar como essas duas esferas enunciativas se relacionam no processo de construção de sentidos para os episódios em questão, para o tipo de ameaça que eles representam e para os dois lados do confronto.

Os limites dessas duas esferas discursivas foram estabelecidos da seguinte forma:

1. Constituem a esfera do discurso oficial americano o conjunto dos pronunciamentos feitos pelas principais autoridades americanas (governo, ministros, secretários, chefes de órgãos e serviços de Inteligência, etc.) no primeiro mês pós-“11 de setembro”, mais o conjunto de trechos e citações atribuído às falas desses representantes, que foi destacado pela imprensa. Além dos pronunciamentos e das citações feitas nesse período, constituem também a esfera do discurso oficial os textos ou documentos oficiais que trazem o que estou chamando de momentos-chave de enunciação desse discurso.
2. A esfera do discurso jornalístico, por sua vez, é constituída pelo conjunto dos editoriais e textos assinados e não-assinados de dois jornais brasileiros. Os jornais escolhidos foram o *Folha de São Paulo* e *O Globo*.

O critério de escolha desses veículos foi o seu poder de alcance no público leitor brasileiro.

O recorte temporal tem uma particularidade. Com relação à primeira instância enunciativa, a saber, o discurso oficial americano, foram consideradas apenas as edições dos dois jornais onde apareceram os principais pronunciamentos e citações atribuídos às autoridades americanas. Quanto à segunda instância enunciativa, trabalhei apenas com a edição do dia seguinte aos eventos, ou seja, com a edição do dia 12 de setembro de 2001. Cada jornal apresentou um caderno especial sobre os eventos.

Sobre a divisão do trabalho

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro traz uma discussão sobre três formas de compreensão do funcionamento da linguagem: a visão desconstrucionista, de Jacques Derrida; a visão performativa, de John Austin, e a visão dialógica, de Mikhail Bakhtin. Além disso, o capítulo traz uma síntese da leitura que Bourdieu propõe para as questões da performatividade e da representação.

O segundo capítulo traz uma discussão sobre as relações entre violência e modernidade, a partir da problematização dos conceitos que estão na base do que se entende pela experiência da modernidade, quais sejam, os conceitos de civilização e barbárie. O capítulo traz ainda uma discussão sobre a questão do monopólio da violência pelo Estado, sobre a instituição da chamada violência terrorista e suas formas de manifestação na história recente e sobre os problemas da segurança internacional na atual era de conflitos.

O capítulo três é constituído por alguns enfoques sobre os episódios do “11 de setembro”. As análises em discussão apresentam questões que vão desde a exploração dos efeitos simbólicos dos eventos em discussão a questões como a natureza dos novos conflitos mundiais, a crise atual do capitalismo e sua necessidade de expansão, a hegemonia político-econômica americana e suas estratégias de continuidade, a política externa americana e sua lógica auto-imunitária, entre outras.

O quarto capítulo consiste na análise do processo de apropriação dos eventos em questão pelo discurso da mídia e pelo discurso oficial americano. A discussão começa por destacar alguns atos de fala do discurso oficial, produzidos antes dos eventos, e sua relação com os principais conceitos em torno dos quais foram propostos sentidos para os eventos e com os pressupostos, as oposições e as representações que também tornaram esses sentidos possíveis. Além disso, o capítulo traz uma discussão sobre os problemas de se nomearem os eventos pela sua data. A parte central da análise consiste, no entanto, na discussão dos principais processos lingüísticos (as formas de nomeação e referenciação) por meio dos quais foi construído o que estou chamando de macro-objeto “11 de setembro”, e de suas implicações.

Capítulo I

O pano de fundo teórico

A desconstrução desnaturaliza o conteúdo enunciado, expondo à luz os processos discursivos que geram a evidência do Sentido (Jacques Derrida).

1.1. Desconstrução e crítica radical da linguagem

Em termos gerais, a desconstrução é um “discurso filosófico”, de cunho pós-estruturalista, que tem na figura de Jacques Derrida o seu grande mentor. Esse discurso consiste, *grosso modo*, numa crítica radical dos pressupostos que tornam possível a estrutura do edifício filosófico ocidental ou da metafísica herdada dos gregos. De maneira específica, a desconstrução pode ser vista como um gesto de leitura que visa mostrar os mecanismos pelos quais um texto adquire significação. Nessa segunda acepção, a desconstrução seria uma operação que consiste em mostrar, num determinado texto, o que é valorizado e o que é dissimulado, e em nome de que isso é feito. Enquanto crítica filosófica, esse discurso, que começa com Nietzsche, configura-se como uma crítica da linguagem que denuncia o caráter dicotômico do pensamento ocidental.

Segundo Derrida, a forma do pensamento ocidental é dualística por natureza. Derrida mostra que o pensamento ocidental está baseado na noção binária implícita na lei da lógica. Segundo ele, nossos conceitos dependem dessa oposição. A forma como damos sentido à nossa experiência toma como referência um sistema de oposições: falso-verdadeiro, dentro-fora, alto-baixo, positivo-negativo, bem-mal, geral-particular, mente-corpo, inteligível-sensível, essência-aparência, presença-ausência, homem-mulher, masculino-feminino, razão-emoção, fala-escrita etc. Essas oposições constituem as matrizes a partir das quais nós organizamos nossa forma de compreensão do mundo, nosso modo de pensá-lo.

Mas onde estaria a origem dessa visão dualística de mundo? De acordo com Derrida³, essa forma de pensamento encontra sua origem na crença em um sujeito consciente de si e do mundo, ou seja, na possibilidade de tornar o mundo presente à consciência, ao *logos*, através da *phoné* (fala). A forma de pensamento ocidental é, assim, fonocêntrica, logocêntrica e emocêntrica.

Derrida, em sua leitura desconstrutora de nossa tradição filosófica, a metafísica, chama de fonocentrismo à identificação da fala com o ser-presente e a consciência. Tal identificação implica uma relação essencial e imediata com a alma. A idéia de verdade se constitui aí pelo apagamento do significante na fala. A voz, a *phoné* (substância fônica), tida como significante natural, e concebida como a manifestação da verdade essencial de uma coisa, apresenta-se como não-contingencial. A *phoné* estaria indissociavelmente ligada ao *logos*, ao dentro, à *mnemè* (memória ativa, viva, interior). A *phoné*, que constitui com o *logos* uma unidade, é o pólo privilegiado da dicotomia fala/escritura. A estrutura do edifício filosófico ocidental constitui-se, portanto, pelo privilégio da unidade *logos-phoné* e pela secundarização da escritura, pensada como o significante de um significante. A fala é identificada com a verdade, com a natureza, com a origem da língua, enquanto a escritura é vista como mero suplemento artificial, uma derivação não necessária.

O que legitima o privilégio do significante fônico é, portanto, a distinção entre um *dentro* (onde estaria o pensamento) e um *fora* (onde estaria a escritura). A palavra é vista como a expressão mais próxima da “consciência”. A *phoné* é vista como revelação de uma consciência plena, expressão do *logos* como origem da verdade. A oposição *dentro/fora* constitui, pois, a matriz de um conjunto de oposições que orienta os conceitos de fala e de escritura. A fala é identificada com os elementos dentro-inteligível-essência-verdadeiro, enquanto a escritura é identificada com os elementos fora-sensível-aparência-falso.

Derrida destaca essas oposições na leitura que faz do *Fedro* de Platão, obra que inaugura o discurso filosófico ocidental. Nela, Derrida aponta o processo de centramento na fala (*phoné*), no *logos*, na presença e não na escritura, rebaixada a um mero suplemento da fala. Platão afirma que o conhecimento filosófico só se realiza através da fala (*phoné*), nunca através da escritura (*pharmakon*), simples derivação.

³ Jacques Derrida. *Gramatologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

Foi através do privilégio da *phoné* e do rebaixamento da escritura que o Ocidente construiu sua visão de mundo, a partir de um conjunto de oposições cujo pólo valorizado é comandado pela unidade *logos-phoné*, unidade que implica, por sua vez, elementos como dentro, inteligível, essência, verdade, presença. Segundo Derrida, é por meio de dicotomias como dentro-fora, essência-aparência, inteligível-sensível, presença-ausência etc., que o pensamento, sobretudo o pensamento europeu, tem garantido a permanência das relações de poder existentes. A característica mais forte desse sistema de oposições seria, segundo Derrida, uma violenta hierarquia estabelecida, desde o princípio, entre um pólo e o outro de cada par opositivo.

O conceito de ‘signo’ do qual somos herdeiros tem no rebaixamento da escritura e no privilégio concedido à *phoné* o seu fundamento. É esse conceito que comanda nosso conceito de verdade “inseparável da instância de uma *razão* pensada na descendência do *logos*” onde “jamais foi rompido o liame originário e essencial com a *phoné*”.⁴

Na forma de pensamento ocidental, o significado é visto, pois, como constituindo a própria essência do ser, a sua “verdade essencial”, transcendental. Mas tal crença coloca essa forma de pensamento diante de uma de suas maiores aporias. Ora, como argumenta Derrida, o que funda cada elemento de um par opositivo é exatamente a relação de oposição entre eles. Ou seja, o significado de um elemento só é possível por meio da remessa ao outro elemento do par opositivo. O fato de o significado ser constituído por um jogo de remessas evidencia, então, o grande equívoco do pensamento binário: a crença de que o significado constitui a descrição de uma realidade essencial e de que essa realidade é caracterizada por uma coerência lógica. Para Derrida, o significado está presente como um ‘traço’, e o que o torna possível é um jogo formal de diferenças. O processo de produção do sentido é, portanto, circular. A língua é senão um jogo de engendramento por remessas em que cada termo não tem outra presença senão o traço de outro. O significado emerge de um sistema de diferenças, irreduzíveis a um fundamento lógico que possa estabelecer a identidade de qualquer coisa.

Com isso, Derrida está levando às últimas conseqüências um dos postulados básicos do estruturalismo, qual seja o de que na língua só existem diferenças. Mas, ao contrário de Saussure, que via na união do significante com o significado uma positividade, portanto, o

⁴ Jacques Derrida. *Gramatologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

centro da estrutura, Derrida vê no traço a origem do sentido, a única origem possível – na verdade, uma não-origem, uma vez que o traço é a própria ausência de significado transcendental.

Nesse sentido, a desconstrução é um gesto de descentramento da linguagem, da estrutura que a torna possível, do texto, de sua estruturalidade. Na ausência do centro, do significado transcendental, da origem absoluta, a linguagem vira discurso, um jogo de ausência e de presença, um movimento de remissões. Mas a presença nesse jogo é um mero efeito de escritura, porque sendo o traço a origem (uma não-origem), ele é “a desapareição de si, da sua própria presença”.⁵ A significação se funda, portanto, num jogo de ausência e de presença, sendo esta presença uma “determinação” do ser presente, mas sem se apresentar jamais como tal.

De acordo com Derrida, esse sistema de oposições binárias, que é a matriz da nossa forma de pensar, seria o produto do movimento que torna possível a experiência da linguagem: a *différance*, operação, movimento, jogo, perceptível apenas pelo que produz, pelas diferenças que gera. Enquanto movimento, a *différance* não seria um conceito, mas a possibilidade de conceitualidade, do processo e do sistema conceitual em geral. Derrida utiliza-se de tal termo para falar de uma escritura primeira, segundo ele, uma arquiescritura, anterior à linguagem, algo que seria a própria condição de possibilidade do conhecimento. A escritura seria um movimento de *différance*, um princípio estruturador, um princípio genealógico, uma força estruturadora. Sem uma presença, existiria apenas “uma diferença, uma distância, um lugar entre”. A arquiescritura seria, pois, a inscrição da *marca-da-diferença*. Tal marca é o que torna possível o jogo da linguagem, o jogo da significação.

Nesse sentido, a leitura desconstrutora implica a necessidade de um deslocamento dos conceitos ou dos pólos que tornam possível o jogo da significação. Tal leitura faz-se, pois, por um duplo gesto, um duplo movimento. O primeiro consiste numa inversão (*renversement*) das oposições que constituem o centro ou a possibilidade de significação de um texto. Essa inversão constitui uma reação à hierarquia que marca essas oposições. O segundo movimento seria um deslocamento (*deplacement*). O conceito que antes era secundarizado passa a ser pensado de outra forma, qual seja, no intervalo entre um pólo e outro. Nesse sentido, o

pensamento de Derrida é uma espécie de radicalização da crítica da metafísica iniciada por Heidegger.

Na perspectiva de como Derrida entende a linguagem não faz sentido a separação entre linguagem e pensamento. A crença na possibilidade de tornar algo que existe no mundo exterior presente à consciência, através da *phoné*, Derrida chama de “metafísica da presença”.

Se Derrida fala de uma razão pensada na descendência do *logos*, que nunca rompeu o liame com a *phoné*, então a própria razão confunde-se com esse *logos* (palavra/pensamento) que lhe deu origem. Vale lembrar que *logos* vem do grego ‘palavra’, que em filosofia significa princípio de inteligibilidade, a razão. Em Platão, *logos* significa o princípio de ordem, mediador entre o mundo sensível e o inteligível. É como se o mundo se ‘presentificasse’ na voz – experiência da *res-presestia*.

Ao questionar a existência de uma essência, de uma presença, de um significado transcendental, conceito que sempre comandou nossa idéia de mundo, Derrida está não só abalando toda uma tradição filosófica, mas também, e principalmente, toda a ciência, que, de maneira geral, ainda opera com uma concepção de verdade herdada da metafísica.

Derrida, ao mostrar que o significado não se constitui senão por um sistema de diferenças, observa que resta ao signo apenas constituir-se enquanto suplemento temporário. Só existe o movimento do jogo (as substituições) porque não existem significados transcendentais, fixados definitivamente, o que possibilita o movimento da suplementaridade, que é a produção de significados transitórios.

Mas esses significados transitórios, desde o princípio, já significantes, não podem ser pensados na perspectiva do significante de Saussure, porque se assim o for, ficaremos reféns da noção saussuriana de estrutura, que deve ser pensada enquanto algo constantemente passível de uma reconfiguração interna, possibilidade esta dada não só pelo fato de que é possível um uso da linguagem “sob rasura”, mas pela própria instabilidade das relações de poder. A transitoriedade da significação dar-se-á, portanto, em função das relações de força.

Afirmar que a significação resulta de um sistema formal de diferenças não significa considerar que essas diferenças existem por si só. Por serem condição da linguagem, ou seja, por resultarem em linguagem, elas são construídas, investidas ideologicamente, o que significa

⁵ Jacques Derrida. Freud e a cena da escritura. In: *A escritura e a diferença*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995, p.

dizer que aquilo que estrutura o sistema de diferenças, do qual emerge a significação, está fora dele. O centro estruturador desse sistema formal de diferenças são as relações de poder, que constituem o espaço do político, do ideológico.

Em síntese, como não há uma origem fixa e absoluta para o sentido, ele passa a ser visto como construção, e enquanto construção estará sempre suscetível de desconstrução. Além disso, esse sentido construído sócio-historicamente faz da palavra um espaço preenchido e preenchível por forças. O sentido se constitui como o preenchimento do espaço sógnico por forças que se confrontam no interior da palavra. Há uma luta pela sua fixidez e hegemonia. A denúncia da não-origem fixa e absoluta do sentido nos coloca diante de outra questão: somos *responsáveis* pelos sentidos que construímos para as coisas. Somos responsáveis porque o mundo (as coisas, o outro) exige de nós uma resposta e essa resposta é a relação que estabelecemos com ele, uma relação que por ser ético-politicamente mediada não será nem inevitável nem *necessária*, mas uma relação que pode ser construída de diversas formas. A forma como construímos essa relação é, portanto, a forma como preenchemos o espaço da linguagem.

Assim, como a linguagem verbal resulta da necessidade de se estabelecer com o mundo uma relação de poder, de controle – pela significação – a palavra, o signo, o *logos*, assume um caráter de ação, gesto sobre o mundo que manifesta, pois, três dimensões: uma dimensão ideológica, no sentido de que encerra uma idéia, uma tentativa de representar algo dado como *real*; uma dimensão política, no sentido de que essa idéia resulta de uma vontade de representação; e, finalmente, uma dimensão ética, no sentido de que essa idéia não é dada epifanicamente, mas resulta de uma decisão, de uma escolha, motivada evidentemente por alguns elementos.

Ao contrário de alguns teóricos antifundacionistas, Derrida se posiciona em favor da idéia de que a linguagem deve ser considerada na discussão das questões filosóficas, pois representa um tipo de atitude que assumimos na nossa relação com o mundo. Sendo a única forma possível de relação com um mundo inteiramente outro, essa relação passa a ser o lugar privilegiado para se pensarem as questões éticas e políticas.

É por entender que a linguagem resulta de uma relação impossível, mas necessária com o outro – seja ele o mundo, os indivíduos, as ações, os grupos etc., – que a desconstrução nos chama a assumir essa relação com *responsabilidade*. Responsabilidade aqui é literalmente *resposta*, resposta às demandas de uma alteridade que por ser inteiramente outra, exige-nos uma resposta ético-politicamente orientada. Essa resposta *responsável* ou essa responsabilidade *resposta* deve ser a forma de preenchimento do espaço signico a ser buscada. É precisamente porque o signo, como pensava Bakhtin, é uma eterna arena de lutas, que precisamos assumir a linguagem enquanto ato ético-político.

A desconstrução coloca a necessidade de tornar esse *ato* o mais *responsável* possível. É exatamente a impossibilidade de se lidar com uma significação infalível que gera a necessidade de se pensar a significação da forma mais *responsável* possível, de maneira que qualquer tentativa contrária possa ser refutada pelo único instrumento seguro do qual dispomos: nossa capacidade de argumentar e de conseguir a adesão de um auditório o mais amplo possível. É assim que vejo a força e o vigor da desconstrução enquanto discurso filosófico, enquanto perspectiva de ação, uma ação orientada pela noção de responsabilidade social, ética e política e pela crença de que o único critério do qual dispomos para julgar a validade de um discurso é o seu vigor, sua consistência, sua coerência. Nada mais que isso.

Uma relação com o impossível

A desconstrução é uma perspectiva que se volta para a problematização do jogo tornado possível pela ausência do centro, ou melhor pela ruptura e pelo apagamento. Em *Psyché: Invention de l'autre*, Derrida assim define a desconstrução:

A desconstrução nunca se apresentou como qualquer coisa de possível. (...) ela não perde nada por se confessar impossível (...). O perigo para uma tarefa de desconstrução seria antes a *possibilidade* e a conversão num conjunto disponível de procedimentos legais, de práticas metódicas, de caminhos acessíveis. O interesse da desconstrução, da sua força e do seu desejo, se ela os tiver, é uma certa

experiência do impossível: quer dizer (...) *do outro*, da experiência do outro como invenção do impossível, noutros termos, como a única invenção possível.⁶

Pensar a significação de um texto numa perspectiva desconstrucionista é pensar tal significação como algo que surge da relação com outros textos, e não na perspectiva do texto em si, como algo que comporta, em si mesmo, um significado passível de ser resgatado.

A desconstrução está preocupada em mostrar não *o que* um texto significa, mas *como* esse texto significa. O interesse da desconstrução se volta para saber *como* um texto assume convenções variadas, *como* esse texto é simplificado e que códigos ele contém.

Como o trabalho de desconstrução se dá de acordo com a especificidade do objeto em questão, ou melhor, em desconstrução, Derrida lembra que esse trabalho é, antes de tudo, um trabalho de ‘intervenção’. A tarefa da desconstrução é, pois, desestabilizar as propriedades estruturais de uma certa construção de sentidos, destacando os meios que tornam possível a tal construção adquirir sentidos e a necessidade de transformá-la.

Se pensarmos em termos das oposições que estão na base de nossa forma de pensamento, o pólo secundarizado, por constituir a instância do outro, seria também produto dessa relação com o impossível, dessa experiência com o impossível que, exatamente por ser a única experiência possível, constitui um espaço cujo preenchimento se dá sempre a partir do estabelecimento de uma relação de poder, no momento mesmo em que é instaurada a fronteira entre um pólo e outro, ou seja, entre o que podemos chamar de a instância do *mesmo* e a instância do *outro*.

Essa experiência da fronteira é a própria experiência da linguagem. Isso nos coloca a seguinte questão: embora a linguagem se realize enquanto experiência da fronteira ou relação com o impossível – relação com o outro – ela é a única forma de relação possível com o mundo enquanto alteridade. Essa percepção exige, então, que o estabelecimento dessa relação se dê com cautela e responsabilidade.

A inacessibilidade do *outro*, a sua alteridade irreduzível, a sua inescrutabilidade exige, pois, respeito e responsabilidade na relação com essa instância. Qualquer pretensão de certeza sobre essa alteridade incognoscível seria solo firme ou suporte para totalitarismos e

⁶ Jacques Derrida. *Psyché: Inventions de l'autre*. Paris: Éditions Galilée, 1987, pp. 26-7.

autoritarismos. E a crença em certezas absolutas já provocou estragos demais na história da humanidade. Não podemos esquecer em momento algum que tudo o que nós temos são vontades-de-ser, vontades-de-querer-ser, vontades-de-querer-que-o-outro-seja.

É por essa razão que a noção de responsabilidade invocada pela desconstrução é pensada enquanto uma resposta ao *outro*, uma resposta infinita às demandas do *outro*, do *inteiramente outro* – alteridade irreduzível. Por não saber quem e como é esse outro, devemos nos sentir responsáveis por ele; responsáveis no sentido de estarmos sempre atentos às suas demandas. Essa responsabilidade é, literalmente, resposta, uma resposta infinita⁷.

É por isso que, num certo estágio de seu pensamento, Derrida prefere relacionar o termo ‘desconstrução’ com o que ele chama de trabalho de preparação para a vinda do inteiramente outro (*tout autre*)⁸. Esse trabalho de preparação para a vinda do outro remete ao que John Caputo descreve como o hiper-realismo de Derrida, um hiper-realismo que faz da desconstrução uma obra de amor pelo respeito às coisas mesmas, à sua singularidade. Esse hiper-realismo, como observa Caputo, “não é nem real e nem irreal no sentido clássico, nem alucinação e nem a *res* domesticada do realismo ontológico.”⁹ O hiper-realismo em Derrida diz respeito ao que se furta ao olhar, ao que dele escapa. De acordo com Caputo,

O hiper-realismo de Derrida deve ser pensado como um realismo além do realismo, um ‘realismo sem realismo’, de acordo com a lógica do *sans*, tal como a encontramos na sua ‘religião sem religião’. De fato, este hiper-realismo tem algo a ver com uma religião sem religião, na medida em que ele mantém uma fidelidade ético-religiosa à singularidade, à alteridade. (...) O seu hiper-realismo, se tal coisa existe, deve disciplinar rigorosamente a si mesmo para se impedir de recorrer ao que até agora tem sido chamado de ‘real’, ao que até agora tem reivindicado o direito de falar em nome da realidade.¹⁰

⁷A noção de responsabilidade exige aqui uma aproximação com a noção kantiana de ação comunicativa racionalmente orientada. Kant acreditava que toda ação comunicativa deveria ser atravessada por normas definidas no interior de uma sociedade e que deveriam comandar as ações dos grupos no interior de uma dada formação social.

⁸ Jacques Derrida. *Psyché: Invention de l'autre*. Paris: Éditions Galilée, 1987, p. 53.

⁹ John Caputo. Por amor às coisas mesmas: o hiper-realismo de Derrida. In: DUQUE-ESTRADA, Paulo César (org.). *As margens. A propósito de Derrida*. São Paulo: Editora PUC/Edições Loyola, 2002, p. 40.

¹⁰ Idem, p. 41.

A vinculação da desconstrução a um trabalho de preparação para a vinda do inteiramente outro é o reconhecimento de que todo ato de linguagem é, desde o princípio, uma resposta ao apelo do outro. Como observa Caputo, para Derrida “as nossas palavras são responsáveis, antes mesmo de assumirmos responsabilidade por elas, e isto na medida em que elas surgem em resposta à solicitação que habita todo ser falante, e que faz de todo falar uma resposta ao outro.”¹¹ Isso nos remete a uma velha e conhecida afirmação de Derrida segundo a qual “nada existe fora do texto” (*il n’y a pas de hors-texte*), o que não significa dizer, como muitos pensam, que não existe referência, mas que a referência só existe por causa da diferença, da *différance*, das operações da textualidade, do espaçamento diferencial, do contexto. Ao dizer que nada existe fora do texto, Derrida quer dizer que nada existe fora do contexto. Nesse sentido, a referência em Derrida não significa um ato de discernimento infalível que um sujeito faz das coisas do mundo, através de signos que se submetem a um olhar intencional. A referência é, segundo Caputo, algo muito mais dúbio. Ela está “presa no contínuo resvalar entre si dos significantes, produzindo efeitos no interior de cadeias pré-constituídas de espaçamentos diferenciais que tornam a referência possível.” Segundo esse autor,

Como um arqueiro, tentando lidar com as dificuldades impostas pela força dos ventos que não apenas ameaçam arrastá-lo para longe mas, acima de tudo, desviam suas flechas para cima, temos que aprender a lidar com a inevitabilidade dessas correntes diferenciais que nos domina, muito mais do que nós a dominamos. Temos que aprender a respeitar a inacessibilidade do referente que, em virtude da sua própria transcendência, sempre nos escapa.¹²

Essa afirmação corresponde ao fato de que “tudo na desconstrução se organiza em torno da idéia de que não temos acesso à natureza essencial das coisas, de que o trabalho de interpretação nunca poderá cessar, pois jamais teremos um contato definitivo com a natureza essencial das coisas.”¹³ Como lembra John Caputo,

¹¹ Ibid, p. 41.

¹² Ibid, p. 42.

¹³ Ibid, p. 42.

toda a idéia envolvida na desconstrução não é a de nos trancafiar na prisão da linguagem (...) ou de nos encerrar no jogo de significantes, com o nosso nariz comprimido contra a parede de vidro de nossa célula lingüística, tentando ver, para além dela, o mundo lá fora. A idéia é, antes, a de se curvar, como um budista pós-estruturalista, com respeito infinito à alteridade do que é *tout autre*.¹⁴

O hiper-realismo de Derrida não aponta para algo da ordem do conhecimento, da demonstração, da legitimação, da intuição. Esse realismo sem realismo diz respeito a uma ética sem ética, a uma ética além da ética, à eticidade mesma da ética, que tem a ver, como mostra Caputo,

não com prova, mas com testemunho e hospitalidade, não com demonstração da realidade do outro, mas com amor e respeito pelo outro, não com um provar de que a realidade corresponde às minhas representações, mas com um dar as boas vindas ao outro e dar testemunho do outro que exige algo de mim e interrompe a minha complacência.¹⁵

Caputo lembra que nós nos encontramos sempre e já sob a exigência do outro, cujas demandas podem ser aceitas ou rejeitadas, ironizadas ou ignoradas, mas cuja aproximação não podemos nulificar. O próprio ato de rejeitar ou ignorar o outro já constitui uma resposta que damos a ele. Em síntese, o hiper-realismo de Derrida é uma reação contra o realismo que, ao invés de confessar a inacessibilidade das coisas, prega um ‘acesso privilegiado’ a elas. Caputo, mais uma vez sobre essa questão, lembra que

a pretensão de falar em nome do que é Realmente Real, de ser o espelho no qual a Realidade Mesma se reflete, é positivamente perigosa – em religião, política, ou ontologia – já que ela se mostra, sistematicamente, como um perigo para a

¹⁴ Ibid, pp. 42-43.

¹⁵ Ibid, p. 43.

integridade de todos aqueles que pedem licença para serem diferentes (*to differ from*) dos auto-proclamados defensores da Realidade.¹⁶

Desconstrução e pós-modernidade

A desconstrução é um pensamento ora rotulado de pós-modernista, ora de pós-estruturalista. Por essa razão é identificado como um discurso que rompe radicalmente com a herança iluminista e o seu projeto de modernidade. Mas, segundo Christopher Norris, a acusação de que a desconstrução constitui uma ruptura radical com a herança moderna resulta de uma leitura apressada e equivocada desse discurso filosófico.

Norris é um dos poucos a lembrar que é preciso reconhecer a heterogeneidade do pensamento pós-moderno e que não devemos confundir reflexões sérias e ponderadas com desordem filosófica. Derrida é identificado como um dos representantes do pensamento pós-moderno (há quem prefira o rótulo de pós-estruturalista). No entanto, segundo Norris, o filósofo é erroneamente acusado de pertencer à vertente contra-iluminista.

Enquanto os teóricos claramente anti-iluministas compartilham uma concepção de verdade inspirada nas teorias antifundacionistas do conhecimento, teorias que entendem que a ‘verdade’, em qualquer situação, consiste apenas em um conjunto de crenças e valores que acabam por prevalecer no interior de uma ‘comunidade interpretativa’, o pensamento desconstrutivo de Derrida não é indiferente nem repudia critérios de referência, validade e verdade.

Norris afirma que Derrida, ao contrário do que geralmente se pensa, “sustenta o impulso da crítica iluminista, mesmo quando submete a tradição a uma reavaliação radical dos seus conceitos e categorias básicas”¹⁷. De acordo com Norris, uma das virtudes da obra de Derrida é exatamente o fato de que seu pensamento “levanta questões de responsabilidade ética (juntamente com questões epistemológicas) que são tornadas invisíveis pelo apelo direto à

¹⁶ Ibid, p. 44.

¹⁷ Christopher Norris. *Uncritical Theory: Postmodernism, Intellectuals and the Gulf War*. Amherst, University of Massachusetts Press, 1992, p. 17.

referência, a intenções, à autoridade textual, à leitura correta, à garantia autoral e assim por diante¹⁸.

1.2. Linguagem e ação: a teoria dos atos de fala e a “virada lingüística”

A teoria dos atos de fala faz parte de um projeto filosófico que surgiu em reação às correntes que dominavam a reflexão filosófica no final do século XIX: o idealismo absoluto e o empirismo, correntes que se voltavam para a problemática da consciência. O conceito de representação era o elemento central dessa tradição de pensamento. Em resposta a essa tradição, surge a filosofia analítica, que se volta para uma outra problemática: a da linguagem. A análise da linguagem passa a ser vista como a tarefa por meio da qual serão resolvidos os principais problemas filosóficos. Esse voltar-se da filosofia para a questão da linguagem ficou conhecido como a “virada lingüística” que marcou a filosofia no século XX. Essa “virada lingüística” tem em Frege as suas primeiras sementes. Mas é somente com a radicalização da filosofia analítica, mais precisamente com Wittgenstein e Austin, que essa “virada” ganha as formas de uma reviravolta no pensamento filosófico ocidental.

Esse novo projeto filosófico, iniciado com Moore e Russell, em seu primeiro momento, entendia que a principal tarefa da filosofia era a elucidação dos principais elementos de nossa experiência, elucidação esta que se faria por meio da análise da forma lógica das sentenças. A investigação filosófica se volta, pois, para a seguinte questão: como uma sentença adquire significado? A questão da representação cede lugar à questão do significado.

Desenvolvendo-se inicialmente a partir das idéias de lógicos neopositivistas, como R. Carnap, a filosofia analítica afirma que os pretensos problemas filosóficos desaparecem a partir do momento em que os termos em que eles são colocados são submetidos a uma análise. Em outras palavras, se a abordagem filosófica de um problema é antes de tudo o esclarecimento das noções implicadas na formulação desse problema, noções que são representadas por palavras da linguagem comum, então o filósofo deve ser levado à análise do sentido das palavras.

¹⁸ Idem, p. 18.

Mas surgem divergências no interior da filosofia analítica quanto ao valor da linguagem. Alguns representantes desse projeto filosófico consideram a linguagem como algo impreciso, inexato, inconsistente, que, por isso mesmo, deve passar por um processo de depuração. A linguagem não deveria ser trazida sem crítica para a pesquisa filosófica, sob pena de corrompê-la. Nesse primeiro momento da filosofia analítica, procurou-se substituir a linguagem cotidiana por uma linguagem artificial, formalizada, purgada dos defeitos da linguagem natural. Alguns representantes desse primeiro momento da filosofia analítica vão propor, então, uma reconstrução lógica da linguagem.

A corrente dominante da filosofia analítica, conhecida como a Escola de Oxford ou filosofia da linguagem ordinária, que tem em John Langshaw Austin o seu mais eminente representante, vai propor exatamente o contrário. O que é questionado pelos filósofos dessa tendência não é a linguagem, mas como ela é utilizada pelos filósofos. Para os representantes dessa corrente, o problema estava no *modo* como os filósofos utilizavam a linguagem. Os problemas filosóficos surgiam, pois, de uma utilização fora de propósito das palavras comuns. A Escola de Oxford se definia pelo lema: “o sentido é o uso” (*meaning is use*). A descrição do sentido de uma palavra é a descrição do seu modo de uso, é a indicação dos atos de linguagem que ela permite realizar. A linguagem não deve ser vista como ilógica. Ela tem uma lógica particular que estaria mais próxima da lógica da ação e não da lógica da matemática, como queriam os filósofos do primeiro momento, que tinham em Frege sua grande inspiração.

Para Austin, o objetivo da filosofia analítica era estudar o funcionamento da linguagem sem atrelar esse funcionamento a modelos lógicos que dessem conta das questões filosóficas. De acordo com Austin, eram os filósofos que criavam dificuldades para o entendimento da linguagem comum.

Para a filosofia da linguagem ordinária, os problemas filosóficos deveriam ser tratados como problemas semânticos, problemas que deveriam ser examinados à luz do uso comum da língua. Os representantes dessa escola entendiam que a investigação lingüística devia determinar as características elementares de possibilidade de uso da linguagem, características estas que forneceriam os elementos necessários para a determinação do significado. A preocupação não era chegar a soluções definitivas. A análise da linguagem não seria tomada em si mesma, mas enquanto análise dos contextos social e cultural de seu uso, enquanto prática social. A linguagem deveria ser vista como constituidora da realidade, o que

faz dessa forma de compreensão do funcionamento lingüístico (a linguagem como ação) um novo paradigma teórico. Esse novo paradigma coloca a questão da verdade noutros termos. A ‘verdade’, antes concebida como uma correspondência entre linguagem e mundo, passa a ser substituída pela idéia de eficácia do ato de fala – as condições de sucesso desse ato – e pela idéia de compromisso, o compromisso que é assumido na realização do ato.

A noção de significado dá lugar a uma compreensão da linguagem como algo que envolve características do contexto, convenções de uso e intenções dos falantes. Na primeira conferência que compõe *How to do things with words*, a obra mais emblemática da filosofia da linguagem ordinária, Austin considera que a análise filosófica da linguagem deve se orientar não por uma teoria do significado, mas por uma teoria da ação. A preocupação é saber *como* a linguagem adquire significado. A análise do ato de fala implica a análise da linguagem em uso, num determinado contexto, com fins determinados e a partir de determinadas convenções. Uma tal análise implica, sobretudo, o estudo das condições sob as quais a linguagem produz efeitos numa dada situação.

A teoria dos atos de fala resulta de uma crítica que Austin faz ao que ele chama de “falácia descritiva” de alguns filósofos. Ao argumentar que sentenças como “Eu sei que...” não descrevem fatos, mas atos mentais dos falantes, Austin propõe que tais sentenças não sejam vistas como descrições de fatos, mas como realizações de atos, o que vai fazer com que tais expressões não sejam nem verdadeiras nem falsas, mas sujeitas a condições de ‘felicidade’. Austin vai propor que estas expressões, por realizarem atos, sejam vistas como *performativas*.

Sua obra capital, *How to do things with words*, traduzida para o português com o título *Quando dizer é fazer*, traz uma discussão sobre a natureza da linguagem que a coloca como uma forma de ação. Falar é, portanto, realizar atos, atos de fala. Neste livro, Austin vai propor uma visão performativa da linguagem que vai implicar, entre outras coisas, o desaparecimento da fronteira que separa o campo lingüístico do campo filosófico. Uma outra implicação dessa visão é a impossibilidade de uma abordagem estritamente formalista, empiricista, cientificista da linguagem, que se paute numa cisão entre o sujeito e o objeto, como até hoje insistem alguns de seus mais ilustres herdeiros.

A questão da performatividade na linguagem começa a ser pensada já nos primeiros trabalhos de Austin, ou seja, nos textos, *How to talk* (1953), *Performative Utterances* (1956) e

Performatif-Constatif (1958). Mais tarde, esses textos passam a constituir a substância de *How to do things with words*.

Inicialmente, Austin começa a pensar a questão da performatividade na língua a partir da oposição que faz entre o que ele chama de enunciados performativos e enunciados constativos. A discussão sobre a possível diferença entre esses dois tipos de enunciados é o assunto da primeira conferência que compõe *How to do things with words*. Mas, à medida que a argumentação de Austin avança, ele começa a ver a impossibilidade de tal distinção.

Segundo Rajagopalan, depois que Austin verificou a impossibilidade da dicotomia constativo/performativo, o termo ‘performativo’ tornou-se, dentro da teoria dos atos de fala proposta por Austin, um predicado para qualquer enunciado, podendo, assim, ser definido como uma característica geral da linguagem. Segundo o autor, “o conceito de ‘ato ilocucionário’ emergiu das cinzas que sobraram da queima que Austin provocou, ao longo de suas doze palestras na Universidade de Harvard, em 1955, da distinção entre ‘enunciado constativo’ e ‘enunciado performativo’”.¹⁹ Rajagopalan faz questão de destacar que, o que os comentaristas de Austin têm esquecido de destacar com relação a essa guinada drástica é que

Ela faz parte de uma estratégia de argumentação muito bem planejada com todos os detalhes pelo filósofo inglês. Ou seja, quando propôs a distinção “constativo” *vs.* “performativo”, Austin já sabia muito bem que estava construindo algo para ser derrubado em momento oportuno – isto é, com a data e a hora marcada para a sua derrubada.²⁰

Ao pensar a linguagem por esta marca, Austin postula que todo dizer é um fazer. A performatividade não é, portanto, um privilégio apenas de certos tipos de enunciados. Tal constatação faz da teoria dos atos de fala uma visão performativa da linguagem.

Rajagopalan observa que, embora a partir de um certo momento de sua argumentação Austin reconheça a incoerência da distinção performativo-constativo, ele continua usando o termo “performativo”, antes usado para designar enunciados não-

¹⁹ Kanavillil Rajagopalan. *Atos ilocucionários como jogos de linguagem*. In: Estudos Lingüísticos XVIII – Anais de Seminários do GEL, 1989, p. 523.

²⁰ Idem, p. 523.

constativos. Embora o desaparecimento da distinção entre enunciado performativo e enunciado constativo tenha como contrapartida a perda da referência para a noção de performativo, o fato de Austin continuar usando esse termo não constitui, segundo Rajagoplan, exatamente uma incoerência. A razão é simples. Segundo esse autor, o termo ‘enunciado performativo’ sobreviveu ao desmoronamento da dicotomia ‘constativo/performativo’, simplesmente porque “designa um novo conceito que difere do seu antecessor e homônimo de modo radical”. Para o autor,

Essa diferença radical consiste precisamente em conceber a performatividade não mais em oposição e exclusão à dimensão verdade/falsidade, mas de tal maneira que a própria dimensão (que antes era a marca distintiva do constativo) viesse a ser algo que ganhasse a sua razão de ser, graças a um ato ilocucionário – a saber, a de constatação, agora tida como um ato de fala como qualquer outro do tipo institucional, já identificado e reconhecido. Com efeito, a verdade, longe de ser um conceito garantido em terreno independente, passa a ser uma dimensão que se instaura, em decorrência da execução efetiva de um ato ilocucionário. Em resumo, a verdade *a priori* cede seu lugar para uma outra noção de verdade, *a posteriori* à linguagem.²¹

Em síntese, o que o autor pretende mostrar é que Austin continua usando o termo ‘performativo’ simplesmente porque tal termo designa não o que define todo e qualquer enunciado, mas a própria natureza da linguagem. Rajagopalan considera que o fato de muita gente não ter percebido isso tem causado prejuízo à reflexão posterior sobre a natureza do enunciado performativo e do que Austin chamou posteriormente de ‘ato ilocucionário’. Segundo o autor, “trata-se de um novo modo, bastante original e ousado, de encarar a linguagem”. E acrescenta: “é neste momento que Austin começa a desiludir-se com a busca de um conjunto de critérios linguísticos ou formais que pudessem servir de instrumento infalível na identificação de um ato ilocucionário”.²²

²¹ Ibid., p. 524-5.

²² Ibid., p. 525.

Em sua discussão sobre o ato ilocucionário como jogo de linguagem, Rajagopalan destaca todos os argumentos que Austin utiliza em favor da tese da impossibilidade de se definirem critérios lingüístico-formais seguros para aferir a performatividade na língua. Segundo esse autor, o momento decisivo da argumentação de Austin em favor dessa tese acontece em dois momentos: primeiro, quando Austin procura desfazer a hipótese de que haveria uma nítida separação entre o par ‘verdade/falsidade’ e o par ‘felicidade/infelicidade’; segundo, quando Austin afirma que certos enunciados, como “Eu suponho que...”, “Eu presumo que...”, comportariam tanto uma leitura descritiva quanto uma interpretação performativa. Essas duas possibilidades levam, segundo Rajagopalan, a uma só conclusão: “a performatividade reside em como se aborda o enunciado e não em algo inerente ao enunciado enquanto objeto lingüístico”.²³ Assim, continua o autor,

Seriam em última análise, os interesses específicos de quem aborda a linguagem que vão levar à identificação num enunciado do tipo *Eu suponho que...* ora, um performativo, ora um descritivo. Ou melhor, ora um performativo explícito, ora um performativo implícito – pois, à luz da dissolução da dicotomia inicial “constativo/performativo” e a posterior re-definição da performatividade, não existe um descritivo que não seja na verdade um performativo mascarado.²⁴

Segundo o autor, este é o ponto mais crítico da discussão que Austin propõe ao longo das doze conferências que constituem o *How to do things with words*. Esse ponto crítico diz respeito ao fato de que

Se a performatividade é toda uma questão de olhar, isto é, de encarar a linguagem, não é mais de se estranhar que tenham fracassado todas as tentativas de se chegar a um conjunto de marcas formais que fossem necessárias ou suficientes, ou melhor, ambas, e que pudessem ser tomadas como determinantes da performatividade.

²³ Ibid., p. 526.

²⁴ Ibid., p. 527.

Simplemente porque nada havia na própria linguagem, enquanto forma, que nos obrigasse a identificar como a marca da presença da performatividade.²⁵

Por ser uma teoria que surge num momento muito particular da história recente, o pós-guerra, essa visão performativa da linguagem proposta por Austin vai, segundo Ottoni, desorganizar não só a ciência lingüística, mas a própria filosofia, através da proposição de uma nova forma de encarar o saber contemporâneo sobre a linguagem. A visão performativa de Austin introduz, segundo esse autor, uma “relação insolúvel entre sujeito e objeto”,²⁶ fazendo com que essas duas instâncias se fundam e passem a fazer parte indistintamente da significação.

1.3. Linguagem e interação: o signo como arena de luta

Como vimos no tópico anterior, a filosofia analítica é um empreendimento filosófico que procura desvendar a real natureza da linguagem. Num primeiro momento, para fazer da linguagem um instrumento seguro para a discussão das questões filosóficas; num segundo, vendo a natureza real do funcionamento da linguagem como a única forma possível de entender as questões filosóficas. Pois bem, antes de surgirem as grandes obras de referência do segundo momento da filosofia analítica, obras estas creditadas a filósofos do porte de Austin e Wittgenstein, um filósofo russo tentava analisar os problemas da filosofia da linguagem à luz da concepção marxista do mundo. Estou falando de Mikhail Bakhtin, cujo pensamento, tardiamente descoberto pelo Ocidente, antecipou em mais de quarenta anos, em relação ao pensamento ocidental, uma série de questões que provocaram grandes inquietações no centro da reflexão lingüístico-filosófica e continuam rendendo discussões. A concepção bakhtiniana do signo enquanto arena de lutas traz uma valiosa contribuição, não só para a redefinição dos limites da Lingüística, mas para o grande empreendimento da filosofia da linguagem, que é a compreensão da real natureza do funcionamento da linguagem.

Para Bakhtin, o signo verbal é um efeito das estruturas sociais. A palavra é uma espécie de arena onde se confrontam valores sociais contraditórios. Os conflitos no interior da

²⁵ Ibid., p. 527.

língua refletem os conflitos de classe. A atividade lingüística implica uma série de coisas, tais como: conflitos, relações de poder, dominação, resistência, luta pela hegemonia do sentido etc. Para Bakhtin, todo signo é, por natureza, ideológico. Por ser ideológico, o signo é vivo, móvel, plurivalente, embora as forças dominantes que o habitam se esforcem para torná-lo monovalente. O signo é concebido como veículo da ideologia, expressão das relações e lutas sociais. Ao mesmo tempo em que veicula, o signo sofre os efeitos da luta social. Toda palavra é, assim, pluriacentuada, o que significa dizer que acentos contraditórios cruzam-se no seu interior e que o sentido se constitui nesse e por esse entrecruzamento.

Para Bakhtin, a enunciação é a unidade básica da língua. De natureza social, ideológica, a enunciação é parte de um processo de comunicação ininterrupto, ao mesmo tempo em que constitui uma réplica do diálogo social. Toda enunciação dirige-se para um outro, mesmo quando ela acontece sob forma de discurso interior (um discurso consigo mesmo). Para Bakhtin, “o signo e a situação social estão indissociavelmente ligados.” A enunciação está ligada às condições de comunicação, que estão, por sua vez, ligadas às estruturas sociais. Bakhtin entende que

A enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. *A palavra dirige-se a um interlocutor*: ela é função da pessoa desse locutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social.²⁶

Essa forma de entender a linguagem é sustentada, assim, por dois conceitos basilares: dialogismo e alteridade. O signo é dialógico porque implica uma alteridade.

Bakhtin pensa o discurso como constituído por dois tipos de dialogismo: um voltado para os ‘outros discursos’ (o intertexto), outro voltado para o outro da interlocução (o destinatário). A fala seria, então, duplamente dialógica. O dialogismo bakhtiniano diz respeito, portanto, à presença de um outro num determinado discurso, seja em forma de intertexto, seja

²⁶ Paulo Roberto Ottoni. *Visão performativa da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, p. 13.

em forma de interlocutor. Todo discurso seria, pois, uma resposta a um outro. Enquanto resposta, esse discurso seria, então, constituído pelo confronto de opiniões de interlocutores, de visões de mundo, de tendências – a resposta que um interlocutor dá a um outro (interlocutor) direta ou indiretamente.

Bakhtin considera que, em um nível profundo, essas duas orientações do dialogismo são indissociáveis. Segundo ele, toda enunciação, mesmo na forma cristalizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e só é constituída enquanto tal. A enunciação seria tão somente um elo na cadeia dos atos de fala. Para Bakhtin, “toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as.”²⁸

Segundo Brait, o dialogismo pode ser visto de duas formas. Se por um lado, ele se refere ao “permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade”, fato que revela a natureza interdiscursiva da linguagem, por outro, ele caracteriza “as relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, instauram-se e são instaurados por esses discursos.”²⁹

Seja enquanto permanente diálogo entre os discursos que configuram uma comunidade, seja enquanto relação que um eu estabelece com um outro, a experiência do dialogismo, como lembra Geraldi, não se realiza sem tensões. Para esse autor, “assumir a relação dialógica como essencial na constituição dos seres humanos não significa imaginá-la sempre harmoniosa, consensual e desprovida de conflitos”.³⁰ Pois bem, esse aspecto do dialogismo é fundamental para entendermos por que, nos processos de enunciação, determinados ‘jogos’ de linguagem são acionados, e não outros; por que certas formas de nomeação prevalecem sobre outras, por que são investidas da forma que são, e por que produzem as implicações que produzem.

²⁷ Mikhail Bakhtin. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 112.

²⁸ Idem, p. 98.

²⁹ Beth Brait. *Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem*. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 98.

³⁰ João Wanderley Geraldi. A diferença idêntica. A desigualdade deforma. Percursos bakhtinianos de construção ética e estética. In: João Wanderley Geraldi. (Org.). *Ciências Humanas e Pesquisa - Leituras de Mikhail Bakhtin*. 1 ed. São Paulo, 2003, v. 1, p. 41.

Tudo o que Bakhtin afirma em relação às tensões sociais vale para pensarmos as tensões numa esfera mais ampla. Este trabalho se esforça, portanto, para mostrar que as tensões geo-políticas constituem, pois, um outro nível do que estou chamando de “guerra na língua”, uma guerra que tem na questão da representação uma de suas marcas mais contundentes.

1.4. Nomeação, representação e performatividade: as condições sociais da eficácia do discurso

A linguagem autorizada

Para Bourdieu, não é a palavra que é performativa, nem o enunciado, mas as condições sociais em que se realiza o discurso. A performatividade é devida a quem enuncia, investido que está de determinada autoridade para enunciar o que enuncia da forma como o faz. A força ilocucionária das expressões não está localizada nas palavras em si. Não existem vocábulos ‘performativos’. Para Bourdieu “o poder das palavras é apenas *o poder delegado* do porta-voz cujas palavras (a matéria de seu discurso e sua maneira de falar) constituem no máximo um testemunho entre outros da *garantia de delegação* de que ele está investido”.³¹

Essa é a grande ressalva que Bourdieu faz à teoria dos atos de fala, de Austin, que creditava ao próprio discurso, ou seja, à substância propriamente lingüística da palavra, o princípio da eficácia da linguagem. Segundo Bourdieu,

Tentar compreender lingüisticamente o poder das manifestações lingüísticas ou, então, buscar na linguagem o princípio da lógica e da eficácia da *linguagem institucional*, é esquecer que a autoridade de que se reveste a linguagem vem de fora (...). Pode-se dizer que a linguagem, na melhor das hipóteses, *representa* tal autoridade, manifestando-a e simbolizando-a.³²

³¹ Pierre Bourdieu. *A economia das trocas lingüísticas – o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998, p. 87.

³² Idem, p. 87.

Bourdieu lembra que existe uma retórica característica de todos os discursos institucionais, isto é, “da fala oficial do porta-voz autorizado que se exprime em situação solene, e que dispõe de uma autoridade cujos limites coincidem com a delegação da instituição”. Bourdieu insiste no fato de que o uso da linguagem, que diz respeito tanto à maneira como se fala quanto à matéria do discurso, “depende da posição social do locutor”. Esse locutor “comanda o acesso que se lhe abre à língua da instituição, à palavra oficial, ortodoxa, legítima”.³³ Segundo Bourdieu,

O acesso aos instrumentos legítimos de expressão e, portanto, a participação no quinhão de autoridade institucional, está na raiz de *toda* a diferença – irredutível ao próprio discurso – entre a mera impostura dos ‘mascaradores’ (*masqueraders*) que disfarçam a afirmação performativa em afirmação descritiva ou constatativa e a impostura autorizada daqueles que fazem a mesma coisa com a autorização e a autoridade de uma instituição. O porta-voz é um impostor provido do cetro (*skeptron*).³⁴

Nessa perspectiva, os tipos de enunciadores que estão em questão neste trabalho, a saber, o jornalista, porta-voz da instituição do jornal, e a autoridade militar ou política, não deixam de ser esses impostores providos de cetro, que enunciam amparados pelo poder de uma instituição, ou melhor, investidos de um poder delegado por uma instituição. Nesse sentido, não é exagero considerar que em algumas ocasiões, o jornalista, por exemplo, acaba assumindo o papel de um duplo procurador, uma vez que se constitui porta-voz da instituição jornalística e porta-voz de um discurso oficial, quando põe em cena os mesmos jogos de representação ou os mesmos processos de linguagem constitutivos desse discurso, isto é, quando, enquanto um tipo de voz autorizada, reforça outra voz autorizada, constituindo a soma dessas vozes um grande fluxo dominante – o discurso corrente.

Bourdieu concorda com a afirmação de Austin de que as enunciações servem tanto para descrever estados de coisas, como para executar uma ação. No entanto, esse poder resulta do fato das palavras não serem enunciadas a título pessoal por um enunciador que é apenas seu

³³ Ibid., p. 87.

‘portador’. Para Bourdieu, só existe ação pela palavra, ou seja, só existe uma ação pela palavra sobre outros agentes e sobre as próprias coisas, porque existe um porta-voz autorizado cuja fala concentra o capital simbólico acumulado por um grupo que lhe conferiu status e autoridade necessários para falar, um grupo do qual ele é procurador. Nesse sentido, Bourdieu considera que apenas aparentemente as leis da física social escapam às leis da física natural. Ou seja, para que um enunciado performativo tenha êxito basta que haja uma adequação do locutor (isto é, de sua função social) e do discurso que ele enuncia. Em outras palavras, se o enunciador não dispõe de poder e autoridade suficientes para dizer o que diz, o enunciado estará condenado ao fracasso. Bourdieu lembra que “o êxito destas operações de magia social que são os atos de autoridade (ou então, o que dá no mesmo, os atos autorizados) está subordinado à confluência de um conjunto sistemático de condições interdependentes que compõem os rituais sociais”.³⁵

Bourdieu considera que é inútil tentar procurar na lógica propriamente lingüística das diferentes formas de argumentação, de retórica e de estilística, o princípio de sua eficácia simbólica. É preciso “estabelecer a relação entre as propriedades do discurso, as propriedades daquele que o pronuncia e as propriedades da instituição que o autoriza a pronunciá-lo”.³⁶ Para Bourdieu, os limites e o interesse da tentativa de Austin de caracterizar os enunciados performativos dizem respeito ao fato de o filósofo não chegar a fazer exatamente o que pensava estar fazendo. Ou seja, “ao acreditar estar contribuindo para a filosofia da linguagem, Austin trabalha na teoria de uma classe particular de manifestações simbólicas cuja forma paradigmática é o discurso de autoridade”. A eficácia dessas manifestações prende-se ao fato de que estas “parecem encerrar *em si mesmas* o princípio de um poder que reside efetivamente nas condições institucionais de sua produção e de sua recepção”. Ou seja, “a especificidade do discurso de autoridade reside no fato de que não basta que ele seja *compreendido*, é preciso que ele seja *reconhecido* enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio”.³⁷ Bourdieu insiste na idéia de que

³⁴ Ibid., pp. 87-89.

³⁵ Ibid, p. 89.

³⁶ Ibid, p. 89.

³⁷ Ibid, p. 91.

A linguagem de autoridade governa sob a condição de contar com a colaboração daqueles a quem governa, ou seja, graças à assistência dos mecanismos sociais capazes de produzir tal cumplicidade, fundada por sua vez no desconhecimento, que constitui o princípio de toda e qualquer autoridade”. (...) “A eficácia simbólica das palavras se exerce apenas na medida em que a pessoa-alvo reconhece quem a exerce como podendo exercê-la de direito, ou então, o que dá no mesmo, quando se esquece de si mesma ou se ignora, sujeitando-se a tal eficácia, como se estivesse contribuindo para fundá-la por conta do reconhecimento que lhe concede.”³⁸

A força da representação

A questão da representação, como disse no final do tópico anterior, é um dos traços mais contundentes do conflito que atravessa a linguagem. Pois bem, estou pensando este conceito na perspectiva de Bourdieu. Embora esse autor lance mão do conceito de representação para pensar a construção de identidades ‘regionais’ ou ‘étnicas’, o que o leva a falar em dois tipos de representação – as *representações mentais* (atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, em que os agentes investem seus interesses e pressupostos) e as *representações objetais* (coisas ou atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que tendem a determinar as representações mentais) –, interessa-me aqui pensar tal noção apenas enquanto ato de percepção, recorte, di-visão. Utilizo-me, pois, da análise que Bourdieu faz da questão das identidades ‘regionais’ para pensar as representações enquanto lutas entre classificações, “lutas pelo monopólio do poder de fazer ver e de fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por essa via, *de fazer e desfazer os grupos*”.³⁹ Como lembra o próprio Bourdieu,

o móvel de todas essas lutas é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, tão logo se impõem ao conjunto de um grupo, estabelecem o sentido e o consenso sobre o sentido, em particular sobre a

³⁸ Ibid, pp. 91-95.

³⁹ Ibid, p. 108.

identidade e a unidade do grupo, que está na raiz da realidade da unidade e da identidade do grupo.⁴⁰

Embora Bourdieu utilize tal noção para pensar as divisões sociais num plano mais estrito, a noção de representação enquanto di-visão, recorte, que remete, por sua vez, à idéia de fronteira, é extremamente útil para pensar as questões que levanto em meu trabalho.

Ao pensar a questão das identidades ‘regionais’ ou ‘étnicas’, Bourdieu lembra, citando Benveniste, que a etimologia da palavra ‘região’ (regio) remete ao “princípio da di-visão, ato mágico, ou seja, propriamente social, de *diacrisis* que introduz por *decreto* uma descontinuidade decisória em meio à descontinuidade natural”⁴¹. Isso vale, continua Bourdieu, tanto para as regiões do espaço como para as idades, os sexos etc. De acordo com Bourdieu,

Regere fines, o ato que consiste em ‘traçar as fronteiras em linhas retas’⁴², em separar ‘o interior e o exterior, o domínio do sagrado e o domínio do profano, o território nacional e o território estrangeiro’, é um ato *religioso* levado a cabo pelo personagem investido da mais alta autoridade, o *rex*, incumbido de *regere sacra*, de fixar as regras que produzem para a existência exatamente aquilo que elas prescrevem, de falar com autoridade, de pré-dizer no sentido de dar existência ao que se diz por meio de um dizer executório, em suma, de fazer acontecer o futuro que se enuncia⁴³.

Outra vez em referência a Benveniste, Bourdieu lembra que a *regio* e suas fronteiras (*fines*) são tão somente “o vestígio morto do ato de autoridade que consiste em circunscrever o país, o território (que também se chama *fines*), em impor a definição (outro sentido de *finis*) legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território”. Em síntese, a *regio* e suas fronteiras constituem “o princípio de di-visão legítima do mundo social”. Finalmente, de acordo com Bourdieu, “este ato de direito que consiste em afirmar com autoridade uma

⁴⁰ Ibid, p.108.

⁴¹ Ibid, p. 109.

⁴² Emile Benveniste. *Le Vocabulaire des Institutions Indo-européennes*, II, “Pouvoir, Droit, Religion”. Paris: Éditions de Minuit, 1969, pp.14-15.

⁴³ Pierre Bourdieu, *op. cit.* p. 109.

verdade com força de lei constitui um ato de conhecimento que, por estar fundado, como qualquer poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência do que enuncia”.⁴⁴

⁴⁴ Idem, p. 109.

Capítulo II

Violência e modernidade

Quem vive a combater um inimigo tem todo o interesse
em ele continuar vivo
(Nietzsche).

2.1. Civilização e barbárie

O conceito de civilização é um daqueles importantes conceitos sem os quais não podemos pensar a experiência da modernidade. Tal conceito, a exemplo dos conceitos que constituem a base da estrutura da experiência ocidental, só é tornado possível a partir do seu contraponto, qual seja, o conceito de barbárie.

Assim como a idéia de civilização implica a idéia de barbárie, a experiência da modernidade (que não deve ser pensada como algo que já aconteceu, mas como algo que deve estar sempre acontecendo, como um porvir) implica a experiência da violência que a tornou possível – a violência fundadora da modernidade. Mas a relação entre violência e modernidade não deve ser pensada unicamente nessa perspectiva. Precisamos pensar também na violência que uma certa forma de modernidade produz e que constitui um mecanismo de refundação ou reafirmação dessa mesma experiência de modernidade, fato este que nos leva a constatar a força de uma herança que marca de uma maneira extremamente forte nossa forma de pensar e de agir, qual seja, a herança religiosa.

Embora o pensamento laico-secular e moderno seja mostrado em sua maturidade (Kant) como algo que estaria rompendo com uma cultura político-teológico-milenar, através do que ficou conhecido como ‘a morte de Deus’, no pensamento ocidental, veremos que a

modernidade continua ainda marcada pela herança latino-românica do *religio*, uma herança que ainda está entranhada de forma impressionante nas veias políticas do suposto mundo moderno.

De acordo com Joel Birman, o processo civilizatório se constitui a partir da conquista de territórios e posições ocupados pela barbárie. Tal processo se dá de forma contínua, num movimento insistente que está sempre sendo recomeçado. Pensando em termos da experiência moderna, todas as grandes conquistas ou invasões que foram empreendidas das terras alheias tiveram como justificativa a ocupação dos espaços da barbárie.

Foi essa idéia, por exemplo, que comandou o projeto neo-colonialista, empreendido pela Inglaterra e pela França no século XIX. Apoiados na crença de uma superioridade racial e cultural, calcada, como lembra Rajagopalan, no mito de uma civilização mais avançada, esses países, montados no argumento de que era preciso levar a civilização aos recantos ‘bárbaros’ do mundo, promoveram a exploração e a escravização de diversos povos na África e na Ásia.⁴⁵ Quando pensamos, portanto, em processo civilizatório e sua expansão, uma das questões que devem vir à tona é o estabelecimento de uma relação de dominação de alguns povos sobre outros, sob o argumento de que o dominador o faz porque é superior e porque deseja levar ao outro bárbaro e selvagem a experiência da civilização.

Os projetos expansionistas do século XX, a saber, o expansionismo soviético e o expansionismo americano não passam ao largo de argumentos como esse. A promessa de liberdade, de democracia, de emancipação, acompanhou tanto um quanto o outro. A idéia de expansão da experiência da civilização vem servindo há muito tempo de pretexto para projetos imperialistas e autoritários. Uma das justificativas das recentes guerras feitas pelos EUA e seus aliados contra o Afeganistão e o Iraque foi o fato de que a guerra iria levar democracia e liberdade para esses povos, tiranizados por governos totalitários e repressores.

A propósito dessa questão, Birman lembra que “o processo civilizatório pode se enunciar numa linguagem bélica ou pacifista”, dependendo das circunstâncias envolvidas. Isso porque, segundo o autor, “a barbárie se inscreve sempre, no projeto civilizatório, no registro da guerra, mesmo quando o processo civilizatório não assume ostensivamente qualquer

⁴⁵ K. Rajagopalan. A construção de identidades e a política de representação. In: FERREIRA, Lúcia M. A. & ORRICO, Evelyn G. D. *Linguagem, identidade e memória social – novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002, p. 80.

ofensiva propriamente militar”.⁴⁶ O autor lembra que o mundo civilizado está sempre atento para combater o que pode surgir no território da barbárie. Tal questão nos leva a inferir que os registros da civilização e da barbárie são pensados enquanto espaços distintos, separados pela mesma fronteira. Se pensarmos, por exemplo, em termos desconstrucionistas, teríamos uma estrutura significante constituída por dois pólos que se definem a partir de uma relação de oposição em que um elemento se funda a partir da existência do *outro*.

A fronteira que separa uma instância da outra é, no entanto, sujeita a variações. A mobilidade seria um traço constitutivo de tal fronteira que, conforme Birman, assumirá “direções e posições inesperadas, dependendo do gesto e da direção de quem a manipula”,⁴⁷ ainda que se mantenha intocada, de forma sempre a demarcar uma diferença entre esses espaços. Essa mobilidade de fronteira entre esses dois espaços mostra que tais instâncias não se referem a substancialidades, o que equivale a dizer que elas se definem apenas por uma relação de oposição.

Embora essa oposição seja definida fundamentalmente por uma relação, por uma fronteira cuja mobilidade permite a reconfiguração dos limites de cada instância, e não por constituir um par de substancialidades, a recorrência a essas noções nos discursos que falam sobre a questão da violência dos conflitos atuais tem, na sua base, pressupostos que apontam para uma compreensão desses territórios enquanto substancialidades.

Birman lembra que, se essas duas instâncias não se referem a algo absoluto, mas constituem um campo dinâmico demarcado por relações que as colocam em oposição, não devemos nos esquecer de que tais relações foram construídas historicamente. Houve um gesto que fundou tal oposição, que demarcou tal fronteira, com todas as consequências éticas, estéticas e políticas previstas.

Já na Antigüidade, a noção de bárbaro remetia ao outro, ao forasteiro. O bárbaro era sempre o outro, o estrangeiro. No entanto, a noção de barbárie enquanto o oposto da civilização é um elemento tipicamente constitutivo da modernidade ocidental, logo transformada em processo civilizatório. Como não poderia ser diferente, a noção de barbárie é

⁴⁶ Joel Birman. Nas fronteiras da barbárie. In: ROSENFIEL, D. L. & MATÉI, J-F. *O terror*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 127.

⁴⁷ Idem, p. 128.

jogada para o domínio do outro. São forjados, então, segundo Birman, os jogos de linguagem que vão definir a tradição do Ocidente do século XVI para cá. De acordo com Birman,

Esses *jogos de linguagem* foram a condição de possibilidade para a construção de certos *jogos de verdade* balizados em torno desta oposição, de modo a serem efetivamente produzidas certas *formas de subjetivação* fundadas sempre nos valores da civilização e da barbárie. Essas formas de subjetivação foram sempre delineadas de maneira *hierárquica*, formando as marcas ética e estética que as caracterizavam⁴⁸.

Desde o século XVI, continua o autor, que essa oposição, assim como outras correlatas, vem direcionando as incursões européias no Novo Mundo, na Ásia e na África, norteando o colonialismo. No século XIX, quando a auto-afirmação européia, inspirada num novo conceito de nacionalismo, constituído pela crença numa superioridade racial, lança-se outra vez na busca das riquezas alheias, abrindo uma nova temporada de colonização, é a idéia de civilização enquanto centro que impulsiona a retomada do projeto europeu de expansão dos seus domínios. Como disse no início deste tópico, a fronteira estabelecida entre um mundo auto-representado como civilizado e um mundo representado por este como bárbaro tem servido de pretexto – assim como o argumento de que é preciso ocupar o máximo possível os espaços da barbárie – para a colonização de povos, para a exploração e o saqueamento de suas riquezas, enfim, para a extensão dos limites do domínio civilizado. É o impulso etnocêntrico empurrando o *mesmo* para a dominação do *outro*, para sua domesticação.

Edward Said, por exemplo, lembra, em *Cultura e Imperialismo*, que a própria linguagem que é mobilizada para falar dos conflitos mundiais mais recentes revela o quanto nós, ocidentais, ainda somos herdeiros de uma *cultura do império*.⁴⁹ Conforme veremos neste trabalho, os discursos africanistas, indianistas, orientalistas e as formas pelas quais a Europa etnocentrista representava os povos cujas diferenças eram vistas como justificativa para o seu adestramento e dominação não são coisas do passado.

Depois do “11 de setembro”, estamos assistindo a uma mesma partição do mundo em duas partes: “mundo civilizado”, de um lado (civilização substancializada não só em termos

⁴⁸ Ibid, p. 128.

políticos mas em termos econômicos) e bárbaros (terroristas e “Estados renegados”), de outro. Essa partição do mundo, instituída pelos Estados Unidos depois do “11 de setembro”, foi uma retomada da velha fronteira sem a qual nenhum projeto expansionista tem razão de existir: a fronteira que coloca de um lado o legítimo (que deve ser mantido a todo custo) e, do outro, o ilegítimo (que deve ser combatido, porque representa uma ameaça).

Nesse sentido, a forma pela qual o “11 de setembro” foi construído oficial e midiaticamente é reveladora de um movimento contínuo de refundação da barbárie que, no caso dos conflitos atuais, precisa dar forma e conteúdo à velha figura do novo inimigo do Ocidente. Sem sombra de dúvidas, podemos asseverar que o mesmo argumento hoje se repete: o terrorismo é hoje o elemento diferencial da nova configuração dos domínios da civilização e da barbárie. Embora ele tenha surgido já como consequência de um movimento de expansão do Ocidente, movimento este comandado pela mesma lógica que norteou o colonialismo do passado, a forma como esse elemento é apropriado o coloca como o traço distintivo da instância que sempre ameaçou o domínio do civilizado. Um outro traço diferencial do domínio da barbárie seria, como vimos, o chamado ‘estado renegado’, identificado com o totalitarismo, com a figura do ditador cruel, como Saddam Hussein, por exemplo.

2.2. O Estado de direito e o monopólio da violência: a barbárie da civilização

De acordo com Derrida, “o conceito de violência (*Gewalt*) não permite uma crítica avaliadora senão na esfera do direito e da justiça (*Recht, Gerechtigkeit*) ou na das relações morais (*Sittliche Verhältnisse*)”.⁵⁰ Derrida lembra que a violência não é um fato da ordem do natural, do físico. O conceito de violência pertence, segundo ele, à ordem simbólica do direito, da política e da moral. Só há violência quando há intenção, o que nos leva a concluir que a discussão da questão da violência cai inexoravelmente no campo ético-político. Nesse sentido, um discurso sobre a violência implica também um discurso sobre a linguagem e suas dimensões ético-político-ideológicas, sobre as tensões que permitem a emergência de certos jogos de linguagem, de certas práticas de discurso, enfim, sobre a luta pela hegemonia dos sentidos.

⁴⁹ Edward W. Said. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

⁵⁰ Jacques Derrida. *Força de lei – o ‘fundamento místico da autoridade’*. Trad. Fernanda Bernardo. Porto: Campo das letras, 2003, p. 59.

De um ponto de vista jurídico, a tradição do direito positivo, seja numa perspectiva interna (Direito estatal) ou externa a um Estado (Direito internacional), na sua relação com a tradição jusnaturalista, ajuda-nos a entender o que está acontecendo hoje na guerra que está sendo imposta pelos EUA a países como o Afeganistão e o Iraque.

Tomando por base o que nos diz Walter Benjamin sobre a diferença entre essas duas tradições do direito, ou seja, que, enquanto “o direito natural esforça-se por ‘justificar’ os meios através da justiça dos fins, o direito positivo esforça-se por ‘garantir’ a justiça dos fins através da legitimação dos meios”,⁵¹ podemos falar da mobilização de um desses discursos do direito pelos EUA para justificar e legitimar a violência que está sendo imposta a esses povos.

Se considerarmos que a liberdade, de acordo com Norberto Bobbio⁵², consiste no direito de um povo decidir seu próprio destino, significando esse direito autonomia para legislar para si mesmo, ou, se pensarmos em termos de Rousseau, para quem a liberdade era a “obediência às leis que nós mesmos nos prescrevemos”⁵³, será possível, então, considerar que países como o Iraque e o Afeganistão, que vivem hoje a terrível experiência da invasão, da perda de sua autonomia e soberania política e, por que não dizer, de uma neo-colonização, já que suas riquezas são administradas pelas forças invasoras, poderão, a curto prazo, viver a experiência da liberdade no sentido apresentado acima?

Se considerarmos o que nos diz Derrida, na interpretação que faz de Benjamin, sobre o fato de que “o que ameaça o direito pertence já ao direito, ao direito ao direito, à origem do direito”,⁵⁴ que seria a violência *fundadora* desse mesmo direito, e mais, se considerarmos, ainda seguindo o raciocínio de Derrida, que todo Estado tem medo dessa violência *fundadora*, dessa violência que é “capaz de justificar, de legitimar (*begründen*) ou de transformar relações de direito (*Rechtsverhältnisse*), e portanto, de se apresentar como tendo um direito ao direito”,⁵⁵ podemos concluir que em qualquer estado de força, caracterizado por uma configuração que mostre a existência de um super poder – super poder este que só se constitui como tal a partir de uma opção por um movimento de expansão cujo objetivo é a dominação material e cultural

⁵¹ Walter Benjamin. Pour une critique de la violence. In: *Mythe et Violence*. Trad. Francesa de M. de Gandillac, Denoël Gonthier, 1974, p. 25.

⁵² Norberto Bobbio. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992, 217 p.

⁵³ *Apud* Norberto Bobbio, *op. cit.*

⁵⁴ Jacques Derrida. *Força de lei – o fundamento místico da autoridade*. Trad. Fernanda Bernardo. Porto: Campo das letras, 2003, p. 64.

⁵⁵ *Idem*, p. 64.

de outros povos – e de forças que a ele se opõem, haverá sempre uma violência conservadora (no sentido de Benjamin) empreendida pelo lado forte desse estado de poder, para garantir não só a permanência de sua configuração, mas o movimento de sua expansão, condição de sua subsistência.

A violência conservadora desse estado de poder, que é também (re)fundadora, como veremos adiante, não deve receber um estatuto diferente da violência praticada em reação a ele, por uma razão simples: trata-se de uma violência ilegítima, dada a sua natureza expansionista, que vitimiza da mesma forma que a violência dita ilegítima do conflito assimétrico que ela produz, mas que é simbolizada de maneira diferente, por uma simples questão de relações (posições) de poder. Essa simbolização, que confere um estatuto diferente à violência do Estado expansionista (no caso do que estamos discutindo, a violência imposta pelos EUA e seus aliados a um grupo de países), é sustentada pelo recurso a uma pretensa superioridade moral que supostamente distinguiria a violência praticada pelo *establishment* da violência que é contra ele dirigida.

Essa diferença de estatuto, cujo principal suporte seria a superioridade moral que caracterizaria o lado forte do confronto, representado como paradigma ou ideal de civilização, é sustentada por determinados jogos de linguagem ou processos lingüísticos que podem ser verificados tanto numa dimensão micro-física quanto numa dimensão macro-física das redes de poder.

De um certo ponto de vista, tanto a violência praticada pelo *establishment* quanto a que é praticada pelas forças que lhe fazem resistência reivindica o direito ao direito de fazer valer sua lógica através de uma mesma força, através de uma mesma violência. O conflito assimétrico revela nada mais do que uma segunda violência que reage contra uma primeira que, por seu turno, esquece-se de que foi tornada possível através de uma violência, uma violência fundadora. Se a dimensão conservadora e ao mesmo tempo refundadora da violência legitimada de um estado de poder expansionista for levada às últimas conseqüências, dificilmente teremos condições de diferenciar tal violência da que é produzida em reação a ela, como a chamada violência terrorista, por exemplo. Não nos esqueçamos de que o terrorismo é uma categoria política cuja apropriação é feita fundamentalmente para reforçar a fronteira entre o legítimo e o ilegítimo.

A análise que Derrida propõe do clássico texto de Benjamim, “Para uma crítica da violência”, contém alguns elementos que podem ser úteis à compreensão dos conflitos assimétricos que a ordem atual de força produz. A análise de Derrida nos leva a inferir que a violência produzida em reação a esse estado de força pertence antecipadamente à ordem de um direito a transformar – um direito que permitiu a emergência desse estado de poder – mesmo que essa violência reacionária, nos tempos atuais praticada pelos chamados grupos terroristas, possa “ferir o nosso sentimento de justiça”. Derrida lembra que “apenas esta violência apela e possibilita uma ‘crítica da violência’, que determina esta como uma coisa diferente do exercício natural da força”. Derrida lembra que para que uma crítica da violência seja possível, é preciso primeiro “reconhecer sentido a uma violência que não é um acidente advindo do exterior ao direito”.⁵⁶ No caso, ao Estado de direito que se vê ameaçado por uma violência classificada de ilegítima, bárbara e perversa.

Derrida lembra que “todas as situações revolucionárias, todos os discursos revolucionários, de esquerda ou de direita (...), justificam o recurso à violência alegando a instauração em curso ou por vir de um novo direito: de um novo Estado”.⁵⁷ No caso do conflito em questão, e do ponto de vista do *establishment*, um Estado sem a ameaça do terrorismo. Segundo Derrida, como esse direito por vir, reclamado pelo Estado que se vê ameaçado e que precisa impor novas leis e caçar direitos civis, “legitimará por sua vez, retrospectivamente, a violência que pode ferir o sentimento de justiça, o seu futuro anterior já a justifica”.⁵⁸

Se trouxermos a questão do temor do Estado à violência fundadora, a mesma que permitiu a sua emergência, para uma visada do que está acontecendo hoje no mundo em termos do conflito que está em análise (na verdade, um velho conflito que se apresenta sob nova vestimenta) é possível afirmar que depois do “11 de setembro”, as forças que se constituíram para empreender a chamada “guerra ao terror” fazem uso desse velho expediente da referência a um futuro anterior, mobilizado para justificar a violência empreendida para salvaguardar uma ordem que precisa da figura de um inimigo, elemento que garante a

⁵⁶ Ibid, p. 64.

⁵⁷ Ibid, pp. 64-5.

⁵⁸ Ibid., p. 65.

possibilidade de expansão e de conservação dessa mesma ordem. Derrida lembra uma questão extremamente importante que é o fato de que

Uma revolução ‘conseguida’, a fundação de um Estado ‘conseguida’ (um pouco em que se fala de um ‘*felicitous*’ ‘*performative speech act*’) produzirá *posteriormente* [*après coup*] o que *antecipadamente* [*d’avance*] estava já destinada a produzir, a saber, modelos interpretativos próprios para ler retroactivamente, para dar sentido, necessidade e, sobretudo, legitimidade à violência que produziu, e entre outros, o modelo interpretativo em questão, isto é, o discurso da sua auto-legitimação.⁵⁹

Derrida argumenta que é preciso levar isso em consideração no momento de definir e “de-limitar um direito internacional construído sobre o conceito ocidental de soberania estatal e de não-ingêrência, mas também para pensar a sua perfectibilidade infinita”.⁶⁰ O que está sendo posto em questão aqui é esse aspecto contraditório e aporético do direito: a busca de modelos interpretativos próprios para tornar legítima e necessária à violência que produz.

A questão que Derrida apresenta, e que vai além do propósito de Benjamim, segundo a qual a própria violência da fundação ou da *posição do direito* deve envolver a violência da *conservação do direito*, remete-nos a um dos problemas centrais da linguagem: a repetição, a iterabilidade dos sentidos enquanto mecanismo de conservação de determinadas relações de poder. Se considerarmos certos processos de linguagem a partir desta questão colocada por Derrida, qual seja, a natureza ambígua da violência fundadora do direito que, ao mesmo tempo em que o posiciona, inscreve nesse posicionar do direito o germe da repetição e da iterabilidade, fazendo dessa fundação também uma promessa, a possibilidade de repetição do gesto inaugural e instituidor do direito, a linguagem passa a constituir uma espécie de direito, um direito instituído.

Se pensarmos, por exemplo, em certos mecanismos de produção do sentido (por exemplo, a recorrência a certas formas de nomeação/referenciação, a certas formas de predicação), mecanismos estes geradores de objetos de discurso do tipo “terrorismo”, “terrorista”, “estados delinquentes”, “eixo do mal”, “fanático religioso”, “fundamentalista”,

⁵⁹ Ibid., p. 67.

verificamos que os processos de linguagem também constituem gestos de re-fundações de uma certa forma de direito, um direito que se manifesta sob forma de linguagem, de discurso, um direito de sentido, um direito que se materializa na reclamação de legitimidade para tais e tais sentidos.

Em síntese, a discussão que Derrida empreende sobre a questão do direito nos coloca mais uma necessidade de relação com um impossível: a justiça. Derrida está sempre nos chamando a atenção para a necessidade de nos relacionarmos com alguns impossíveis.

O fato da justiça enquanto direito dispor apenas de um fundamento místico – o que significa dizer que o que a justifica é uma promessa de justiça, algo que ainda virá, um por vir, e sendo esse fundamento apenas a crença na autoridade da lei – é que nos obriga a pensar a justiça enquanto uma relação com o impossível, enquanto uma “experiência daquilo de que não podemos fazer a experiência”,⁶¹ mas uma relação que precisa ser estabelecida. É só dessa forma, esbarrando numa aporia, numa não-passagem que podemos pensar noções como justiça e outras tão caras à nossa tradição.

Derrida nos lembra, não sem sofreguidão, “que não existe justiça sem esta experiência, impossível como ela é, da aporia”. E acrescenta: “A justiça é uma experiência do impossível. Uma vontade, um desejo, uma exigência de justiça, cuja estrutura, não fosse uma experiência da aporia, não teria qualquer *chance* de ser o que é, a saber, um justo *apelo* da justiça”.⁶²

2.3. A instituição da violência terrorista: a barbárie na civilização

Do terrorismo de extrema esquerda ao “11 de setembro”

O terrorismo é um tipo de ação que caracterizou um período cujos conflitos estavam relacionados, por um lado, à era do capitalismo industrial, que fez emergir movimentos trabalhistas, e, por outro, à chamada Guerra Fria, conflito que opôs por mais de quatro décadas dois blocos de países estruturados em torno de uma superpotência: EUA e os países

⁶⁰ Ibid., p. 67.

⁶¹ Jacques Derrida. *Força de lei. Op. cit.*, pp. 27-8.

⁶² Idem, p. 28.

capitalistas, de um lado, e União Soviética e os países socialistas, de outro. O terrorismo é, então, como mostra Michel Wieviorka, o mal secreto de dois conflitos que se desfazem: um internacional, político e geo-político, outro, social, próprio das sociedades industriais que produzem movimentos que se insurgem contra a exploração dos donos da indústria. O ‘terrorismo’ é um tipo de ação praticado em nome de um marxismo-leninismo mais “puro”, diferente do que é posto em prática na então União Soviética, por vezes ganhando feições anarquistas ou mesmo nãilistas.⁶³ Por outro lado, o terrorismo é uma reação dos trabalhadores a um estado de exploração e pretende encarnar os mais altos interesses e aspirações do proletariado. Mas, como mostra o autor, esse terrorismo de extrema esquerda, seja ele político, anarquista ou marxista-leninista, praticamente desapareceu, não exatamente por conta de repressão mas vítima de sua própria exaustão. O seu esgotamento vem junto com o fim da era das sociedades industriais, caracterizadas que eram por lutas do movimento trabalhador, e com o fim da Guerra fria, conflito que vai favorecer a apropriação desse tipo de prática por alguns Estados. Esse tipo de terrorismo praticamente desapareceu, embora sempre possa reaparecer na ação de pequenos grupos, como tem ocorrido, por exemplo, em países como a Itália.

Em sua análise das derivas, mudanças e transformações que esse tipo de ação experimentou nas últimas décadas do século XX, mudanças essas que foram definitivamente demonstradas nos atentados do “11 de setembro de 2001”, Wieviorka destaca que o fim da guerra fria e do terrorismo de extrema esquerda nos permitiu melhor compreender a relação que há entre o que o autor chama de o “baixo” (a formação dos agentes e dos movimentos terroristas) e o “alto” (os estados que os acolhem, que os “patrocinam”) da chamada ação terrorista.

O autor lembra que nos anos 1970-80, existiam dois tipos de análises da chamada ação terrorista que privilegiavam um ou outro pólo. A análise menos freqüente era a que partia do “baixo”, ou seja, das derivas de contestações sociais e políticas. A mais freqüente era a que considerava o “alto” e insistia na apropriação desse tipo de prática por alguns Estados, em particular comunistas. Essas análises sustentavam a tese de um “fio vermelho” ou de uma “internacional” do terrorismo comandada por Moscou. A queda do muro de Berlim permitiu o

⁶³ Michel Wieviorka. *Terrorismes: une rupture historique?* In: MONTBRIAL, Thierry de & DEFARGES, Philippe Moreau. *Les grandes tendances du monde*. Revue Ramses, 2003, Paris, Dunod, pp. 29-30.

acesso a arquivos que revelaram que o terrorismo de extrema esquerda tinha recebido apoio de vários países satélites da União Soviética, a começar pela Alemanha.

A discussão dessa dimensão do esquema da ação terrorista – o apoio ou a apropriação por parte de alguns Estados – não invalida as análises que se voltam para a outra dimensão do problema, mas lembra que não há ação terrorista durável, sobretudo em nível internacional, sem o apoio ou agenciamento de alguns Estados, onde os ativistas não só se encontram protegidos de todo tipo de repressão, mas contam com o apoio logístico que é dado sob forma de dinheiro, facilidades diplomáticas e armas. Wieviorka lembra que esse apoio não é, no entanto, desinteressado. Esses Estados utilizam os grupos terroristas de maneira para-diplomática, ou seja, em atividades que envolvem ações como a eliminação de opositores no estrangeiro, pressões sobre outros Estados, etc.

Mas, ao lado de um terrorismo de esquerda, encontramos também um terrorismo de direita. Wieviorka lembra que esse tipo de terrorismo, particularmente forte na Itália na mesma época de um terrorismo de esquerda, mantém com este algumas relações de semelhança, instalando-se, pois, num nível considerado “infra-político” e assumindo, nas sociedades ocidentais, as formas de um racismo assassino, porém incapaz de colocar em cheque o poder instituído. O autor lembra que nas duas últimas décadas, as extremas direitas cresceram bastante, sobretudo na Europa. Essas extremas direitas constituem grupos que resolveram se distanciar de tentações golpistas para assumir um discurso fundado em estratégias de respeitabilidade: respeito à democracia, ao sufrágio universal. Rejeitando a violência política, esses grupos apenas cederam lugar a formas limitadas de violência, formas essas que semeiam um certo medo, sobretudo no seio das populações imigrantes. Na Europa, esses grupos vêm experimentando um significativo avanço.

Nos Estados Unidos, um terrorismo de extrema direita, hiper-ideológico e infra-político deu sinal de existência com o atentado terrorista de Oklahoma, em 1995, que deixou um saldo de 168 mortes e foi perpetrado pelo jovem americano extremista de direita Timothy McVeigh. O atentado foi, inicialmente, atribuído pela mídia americana ao islamismo radical.

Além do surgimento de um terrorismo de extrema direita, é importante lembrar que, se, por um lado, o bloco comunista foi acusado de favorecer o terrorismo de extrema esquerda, por outro, os Estados Unidos apoiaram golpes militares que deram origem a ditaduras sangrentas e promoveram invasões que provocaram a morte de milhares de pessoas,

de maneira que, no saldo geral da violência, fica difícil determinar quem produziu mais atrocidades em nome das ideologias e dos interesses que estavam em questão. Além disso, é importante destacar a participação americana na criação do que hoje é posicionado como o seu maior inimigo: o grupo terrorista liderado e fundado por Osama Bin Laden, Al-Qaeda, responsabilizada pelos ataques do “11 de setembro de 2001”. Os homens que hoje comandam a organização terrorista mais poderosa do mundo já mantiveram estreitas ligações com os Estados Unidos no período em que receberam apoio irrestrito das autoridades americanas, para varrerem os soviéticos das terras afegãs, nos anos 1980. Os Talibans, grupo que ficou conhecido por implantar um regime extremamente duro e radical, e que foi varrido do poder no Afeganistão pelos EUA, em 2001, tiveram ajuda dos americanos na luta contra os soviéticos, o que mostra que as relações entre terrorismo e Estado são bem mais complexas do que parecem.

O “11 de setembro” e uma mudança no paradigma da violência “terrorista”

Os atentados do 11 de setembro de 2001 suscitaram, de acordo com a análise de Michel Wieviorka⁶⁴, interrogações de natureza histórica. Segundo o autor é preciso que nos perguntemos se esses atentados representam uma entrada do terrorismo numa nova era, uma ruptura, ou se eles estariam mais inscritos na continuidade de um fenômeno que, no fim das contas, não revelaria quase nada de novo.

Para verificarmos o que de fato representa o “11 de setembro” é preciso, segundo esse autor, perguntarmo-nos sobre quais eram as significações, as expectativas e as ideologias políticas que estavam sendo colocadas pelo terrorismo praticado nos anos passados e sobre as que estão sendo colocadas pelo terrorismo praticado nos atentados do “11 de setembro de 2001”, para, de fato, percebermos se estamos diante de uma nova era da chamada violência terrorista, diante de uma ruptura com esse paradigma de violência ou diante de uma mera continuidade, sem nada de novo nos horizontes das atuais tensões mundiais. Wieviorka procura dar conta da trajetória e das transformações que essa prática vem sofrendo nas últimas décadas, além de mostrar como essa forma de intervenção vem sendo apropriada por

⁶⁴ Michel Wieviorka. *Op. cit.*, p. 29.

diferentes grupos, que cada vez mais lançam mão desse tipo de ação com os mais diferentes propósitos.

Uma compreensão mínima da gênese do terrorismo implica, segundo Wieviorka remar contra toda uma maré de discursos produzidos no calor dos acontecimentos recentes e que por isso mesmo se deixam afetar pela imediatez das suas circunstâncias. O autor se refere, naturalmente, à onda de discursos que o “11 de setembro” suscitou. Em outras palavras, é preciso remar contra uma série de análises que, em termos gerais, furtam-se à complexidade dos conflitos que estão por trás desse tipo de ação e aos elementos que precisam ser evocados para uma visão mais razoável dessa prática e das transformações que ela vem sofrendo nas últimas décadas.

Uma análise cuidadosa da chamada ação terrorista demandaria muito mais do que observar apenas o que dizem autoridades políticas e formadores de opinião. É preciso, segundo esse autor, observar esse tipo de ação nas suas bases, no seu nascedouro. É preciso observar, por exemplo, as significações sociais e culturais que esse tipo de ação manifesta e as transformações, perversões e *inversões* que ela vem sofrendo historicamente, não só na forma como se apresenta, mas na própria trajetória daqueles que dela se apropriam enquanto forma de intervenção nos confrontos de poder. O autor se refere à trajetória dos jovens das mais variadas nacionalidades que desertam de suas famílias e de seus países para integrar os chamados grupos terroristas. Se é verdade que uma parte deles provem de extratos sociais favorecidos, com passagens por grandes universidades americanas e européias, é também verdade que outra significativa parcela provem das periferias do mundo, sendo, portanto, suas trajetórias carregadas de significados sociais que podem ser evocados para uma visualização mais sóbria dos conflitos que fazem emergir esse tipo de violência.

O conceito de *inversão* é, segundo Wieviorka, extremamente importante na compreensão do percurso histórico não só da chamada ação terrorista, mas dos seus empreendedores que, supostamente, estariam promovendo, através dessa *inversão*, uma verdadeira mudança no paradigma da violência terrorista.

Em muitas análises do “11 de setembro” é comum a idéia de que tal evento representa uma mudança nesse tipo de violência. Essa é, por exemplo, a tese sustentada por Wieviorka num outro texto em que o autor discute a natureza global do tipo de terrorismo que é hoje posto em prática no mundo.

A análise de Wieviorka nos leva a considerar que o “11 de setembro” é um episódio cuja importância histórica é dada não por constituir a ação mais ousada já dirigida por um grupo contra uma megapotência como os EUA, mas por representar uma ruptura com um modelo de ação que tem suas primeiras raízes históricas, como disse antes, nos confrontos das lutas sociais, com o chamado terrorismo de extrema esquerda.

Mas, se por um lado, o “11 de setembro” colocou a necessidade de uma explicação urgente para esse tipo de violência, que impressionou o mundo pela sua capacidade de destruição e de manipulação da complexidade e das fragilidades do próprio sistema e de sua máquina financeira que, segundo alguns especialistas, representa a própria estrutura que esse tipo de ação pretende destruir, os discursos que são mobilizados para construir uma explicação para esse acontecimento revelam posições tomadas mais por motivações ideológicas que devem ser submetidas a um exame mais crítico do que por um saber mais sólido das tensões locais e internacionais que permitiram a emergência desse tipo de ação. Voltando à análise de Wieviorka, o trecho a seguir é bem revelador desse tipo de atitude, quando, em referência ao “11 de setembro” e às análises que este episódio de início suscitou, o autor nos chama a atenção para o fato de que:

O tempo do terrorismo é o tempo do medo e das afirmações pouco fundadas e mal documentadas”. Observa-se aí dirigentes políticos ultrapassados, jornalistas não preparados e ideólogos de todo tipo que aparecem, na mídia, para preencher o vazio e dar respostas à estupefação e ao medo.⁶⁵

Uma compreensão mínima dessa relação passa necessariamente por questionamentos do tipo: por que é importante definir limites tais, e não outros, para os novos conflitos? Por que esses acontecimentos foram designados pela sua data? O que isso implica? Como definir um evento que denuncia um quadro tão complexo? Que ordem geo-político-econômica esse acontecimento nos permite visualizar? O que foi dito e o que não foi dito sobre essa possível ordem que o evento permite entrever? O que precisa ser dito para que nos demos conta de que as análises desse tipo de conflito e das tensões que ele manifesta nos revelam apenas a ponta de

⁶⁵ Michel Wieviorka. *Op. cit.*, p. 29.

um perigoso *iceberg* que, no fim das contas, revela a continuidade de uma lógica que se transfigura de acordo com o fluxo histórico mas que, em essência, permanece a mesma?

2.4. A nova ordem e a natureza de seus conflitos

O “11 de setembro” e os conceitos ou fronteiras da nova ordem de forças

Depois da Segunda Guerra Mundial, a nova divisão de forças passou a ter uma configuração bipolar que se constituiu a partir de fronteiras político-ideológicas. Essa divisão definiu, como já vimos, os limites de um conflito que ficou conhecido como Guerra Fria, período caracterizado por fortes tensões militares, invasões praticadas pelos dois lados e pela corrida armamentista. O mundo viveu por mais de quatro décadas sob a tensão da iminência de uma guerra atômica.

Com o fim da Guerra Fria, outros conflitos e tensões colocaram em cena um novo elemento em torno do qual foram reivindicadas novas fronteiras para a nova ordem de conflitos. Esse elemento é a religião.

Já nos anos 1980, com a explosão dos conflitos no Oriente Médio e a emergência do movimento islâmico radical, a religião começa a dar sinais de que se tornaria, posteriormente, um dos elementos centrais dos novos conflitos mundiais e que teria tudo para substituir, na cabeça de alguns interessados, o pólo de forças que se esvaiu com a derrocada da experiência socialista. O surgimento do islamismo radical mostra como a religião tornou-se o motor de movimentos que deram origem ao tipo de terrorismo que, segundo a versão oficial, foi posto em prática nos atentados do “11 de setembro de 2001”. Mas, falar da religião como motor de movimentos radicais sem conjugar o tipo de ação que esses movimentos empreendem com todo um conjunto de estratégias adotadas pela política externa americana ao longo das últimas décadas do século passado, é incorrer em análises reducionistas que correm o risco de passar ao largo de uma visão crítica (digo, problematizadora) das tensões que marcam o mundo hoje.

Essa nova ordem de conflitos, que começou a se definir mais precisamente no final dos anos 1980, com a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, levou o cientista político americano, Samuel Huntington, a propor, no começo dos anos 1990, a controvertida tese do “choque de civilizações”, como síntese do novo quadro de tensões que passaria a

caracterizar o mundo pós-Guerra Fria. De acordo com Huntington,⁶⁶ o mundo pós-Guerra Fria se organiza basicamente em dois grandes espaços culturais, o Ocidente e o Islã – duas civilizações cujas diferenças as tornariam propensas a entrar numa violenta oposição.

Essa polêmica tese foi proposta inicialmente num ensaio publicado na edição de primavera do periódico *Foreign Affairs*, em 1993, numa tentativa de analisar o novo quadro geopolítico mundial após a queda do Muro de Berlim. Posteriormente, esse ensaio deu origem a um livro com o mesmo título. Depois do “11 de setembro de 2001”, a tese de Huntington veio à tona numa espécie de segundo *round* de contestações que a ela foram feitas nas mais variadas análises do episódio. Uma dessas contestações foi feita pelo intelectual palestino, radicado nos Estados Unidos, Edward Said.

Num ensaio intitulado “choque de ignorâncias”, publicado no jornal *Folha de São Paulo*, em 2001, numa explícita alusão à tese de Huntington, Said a retoma em uma análise do “11 de setembro”, do tipo de conflito que esse episódio manifesta e dos perigos de se tomar a tese de Huntington como referência segura para analisá-lo.

Para Said, o ensaio de Huntington constitui uma tentativa de suprir os americanos com uma tese original sobre a nova configuração da política mundial iniciada com o fim da Guerra Fria. Na época, afirma Said, “os argumentos de Huntington pareciam convincentes e soavam amplos, ousados, até mesmo visionários”.⁶⁷ Para o intelectual palestino, o ensaio de Huntington dirigiu-se a cientistas políticos rivais, como Francis Fukuyama, e sua tese do fim da História, e aos que saudaram o início do globalismo e a fragmentação do Estado. Said, questionando a tese de Huntington, destaca dela o seguinte:

A idéia que proponho é que a fonte fundamental de conflitos neste novo mundo não será de natureza principalmente ideológica, nem econômica. As grandes divisões entre a humanidade e a fonte predominante de conflito serão culturais. Os estados-nação continuarão a ser os atores mais poderosos nos assuntos mundiais, mas os principais conflitos da política global vão se dar entre países e grupos que fazem parte de civilizações distintas. O choque de civilizações vai dominar a

⁶⁶ Samuel P. Huntington. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

⁶⁷ E. W. Said. *O choque de ignorâncias*. In: *Jornal Folha de São Paulo*, 17-10-2001, secção Folha Mundo, caderno A, p. 16.

política mundial. As linhas divisórias entre as civilizações formarão as frentes de batalha do futuro (Huntington, 1997).⁶⁸

Huntington discute nesse ensaio questões relativas ao que ele chama “identidade de civilizações”, dando destaque ao conflito entre duas delas: o Ocidente e o Islã. O ensaio de Huntington, segundo Said, fundamenta-se em um artigo publicado em 1990 pelo orientalista Bernard Lewis, que já deixa claro no título “As raízes da ira muçulmana” o teor ideológico de suas reflexões. Para Said, em ambos os artigos, os autores afirmam de forma impensada a personificação de entidades como o “Ocidente” e o “Islã”. A principal crítica de Said é sobre o tratamento que é dado nesses artigos a questões extremamente complexas como identidade e cultura e a desatenção à dinâmica e à pluralidade internas a cada civilização. Said argumenta que também é negligenciado o fato de que a questão principal, na maioria das culturas modernas, diz respeito à definição ou interpretação de cada cultura, e que o ato de alguém falar em nome de uma religião ou de uma civilização inteira envolve sempre muita demagogia e ignorância por conta do desconhecimento da dinâmica e da pluralidade que caracterizam toda civilização.

Para Said, Huntington é um ideólogo que quer “transformar ‘civilizações’ e ‘identidades’ em algo que elas não são, entidades estanques e fechadas, destituídas das múltiplas correntes e contracorrentes que animam a história humana”⁶⁹. Segundo o autor, a pressa em realçar uma guerra entre essas supostas entidades apaga toda uma história cujo distintivo maior é a multiplicidade, a pluralidade. Said afirma que o paradigma básico do Ocidente *versus* o resto do mundo que, segundo ele, é a oposição da Guerra Fria reformulada, continua intocado. Os eventos do 11 de setembro, segundo esse autor, foram transformados em prova da tese de Huntington. Said prefere analisar esses episódios como o resultado da apropriação de idéias por um “minúsculo bando de fanáticos loucos, para finalidades criminosas”.⁷⁰ Daí não podermos nos referir ao *fato* como representando a posição geral de toda uma civilização em relação ao Ocidente, uma vez que nem esses grupos representam todo o Islã nem os países

⁶⁸ E. Said, op. cit., p. 16.

⁶⁹ Idem, p. 16.

⁷⁰ Ibid, p. 16.

alvos das chamadas práticas terroristas representam todo o Ocidente, mas um Ocidente capitalista, rico e desenvolvido.

Mas, os conceitos de Ocidente e de Oriente não são os únicos a serem invocados na busca de se definir novos limites para as atuais tensões do mundo. O sociólogo e islamólogo francês Bruno Etienne, em sua análise histórico-religiosa do “11 de setembro”, nos chama à atenção para a forma como determinados sentidos deslizam nos meios de comunicação. Esse autor invoca nossa atenção para o fato de que a mídia toma emprestado de forma bastante imprecisa conceitos de algumas áreas. A sociologia é uma delas. Um dos conceitos mais deturpados, segundo esse autor, é o de *comunidade*. Através de um certo uso desse conceito, a mídia promove generalizações que mais desinformam do que esclarecem.

Como podemos ver, essas generalizações não se limitam ao campo da mídia. A tese de Huntington mostra como no campo da ciência (no caso, o campo da ciência política) o uso do termo “civilização” pode ser tão problemático quanto o uso do termo “comunidade” pela mídia. O uso de conceitos como “Ocidente”, “comunidade”, “terrorismo”, “terrorismo internacional”, “guerra”, não só pela mídia, mas por outras instâncias enunciativas, mostra o quanto esses conceitos se prestam facilmente a apropriações que produzem um obscurantismo em torno dessas noções. Vale lembrar que esse obscurantismo não deve ser visto como a contra-parte de um sentido absolutamente claro e definitivamente objetivo. Não. Esse obscurantismo deve ser pensado como um tipo específico de investimento de sentido. A questão é: como esse investimento prima exatamente pela indefinição, ou por uma definição “confusa”, pouco “objetiva” (e a objetividade aqui deve ser pensada enquanto uma tentativa constante de preenchimento do espaço da linguagem da forma mais responsável em termos ético-políticos, uma construção, um movimento *ad eternum* de perfectibilidade que deve ter sempre como preocupação não deixar margem para usos politicamente irresponsáveis) ele constitui um gesto de linguagem que deve ser posto às claras em termos de suas consequências ético-políticas.

Bruno Etienne, também chamando a atenção para a problemática que envolve o conceito de ‘ocidente’, observa que:

Se o Ocidente é o G-7, ele compreende portanto o Japão e seu critério é materialista, até mesmo capitalista, considerando que Emanuel Levinás afirma que

o Ocidente «é a Bíblia mais os gregos». Nesse caso, o mundo árabo-muçulmano é também Ocidente, uma vez que todos os profetas bíblicos são confirmados pelo Corão pelos menos oito vezes (II, 136 e III, 84) e que foram os árabes, sobretudo da Andaluzia, que traduziram as obras gregas pelo menos para o Ocidente cristão. O Oriente começa no Pendjad e no hinduísmo. A prova está que o mundo árabo-muçulmano não é um, nem monista: os muçulmanos asiáticos são mais numerosos que os árabes, e os arabofones são mais numerosos que os berberofones muçulmanos. A África do Norte ex-Ifrikiyya se chama em árabe *al-Maghreb*, o que significa... o Ocidente!⁷¹.

Segundo o autor, não faz sentido opor o Ocidente ao Islã, como se estivéssemos diante de dois universos culturais radicalmente distintos, por uma razão muito simples: os árabes são ocidentais, porque seu sistema de pensamento é greco-bíblico. Além disso, os muçulmanos já compreenderam muito bem o sistema capitalista “numa espécie de ética ‘protestante’ islâmica”.⁷² Ironizando, Etienne lembra que a gestão que eles fazem do lucro do petróleo revela bem isso.

O uso do conceito de ‘ocidente’, não só pela mídia, mas por certos teóricos, lembra alguns momentos da história de outros conceitos que são centrais aos conflitos da ordem atual e cuja arqueologia apresenta pontos bastantes interessantes do ponto de vista de uma desconstrução. O conceito de fanatismo é um deles. Esta noção é, hoje, uma das mais centrais à discussão sobre a ordem atual do mundo e vem povoando os discursos que falam dos novos conflitos mundiais de uma forma cada vez mais renitente.

Antes dos episódios do 11 de setembro de 2001 esta noção já tinha uma considerável presença nas mídias, quando o assunto era novos conflitos mundiais ou, mais especificamente,

⁷¹ “(...) Si l’Occident, c’est le G7, il comprend donc le Japon et son critère est materialiste, voire capitalistique alors que E. Lévinas prétendait que l’Occident, ‘c’est la Bible plus les Grecs’. Dans ce cas, le monde arabo-musulman est en Occident puisque tous les prophètes bibliques sont confirmés par le Coran au moins huit fois (II,136 et III, 84) et que ce sont les Arabes, surtout d’Andalousie, qui ont traduit les oeuvres grecques tout au moins pour l’Occident chrétien. L’Orient commence au Pendjad et à l’hindouisme. La preuve est là que le monde arabo-musulman n’est pas un, ni moniste: les musulmans asiatiques sont plus nombreux que les Arabes, et les arabophones, eux, sont plus nombreux que les berbérophones musulmans. L’Afrique du Nord ex-Ifrikiyya s’appelle en arabe al-Maghreb, ce Qui signifie... l’Occident! (Bruno Etienne. *Les amants de l’apocalypse – pour comprendre le 11 septembre*. Paris: Éditions de l’Aube, 2002, p. 36.).

⁷² Bruno Etienne, *op. cit.*, p. 46.

quando envolvia o tema do terrorismo. Com o aumento das chamadas ações terroristas, esta noção (a de fanatismo) passou a ser corrente nos noticiários de tevê e na imprensa de maneira geral. Depois do “11 de setembro”, o uso desta noção tomou uma dimensão ainda maior. O conceito de terrorismo, cuja arqueologia também se presta a uma interessante e necessária intervenção desconstrutora, passou a ser identificado, entre outras coisas, à noção de fanatismo. No discurso corrente, o ‘terrorista’ atual é, antes de tudo, um fanático. Mas, o que significa dizer que o ‘terrorista’ é um fanático? A arqueologia desse conceito nos dá algumas indicações para entender melhor essa questão, sobre a qual voltarei mais adiante.

Os sentidos da nova ordem, as “novas ameaças” e a questão da segurança internacional

De acordo com Sebastião Velasco, num artigo em que o autor analisa a questão da segurança e os dilemas da nova ordem internacional, embora o fim do conflito entre os dois grandes blocos de países tenha afastado o fantasma da guerra atômica e apontado para a emergência de um “consenso em torno de modelos de sociedade (economia de mercado e democracia liberal) e de valores fundamentais (direitos humanos)”, deixando a impressão de que o mundo iria experimentar uma era de paz e prosperidade, a Guerra do Golfo, em 1991, e os conflitos étnicos na Europa Central, que exibiram ao mundo uma violência brutal e já não pensada para um mundo pós-Guerra Fria, foram episódios que tomaram a idéia de paz e prosperidade uma realidade ainda muito distante. Segundo Velasco,

(...) a matriz liberal-democrática continuava em vigor como modelo sem rival. O âmbito de sua validade é que fora redefinido. Mais do que pensar em termos de uma marcha unida em direção àquele estado de coisas sumamente bom (um mundo de paz e prosperidade, democracia liberal, direitos humanos), caberia reconhecer a persistência prolongada de diferenciações profundas no campo das relações internacionais. Essa a idéia comunicada pela metáfora dos dois mundos: aquele do bem-estar, do consenso liberal e das relações pacíficas (o centro

capitalista), e este outro, dilacerado em conflitos crônicos e guerras pouco convencionais (o antigo Terceiro Mundo).⁷³

O autor mostra que houve um verdadeiro deslocamento no debate sobre o tema da segurança internacional. Antes, essa questão era pensada em termos do conflito entre os dois blocos e da ameaça de uma guerra atômica como consequência extrema da corrida armamentista. Hoje, a questão da segurança internacional é pensada em outros termos. Embora o mundo pós-Guerra Fria não tenha de todo se livrado de antigas ameaças ligadas à proliferação nuclear, surgiram outras novas ameaças que assumiam conotações pouco tradicionais, como por exemplo a “violência organizada nas disputas pelo poder em regiões da periferia, que ganhava um significado novo na medida em que não estava mais sobredeterminado pela lógica do conflito Leste-Oeste”⁷⁴. Segundo o autor, nesse novo contexto, os conflitos passaram a assumir novas configurações, passando a ter frequentemente conotações étnicas e/ou raciais. Uma série de atrocidades (“limpeza étnica”, genocídios) são cometidas sistematicamente contra as populações civis de diversas partes do mundo. Massas humanas atravessam fronteiras para escapar a esse destino. Esses novos conflitos colocam em questão, ainda segundo a análise do autor, “muitas das categorias com base nas quais o tema da paz foi secularmente pensado – a distinção entre violência privada e violência pública, guerra civil e guerra interestatal”. Para o autor,

(...) a consideração desses conflitos mistos recolocava em outros termos a problemática da segurança internacional. Mudado estava o foco, que não se concentrava mais nas relações entre os Estados, abrindo-se para abarcar um leque de outros temas – as “novas ameaças”. Em nível mais profundo, via-se alterada, igualmente, a definição dos “referentes da segurança”, isto é, os sujeitos cuja proteção devia ser assegurada. Não se tratava mais de garantir a segurança do Estado – concebido este como a expressão da coletividade politicamente organizada e fiador da integridade física e moral de seus integrantes –, mas de

⁷³ Sebastião C. Velasco e Cruz. *Entre normas e fatos: desafios à segurança e dilemas da ordem internacional*. In: Revista de Cultura e Política, no. 58, 2003, p. 169.

⁷⁴ Idem, p. 169.

proteger essas coletividades mesmas, e os indivíduos que as compõem, de ameaças provenientes de variadas fontes, inclusive de seus respectivos Estados⁷⁵.

Velasco chama à atenção para dois aspectos que merecem destaque nessa mudança de perspectiva na discussão da segurança internacional, um relacionado à dimensão militar, outro relacionado à natureza das relações entre os atores nesse universo. Quanto à dimensão militar, o autor lembra que ela continua presente, para combater eventuais agressões de “Estados delinquentes” (os chamados *rogue states*, denominação extremamente arrogante e arbitrária utilizada já na era Clinton e retomada com todo gosto e veemência na era G.W. Bush), e para pôr fim, através das chamadas intervenções humanitárias, a violações aos direitos humanos em situações de conflito, o que faz a dimensão militar na questão da segurança internacional perder sua antiga centralidade. Quanto ao segundo aspecto, o que se refere à natureza das relações entre os atores no campo da segurança internacional, o autor destaca que a concepção clássica de segurança é realista:

(...) os Estados interagem estrategicamente, constituindo-se, uns para os outros, em fontes potenciais de ameaça. No novo enfoque, embora o conflito interestatal continue sendo levado em conta, naturalmente, a ênfase passa a recair na cooperação necessária à resolução de problemas comuns. No lugar de ‘defesa nacional’, ‘segurança cooperativa’⁷⁶.

Essa questão colocada por Velasco pode ser verificada na estratégia que foi empreendida pelo governo americano, depois dos episódios do 11 de setembro, para reunir um número máximo de países na luta contra o terrorismo. A administração G. W. Bush, logo depois dos atentados, invocou de maneira autoritária todos os países a apoiarem os Estados Unidos na chamada “guerra ao terror”. Apoiado nesse novo alibi, os EUA vão intensificar sua política externa já antes bastante agressiva, autoritária e sem nenhum respeito às leis internacionais e às resoluções da ONU, instituição cujo poder de resolução nada democrático já merece uma ampla discussão. O que significa uma democracia política global nesse

⁷⁵ Idem, p. 170.

⁷⁶ Ibid, p. 170.

panorama? Por que os Estados Unidos se fazem de guardiões dos princípios democráticos, mas se recusam a partilhar da legislação do Tribunal Penal Internacional, já aceite pelos principais países do mundo? Por que as cinco nações com poder de veto na ONU não aceitam democratizar as decisões dessa instituição internacional?. Todas essas questões, ainda sem resposta, dão uma pequena amostra de como anda a questão da segurança internacional.

Capítulo III

O evento e a história: enfoques e considerações

The worst thing to do apropos of the events of September 11 is to elevate them to a point of Absolute Evil, a vacuum which cannot be explained and/or dialecticized (Slavoj Žižek).

3.1 As principais análises e suas questões

Os eventos do 11 de setembro suscitaram as mais diversas análises, nos campos mais variados. Esse trabalho, cujo enfoque central recai na questão da linguagem, ou seja, nas formas lingüísticas pelas quais se deu a apropriação do ‘acontecimento’ pelo discurso corrente (mídia e discurso oficial) e suas implicações ético-políticas, procura, antes de se voltar sobre esta questão propriamente dita, discutir as teses que considero mais relevantes sobre os eventos do “11 de setembro”. O objetivo desta discussão é verificar como esses eventos foram pensados nestas análises, que questões são levantadas e como elas podem nos ajudar a melhor entendê-los.

Os episódios do “11 de setembro” suscitaram as mais variadas questões e trouxeram à cena antigos debates nos mais diversos campos do saber. Da Ciência Política à Economia, da Filosofia à História, da Lingüística à Religião, as discussões foram as mais variadas.

Esse capítulo dedica-se a discutir algumas dessas análises e suas questões. A razão pela qual elas estão aqui reunidas deve-se principalmente ao fato de que suas questões acabam suscitando o que considero também fundamental, em termos de uma discussão responsável (e me apropriio desse termo na acepção sublinhada por Derrida, ou seja, no sentido de resposta)

sobre os eventos do 11 de setembro de 2001: uma problematização radical da questão da linguagem.

As análises aqui em discussão enfocam questões muito variadas, que vão desde a exploração dos efeitos simbólicos dos eventos do 11 de setembro às questões mais recorrentes no debate atual sobre a nova ordem de conflitos, tais como a discussão sobre a natureza dos novos conflitos mundiais e a nova ordem de forças, a hegemonia político-econômica americana, suas estratégias e contradições, a política externa americana e sua lógica auto-imunitária, a crise atual do capitalismo e sua necessidade de expansão, a militarização do mundo e da vida social, a questão da soberania, a responsabilidade ético-política do sujeito na linguagem, entre outras questões.

Cinco perspectivas de análise são aqui apresentadas. Estas análises discutem os eventos do 11 de setembro, ora de uma perspectiva da Filosofia Política, como as discussões levantadas por Jacques Derrida, Jürgen Habermas e Slavoj Žižek, ora de uma perspectiva da Sociologia das Religiões, como a leitura de Bruno Etienne, ou ainda pelo viés da Economia, como as análises dos especialistas Samir Amin e Renato Pompeu. Além desses enfoques, esse capítulo dedica-se também a discutir a polêmica tese do jornalista de investigação e escritor francês Thierry Meyssan.

Algumas dessas leituras são consideradas mais profundamente, outras, mais parcialmente. As que são consideradas mais detidamente são basicamente três, quais sejam, a análise do filósofo Jacques Derrida, a do sociólogo Bruno Etienne e a do jornalista de investigação e escritor Thierry Meyssan. De todas as leituras que foram feitas dos eventos do 11 de setembro, destaco as que foram propostas por esses autores pela relevância das questões apresentadas e pela possibilidade de articulação dessas questões com a discussão que estou propondo sobre a questão da linguagem.

3.2. 11 de setembro de 2001: o fim do delírio e o começo do pesadelo ou Narciso no “deserto do real”

Quando se concorda em viver por tempo demais no delírio, o despertar é um pesadelo (Antonio Muñoz Molina, escritor espanhol).

No dia 11 de setembro de 2001, às 8h50m da manhã, a rede de televisão americana de informação contínua CNN interrompeu sua programação para anunciar que um avião comercial havia atingido a Torre Norte do World Trade Center, em Nova York. A princípio, pensou-se tratar de um acidente, embora a hipótese de uma ação terrorista tenha sido também acenada pela emissora, afinal, em 1993 o World Trade Center havia sido o alvo de um atentado.

Como o atentado de 1993 fora atribuído a uma organização islâmica dirigida pelo xeique Omar Abdul Rahman, os comentaristas da CNN pensaram que poderia, no caso de ser um atentado, tratar-se de uma nova ação perpetrada por outro islamita, o ex-milionário saudita Osama bin Laden que, em 1996 havia invocado uma Guerra Santa (*jihad*) contra os Estados Unidos e Israel. Bin Laden, que já havia sido declarado o inimigo público número um dos Estados Unidos, era considerado o responsável também por dois atentados terroristas contra as embaixadas americanas de Nairóbi (no Quênia) e de Daar-es-Salam (na Tanzânia), fatos que faziam com que as supeitas recaíssem facilmente sobre ele.

As redes de televisão americanas logo suspenderam suas programações para transmitir imagens ao vivo de Nova York. Quando a hipótese de um acidente ainda era algo provável, um segundo avião comercial atinge a Torre Sul, às 09h03m, fazendo crer que se tratava de uma ação terrorista. Como todas as grandes redes de televisão estavam mostrando imagens da Torre Norte em chamas, o segundo choque foi mostrado ao vivo para milhões de pessoas em todo o mundo. Nova York começava a ficar em pânico. Todas as pontes e túneis que dão acesso à ilha de Manhattan foram fechados por temor de ataque terrorista em solo. A polícia informava que novos aviões poderiam atingir outras torres. O mundo assistia atônito e abismado à mais ousada ação terrorista perpetrada contra os EUA em toda a história e em pleno território americano.

O mundo subitamente parava, atônito. O espasmo tomava conta de quem via aquelas imagens de destruição e pavor. Os olhares aparvalhados refletiam a monumentalidade do efeito simbólico daquela cena de destruição, como se a fantasia apocalíptica, tão cultivada pela ficção naquele país, tivesse finalmente chegado para aplacar um estranho e bizarro desejo inconsciente de fim.

Nem o mundo, nem eles, os americanos, até às primeiras horas daquele dia, tão certos de suas verdades e vaidades, acreditavam que aquilo podia estar acontecendo. Logo com eles! Mas, a insuportável quentura daqueles andares em chamas parecia derreter as sólidas e espessas vergas das imponentes colunas. Ruía também a insuspeitada frágil camada da esfera que os protegia, deixando-os expostos à uma densa nuvem negra de fumaça e ao cheiro forte e insuportável de vísceras queimadas. O rei estava nu, com náuseas e diante de um outro espelho: a câmara de tv. Às 9h40m, quando é anunciado que um terceiro avião havia atingido o Pentágono, a Torre Sul desmorona diante das câmeras de tevê. Uma hora depois é a vez da Torre Norte. As gigantescas Torres estavam ao chão, numa surpreendente imagem de destruição e pavor.

Uma indigesta e desoladora sensação vinha como um canto fúnebre ininterrupto: nem mesmo eles estavam salvos da miséria da violência. Mal sabiam que lhes alcançava a mão pesada de uma lógica que não se deixa ver tão facilmente. Junto com as torres, desmoronava a ilusão da invulnerabilidade. Os milhões de americanos que se julgavam livres dos horrores das tragédias, entalaram-se de espasmo e estupefação. Narciso tinha sido violentamente arremessado de sua asséptica e confortável cápsula dourada para os horrores e à crueza de uma paisagem vista até então no conforto quente das poltronas pelas telas de tevê. De repente, Narciso se via não mais na cristalina superfície do lago, mas na poeira densa e no cheiro forte do “deserto do real”. A ferida dupla de um Narciso gordo, pesado, aparvalhado sangrava no caos. Era a contraparte do reflexo de sua terrível face na crueza escatológica do antigo espelho quebrado e do novo espelho curvilíneo.

Ficção e realidade: qualquer semelhança não é mera coincidência

Quem nos ajuda a entender esse seqüestro de Narciso ou seu violento arremesso ao “deserto do real” é o filósofo esloveno Slavoj Žižek⁷⁷ que, em uma instigante análise dos episódios do 11 de setembro, afirma que “os EUA apenas provaram o que acontece no resto do mundo diariamente”.

A análise de Žižek faz parte de um conjunto de análises que são invocadas nesse trabalho com o objetivo de propor uma discussão sobre os eventos do 11 de setembro enquanto trabalho de preparação para uma discussão posterior, que pretende problematizar a questão da linguagem e sublinhar as relações do lingüístico com algumas questões relevantes, levantadas por estas análises. A discussão aqui é pautada sobretudo em questões levantadas pelos campos da Filosofia Política, da Sociologia (do Conflito e das Religiões), da História, da Ciência Política e da Economia. Minha intenção é ver como algumas dessas questões podem (e devem) ser co-paginadas com questões levantadas por uma certa Lingüística. Pois bem, comecemos pela Filosofia Política, ainda que esses rótulos sejam o que menos interessa aqui.

Žižek, cujos últimos trabalhos revelam um interessante diálogo da Filosofia com alguns autores de ficção, fez uma interessante análise dos efeitos simbólicos dos atentados do 11 de setembro. Sua obra, de maneira geral, se inscreve nos debates que procuram redefinir os termos de uma política democrática radical num mundo pós-colapso do paradigma marxista-leninista que assiste, ainda atordoado, a mundialização liberal. Žižek é um especialista em recorrer à ficção para tentar entender alguns fenômenos desse ainda atordoado mundo pós-queda do Muro de Berlim.

Ao recorrer a alguns exemplos da ficção para falar dos efeitos simbólicos dos atentados do 11/9, Žižek destaca alguns casos que mostram como os americanos vivem num mundo de irreabilidade, a irreabilidade da vida cotidiana americana. O primeiro exemplo que o autor destaca vem de Christopher Isherwood, que fala dessa irreabilidade através do exemplo do quarto de motel:

⁷⁷ Slavoj Žižek. *Bem-vindos ao deserto do real*. In: Folha de São Paulo, 2001.

Motéis norte-americanos são irreais! (...) Eles são deliberadamente projetados para serem irreais. (...) Os europeus nos odeiam porque nós nos retiramos para viver dentro de nossas propagandas, como ermitões entrando em cavernas para se dedicar à contemplação.⁷⁸

Žižek observa que o conceito de “esfera”, de Peter Sloterdijk, é, nesse caso, “literalmente realizado como a gigantesca esfera de metal que envolve e isola a cidade inteira”.

O exemplo que levou essa lógica ao extremo, segundo Žižek, foi a série de filmes “Matrix”, dos irmãos Wachowski. A série, prossegue o autor, mostra que a realidade material em que vivemos é uma realidade virtual, gerada por um gigantesco computador. Todas as pessoas estariam conectadas a esse megacomputador e suas vidas seriam por ele monitoradas. Neo, o herói dessa ficção (personagem interpretada por Keanu Reeves), ao despertar na “realidade real”, depara-se com uma paisagem sinistra e desoladora: Chicago, em ruínas, depois de uma guerra mundial. Morpheus, o líder da resistência que leva o herói à verdadeira realidade, saúda-o com a irônica frase “Bem-vindo ao deserto do real”⁷⁹.

O herói de “Matrix” pode muito bem ser identificado à mitológica figura de Narciso que, prisioneiro da embriaguez provocada pelo poder de sua auto-imagem, afunda no seu próprio reflexo. No entanto, diferentemente do Narciso grego, o Narciso americano não foi arremessado para o fundo do lago, mas para o “deserto do real”, a contra-parte da estrutura que sustenta a gigantesca esfera de metal na qual ele vive. Pois bem, esta esfera agora apresenta um gigantesco buraco e mostra não só a vulnerável cápsula em que vive o Narciso do mundo contemporâneo (ainda que essa vulnerabilidade seja também em relação a si próprio), mas a vulnerabilidade do mundo, um mundo que se desconstrói a todo momento.

A queda das torres do WTC representa mais do que o desmoronamento de uma monumental estrutura de concreto que guardava o coração financeiro do mundo. Ela é, sobretudo, parte dessa narrativa de auto-desconstrução do mundo que não cansa de se repetir na história da humanidade. Seria algo parecido com o que o filósofo francês Jean Baudrillard⁸⁰

⁷⁸ Citado por Slavoj Žižek. *Op. cit.*

⁷⁹ A expressão “deserto do real” é uma metáfora utilizada por Jean Baudrillard em *Amérique*, Grasset, 1986. Baudrillard utiliza tal expressão em referência à cultura norte-americana, caracterizada, segundo ele, por uma desertificação dos signos e dos homens.

⁸⁰ Jean Baudrillard. *L'esprit du terrorisme*. Paris: Galilée, 2002.

chama de o germe de auto-destruição que todo poder contém no interior de sua própria estrutura. Teórico da realidade e de suas representações, Baudrillard considera os episódios da queda das torres um indício do processo de auto-destruição ao qual todo império estaria exposto.

Ao falar do choque provocado por esses atentados, Žižek lembra outra catástrofe que foi definidora do começo do século XX, o naufrágio do Titanic. O autor lembra que essa tragédia causou também um grande choque, mas que “o espaço para ele já havia sido preparado em fantasias ideológicas, já que o Titanic era o símbolo do poder da civilização industrial do século XIX”. Žižek pergunta se não poderíamos dizer o mesmo em relação aos ataques do “11 de setembro”.

Ora, segundo o filósofo, essa ameaça externa que o ‘11 de setembro’ teria revelado foi, de uma certa forma, “libidinalmente investida não só pelos bombardeios da mídia que falava o tempo todo da ameaça terrorista, mas por uma série de filmes como *Fuga de Nova York* e *Independence Day*”. O ocorrido impensável era, portanto, objeto de fantasia dos americanos, apreciadores que são de uma ficção fomentadora desses delírios. Žižek considera que a surpresa maior foi o fato de os americanos terem recebido o que era objeto de suas fantasias. Isso, sim, foi surpreendente.

Segundo o autor, o simbolismo do colapso das torres do WTC não se deve tanto à antiga noção de “centro do capitalismo financeiro”, mas à “noção de que as duas torres representavam o centro do capitalismo virtual, de especulações financeiras desconectadas da esfera da produção material”. Para o autor, “o impacto estilizador dos ataques só pode ser medido contra a fronteira que hoje separa o Primeiro Mundo digitalizado do Terceiro Mundo ‘deserto do real’.” O autor considera que “é a consciência de que nós vivemos em um universo artificialmente isolado que gera a noção de que um agente ominoso nos ameaça o tempo todo com a destruição total”. E questiona se o que aconteceu em Nova York não seria senão a violência costumeiramente dirigida à ameaça externa agora voltada contra quem tanto a promove.

O terrorismo seria, então, essa força externa ameaçadora da paz e da tranquilidade na esfera em que vivem os americanos. Mas, lembra o autor, “sempre que encontramos um mal tão puro no Exterior, nós devemos reunir a coragem para apoiar a lição hegeliana: nesse Exterior puro, nós devemos reconhecer a versão destilada de nossa própria essência”. Žižek

lembra ainda que a paz e a prosperidade do Ocidente ‘civilizado’, nos últimos cinco séculos, foram compradas pela exportação de violência e destruição ao ‘bárbaro’ Exterior.

O filósofo encerra sua discussão lembrando que ainda não podemos dizer como esses atentados serão simbolizados, qual será sua eficácia simbólica e que atos eles justificarão. Mas, uma coisa é possível afirmar: os EUA que, até os ataques do 11 de setembro, pensavam ser uma ilha livre de um tipo de violência testemunhada apenas pela distância segura da tela de tevê, agora se vêem tendo de conviver com a perturbadora imagem do ‘deserto do real’, a contra-parte externa e periférica da estrutura que torna possível o delírio da segura esfera, agora incomodada pelo buraco deixado pelas explosões do 11 de setembro e pelo cheiro forte e angustiante de vísceras queimadas. Essa nova e desoladora paisagem coloca, então, a seguinte alternativa, conclui o autor: ou os americanos fortificam ainda mais a ‘esfera’ em que vivem ou se arriscam a sair dela. O primeiro caminho levará, naturalmente, a mais agressividade contra o Exterior ameaçador; já o segundo exigirá que os EUA corram o risco de “atravessar a tela fantasmática que os separa do mundo exterior, aceitando a chegada deles ao mundo real, fazendo a passagem já por demais atrasada do ‘uma coisa assim não deveria acontecer por aqui’ para ‘uma coisa assim não deveria acontecer em lugar nenhum’.” Segundo Žižek, aí estaria a grande lição dos atentados: “o único modo de assegurar que não acontecerão novamente é evitar que aconteçam em qualquer lugar.”

3.3. O “11 de setembro” e a ontogênese da violência política: um enfoque histórico-religioso

3.3.1. O evento e algumas derivas do anti-americanismo

Se considerarmos que os eventos do 11 de setembro de 2001 tiveram realmente uma origem externa, então veremos que esta data não foi só o dia em que a engenhosidade mortal de um grupo ofereceu ao mundo uma das mais espetacularizadas ações de violência da história recente dos conflitos mundiais. Foi mais que isso. Foi o dia em que um desses grupos mostrou ao mundo que o futuro pode ser bem mais aterrorizador do que imaginamos. Esse aspecto aterrorizante do futuro nos obriga a rever o passado para tentar entender, ainda que

precariamente, a problemática que cerca o tipo de violência que o “11 de setembro” mostrou ao mundo.

Esse trabalho de visualização das raízes históricas do conflito, ainda que precário, dado o caráter insaturável de todo momento histórico, permite que possamos ter uma certa idéia do grau de legitimidade que certos atos de violência comportam, ainda que essa tarefa não seja nada tranqüila.

Se observarmos alguns fatos da história recente dos conflitos no Oriente Médio, como vem se dando, por exemplo, a relação entre EUA e Israel, e mais, como os EUA vêm se comportando em relação a países como a Turquia, a Indonésia, o Iraque, o Afeganistão, nos últimos anos, chegaremos facilmente à conclusão de que o “11 de setembro” não foi mais do que um corolário lógico das ações que caracterizaram a relação dos EUA com esses países, ações estas que não só motivaram a formação de grupos de resistência em países afetados por esta relação, mas também serviram de fermento para a mais bem sucedida ação de violência que atingiu o coração e a cabeça da única superpotência do planeta.

Os episódios do 11 de setembro inspiraram diversos tipos de análises, a partir dos mais variados enfoques e perspectivas. Algumas dessas análises procuraram reconstituir o “11 de setembro” apelando, ora para aspectos político-econômicos, ora para aspectos histórico-religiosos.

Das análises que exploraram o viés histórico-religioso considero a do sociólogo francês e historiador das religiões, Bruno Etienne, uma das mais relevantes, sobretudo por mostrar que o uso que a atual classe política dirigente americana está fazendo dos atentados do 11 de setembro, e do tipo de terrorismo que eles instauraram, está exatamente de acordo com as expectativas dos seus idealizadores, o que representa algo extremamente perigoso no que diz respeito à natureza dos novos conflitos mundiais e suas formas de produção de violência.

A análise do sociólogo francês aponta para o fato de que o uso que o poder político americano vêm fazendo desses atentados favorece tanto a rede terrorista Al-Qaeda, responsabilizada pelos ataques, quanto o grupo político de Bush. A promessa de mais violência trazida pelos atentados do 11 de setembro seria um importante elemento na lógica dos dois lados desse confronto. Uma das razões dessa importância estaria, como veremos adiante, ligada a questões econômicas: mais violência significa mais produção de armas e artefatos de guerra, que significa mais lucros para a indústria bélica, que é o maior setor da economia

americana e foi o principal financiador da candidatura Bush na eleição presidencial que o levou a Casa Branca.

No já citado *Les amants de l'apocalypse – pour comprendre le 11 septembre*, ainda sem tradução para o português, Bruno Etienne faz uma análise desses atentados em que procura dar conta da ontogênese da violência política que os gerou e das condições históricas de sua produção.

O sociólogo discute os acontecimentos do 11 de setembro a partir de dois aspectos: a história e a religião. Do ponto de vista histórico, esses acontecimentos estão ligados ao fato de os EUA terem produzido um considerável capital de ódio no mundo, desde que se tornaram a única superpotência do planeta. De acordo com o autor, a grande contradição que gerou a (não)política do governo G. W. Bush, por exemplo, foi o fato de que os EUA podem ser acusados, nos últimos anos, de terem feito tudo e ao mesmo tempo de não intervir em questões fundamentais no que diz respeito aos novos conflitos mundiais.

Esse ódio, desenvolvido sobretudo no mundo árabe-muçulmano, teria por trás razões históricas muito variadas, que ainda teriam ligações com as arbitrárias divisões do mundo promovidas pelos vencedores da Primeira e da Segunda Guerra mundial. O aspecto histórico remonta não só aos períodos das duas guerras mundiais, que ocorreram no século XX, mas à Guerra do Golfo, episódio responsável por um bom acúmulo desse capital de ódio gerado contra os EUA, nesse caso, devido basicamente à presença militar americana na terra do *Haram*, depois desta guerra.

De maneira geral, são dois os pontos nevrálgicos em torno dos quais se deu o acúmulo do capital de ódio gerado contra os Estados Unidos pelos grupos radicais islâmicos. O primeiro diz respeito ao confronto entre Israel e Palestina. As invasões de terras promovidas por Israel, apadrinhado pelos EUA desde a sua criação, é um dos principais catalizadores desse ódio. O segundo diz respeito à presença militar americana na terra do *Haram*, depois da Guerra do Golfo.

3.3.2. A religião e o centro dos novos conflitos

Os episódios do 11 de setembro de 2001, nos EUA, desencadearam ondas de discussão de toda sorte. Essas discussões vão desde o resgate do confronto entre os grandes paradigmas que tentam explicar o mundo a discussões de questões mais pontuais como, por exemplo, qual é o elemento central dos novos conflitos mundiais. A análise que Bruno Etienne empreende do “11 de setembro” segue a linha de uma discussão mais pontual.

De acordo com o autor, os atentados do 11 de setembro nos colocam muitas questões. Uma delas seria se esses episódios representam um dos sintomas mais visíveis de que os novos conflitos mundiais apontam para um retorno do religioso ou para um retorno ao religioso, já que com a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, o mundo teria assistido a um refluxo das grandes ideologias. Essa questão aponta para o exame de um fenômeno que, até bem pouco tempo atrás, pensava-se enfraquecido: o islamismo radical.

Para alguns, o islamismo radical pode ser definido como um dos movimentos religiosos que surgiu para marcar a volta do componente religioso ao cenário dos novos conflitos mundiais. Trata-se, portanto, de um dos fenômenos que têm servido para reforçar a tese – controversa, vale lembrar – de que as fronteiras das tensões atuais são definidas não mais por diferenças político-ideológicas, mas por diferenças étnico-religiosas, o que tornaria o componente religioso o elemento central dos conflitos do mundo contemporâneo. Mas essa volta do religioso não é restrita à cultura islâmica, ela constitui, como lembra Bruno Etienne, um fenômeno que atravessa as grandes religiões monoteístas.

De acordo com esse autor, há duas décadas, as grandes religiões monoteístas, tais como o islã, o judaísmo e o cristianismo, são atravessadas por movimentos de fundo cujo grande ponto em comum é a crítica da secularização e do fundamento laico da modernidade. A emergência de movimentos integralistas ou fundamentalistas nas grandes religiões é, segundo esse autor, o signo de um refluxo mundial das grandes ideologias, isso quando não for, ao mesmo tempo, o seu resultado e uma de suas causas.

O radicalismo religioso, segundo Etienne, não é um fenômeno típico do islamismo. É preciso não negligenciar as formas comparáveis de suas manifestações, lembra o autor, sejam quais forem suas denominações. Em outras palavras, esse renovar religioso assumiu, em todos os casos, a conotação de *um protesto antimoderno*.

Em termos de cultura religiosa islâmica, Bruno Etienne observa que, desde meados dos anos 1970, depois da morte de Nasser, a reafirmação do componente religioso no mundo islâmico tomou uma dimensão inesperada. Os diferentes movimentos de reislamização trouxeram um discurso de contestação e de ruptura com a sociedade ocidental e com os valores fundacionais do sistema social que surgiu da descolonização do mundo árabe. De acordo com o autor, esses movimentos

(...) pretendem se opor a um islã comprometido que estaria impregnado de uma modernidade trazida pela secularização e afirmam sua vontade de ressuscitar a época de ouro do islã. Sua palavra de ordem, implícita ou explícita, é sem ambiguidade: “o Corão é nossa Constituição”. Mas trata-se de um slogan, não de uma nova teologia⁸¹.

O autor lembra ainda que todos esses movimentos “opõem o calor emocional das relações intracomunitárias à abstração das relações humanas em uma sociedade dominada por uma organização burocrática”. Mais adiante, veremos que essa mesma questão será colocada por Derrida em termos de uma vingança do corpo enquanto inscrição do sagrado sobre a abstração descorporificadora da tecnologia digital que comanda o mundo globalizado. Esses movimentos, em sua grande maioria, viriam das populações que vivem atualmente “em situação de minorias culturais nas sociedades laicizadas onde, como em certos países árabes, a ameaça de secularização é percebida como destruição da identidade”⁸².

De acordo com o sociólogo Michel Wieviorka⁸³, para os muçulmanos que vivem nas sociedades ocidentais, embora nem todos sejam atraídos pelo islamismo, muito menos pelo islamismo radical, o Islã é visto como aquilo que dá sentido à uma difícil experiência de contato com o Ocidente. O Islã seria o lugar onde essas pessoas buscariam forças para viver num meio hostil, para conviver com a modernidade.

⁸¹ “Il prétendent s’opposer à un islam de compromission Qui se serait accommodé d’une modernité portée par la sécularisation et affirment leur volonté de ressusciter l’âge d’or de l’islam, et leur mot d’ordre, implicite ou explicite, est sans ambiguïté: ‘Le Coran est notre Constitution’. Mais il s’agit d’un slogan, pas d’une nouvelle théologie” (Bruno Etienne, *Les amants de l’apocalypse: pour comprendre le 11 septembre*, p. 28).

⁸² Idem, p. 31.

⁸³ Michel Wieviorka, *op. cit.* p. 34.

Essa questão aponta para um fato levantado por Habermas, e que diz respeito, segundo o filósofo, a uma das patologias da modernidade. Numa tentativa de definir uma teoria da modernidade, ou o que ele chama de uma teoria da patologia da modernidade, Habermas nos chama à atenção para uma deformação das relações sociais no modo capitalista de produção, cujo traço mais distintivo seria a reificação⁸⁴. Segundo ele, o traço mais patológico da modernidade seria a combinação de racionalização com reificação.

A crítica que Habermas faz à forma como alguns autores concebem a modernidade, como Weber, por exemplo, traz elementos que podem nos ajudar a entender o fundamentalismo religioso. De acordo com Borradori,

A descrição negativa que Weber faz dos efeitos da racionalidade instrumental e da secularização encaixa-se de modo sinistro na percepção religiosa fundamentalista de que a cultura ocidental está desenraizando as formas tradicionais de vida. O fundamentalismo ecoa a alegação de Weber de que tal desenraizamento, ao homogeneizar as culturas e separar os indivíduos de suas comunidades, tende a destruir a possibilidade de existência da identidade espiritual e moral. Precisamente por sua oposição à modernidade e à secularização, o fundamentalismo é, para Habermas, um fenômeno distinta e singularmente moderno⁸⁵.

Em termos de fundamentalismo islâmico, autores como Wieviorka mostram que em alguns casos o Islã serviu de meio para a expressão do ressentimento dos que fracassaram ao tentar se ocidentalizar. Essas diversas orientações do Islã encontraram, pois, em alguns países as condições necessárias para desenvolver uma ação não só na esfera local, mas na esfera internacional⁸⁶.

Embora possamos distinguir dois tipos de movimentos religiosos, os radicais e os não-radicais, todos eles têm uma mesma preocupação: a crítica da secularização e do fundamento laico da modernidade. Mas os movimentos radicais mais recentes realizaram-se,

⁸⁴ Jürgen Habermas. *The Dialectics of Rationalization: an interview with Jürgen Habermas*. Telos, n. 49, 1981.

⁸⁵ G. Borradori. *Op. cit.* p. 83.

⁸⁶ Michel Wieviorka. *Op. cit.*, p. 34.

segundo Bruno Etienne, com raríssimas exceções, sem nenhuma elaboração teológica, o que não ocorria, por exemplo, com os movimentos do passado⁸⁷.

De acordo com esse autor, os movimentos islâmicos radicais funcionaram como substitutos políticos, porque exprimiam uma crítica social no mundo islâmico e uma contestação do comunismo nos países do Leste europeu. Esse retorno ao religioso é, pois, contemporâneo ao colapso da ideologia comunista e das lutas de descolonização.

Segundo o islamólogo, é nesse contexto que é preciso definir o ‘integrismo’ muçulmano, bastante fragmentado no espaço e no tempo, desde os grandes autores referenciais do passado até os teóricos mais recentes. O islamismo radical pode ser, então, definido, de acordo com Etienne, mais como um despertar político que se efetuou através de uma leitura política do Islã do que propriamente uma renovação do religioso.

Numa espécie de balanço da história recente do islamismo, esse autor mostra que o mundo árabe muçulmano não esteve indiferente às Luzes vindas do Ocidente, e que os primeiros movimentos reformistas datam dos Otomanos (os *Tanzimat*). O renascimento (*nahda*) da cultura árabe deu origem a duas grandes correntes que se opõem: o arabismo e o islamismo. O arabismo, que afirmava a primazia da luta para a cultura árabe, produziu grandes movimentos literários e um partido político, o *Baath*, que se dissolveu em várias ditaduras. O mundo árabe parecia superar os problemas religiosos, étnicos e as divisões do Império Otomano empreendidas pelos países vencedores da Primeira Guerra Mundial.

Já a corrente do islamismo reclamava o que era considerado propriamente *intrínseco* ao islã, como fator de unidade da comunidade arábico-muçulmana. Esse movimento propunha um retorno às fontes, aos valores fundamentais do islã, uma releitura na linha do reformismo. Mas, em termos gerais, os dois movimentos se articulavam em torno de um ponto comum: os dois propunham uma crítica do fundamento laico da modernidade.

O autor lembra que a luta pela interpretação hegemônica do repertório muçulmano, atualmente repartido entre vários grupos sociais, continuou se intensificando. Desde algum tempo essa luta mudou de terreno e se modernizou, ao mesmo tempo em que passou à violência política por conta da repressão sistemática do Estado.

⁸⁷ Bruno Etienne. *Op. cit.*, p. 31.

O autor observa que desde os anos 1970, a reafirmação do elemento religioso como marcador identitário no mundo islâmico substituiu o nacionalismo depois da experiência do ‘socialismo árabe’. O islamismo radical, compreendido como a doutrina ortodoxa levada à sério sobre todos os planos, representa, entre outras coisas, essa passagem à violência política. De acordo com o autor, quem melhor sintetiza esta passagem do islamismo à violência política é François Burgat, que define o islamismo radical como

O recurso ao vocabulário do islã operado (inicialmente mas não exclusivamente) logo depois das independências, pelas camadas sociais impedidas em seu acesso aos benefícios da modernização para exprimir (contra ou, no devido momento, desde o Estado) um projeto político que se serviu da herança ocidental enquanto fundamentação, mas autorizando que nele se realize uma reapropriação (François Burgat, *L'Islamisme au Maghreb*. Karthala, 1988).⁸⁸

O autor destaca que todos os pesquisadores que discutem essa questão estão de acordo que o que se tem chamado de ‘islamismo’ seria tão somente “a utilização política do islã pelos atores de um protesto antimoderno percebido como remetendo mais à questão da identidade, da ‘westernização’, do que à ocidentalização,” como dizem habitualmente⁸⁹. Mas, lembra o autor, a tentativa de criação de um Estado islâmico clássico, em referência aos *Rachidun*, os quatro primeiros califas, e em perfeita harmonia com a Xariá, a lei corânica, foi um fracasso total em todo lugar onde esta experiência foi pensada, inclusive na periferia do mundo islâmico, no caso do Irã. Esse fato, porém, não significou, como concluíram apressadamente alguns orientalistas, a exaustão do islamismo enquanto movimento religioso. Mas, embora o islamismo não tenha atingido a sua exaustão, os acontecimentos de 11 de setembro nos colocaram uma problemática totalmente diferente.

⁸⁸ Idem. p. 34.

⁸⁹ Bruno Etienne, *op. cit.* p. 34/35.

Enquanto a ocidentalização refere-se ao fato de a cultura islâmica ser de base grega, os valores, as crenças, enfim... a ‘westernização’ refere-se, não à base filosófica, à visão de mundo que atravessa a cultura islâmica, mas à cultura

3.3.3. Do fanatismo ao terrorismo ou a passagem à violência política

As formas atuais do terrorismo constituem um tipo de desdobramento que tem na sua base um dos elementos trazidos pelo legado religioso: uma certa aceção do conceito de fanatismo.

Para entendermos como se dá a passagem do fanatismo ao terrorismo, precisamos, segundo Bruno Etienne, desvendar as relações entre a experiência do fanatismo e o problema da violência fundadora. Recorrendo a etnopsiquiatria, o autor argumenta que a passagem do fanatismo ao terrorismo pode ser pensada, inicialmente, a partir da noção de pulsão de morte. Segundo ele,

A pulsão de morte resulta de um transbordamento de energias tornadas livres pelo fracasso das capacidades de representações que são reprimidas, contidas. O transbordamento de excitações provoca uma ruptura: o ator ou o agente, diria Bourdieu, esvaziou-se de seus próprios desejos. Ele é então o objeto de um movimento de desligamento em que a neurose da guerra é a saída.⁹⁰

O autor lembra que, embora as humilhações historicamente sofridas pelos povos árabes sejam arquiconhecidas – humilhações que foram experimentadas nos processos de colonização, nas ocupações ilegítimas de territórios, nas ditaduras e na pobreza em que foram lançados – elas não são suficientes para explicar a passagem do fanatismo ao terrorismo, uma vez que muitos dos militantes que sacrificam suas vidas são providos cultural e socialmente. Precisamos, pois, recorrer à etnopsiquiatria, se quisermos entender a tanatocracia que está por trás do desejo paradoxal de morrer em martírio para salvar o mundo, ao mesmo tempo em que se empreende uma ação para destruí-lo.

Tentando desvendar o processo que desembocou na tanatocracia que as formas atuais de terrorismo vêm mostrando ao mundo, o autor destaca dois tipos mais sutis de

capitalista, à economia, o consumo, o acesso a bens e serviços que não chegou a todas as populações árabo-muçulmanas depois da descolonização.

⁹⁰ “La pulsion de mort résulte d’un trop-plein d’énergies rendues libres par l’échec des capacités contenantes de représentations. Le trop-plein d’excitations entraîne une rupture: l’acteur ou l’agent, dirait Bourdieu, est vidé de

‘humilhação’ que ele considera ter uma relação bastante estreita com essa tanatocracia. A primeira estaria ligada à morte de Nasser. Segundo ele, a morte do líder egípcio estaria relacionada a um sentimento de perda da autoridade do pai, sentido não só nas periferias do mundo árabe, como na Argélia, mas também na Palestina. A segunda forma de humilhação seria o fato de que a Cidade ideal do Islã não realizou a democracia enquanto ‘democracia de mercado’, o que permitiu que a ‘westernização’ acentuasse ainda mais as desigualdades. Esta dupla frustração produziria, então, um desejo frenético de fusão e de unidade que se manifestaria de forma dramática nas escolhas individuais e coletivas, afirma o autor. O sacrifício seria concebido como um retorno ao uno, à idade de ouro, por identificação da vítima sacrificada à morte. Segundo o autor, é em torno da idéia do Uno – do monismo, portanto – que se pode passar efetivamente à experiência do fanatismo, embora seja necessário uma reflexão maior sobre a evolução desta noção.

Numa espécie de síntese arqueológica da noção de fanatismo, o autor lembra que o termo vem do latim *fanum*, que significa templo. *Profano*, por exemplo, significa ‘diante do templo’, donde profanar ter adquirido o sentido de ‘atentar contra o templo’ ou ‘contra o sagrado’. O autor lembra que, no latim clássico, a noção tem um sentido quase positivo. Aí, um sentido político acompanha a noção, o que representa um deslizamento do campo religioso para o campo político.

Etienne observa que esse sentido não será utilizado até à Reforma, quando, curiosamente, os ‘protestantes’ o retomam, através da acusação que Calvino faz aos anabatistas de constituírem uma seita falsa que quer interpretar os textos livremente, e de acreditarem que seus devaneios teriam inspiração divina. Tem-se aí um primeiro sentido moderno que, segundo Etienne, é encontrado já em Montaigne: fanatismo como idéia fantasiosa, falsa e perversa. O fanático é aquele que acredita ter inspirações divinas. A palavra passa a ser sinônimo de insano, entusiasta. O fanático é um indivíduo que tem devaneios loucos, um espírito fantástico. O fanático seria aquele que, por não conseguir negociar suas legitimidades no campo político,

ses propres désirs. Il est alors l'objet d'un mouvement de déliaison dont la névrose de guerre est l'exutoire” (Bruno Etienne, *op. cit.* p. 49).

dada a natureza autoritária que lhes constitui, resvalaria para a violência e para a destruição do outro⁹¹.

O sentido atual de ‘fanatismo’, lembra ainda Etienne, se define com Lutero. A palavra assume, então, o sentido de falso profeta. O autor acrescenta ainda que são os Enciclopedistas que vão dar um condimento à noção. Voltaire, por exemplo, que foi o responsável pelo artigo ‘fanatismo’, na *Encyclopédie*, embora tenha se inspirado em Maomé (Muhammad), para denunciar o fanatismo católico e a monarquia absoluta, o define mais a partir da variável política e menos a partir da variável religiosa. Encerrando o seu leque de definições, Etienne faz referência à Engels, para quem o fanatismo não passa de um termo político usado para designar aqueles que se insurgem contra a sociedade civil, e à Hannah Arendt, que considera ser o fanatismo a forma moderna do totalitarismo.

A definição moderna de fanatismo mostra, pois, a estigmatização que acompanha a noção, uma vez que o fanático é aquele que nega a cidade terrestre, a sociedade civil, em favor da cidade celeste. O fanatismo é estigmatizado porque constitui uma modalidade de luta abusiva, empreendida em nome da abolição da sociedade terrestre para a instauração da cidade

⁹¹ A noção de fanatismo, como muitas noções que compõem a retórica oficial sobre os atuais conflitos do mundo, não sofre apropriação por esse discurso sem confusões e obscurantismos. Assim como acontece com outras noções, a noção de fanatismo também se funda numa oposição. De acordo com a semântica que orienta nossas ações, o comportamento fanático seria aquele que se oporia a um comportamento racionalmente orientado, ou seja, a um comportamento legitimado pela discussão e pela convenção. Mas, se formos considerar, por exemplo, que quando um estado de poder quer fazer valer as suas verdades ele cria os instrumentos necessários para isso, de forma que o livre debate não consegue se sobrepôr à vontade desse estado de poder, sobretudo quando se trata de uma megapotência como os EUA – na prática, o único soberano do mundo – fica difícil separar o que é considerado classicamente como fanatismo de certas atitudes que caracterizam o comportamento de um poder instituído. Pensemos, a título de exemplo, no caso dos argumentos utilizados pelo governo americano para justificar a guerra do Iraque. Ao contrário do que os fatos mostravam, o governo americano insistiu na crença de que o Iraque estava produzindo armas de destruição de massa. O que quero dizer é que, embora seja necessário distinguir um comportamento fanático de um comportamento racionalmente orientado, quando os interesses de um estado de poder estão em jogo, esse estado de poder cria as condições e os instrumentos necessários para impor sua vontade, o que torna praticamente impossível distinguir tal comportamento do que é chamado de fanatismo propriamente dito. Ou seja, quando falamos em fanatismo não devemos esquecer de falar em vontade de representação. O fanatismo não resulta só da incompetência de um indivíduo para negociar suas legitimidades no campo político. Ele emerge também das vontades de representação que impulsionam os projetos expansionistas que abertamente se recusam a aceitar a verdade de ‘fatos’ bastante difíceis de serem contestados. A consideração ao pé da letra da noção de fanatismo nos levaria também a crer que a operação americana “Guerra Infinita” ao terror teria uma dimensão fanática, uma vez que sua justificativa seria a crença de que a América, legítima representante das forças do ‘bem’, portanto, protegida e abençoada por Deus, estaria acompanhada da verdade e dos valores que deveriam ser os únicos referenciais condutores da ação dos homens. Ou seja, a denominação da operação militar traz à tona o ranço religioso do protestantismo americano que, como todo discurso religioso monoteísta, não está totalmente isento de uma certa inclinação fanática.

celeste. É a negação da possibilidade de uma sociedade civil. Esta formulação, a abolição da sociedade civil, é uma herança da filosofia e da teologia antiga e medieval.

Mas se, de acordo com a primeira definição moderna de fanatismo, esse comportamento é identificado ao ato de revelação por inspiração divina, então todos os monoteísmos poderiam ser, a princípio, considerados fanáticos, uma vez que a idéia de revelação da verdade por inspiração divina está presente em todos eles. E mais: se considerarmos que essa verdade não pode ficar ‘dissimulada’, mas que deve predominar no mundo inteiro, uma vez que constitui a verdadeira verdade, então todos os proselitismos fatalmente incorrem em violências. O autor observa que uma das causas da violência (do sagrado) se relaciona a esse fato original:

A perspectiva escatológica dos três monoteísmos é bastante comparável uma vez que a finitude do homem não deduz sua finalidade. Então, alguns são tentados a acelerar o processo ao risco de contrariar o desígnio da Providência escolhendo o Apocalipse para fazer advir o Reino⁹².

O autor lembra ainda que, longe de constituir um simples insulto, o conceito de fanatismo figura no coração da teoria política. Para entendermos como se dá a passagem à violência, ou seja, como se dá esse movimento do fanatismo ao terrorismo, é preciso, finaliza o autor, recorrer a uma antropologia bem mais profunda e esquecer a atmosfera afetivo-emocional que envolve o momento de um ato terrorista, do evento, para se poder chegar ao seu advento. Não é fácil refletir sobre a violência. Tentar entender os significados simbólicos de um massacre como o de 11 de setembro, por exemplo, (no caso desta ação ter sido realmente empreendida por grupos islâmicos) é sempre uma tarefa muito dolorosa, para não dizer, ingrata. É preciso ficar atento a um horizonte muito amplo cuja projeção nem sempre nos dá condições para ver o que se esconde além de suas supostas evidências.

De tudo o que o sociólogo Bruno Etienne diz sobre o que está por trás desta passagem à violência, ou seja, desta passagem do fanatismo ao terrorismo, podemos considerar

⁹² “(...) la perspective eschatologique des trois monothéismes est fort comparable puisque la finitude de l’homme n’induit pas sa finalité. Alors, certains sont tentés d’accélérer le processus au risque de contrarier le dessein de la Providence en choisissant l’Apocalypse pour faire advenir le Royaume” (Bruno Etienne, *op. cit.* p. 55).

que daquela monumental e escatológica imagem de destruição que foi o “11 de setembro” salta um triste e lamentável paradoxo, pelo menos aos olhos da semântica a que estamos afeitos: “para escapar à degradação entrópica do universo, é preciso combater a morte em oferecendo-a”. Eis uma forma, do ponto de vista do outro, pelo menos na forma como esse outro é concebido pelo Ocidente, de sintetizar o significado simbólico da ação dos supostos homens que, segundo declaração do próprio mentor dos atentados, teriam sacrificado suas vidas e a vida de todas as pessoas que estavam à bordo dos aviões seqüestrados e nas torres do World Trade Center, naquela fatídica manhã do dia 11 de setembro de 2001.

Isso mostra que a busca de compreensão dos significados simbólicos dos episódios do 11 de setembro exige também uma reflexão sobre um tipo de violência que está na base do que entendemos hoje como aquilo que foi criado para garantir exatamente o seu oposto: a violência fundadora.

Segundo Freud⁹³, as religiões monoteístas foram fundadas sobre o assassinato do Pai e o banquete totêmico. Mas, além dessa origem, nosso imaginário é também estruturado pela simbologia de outros mitos.

Em referência à interpretação psicanalítica da origem da civilização da qual somos herdeiros, Bruno Etienne lembra que são muitos os exemplos que estruturam a teia do nosso imaginário. A simbologia de atos como o assassinato do pai (Édipo que matou seu pai Laios, na mitologia grega) ou como o assassinato do irmão pelo irmão (Osiris morto por seu irmão Seth, na história egípcia, Abel morto por Caim e José morto por Moisés, na narrativa bíblica), ou ainda temas como o abandono do filho pelo pai (a crucificação de Jesus) e o assassinato de Ali, genro do profeta Maomé (Muhammad) diante dos filhos, também assassinados por parentes, tudo isso estaria por trás, segundo Etienne, da “horda histérica dos irmãos” que, destituídos da sombra da ambígua autoridade paterna, se lançam em combates uns com os outros. E isso, é bom lembrar, vale tanto para grupos tidos como fanáticos, terroristas, como para grupos extremo-direitistas que fazem parte de estruturas que se autodenominam produtos da experiência da civilização.

O autor mostra que, de acordo com nossa herança cultural-religiosa, em certas condições, é permitido, às vezes até recomendado, matar os inimigos de Deus, portanto, da

⁹³ S. Freud. *Totem et tabou*. Paris: Payot, 1975.

religião, da comunidade, do Estado, do povo. Mas, e quando a violência, antes dirigida ao pai, se volta agora contra os filhos? Como e por que se dá esta passagem da festa, do banquete, do ágape, ao *Eros* e ao *Tánatos*? Seria, indaga o autor, porque o ser-em-si não suportaria o ser-do-outro que estaria nele, ou seria porque o deus de que se trata é incognoscível enquanto inteiramente-outro?

A meu ver, essa questão torna a morte do pai pelos filhos um gesto pleno de ambigüidades. Um dos aspectos dessa ambigüidade, creio, é o fato do extermínio do pai opressor poder ter alguma relação com um possível embrião opressor que também existiria na psiquê dos irmãos oprimidos. Em termos psicanalíticos, todo combate é também um combate contra si mesmo, no sentido de poder se ver fazendo o mesmo que o outro faz. Como essa percepção incomoda, é preciso exterminar o outro, que está no mesmo. Seria uma forma de autopurificação ou de estirpação da alteridade que é constitutiva do mesmo. O curioso é que esse gesto é, na sua essência, paradoxal, uma vez que para não fazer o que o outro faz é preciso fazê-lo em matando esse outro, que é negado no mesmo. Isso gera o conflito que leva o homem à violência. Para não sofrer a violência, pratica-se com o outro. Para não se ver como o *outro* é preciso matá-lo e, ao matar, o *outro* se torna. Essa é a grande contradição ou o grande paradoxo do gesto que inaugura o processo a que chamamos civilização, seja na perspectiva da religião, seja na perspectiva política da era moderna.

O que vai favorecer a passagem do fanatismo à violência é a crença de que se pode matar o outro, uma vez que do ponto de vista psíquico-religioso o seu sacrifício permite o retorno ao antes da degradação, da entropia inelutável do mundo. O terrorismo sacrificial combate a morte dando-a como sacrifício.

Mas, a questão do fanatismo remete indiscutivelmente a um problema que envolve todos os monoteísmos, isso para não dizer todas as religiões: a luta pelo monopólio da interpretação do mundo.

A questão do monopólio da interpretação do mundo, problema que não deixa de ter uma relação com o sentido moderno do conceito de fanatismo, uma vez que esse sentido remete ao fato de uma verdade única revelada por inspiração divina, nos coloca diante de um problema que, na verdade, atravessa os três monoteísmos: a questão do Uno.

Bruno Etienne lembra que, em árabe, o termo *fana* significa a extinção no Um. Os fanáticos seriam aqueles, acrescenta o autor, que constituem o templo da Unicidade. O

fanático seria a verdade e esta seria una. O fanático seria aquele que não teria nada a procurar na dúvida. Ele é dono de uma certeza contínua e imediata que o habita. Ele crê ser o único servidor da verdade total, do Uno do qual ele é o instrumento. O fanático quer que o mundo se curve à lei do Uno e que o universo se adapte à sua necessidade. O fanático vive em função de um delírio apocalíptico, concepção que leva a uma versão fatalista do mundo mau que precisa ser destruído, e à uma visão transcendentalista do Reino que está por vir. Essa visão fatalista do mundo, repito, caracteriza, no caso dos atuais conflitos, tanto um lado, quanto o outro. Ambos consideram o outro como um grande ‘Mal’ que deve ser extirpado.

De acordo com essa visão fatalista do mundo, quanto mais a história se torna catastrófica, mais próximo está o Reino de Deus. Segundo Etienne, a idéia que predomina é: se o mundo novo que nos será dado virá apenas quando a história estiver encerrada, então, aceleremos a vinda do Messias e o fim dos tempos. Em outras palavras, explica o autor, se o mundo escapa às injunções supremas do poder último, é preciso corrigi-lo. Se falharmos nesta tarefa, é preciso destruir o mundo. E acrescenta:

O fanático está pronto ao sacrifício: ele é o veículo fervoroso das palavras de ordem de uma ordem que o domina mas que o mantém, que o estrutura. Ele se anula então enquanto sujeito até não valer para nada seu exílio, sua peregrinação terrestre (...). Seu ‘eu’ subsume-se no Uno, na verdade que ele ama e na qual ele quer ser amado, enquanto aqueles que ignoram a justa causa, a rejeitam ou a combatem são jurados de aniquilação e o cutelo que mata não é guiado pela mão do homem sacrificador. *A morte do Outro é então expiatória e propiciatória*⁹⁴ (Grifo meu)⁹⁵.

⁹⁴ O termo propiciatório, além de significar “aquele ou aquilo que aplaca a ira divina, que torna Deus propício”, significa também “vaso sagrado no qual se oferecem sacrifícios a Deus” (fonte: Aurélio).

⁹⁵ “Le fanatique est prêt au sacrifice: il est le véhicule fervent des mots d’ordre d’un ordre qui le surpasse mais le soutient, le structure. Il s’abolit alors en tant que sujet jusqu’à compter pour rien son exil, son pèlerinage terrestre (...). Son ‘moi’ s’engloutit dans l’Un, dans la vérité qu’il aime et dont il veut être l’aimé, tandis que ceux qui ignorent la juste cause, la rejettent ou la combattent sont promis à l’annihilation et le couteau qui tue n’est pas guidé par la main de l’homme sacrificateur. La mort de l’Autre est alors expiatoire et propitiatoire” (Bruno Etienne, *op. cit.* p. 60).

Qualquer que seja o princípio que o ilumina, acrescenta Etienne, o fanático procura sempre criticar a desordem, o mundo imperfeito, impuro, insuportável, inadequado. Em síntese, o fanático seria aquele que profana o templo do outro negando o múltiplo. O fanático seria aquele que se espalha numa mancha destruidora do lugar sagrado do outro, sendo a passagem ao ato de destruir esse lugar sagrado do outro o prazer de uma violação iconoclasta.

Mas, observa o autor, o fanatismo não pode ser visto apenas como uma patologia absurda. Ele é também a forma antagônica da sociedade civil, e a concepção de sociedade civil da qual somos herdeiros – uma sociedade cujo valor estaria fundado no direito, na liberdade de pensamento, na tolerância do livre mercado – é burguesa, materialista, banal e não escatológica. E conclui:

O fanático rejeita as instituições do mundo novo desvinculado do transcendente. (...) O fanático assume então traços do servidor da lei inflexível, do utópico feroz, do assassino fervoroso ou do excluído do mundo animado pela impaciente esperança de um outro mundo. A crítica do céu se transforma em Apocalipse para a comunidade daqueles que esperam a aniquilação da terra pelo céu, isto é, pelo Messias, o retorno de Ali, o Cristo vencendo a Besta ou o julgamento final. Quanto mais próximo está o Apocalipse, mais próximo está o Reino⁹⁶.

Etienne lembra que um dos traços característicos dos três monoteísmos é a anulação da paternidade dos seus fundadores, fato que constituiria uma violência simbólica extrema, uma vez que seus fundadores deram origem a sociedades patriarcais: Moisés não entra na terra prometida, Fátima, a filha do profeta Maomé (Muhammad) é excluída do poder; e Cristo diz que ninguém pode segui-lo sem deixar seu pai e sua mãe. O esquecimento do nome do Pai é, portanto, um elemento presente nos três monoteísmos. Segundo o autor, “a memória do traço (do rastro) do nome está no coração de toda a problemática da filiação, embora em nossa

⁹⁶ “Le fanatique rejette les institutions du monde nouveau détaché du transcendant. (...) Le fanatique prend alors les traits du serviteur de la loi inflexible, de l’utopiste acharné, de l’assassin zélé ou de l’exclu du monde animé par l’impatiente espérance d’un autre monde. La critique du ciel se transforme en Apocalypse pour la communauté de ceux qui attendent l’écrasement de la terre par le ciel, c’est-à-dire le Messie, le retour de ‘Ali, le Christ triomphant de la Bête ou le jugement dernier. Plus proche est l’Apocalypse, plus proche est le Royaume” (Bruno Etienne, *op. cit.* p. 62).

cultura a referência fale do pai”.⁹⁷ Etienne lembra ainda que em nossa civilização existem três seqüências hierarquizadas: a transcendência ou a Lei de Deus, a imanência ou a lei do Pai (a hipóstase do avatar) e a Lei do Parlamento.

Esta metáfora paterna estaria, de acordo com esta leitura, no centro do poder. Pois bem, a passagem ao tipo de violência que estamos discutindo aqui se dá quando o lugar de constituição do sujeito pela ficção da Lei não faz mais sentido. A perda da autoridade do Pai seria exatamente a chave do desolamento (abandono da proteção divina) atual, seja isso em nossas periferias, povoadas de filhos bastardos do (pai) Estado, ou em Gaza. Sem pais nem referência, os grupos de pares criam suas guaridas: neotribalismo, horda, bando, gangue, etc. E o Estado, que deveria assumir o lugar do pai, ao se eximir de suas responsabilidades, projeta o seu próprio combatente, ainda que numa luta em que o político pareça ter sido tragado pelo sentimento de impossibilidade de superação no plano da cidade terrestre.

Finalmente, o autor observa que nossa desunião e discórdia provêm da interpretação de todas as heranças cruzadas que constituem os nossos pontos em comum: o componente democrático grego, o republicano ou jurídico romano, o sacrifício do filho monoteísta, a categoria normativa do Pai, a separação do Inteiramente-Outro, a lógica identitária do sujeito circuncidado, ligado pelo desejo do Outro, o fundamentalismo do sujeito-Rei, o esquecimento do Outro em nome do Mesmo. A reversão do ódio de si em ódio do Outro produziu, segundo o autor, uma teoparanóia. E acrescenta: “a obsessão revisionista do apagamento dos rastros do sacrifício fundador da civilização ou dos assassinatos absurdos aspira sempre à legislação do niilismo, mania metafísica que traz de volta o Outro ao Mesmo”⁹⁸.

E tudo isso, em nome do ideal de *uma* comunidade, um único Deus, um único guia, um único povo, um único Estado, um único sistema político-econômico, *ad libitum*... É a velha mania humana de querer impor ao outro um mesmo capital simbólico. Temos aí a origem da sacralização da violência: já que a verdade nos chegou de forma incontestada, ou seja, por epifania, ela deve se impor a todos.

Isso nos leva a crer, observa o sociólogo, que a única forma de evitar a fatalidade da perda do homem é fazendo-o se livrar do medo do outro, que não é mais do que o simulacro

⁹⁷ Bruno Etienne. *Op. cit.*, p. 63.

do seu próprio fim. Em outras palavras, conclui o autor, para que a humanidade sobreviva é preciso que um certo Ocidente seja levado a desaparecer.

3.4. O “11 de setembro” e a lógica do capital: um enfoque político-econômico

3.4.1. A assimilação dos eventos como atos de guerra e a função do *novo inimigo*

Tão logo as coisas começaram a ‘acontecer’ e já dava para sentir que aquele 11 de setembro de 2001 teria tudo para constituir uma data-limite, ou melhor, para ser feito uma data-limite, uma obra ao mesmo tempo aberta e fechada de linguagem, alguma ‘coisa’ que estava virando signo de um ‘acontecimento maior’, do que passaria a partir dali a ser visto como o mais terrível crime já cometido contra o ‘mundo civilizado’, como se não houvesse nada de tão ou mais pavoroso que o precedesse, tampouco que o sucedesse.

Essa foi a primeira ‘impressão’ daquele começo de dia em Nova York, logo espalhada pelo resto do mundo em um dos fenômenos midiáticos mais impactantes dos últimos anos. Pela primeira vez na história, uma tragédia ligada às tensões mundiais estava sendo mostrada ao vivo, em todo o esplendor de sua crueza, num espetáculo midiático de imagens exuberantes que não deixava nada a dever ao cinema catástrofe.

Desde o início, o tratamento dado pela grande mídia americana aos eventos revelou uma preocupação em considerá-los como ação de guerra. As manchetes das grandes emissoras de tevê americanas deram aos episódios o estatuto de uma ação de guerra no sentido clássico do termo. A maior rede de tevê americana, a CNN, fez toda a sua cobertura sob o título AMERICA UNDER ATTACK, forma lingüística tradicionalmente utilizada para significar uma ação de guerra de um Estado sobre outro.

A chamada de outra grande rede de informação contínua, intitulada O DIA DA INFÂMIA, retomou, por exemplo, a histórica forma lingüística que foi utilizada pelos jornais da época, quando a base americana de Pearl Harbor, no Hawaí, foi fortemente atacada por camicases japoneses, provocando a entrada dos EUA na Segunda Guerra.

⁹⁸ “L’obsession révisionniste de l’effacement des traces du sacrifice fondateur de civilisation ou des meurtres absurdes aspire toujours à la législation du nihilisme, manie métaphysique qui ramène l’Autre au Même” (Bruno Etienne, *op. cit.* p. 65).

Se na mídia os episódios tiveram um tratamento de guerra, no discurso oficial a coisa não foi diferente. As autoridades americanas não demoraram em assimilar tais ações a verdadeiros atos de guerra. Mas, por que considerar os episódios do 11 de setembro uma ação de guerra, conferindo-lhes, assim, um estatuto político? Por que não considerá-los uma ação criminal cuja responsabilidade deveria ser levada à Corte Penal Internacional, uma vez que os seus idealizadores e executores não representam a figura política de um Estado, sujeito jurídico do Direito internacional, não devendo, portanto, ser tratados como tal?

Como as autoridades americanas consideraram os atentados como atos de guerra, a resposta a eles deveria ser dada na mesma moeda. Mas, até onde é legítimo declarar guerra a uma entidade que não representa o sujeito jurídico da Lei internacional, instituição que prescreve que a ação de guerra deve ser um instrumento a ser utilizado apenas quando um Estado é objetivamente agredido por outro, tendo, portanto, direito à represália? Que interesses estariam comandando essa forma de reação? Por que foi preciso definir um novo rosto inimigo para o Ocidente e a serviço de que está essa tarefa?

Se antes dos atentados do 11 de setembro, o terrorismo já tinha tudo para ser o novo inimigo do chamado mundo livre e democrático, depois desses episódios, então, não restaria a menor dúvida de que estavam sendo dadas ali as condições ideais para que fosse definido de vez o perfil do novo rosto inimigo dos Estados Unidos e do mundo: o terrorismo, já antes encarnado pela metonímia Bin Laden.

Em maio de 2001, Donald Rumsfeld, então secretário da Defesa, havia declarado Osama Bin Laden como o inimigo público número um dos Estados Unidos. Na ocasião, Rumsfeld declarou também que Bin Laden já dispunha de armas químicas e bacteriológicas. Segundo o secretário, Bin Laden estava prestes a fabricar uma bomba atômica e a lançar um satélite. A declaração do secretário levava o mundo a crer que uma nova e poderosa ameaça rondava o mundo civilizado. Era preciso fazer alguma coisa para detê-la. Poucos meses depois, no dia 11 de setembro de 2001, o mundo tinha uma espécie de confirmação da advertência do secretário.

Segundo Thierry Meyssan,⁹⁹ autor da polêmica tese de que o “11 de setembro” foi uma espécie de “golpe de palácio”, infligido por setores da extrema direita americana, devemos

ser cautelosos em relação à idéia de que Bin Laden é o grande vilão do mundo democrático. Segundo o autor, uma declaração de um ex-chefe do escritório da CIA no Sudão, Milton Bearden, feita em 1994, faz referência a essa questão. Milton teria declarado numa entrevista que Bin Laden é um mito construído pelos EUA. Segundo o ex-chefe “tem muita ficção nisso tudo. É toda a mitologia de Osama Bin Laden. Faz parte do show”. Bearden admite que depois do colapso do que ele chama de “império do Mal” (a ex-União Soviética) os EUA haviam perdido o seu inimigo nacional. Segundo o ex-chefe, os EUA ‘gostam’ da idéia de ter um inimigo. Para o ex-chefe, o terrorismo internacional teria agora essa função. Em parte, isso explica porque o “11 de setembro” foi, então, tratado como uma ação de guerra.

Além disso, a magnitude dos atentados e a articulação que resultou na sua precisa execução (embora, como vimos, haja controvérsia sobre esse sucesso todo da operação) – articulação esta que revelou a utilização de um conjunto de recursos suspeitados, mas não divulgados, uma vez que a CIA e o FBI sabiam da possibilidade de um ataque dessa dimensão – deram margem à exploração da idéia de um terrorismo internacional, com uma estrutura e um poder de ação tão superiores aos que se suspeitava, que a única forma de combater esta nova e perigosa ameaça seria através de uma ação de guerra, uma ‘guerra infinita’ contra o terror, como assim foi chamada a primeira operação militar americana.

Isso explica por que, apesar do trauma que produziu no seio da sociedade americana, os episódios foram apropriados de forma a não deixar nenhuma dúvida quanto ao tipo de resposta que eles deveriam ter. Era preciso considerar a agressão como uma verdadeira ação de guerra que o novo inimigo, o terrorismo internacional, estava empreendendo não só contra os Estados Unidos, mas contra todo o mundo dito civilizado e democrático. O resultado foi a conversão do evento no argumento que faltava à retórica da guerra, uma retórica que já vinha sendo posta em prática bem antes do “11 de setembro”. Algumas declarações oficiais feitas antes do dia 11 de setembro apontam para isso.

Em seu polêmico *11 de setembro de 2001: uma terrível farsa*, Thierry Meyssan faz referência a esse fato. Segundo o autor, depois de um forum que se realizou em julho de 2001, em Berlim, para discutir o futuro do Afeganistão, a delegação americana, percebendo o

⁹⁹ Thierry Meyssan. *11 de setembro de 2001: uma terrível farsa*. Trad. De Khristine Renata da Cruz Guimarães. São Paulo: Usina do livro, 2003, p. 98.

fracasso das negociações, chegou a declarar que os EUA pretendiam invadir o país em outubro e derrubar o regime talibã.

O autor observa ainda que no começo de setembro de 2001, sob a alegação de que executavam manobras anuais no Mar de Oman, os britânicos fizeram um importante e estratégico posicionamento de sua frota na região. Enquanto acontecia esse posicionamento da frota britânica, a OTAN mobilizava quarenta mil soldados na região. Essas ações mostram que as forças anglo-americanas já estavam posicionadas na região antes dos atentados do 11 de setembro.

Além disso, Meyssan observa também que, poucos dias depois dos atentados, o então secretário-adjunto da Defesa, Paul Wolfowitz, principal representante do grupo conservador mais extremista e defensor do *lobby* da indústria bélica, declarou numa entrevista que a resposta dos EUA aos atentados não se restringiria apenas a uma ação isolada. Os EUA fariam, segundo Wolfowitz, uma verdadeira campanha contra a nova ameaça, o que implicaria empreender ações militares onde quer que isso fosse necessário. O autor lembra que Wolfowitz foi um dos que mais atuou para levar o governo americano a acabar com o ‘trabalho sujo’ no Iraque. Para o principal lobbista da indústria bélica, os atentados do 11 de setembro seriam um motivo mais do que legítimo para a tão sonhada queda de Saddam Hussein.

Vários fatos mostram, portanto, que as opções de ataque ao Afeganistão e de guerra geral contra a nova ameaça terrorista já haviam sido estudadas e preparadas antes dos atentados. Estes foram, segundo algumas análises¹⁰⁰ (Chomsky, Moore, Meyssan) apenas o argumento que faltava para os americanos começarem a agir.

Nesse sentido, os episódios do 11 de setembro representariam não só uma oportunidade de reafirmação da soberania atual, mas um argumento irrefutável para novas ações de guerra. A lógica é simples: sem destruição, não há expansão; é preciso destruir para produzir. O trauma e o espasmo produzidos pelos episódios do 11 de setembro viraram, pois, combustível de máquina de guerra. Em parte, isso pode ser explicado pelo tipo de relação que o Estado americano sempre manteve com a economia.

3.4.2. O estado americano e a economia: duas estratégias, um só objetivo

O economista egípcio Samir Amin, numa análise de como a política americana se relaciona com a economia, mostra que, desde a sua fundação, o Estado americano se coloca a serviço do segmento dominante do capital, no caso de hoje, do segmento constituído pelo grande capital transnacional. Amin, ao falar do tipo de relação que o Estado americano tem com a economia e com o mundo considera que:

Esse projeto é imperialista no sentido mais brutal, pois não se trata de gerenciar o conjunto das sociedades do planeta para integrá-las num sistema capitalista coerente, mas somente de saquear os seus recursos. A redução do pensamento social aos postulados de base da economia vulgar, reforçada pela disposição dos meios militares que se conhecem, é responsável por essa derivação bárbara que o capitalismo carrega em seu interior e que o desembaraça de todo sistema de valores humanos, substituído pela submissão às pretensas leis do mercado.¹⁰¹

Amin mostra que, pela própria história de sua formação, o capitalismo americano estaria mais suscetível a essa redução do que o capitalismo europeu, pois o Estado americano e sua visão política foram estruturados apenas para servir à economia, e nada mais. Esse fato o livrou da relação contraditória e dialética entre política e economia. Segundo ele, o genocídio dos índios, a escravidão dos negros, as ondas de migrações que substituíram um possível amadurecimento da consciência de classe pelo confronto de grupos que reivindicavam suas identidades (manipuladas pela classe dirigente), tudo isso produziu uma gestão política da sociedade por um partido único do capital. Esse partido único do capital é formado por dois segmentos (republicanos e democratas) que partilham não só as mesmas visões estratégicas globais, mas retóricas adequadas para se dirigir àquela parte dos eleitores da sociedade americana que acredita no sistema e que, por isso, se dá o trabalho de votar.

¹⁰⁰ Noam Chomsky. *11 de setembro*. Trad. Luiz Antonio Aguiar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002; Michael Moore. *Stupid white men – uma nação de idiotas*; Thierry Meyssan. *Op. cit.*

¹⁰¹ Samir Amin. *A ambição desmedida e criminosa dos EUA*. In: Revista Caros Amigos, no. 73, abril de 2003.

Muito provavelmente, o único elemento diferenciador na visão estratégica global desses dois partidos que se alternam no poder será a forma como os EUA devem garantir a continuidade de sua hegemonia nos planos econômico e militar. Para um, a melhor forma de garantir essa hegemonia seria através da fomentação das atuais tensões mundiais. Para o outro, essa hegemonia pode ser preservada pela adoção de uma política econômica fortemente protecionista. No caso da atual classe dirigente política americana, a estratégia mais óbvia é a primeira, ou seja, a fomentação das atuais tensões mundiais. Quem nos ajuda a entender a lógica bizarra dessa estratégia, é o economista Renato Pompeu, para quem o avanço do capitalismo depende da guerra.

Pompeu, em uma entrevista intitulada “É a terceira guerra mundial”, mostra como a produção da violência e a destruição de países constitui uma cruel estratégia que impulsiona economias e faz movimentar o capitalismo. De acordo com esse economista, os conflitos de Kosovo deram início ao que ele considera ser a terceira guerra mundial. Segundo ele, os atentados do 11 de setembro, nos EUA, seriam uma espécie de reforço dessa tese.

Estamos em plena terceira guerra mundial. Só que ela não vai ser semelhante à primeira e à segunda, que foram comprimidas no tempo e no espaço, ela está se dando ao longo de espaços de tempo esparsos, desde que começou, mais ou menos ali no Kosovo.¹⁰²

Pompeu considera que por trás dessa terceira guerra está um fenômeno mais geral: uma crise do capitalismo, uma crise que se dá sempre que o capitalismo muda de patamar tecnológico. Embora sua tese possa gerar alguma controvérsia, e não entrarei no mérito da questão, alguns pontos merecem uma boa dose de atenção. Segundo ele

Quando o capitalismo se moldou realmente como capitalismo, com a máquina a vapor, vieram as guerras napoleônicas; quando o capitalismo passou da máquina a vapor para o petróleo, a química pesada e a eletricidade, veio a Primeira Guerra Mundial; quando o capitalismo passou para o taylorismo e para o fordismo, temos

a Segunda Guerra Mundial; e, quando o capitalismo, agora, está passando por uma mudança tecnológica sem precedentes, gera uma guerra sem precedentes. Inclusive, porque essa evolução tecnológica é contínua, enquanto as outras duraram um tempo determinado.¹⁰²

Explicando como a mudança de patamar tecnológico do capitalismo tem como consequência a produção da guerra, Pompeu lembra que o capitalismo é um regime baseado nas mercadorias, que têm um valor de uso e um valor de troca. Em sua explicação ele lembra que

O valor de troca da mercadoria, no capitalismo, está baseado no tempo de trabalho socialmente necessário para produzir aquela mercadoria, e a tecnologia nada mais é do que um meio de reduzir o tempo de trabalho vivo necessário para criar o valor adicional que a mercadoria tem. Então, com o desenvolvimento tecnológico, as mercadorias todas vão barateando. (...) Havendo a concorrência, as empresas brigam para levar cada vez menos tempo de trabalho vivo, que é o que cria a mais-valia, até que chega um ponto em que isso tende quase a zero, daí o que você pode fazer? Você acaba com o capitalismo ou, se quer manter o capitalismo, tem que destruir tudo, destruir as mercadorias em geral para aumentar o tempo de trabalho necessário para produzir. Logo depois da Segunda Guerra Mundial, houve uma reconstrução fantástica da Europa. Quando teve a guerra do Kosovo, a revista *The Economist*, britânica, se queixou (...) dizendo que os empresários ficaram decepcionados porque a destruição foi muito pequena, não ia ter muitos investimentos ali.¹⁰³

Pompeu lembra ainda que, de maneira geral, esse fato não é percebido não por uma questão de crueldade humana, mas por uma questão de desinformação, porque buscamos informação exatamente onde não a encontramos, ou onde a encontramos de uma forma em

¹⁰² Renato Pompeu. *É a terceira guerra mundial*. Entrevista a Marina Amaral. In: Revista Caros Amigos, no. 55, outubro de 2001.

¹⁰³ Renato Pompeu, op. cit.

que ela não ajuda a entender os fatos numa perspectiva mais conjuntural, ou seja, na mídia, pelo jornal, pela revista, pela televisão. Citando um livro de Leão Serva, ele destaca que:

o jornalismo fatalmente tende à desinformação por duas razões: primeiro, porque compartimenta o que é uma coisa só — o mundo é uma coisa só e o jornal divide em partes para dar as notícias; segundo, porque o jornal cria um tempo dele, o tempo em que as pessoas vivem, não vê as coisas a longo prazo, dentro das grandes fases históricas. Não é uma questão de má vontade ou de deturpação deliberada, embora isso também exista, mas é da natureza do jornalismo”.¹⁰⁵

O economista lembra que, num jornal, as notícias estão dispostas de forma dispersa, longe de esboçar o quadro a partir do qual elas emergem, sem nenhuma relação entre si. Comparando as notícias de um jornal a um mapa da OTAN, ele faz a seguinte observação:

Vamos supor que temos aqui um jornal, vamos ver: tem o Bin Laden, tem a preparação americana, tem o Tibete, na China, tem os guerrilheiros na Colômbia, a base de Alcântara na parte nacional etc. Agora, vamos supor que, em vez de um jornal, tenhamos um mapa do estado-maior da OTAN: vamos ter, no Kosovo, "estamos a favor desses contra aqueles"; na Chechênia, "estamos a favor dos mulçumanos contra os ortodoxos"; em Israel, "estamos a favor de Israel contra os palestinos, estamos dando um jeito de largar Israel sozinho na coisa, mas disfarçando muito para não ficar muito na cara"; no Tibete, "estamos com os tibetanos, contra os chineses"; na Índia, "somos mais a favor dos paquistaneses"; na Indonésia, "queremos destruir aquilo lá porque a gente tinha aquilo na mão, houve uma revolução, saiu do nosso controle, já conseguimos tirar o Timor Leste, que é uma causa bem simpática...". Veja como é diferente a temporalidade do jornal que sai no dia-a-dia, ou mesmo da revista que sai mês a mês, da temporalidade do mapa estratégico da OTAN, que mostra, perfeitamente desenhado, o conflito mundial associado a essa crise do capitalismo. Por que eles

¹⁰⁴ Idem.

não respondem ao atentado exigindo, levando a questão para o tribunal internacional — que, aliás, os Estados Unidos nem apóiam — e pedem a extradição do Bin Laden e, se o Afeganistão não der, aí sim eles vão capturá-lo? Por que já preparam a guerra antes? Porque o capitalismo precisa da guerra.¹⁰⁶

Esta observação sobre a forma como o jornal produz a notícia mostra que todo evento é sempre mostrado na perspectiva do tempo do jornal, um tempo desconectado da temporalidade que perpassa as tensões do mundo, sempre observadas e gerenciadas pelo olhar do mapa estratégico da OTAN, que mostra exatamente como estão dispostos os conflitos e nos permite ver que relações existem entre esses conflitos e a crise do capitalismo.

O autor lembra ainda que o produto bélico é o ideal para o capitalismo, porque ele é destruído no primeiro uso, o que exige uma produção constante desse mesmo produto, desde que haja sempre guerras e conflitos no mundo. Portanto, a fomentação da guerra vai ser sempre uma preocupação intrínseca à lógica do capitalismo, que precisa destruir para garantir o seu movimento de expansão. Todos os conflitos no mundo estão, portanto, interligados e relacionados ao movimento de expansão geral do Ocidente, lembra o autor.

A intervenção dos Estados Unidos no Afeganistão, por exemplo, significou a possibilidade de ocupação de espaço e de intervenção na Ásia Central, região extremamente importante na geopolítica do petróleo. A guerra no Afeganistão envolveu toda a Ásia Central, Azerbaijão, Uzbequistão etc., cujo petróleo estava nas mãos da União Soviética, lembra o autor. O controle da região estava sendo disputado pela Rússia, China e o Ocidente. Com a intervenção, os Estados Unidos ampliaram a sua presença em detrimento desses outros países.

O fato de muitas das culturas islâmicas terem se desenvolvido sobre um solo rico em recursos naturais como o petróleo, que Derrida, por exemplo, define como sendo um dos últimos bens “não virtualizáveis e não desterritorializáveis”, torna o bloco islâmico mais vulnerável à modernização selvagem imposta pelos mercados globalizados, que estão nas mãos de um pequeno número de Estados e de sociedades multinacionais.

Isso explicaria, então, porque o discurso corrente, o das mídias e o oficial, apoiou-se tão facilmente nos conceitos de ‘terrorismo’ (sobretudo internacional) e de ‘guerra’, para falar

¹⁰⁵ Renato Pompeu. *Op. cit.*

dos episódios do 11 de setembro, ou melhor, para construir o ‘acontecimento’ de forma a transformá-lo num ‘conceito’ sempre aberto a todo tipo de predicação, cuja funcionalidade maior fosse a de constituir um argumento sempre à disposição da retórica da guerra.

3.5. O “11 de setembro” e a lógica auto-imunitária: um enfoque político-filosófico

3.5.1. A irredutível fonte do terror absoluto

Em uma entrevista que concedeu a Evando Nascimento, publicada pela *Folha de São Paulo* em 2001, Jacques Derrida faz uma instigante diferenciação entre desconstrução enquanto discurso essencialmente filosófico e desconstrução enquanto “o que acontece no mundo”. O filósofo assim se pronuncia:

Digo freqüentemente que a desconstrução é o que acontece (*c'est ce qu'il arrive*), o que se passa ou chega. O que acontece mesmo sem carregar esse nome: é o que acontece no mundo. Como, por exemplo, respondendo há pouco sua questão precedente, eu falava do terremoto que sacode o político, a soberania do Estado-Nação, o conceito de guerra. Todas essas coisas não têm mais identidade conceitual reconhecível. Desse modo, vê-se muito bem que a idéia de soberania - uma herança teológica - se encontra atualmente muito abalada pelo que ocorre no mundo. Essa desconstrução não é um discurso teórico, é o que acontece, levando-se tudo em conta: a técnica, a economia, as armas, o exército... Toda a história do mundo está em desconstrução, desconstrói-se por si mesma. “Isso” se desconstrói. É preciso então distinguir entre o que freqüentemente se chama “a” desconstrução como discurso essencialmente filosófico - que apareceu com esse nome na universidade - e o processo imemorial, pois começou desde sempre, prosseguindo ao longo do tempo com feições muito diferenciadas, e que hoje se acelera. É um processo em curso com ou sem esse nome, quer se saiba ou não.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Jacques Derrida. *A solidariedade dos seres vivos*. Entrevista a Evando Nascimento. In: *Jornal Folha de São Paulo*, 2001.

Esta entrevista foi feita antes dos acontecimentos do 11 de setembro de 2001, nos EUA, mas, pelo conteúdo desse trecho, nós poderíamos muito bem relacionar o que Derrida diz sobre a desconstrução do mundo com esses episódios. A queda das torres do *World Trade Center*, embora tenha se constituído um evento de proporções materiais inimagináveis, teve um efeito simbólico muito maior que seu efeito real. Boa parte dessa simbologia pode ser, *grosso modo*, sintetizada com o que Derrida diz no trecho acima, sobre a desconstrução do mundo.

Mas, o que faria dos episódios do 11 de setembro de 2001 um dos indícios do imemorial processo de desconstrução do mundo? Talvez o conceito de auto-imunização, na forma como é pensado por Derrida¹⁰⁸, possa nos ajudar a entender a auto-desconstrução do mundo. Aliás, o conceito de auto-imunização é a forma alternativa que Derrida propõe para falar desse processo de desconstrução do mundo, que não pode ser visto nem em termos da clássica oposição interior *vs.* exterior, nem da oposição amigo *vs.* inimigo. A análise que Derrida propõe do “11 de setembro”, exatamente por se apoiar no conceito de auto-imunização, opera exatamente no intervalo dessas oposições. Derrida parte de uma perspectiva que, embora considere que a agressão tenha vindo de fora, sua origem não deve necessariamente ser creditada a um exterior. Vejamos por que.

Para Derrida o “11 de setembro” é uma espécie de ferida aberta por um processo que se iniciou desde o período que ficou conhecido como a Guerra Fria. O “11 de setembro” é, para o filósofo, uma espécie de evento inominável, algo que foge, que escapa, que resiste a qualquer tentativa de definição. Logo, por não sabê-lo, não temos como descrever, identificar ou sequer nomear tal evento. De acordo com Derrida “a ferida continua aberta por nosso terror diante do *futuro*, e não só do passado”. Para o filósofo, “é o futuro que determina a inapropriabilidade do acontecimento, e não o presente ou o passado”.¹⁰⁹ É nesse sentido que os eventos do 11 de setembro são inomináveis, segundo Derrida.

Mas, como tentarei argumentar mais à frente, ao mesmo tempo em que esses eventos, por uma simples questão de memória do futuro, de um futuro que se anuncia como muito provavelmente pior do que o presente, resistem a qualquer tentativa de nomeação, de

¹⁰⁸ Jacques Derrida. Auto-imunidade: suicídios reais e simbólicos. In: BORRADORI, G. *Filosofia em tempo de terror. Diálogos com Habermas e Derrida*. Trad. Roberto Mugiatti. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 104.

¹⁰⁹ Idem, p. 106.

definição, é preciso defini-los, e defini-los da forma mais responsável possível, em termos ético-políticos. Eventos como os do “11 de setembro” nos obrigam a estar sempre revendo a linguagem enquanto espaço preenchido por forças que se confrontam na luta pela hegemonia dos sentidos. Ao mesmo tempo em que uma memória de futuro coloca a impossibilidade de definição de eventos como os do 11 de setembro, essa mesma memória de futuro nos impele a defini-los, fazendo isso de forma a mostrar porque não devemos ficar indiferentes às tensões, aos conflitos, enfim, à guerra que acontece no espaço da linguagem.

Embora Derrida considere que eventos como os do 11 de setembro estejam envoltos em um horizonte de desconhecimento, o que implica uma impotência para compreendê-los, reconhecê-los, descrevê-los, esse não-horizonte de conhecimento não deve ser visto como algo abstrato. Ou seja, o fato dessa ferida não poder ser identificada, contornada, não significa que o horizonte do qual ela desponta seja algo indefinível. Pelo contrário. Derrida mostra precisamente onde tudo isso começa, ou seja, em que processo histórico nós podemos encontrar as razões dessa ‘incompreensão’ que foi o “11 de setembro”. Ele o faz em três momentos: dois em referência ao período que ficou conhecido como Guerra Fria, e um terceiro, em que faz referência ao que ele chama de “círculo vicioso da repressão”.

Esse trabalho de mostrar onde tudo isso começa consiste numa reflexão que Derrida faz sobre o que ele chama de mecanismo de auto-imunização, que seria o processo pelo qual um determinado organismo ou uma estrutura mina seu próprio sistema de defesa, restando pois imune a sua própria imunidade.

Segundo Giovanna Borradori¹¹⁰, o filósofo começou a pensar sobre esse mecanismo de auto-imunização a partir de 1994, quando iniciou uma discussão sobre o fundamentalismo religioso e seu papel no terrorismo global. Suas reflexões o levaram a distinguir três tipos de auto-imunidade ou o que ele chama de três terrores auto-imunitários. Na verdade, três fontes de terror que não podem ser distinguidas, porque se alimentam e determinam umas às outras. A distinção que Derrida faz é apenas para efeito de análise. Segundo ele, essas três fontes de terror, no fundo, são a mesma coisa, fazem parte de uma mesma ‘realidade’.

Para o filósofo, o processo que ficou conhecido como Guerra Fria pode nos ajudar a entender o primeiro tipo de terror auto-imunitário e a lógica que estaria por trás do “11 de

¹¹⁰ G. Borradori. *Op. cit.*, p. 164.

setembro”, segundo ele, a lógica que rege todo processo auto-imunitário. Tal processo seria “o estranho comportamento pelo qual um ser vivo, de maneira quase suicida, trabalha ‘por si mesmo’ para destruir sua própria proteção, para se imunizar contra sua ‘própria’ imunidade”¹¹¹.

O “11 de setembro” foi, segundo Derrida, uma das terríveis conseqüências da lógica suicida que comandou a estratégia político-militar americana no período da Guerra Fria. Durante esse período, os EUA empreenderam uma estratégia político-militar que teria resultado num processo auto-imunizante. A Guerra Fria seria, de acordo com Derrida, a primeira fase desse processo, que consistiu na preparação, no treinamento, no equipamento de guerrilheiros para reprimir a presença soviética em alguns países. Ao preparar, treinar, armar, patrocinar determinados grupos que tinham interesse em combater a presença soviética nesses países, os EUA acabaram minando seu próprio sistema de autodefesa, uma vez que essas forças tenderiam mais cedo ou mais tarde a se voltar contra o próprio organismo que estava lhe conferindo poder e legitimidade. Derrida chama esta primeira fase do processo auto-imunitário de “a Guerra Fria na cabeça”, por se tratar de um conflito que se realizou muito mais “na cabeça” do que em campo ou no ar.

Derrida lembra que o país agredido desempenha o papel de árbitro da ordem vigente e representa “a suposta unidade final de força e lei, da maior força e do discurso de lei”. Segundo ele, aí está o primeiro sintoma da auto-imunidade suicida. E acrescenta:

Não só o território, isto é, a figura literal da fundação ou do fundamento dessa ‘força de lei’, é visto como *exposto* à agressão, mas a agressão da qual é o *objeto* (o *objeto exposto* precisamente à violência, mas também, ‘em um laço’¹¹², às suas

¹¹¹ Jacques Derrida. Auto-imunidade: suicídios reais e simbólicos – um diálogo com Jacques Derrida. *Op. cit.* p. 104.

¹¹² Em nota de rodapé, Giovanna Borradori explica que a referência que Derrida faz à figura do ‘laço’ (*loop*) dar-se por pelo menos três razões: “1) A re-transmissão re-produtiva dos ‘laços’, como dizemos, as mesmas imagens televisionadas de uma ‘transmissão ao vivo’ (o evisceramento e o colapso das duas torres, um filme que passa e repassa interminavelmente nas telas do mundo inteiro); essa compulsão à repetição imediatamente confirma e neutraliza o efeito dessa realidade, à medida que uma dor assustadora, assustada e aterrorizada liga-se a um inadmissível desfrutar [*jouissance*], algo que antes de mais nada é inadmissível, incontrolável e irreprimível, à proporção que opera à distância, neutralizando a realidade, mantendo-a desse modo afastada. 2) O laço também pretende se referir à especularidade circular e narcisista desse penoso desfrutar, desse clímax, aterrorizados pelo outro e aterrorizados ao descobrirmos que existe algo que nos deixa exultantes quando o vemos aqui, aterrorizados de nos vermos mitigando o nosso terror pelo *voyerismo*. 3) Finalmente, o laço é o círculo vicioso de um suicídio que se confessa por negação, que se destesta atestando a si mesmo, que é levado de roldão em seu

próprias câmeras segundo seus próprios interesses) vem *como se fosse de dentro*, de forças que estão aparentemente sem qualquer força própria, mas que são capazes de encontrar os meios, por ardil e pela implementação de conhecimento *high-tech*, para ter acesso a uma arma americana em uma cidade americana, no espaço de um aeroporto americano. Imigrados treinados, preparados para o seu ato nos Estados Unidos pelos Estados Unidos, esses *seqüestradores* incorporam, por assim dizer, dois suicídios em um: o seu próprio (e estaremos para sempre indefesos em face de uma agressão suicida auto-imunitária, e é isso o que mais aterroriza), mas também o suicídio daqueles que os acolheram, armaram e treinaram. Pois não vamos esquecer que os Estados Unidos tinham com efeito preparado o caminho para as forças do ‘adversário’ e consolidado as forças dele, treinando pessoas como ‘Bin Laden’, que seriam aqui o exemplo mais notável; e, antes de tudo, criando as circunstâncias político-militares que favoreceriam a emergência dessas pessoas e sua mudança de lealdade.¹¹³

Nesse trecho, além da questão do primeiro sintoma do processo auto-imunitário a que Derrida alude, temos uma outra questão, também complexa: a dupla exposição do agredido. As ações o deixaram exposto não só à violência contra ele dirigida, mas às suas próprias câmeras.

Derrida observa, entretanto, que esse segundo tipo de exposição se deu de acordo com os próprios interesses do agredido. Estranhamente é como se as próprias vísceras expostas servissem de alimento para a estrutura agredida num momento agônico, não importando o aspecto bizarro e funesto desse ato escatológico. A exposição a si mesmo, às suas próprias câmeras, ao seu olho de *big-brother*, o tornava, a um só lance, uma vítima de si mesmo, no momento em que se via completamente atônito ao primeiro grande golpe desferido bem no centro de sua complexa estrutura, e já sem reserva de autodefesa, uma vez que tal reserva havia sido comprometida pela própria lógica que comanda a estrutura e que agora estava sendo o seu mais certo e cruel golpeador. É como se a grande estrutura

próprio testamento, que dá testemunho do que restará, do lado dos ‘suicidas’ (os seqüestradores e os cadáveres ‘desaparecidos’, *sem testemunha*). [JD].

¹¹³ Jacques Derrida. Auto-imunidade: *Suicídios reais e simbólicos – um diálogo com Jacques Derrida*. Op. cit., pp. 104/105.

estivesse provando de uma lógica que, para permitir a própria sobrevivência da estrutura, a sua expansão, precisou minar sua autodefesa. Numa estranha comparação é como se a máquina tivesse produzido um resíduo (uma espécie de vitelo) que agora lhe serve de alimento, algo parecido com o ‘deserto do real’, de Baudrillard. O diferencial aqui é que, ao contrário da ficção, não há um mocinho para ser apresentado a esse deserto, pelo menos um mocinho enquanto indivíduo.

A segunda etapa desse processo de auto-imunização seria o que Derrida chama de “pior do que a Guerra Fria”, tanto do ponto de vista histórico quanto do ponto de vista psicológico.

Derrida inicia esse tópico questionando o que seria um acontecimento traumático. Segundo ele, “qualquer acontecimento digno desse nome, mesmo que seja um acontecimento ‘feliz’, possui dentro de si algo que é traumático”. Para Derrida, todo acontecimento digno dessa denominação provoca uma ferida no que o filósofo chama de “curso cotidiano da história, na repetição e antecipação comum de toda experiência”¹¹⁴.

Embora pareça estar indo contra o óbvio, Derrida acrescenta que um acontecimento traumático é marcado não apenas como um acontecimento pela memória, ainda que no plano inconsciente, do que aconteceu. Segundo ele, o que parece óbvio para todo mundo é que o acontecimento esteja ligado à presença ou ao passado, à ocorrência do que de fato aconteceu, “de modo que a compulsão à repetição que poderia se seguir nada mais faria senão reproduzir o que já aconteceu ou foi produzido”. Mas, Derrida considera que é preciso fazer o que ele chama de ‘complicar esse esquema’, ainda que ele não seja inteiramente falso. Derrida considera que é preciso questionar a ‘cronologia’ do acontecimento, ou seja, “o pensamento e a ordem de temporalização que ele parece implicar”¹¹⁵.

Mas, o que significa exatamente repensar a cronologia de um acontecimento, segundo o filósofo? Significa pensar a sua temporalização não apenas em relação ao passado e ao presente, mas, sobretudo, em relação ao futuro. Derrida observa que é preciso repensar a temporalização de um acontecimento traumático, se quisermos nos lançar à tarefa de compreender por que o “11 de setembro” *pareceu*, aos olhos de muitos e, sobretudo em sua

¹¹⁴ Idem, p. 106.

¹¹⁵ Ibid., p. 106.

construção midiática, um ‘acontecimento maior’. Tal necessidade dar-se-ia pelo fato já referido acima segundo o qual o “11 de setembro” representa uma ferida aberta diante do futuro.

A novidade dessa teorização que Derrida nos propõe de um acontecimento traumático se dá pelo fato de que a provação de tal acontecimento

não tem como seu correlato trágico o que está atualmente ocorrendo ou o que aconteceu no passado, mas os sinais precursores do que ameaça acontecer. É o futuro que determina a inapropriabilidade do acontecimento, e não o presente ou o passado. Ou, pelos menos, se é o presente ou o passado, é apenas à proporção que carrega no seu corpo o sinal terrível do que poderia ter acontecido ou talvez irá acontecer, e que será *pior do que qualquer coisa que já tenha acontecido*¹¹⁶.

Para Derrida, a temporalidade do trauma do “11 de setembro” não provém nem do agora que está presente, nem do presente que é passado, mas de um ‘im-presentável por vir. Derrida lembra que quando uma arma fere, ela deixa para sempre uma cicatriz inconsciente. No caso do “11 de setembro” essa arma é aterrorizante “porque ela vem do porvir, do futuro, um futuro tão radicalmente por vir que resiste até mesmo à gramática do futuro do pretérito”. Para Derrida, um traumatismo como esse dispensa um trabalho de luto porque representa a possibilidade de acontecer o pior – a possibilidade do pior, da repetição por vir, ainda que pior. E acrescenta:

O traumatismo é produzido pelo *futuro*, pelo *porvir*, pela ameaça do pior que está *por vir*, mais do que por uma agressão que ‘acabou e já se foi’. O que aconteceu, embora não tenha sido dito com a clareza necessária – e por boa razão – é que, para o futuro e para sempre, a ameaça indicada por esses sinais poderia ser pior do que qualquer outra, pior ainda do que a ameaça que organizou a chamada ‘Guerra Fria’¹¹⁷.

¹¹⁶ Ibid., p. 106.

¹¹⁷ Ibid., p. 107.

Essa ameaça, lembra Derrida, era não só a ameaça de um ataque *químico* ou de um ataque *bacteriológico*, mas, sobretudo, a ameaça de um ataque *nuclear*. Tal ameaça, embora pouco tenha se falado sobre isso, levou o governo e o Congresso americanos a tomarem as medidas necessárias para garantir a sobrevivência de um Estado constitucional a um ataque *nuclear* contra Washington, o chefe de Estado e o Congresso (o Pentágono, a Casa Branca e o Capitólio). Atualmente, os *chefes* (cabeças) de Estado (presidente, vice-presidente, membros do gabinete e do Congresso) não se reúnem mais no mesmo local e na mesma hora. Isso mostra, segundo Derrida, o quanto o “acontecimento maior” do “11 de setembro” anda longe de constituir uma simples agressão passada, mas uma agressão que não só está ainda muito presente, como se mostra terrivelmente eficaz. E o traumatizado, aqui, não é apenas em relação aos Estados Unidos, mas em relação ao ‘mundo’, ou à possibilidade do ‘mundo’. Esse trauma, insiste Derrida, nem se dá no presente, nem se dá pela lembrança do que terá sido um presente, mas pelo inapresentável futuro, “pela possível ameaça de uma agressão capaz de um dia golpear a *cabeça* do Estado-nação soberano por excelência”.¹¹⁸

Para Derrida, essa nova ameaça foi não só sinalizada pelo ‘fim da Guerra Fria’, mas preparada no interior desse processo, uma vez que as redes terroristas árabes foram equipadas e treinadas durante e por meio de tal processo. Assim, esta ameaça seria uma consequência residual não só desse processo que ficou conhecido como Guerra Fria, mas da sua transição para um outro momento. O fato de essa nova ameaça ser um resíduo não só do período da Guerra Fria, mas de sua transição para um outro momento se dá basicamente por causa de duas questões: primeiro porque a Guerra Fria desencadeou uma incontável proliferação da capacidade nuclear, fato esse que torna difícil medir os graus e as formas dessa força; segundo porque (e é isso que torna essa ameaça pior do que a Guerra Fria) não é mais possível existir um equilíbrio de terror, uma vez que não existe mais um duelo entre dois estados igualmente poderosos, no caso da Guerra Fria, entre os Estados Unidos e a ex-União Soviética. Derrida lembra que, “a partir de agora, a ameaça nuclear, a ameaça ‘total’, não vem mais de um Estado, mas de forças anônimas que são absolutamente imprevisíveis e incalculáveis”.¹¹⁹

Além dessas questões, a segunda fase da crise auto-imune revela uma outra característica, que diz respeito à sua cobertura televisiva. Trata-se do que Derrida chama de

¹¹⁸ Ibid., p. 107/108.

¹¹⁹ Ibid., p. 108.

‘trabalho de arquivo’ ou monumentalização do ‘acontecimento’. Tendo em vista que o mal desse traumatismo consiste no fato de que a agressão não acabou, Derrida lembra que “de todas as reflexões que poderiam se inspirar na cobertura televisiva do acontecimento pela mídia” ele gostaria de destacar um aspecto que considera não ter sido realmente discutido. Segundo ele,

Ao estabelecer um arquivo completo e continuamente acessível, reproduzível a cada momento, em um laço, damos a nós mesmos a sensação tranquilizadora de que ‘terminou’. Terminou porque está arquivado e qualquer um pode visitar o arquivo! O arquivo, o efeito do arquivo, tranquiliza (a questão está encerrada! Está tudo gravado! Foi tudo gravado!), e nós então fazemos tudo para monumentalizar as gravações, re-assegurando-nos assim de que os mortos estão mortos; não vai acontecer de novo porque já aconteceu. Negamos portanto a irresistível premonição de que o pior não aconteceu, ainda não. Assim, no arquivo visual foram acrescentadas recentemente as gravações, feitas por um operador de rádio de São Francisco, das mensagens trocadas entre a polícia e os bombeiros durante a queda das Torres Gêmeas. Os únicos testemunhos que escapam da prática de arquivar são aqueles das vítimas, não os mortos ou os cadáveres (houve tão poucos), mas os desaparecidos. Por definição, os desaparecidos resistem ao trabalho de luto, assim como o futuro, exatamente assim como os mais recalcitrantes dos fantasmas. A perda do arquivo, o espectro, o fantasma – este é o futuro¹²⁰.

Aquí, Derrida faz uma análise do acontecimento pelo seu arquivo. A construção de um arquivo para esse acontecimento é uma forma de dizer que ele não se repetirá, que fiquemos tranquilos, que não haverá outra vez, porque já aconteceu. O arquivo e sua monumentalização é uma forma de negar a possibilidade do pior, que estaria ainda por vir. É interessante destacar que essa monumentalização do acontecimento deu-se não só na construção áudio-visual de sua narração, construída simultaneamente à sua realização e, depois,

¹²⁰ G. Borradori. *Op. cit.*, p. 164, p. 194.

enriquecida com outras vozes. Deu-se também, e principalmente, no que estou chamando de “narração posterior à narração simultânea”. A observação tanto de uma quanto da outra narração nos faz ver como se deu essa monumentalização sob diversos aspectos.

A monumentalização do acontecimento pode ser verificada não só em termos visuais, mas em termos verbais, ou seja, a partir dos jogos designativo-referenciais que foram mobilizados para construir sentidos para o acontecimento. É importante lembrar que a monumentalização de um acontecimento traumático visa, entre outras coisas, afastar o fantasma da possibilidade de sua repetição. Nesse sentido, é preciso mobilizar um capital lingüístico que produza, entre outros, esse efeito.

Expressões como *o maior atentado terrorista da história*, que apareceu com bastante frequência nas mídias de maneira geral, produzem efeitos de sentido da ordem do definitivo, do irrepetível, pela própria monumentalidade do ocorrido que, de tão espantosamente grande, se configura como algo irrepetível, insuperável. Uma das questões que minha análise destaca é como essa monumentalização do acontecimento se realiza em termos lingüísticos, ao mesmo tempo como causa e efeito.

A terceira e última etapa da crise auto-imune é chamada por Derrida de “o círculo vicioso da repressão”. Esta etapa seria a mais suicida das três pelo fato de que uma declaração de guerra por uma coalizão de países ao terrorismo acaba se convertendo numa guerra contra esses próprios países.

De acordo com Derrida, nós não estamos de todo indefesos contra a ameaça do ‘terrorismo’. No entanto, acrescenta, é preciso reconhecer que qualquer ação que for empreendida sob o pretexto de ‘guerra contra o terrorismo’ terá como consequência fortalecer ainda mais, a curto ou longo prazo, as causas do mal que alegam erradicar.

Derrida lembra que o significado estrito que hoje é dado à palavra ‘terrorismo’ circula de diversas formas no discurso que domina o espaço público, antes de tudo por causa do poder tecnoeconômico da mídia. E pergunta: “o que teria sido ‘11 de setembro’ sem a televisão?” Derrida observa que

A cobertura máxima da mídia funcionou no interesse *comum* dos perpetradores de “11 de setembro”, os terroristas e aqueles que, em nome das vítimas, quiseram declarar ‘guerra ao terrorismo’. Entre as duas partes, a cobertura da mídia foi,

como o bom senso de que fala Descartes, a coisa mais amplamente compartilhada no mundo. Mais do que a destruição das Torres Gêmeas ou o ataque ao Pentágono, mais do que a matança de milhares de pessoas, o ‘terror’ real consistiu (...) na imagem do terror pelo alvo em si. O alvo (os Estados Unidos, digamos, e quem quer que os apóie ou seja seu aliado no mundo, e isso quase não conhece limites hoje em dia) teve como seu primeiro interesse (o mesmo interesse que partilha com seus inimigos jurados) expor sua vulnerabilidade, dar a maior cobertura possível à agressão da qual se deseja proteger.¹²¹

Esta é, a meu ver, a questão mais grave da denúncia que Derrida faz dessa lógica, que ele chama de perversão auto-imunitária ou perversibilidade da lógica auto-imunitária. O sistema, que se auto-imunizou, faz uso dessa auto-imunização ou da própria vulnerabilidade para, não só garantir sua sobrevivência a outras possíveis ameaças de agressão ao seu organismo, mas para continuar enquanto poder hegemônico. Nesse sentido, essa vulnerabilidade torna-se uma ameaça porque passa a constituir um tipo de justificativa quase que imbatível da qual o organismo se servirá sempre que se achar em perigo por algum tipo de ameaça. Isso lhe confere um enorme poder de ação e uma legitimidade que se apresenta como se não devesse ter limites.

O que é mais preocupante nesse uso da própria fragilidade para se proteger (daí a idéia de subversão auto-imunitária) é que essa perversibilidade constituiu um perigo ou uma ameaça cuja virtualidade, como observa Derrida, “não assume a forma de intenção maldosa, de espírito maligno ou de vontade de fazer mal,”¹²² daí a dificuldade de se classificar, nomear, identificar essa perversão auto-imunitária como um mal, o grande mal absoluto, inquestionável, intangível, implacável, interminável. Essa, sim, seria a grande ameaça, e não um de seus sintomas, aquele que é chamado pelo discurso corrente (o da mídia e o oficial) de ‘terrorismo internacional’. Esse ‘terrorismo internacional’ já seria um produto do processo auto-imunitário ao qual o organismo se submeteu para garantir e permitir sua expansão, conforme vimos anteriormente, quando falamos do processo que foi a Guerra Fria.

¹²¹ Jacques Derrida. *Auto-imunidade: Suicídios reais e simbólicos*. In: BORRADORI, G. *Op. cit.*, p. 118.

¹²² Idem, p. 118.

Derrida lembra que a simples virtualidade dessa ameaça já é suficiente para assustar e até aterrorizar. Seria a raiz não-erradicável do terror, a fonte do terror absoluto, “de um terrorismo que se anuncia antes mesmo de se organizar como terrorismo”.¹²³

Essa ‘irredutível fonte de terror absoluto’, que se encontra indefesa diante da pior ameaça, viria, então, de dentro do próprio organismo, da zona onde o pior *exterior* vive com ou dentro do próprio organismo. Em outras palavras, a maior fonte de terror está no interior do próprio sistema, e não fora dele. Concretamente, essa fonte seria o ato de acolhimento pelo organismo de micro-organismos que potencialmente podem destruir o sistema de autodefesa desse organismo. Daí o fato desse processo de acolhimento desse tipo de micro-organismo constituir um processo suicida. O macro-organismo, num trabalho de auto-extensão, de ampliação de suas fronteiras, se serve de micro-organismos que têm o poder de minar seu próprio sistema de autodefesa.

Nesse sentido, da mesma forma que a ação ‘terrorista’ supostamente empreendida pela Al-Qaeda contra os Estados Unidos, no dia 11 de setembro de 2001, pode, de acordo com o aparato semântico-conceitual que sustenta o discurso do Ocidente, ser identificada como uma ‘ação terrorista suicida’, a ação americana de recrutar, treinar, armar, aparelhar homens como Bin Laden e outros, para lutar contra a invasão soviética em alguns países durante a Guerra Fria, também. Esta ação é igualmente suicida porque minou o sistema de autodefesa dos Estados Unidos e do Ocidente como um todo. Esse processo auto-imunitário é, tanto quanto as ações empreendidas pela Al-Qaeda e grupos afins, suicida. Além do mais, é preciso não esquecer que foi o próprio Ocidente quem “inventou a palavra, as técnicas e a ‘política’ do ‘terrorismo’”¹²⁴.

É importante destacar que a própria criação desses micro-organismos destruidores do sistema de autodefesa do macro-organismo acabou por se tornar, paradoxalmente, um tipo bizarro de mecanismo de sobrevivência do próprio macro-organismo.

O absurdo, o aterrorizante é que o sistema, num movimento de sobrevivência, acabou gerando o germe de sua própria destruição. O “11 de setembro” marca o início de uma era onde tudo pode acontecer em termos de pior: o bioterrorismo, as ditas guerras sujas, o terrorismo virtual, etc. Resta saber até onde esse macro-organismo vai sobreviver às ameaças

¹²³ Ibid., p. 118.

que ele próprio gerou e carrega enquanto germe autodestruidor. A lógica que rege o sistema é, portanto, auto-suicida, no sentido de que sua sobrevivência se funda na própria criação de seres que destroem os elementos que supostamente o protegeriam. A sobrevivência do todo passa a ser, assim, garantida pela destruição de partes desse todo. Em sendo destruído em partes, o sistema vai garantindo o seu movimento de expansão e, portanto, de sobrevivência. Resta saber até quando esse movimento será possível diante das novas ameaças que são, de longe, infinitamente mais aterrorizantes do que as ameaças do passado, e tudo isso porque estamos agora terrivelmente imunes à nossa própria imunidade.

A questão que está sendo colocada aqui seria algo semelhante à tese do filósofo Jean Baudrillard¹²⁵, a propósito da lógica que rege a estrutura de poder de todo império. Segundo o filósofo, toda potência carrega em si o germe de sua própria destruição.

É nesse sentido que não é possível saber, conhecer, descrever, identificar ou sequer nomear a ferida aberta pelo “11 de setembro”, uma vez que outras coisas bem piores podem acontecer depois dessa tragédia, já que o sistema tornou-se imune à sua própria imunidade. É por isso que Derrida deixa claro que esse horizonte de não-conhecimento ou esse não-horizonte, ou seja, nossa impotência para compreender, reconhecer, conhecer, identificar, nomear, descrever, prever não significa que estamos diante de algo abstrato ou idealista. Nossa impotência diz respeito precisamente ao fato de que, por causa da auto-imunidade do sistema, nós estaremos sempre sujeitos a ‘acontecimentos’ piores do que os do “11 de setembro”. É a possibilidade do pior que está por vir que nos impossibilita de identificar a ferida aberta pelo “11 de setembro”. É nesse sentido que esse ‘acontecimento’ é uma ferida que permanece infinita, inominável, sempre aberta a novas inflamações. Uma ferida que foi aberta pela lógica suicida da auto-imunização que o sistema infligiu a si próprio e que será sempre alimentada pelos elementos que foram gerados pelo próprio sistema.

É por isso que Derrida considera que o que foi atingido não foram apenas estruturas urbanas estratégicas, símbolos do poder político, econômico e militar, mas todo um aparelho semântico-conceitual que sustenta e torna possível o sistema vigente e o discurso que lhe subjaz, discurso esse que se estrutura a partir do forjamento de conceitos e diferenças cujos

¹²⁴ Ibid., p. 125.

¹²⁵ Jean Baudrillard. *L'esprit du terrorisme*. Paris: Galilée, 2002.

fundamentos não resistem a um exame mais crítico, uma vez que constituem meras formas de representação e processos de linguagem que não têm outra finalidade senão o estabelecimento das fronteiras necessárias para a própria existência da estrutura em questão. Os conceitos de ‘terrorismo’ e ‘guerra’, bem como a diferença que foi historicamente forjada para essas duas noções são alguns dos conceitos mais centrais do aparato semântico-conceitual que foi criado para tornar essa estrutura possível.

Tudo isso mostra o motivo pelo qual Derrida defende que é preciso reinterpretar o que foi pensado como o *fim da Guerra Fria*, e sob várias perspectivas. Para o filósofo – e essa é a parte mais interessante de sua análise – o “11 de setembro” não foi mais do que um efeito de um processo que deixou a estrutura agredida imune a si mesma, uma espécie de efeito distante da Guerra Fria, um efeito não do seu fim, mas do seu próprio processo, cuja característica mais forte e mais perigosa também foi a criação de um futuro inimigo, não mais perigoso, é verdade, do que a lógica suicida que o gerou.

3.5.2. A lógica ferida

Embora o “11 de setembro” tenha dado margem a muitas interpretações, Derrida considera que é preciso buscar outras explicações que sejam não só significativas, mas *qualitativas* para esses eventos. Em primeiro lugar, argumenta o filósofo, ninguém pode questionar um fato óbvio que vem determinando o horizonte do mundo desde aquilo que ficou conhecido como o *fim da Guerra Fria*. Esse fato óbvio consiste na observação de que:

(...) desde o ‘fim da Guerra Fria’ o que pode ser chamado de ordem mundial, em sua estabilidade precária, depende amplamente da solidez e da confiabilidade, do *crédito*, do poder americano. Em cada nível, econômico, técnico, militar, na mídia, até mesmo no plano da lógica discursiva, da axiomática que apóia a retórica jurídica e diplomática no mundo inteiro e na lei internacional, mesmo quando os Estados Unidos violam essa lei sem deixar de defender sua causa. Daí, desestabilizar essa superpotência que desempenha pelo menos o ‘papel’ de guardiã

da ordem mundial reinante é correr o risco de desestabilizar o mundo inteiro, incluindo os inimigos declarados dos Estados Unidos¹²⁶.

Como mostra a citação, o que está sendo ameaçado não é apenas um grande número de forças, potências ou ‘coisas’ que dependem da ordem que é mais ou menos assegurada pela grande potência que são os EUA. Para Derrida, são também ameaçados, e de uma maneira mais *radical*, “o sistema de interpretação, a axiomática, a lógica, a retórica, os conceitos e avaliações que deveriam nos levar a *compreender* e explicar precisamente algo como *11 de setembro*”. Derrida está falando aqui do que ele chama de um “*discurso* que vem a ser, de uma maneira hegemônica, persistente e avassaladora, *acreditado* no espaço público do mundo”.¹²⁷

Mas, ao dizer que são precisamente o sistema de representação, a axiomática, a lógica, a retórica, os conceitos e avaliações, enfim, o discurso que é *acreditado* hegemonicamente, que estão sendo mais radicalmente ameaçados, Derrida lembra que o aparato semântico-conceitual que sustenta o sistema, embora desde o princípio se revele débil e frágil, permite a esse sistema estratégias do tipo ‘trabalho de luto’, ‘arquivamento’, entre outros movimentos previstos, tudo isso garantido pelas normas que foram legitimadas e que fazem das práticas de linguagem ações significativas, ou seja, ações definidoras e identificadoras das coisas do mundo.

Quando Derrida denuncia essa ‘segunda coisa atingida’, mas sobre a qual não se fala – o aparelho semântico-conceitual-hermenêutico – ele está querendo mostrar que esse aparelho não só sustenta o discurso do sistema vigente, como oferece também os elementos necessários aos quais se pode recorrer para o argumento de que o golpe foi unicamente contra alvos humanos e edifícios-símbolo-de-poder, e não um golpe também contra esse aparato semântico-conceitual que, ao invés de ser usado para mostrar que mais um trauma se aproximava, foi usado para neutralizá-lo, através de um ‘trabalho de luto’.

Apesar de ilusória, essa estratégia não deixa de ser uma forma de superação do trauma. Forjar a crença de que ele nunca mais vai se repetir na mesma intensidade é um dos movimentos que o aparelho semântico-conceitual permite. Pois bem, é preciso mostrar o estrago que o golpe fez também contra esse aparelho, inclusive para termos uma boa noção da

¹²⁶ Jacques Derrida. *Auto-imunidade: suicídios reais e simbólicos*. In: BORRADORI, G. *Op. cit.*, p. 102.

dimensão de sua debilidade e da necessidade de pensarmos esse aparelho semântico-conceitual a partir de uma outra lógica ou de uma outra perspectiva. Esse é o grande e constante desafio: pensar o mundo, as coisas, os acontecimentos a partir de um aparato semântico, conceitual e hermenêutico pautado, sobretudo, na noção de responsabilidade social, ética e política. Esse novo sujeito da linguagem, por entendê-la como um mecanismo por excelência definidor de fronteiras, deve orientar sua ação fundamentalmente a partir desta noção.

Mas, por que Derrida considera que o que está mais *radicalmente* ameaçado seria esse discurso, que deveria nos fazer compreender e explicar acontecimentos como esse? Para entendermos essa questão, precisamos recorrer a uma outra observação que o filósofo faz. Segundo ele,

O que é legitimado pelo sistema vigente (uma combinação de opinião pública, mídia, retórica dos políticos e suposta autoridade de todos aqueles que, por vários mecanismos, falam ou são autorizados a falar no espaço público) são as normas inscritas em cada frase aparentemente significativa que pode ser construída com o léxico de violência, agressão, crime, guerra e terrorismo, com as supostas diferenças entre guerra e terrorismo, terrorismo nacional e internacional, terrorismo de Estado e não de Estado, com o respeito pela soberania, pelo território nacional e assim por diante.¹²⁸

Derrida está nos chamando à atenção para o fato de que há um sistema legitimador de normas que estão, por sua vez, inscritas em processos de linguagem. Não podemos esquecer o fato de que esses processos de linguagem são tornados possíveis por meio de certas formas de representação e de certos atos de linguagem cujos pressupostos impõem um quadro para a constituição de sentidos.

Acontecimentos como o “11 de setembro” mostram o quanto esse quadro, imposto por um conjunto de pressuposições e representações, é passível de um desmonte, de uma desconstrução. Em outras palavras, é como se um evento dessa natureza pusesse a nu todo um

¹²⁷ Idem, p. 103.

¹²⁸ Ibid, p. 103.

sistema de representação que foi forjado num terreno pantanoso que, vez em quando se move e a tudo desorganiza.

Derrida nos exorta a pensar o fato problemático segundo o qual há um sistema que legitima uma série de coisas, um conjunto de normas, e que é por meio dessas normas que as frases (e os processos de linguagem de maneira geral) tornam-se significativas. No caso do tipo de expressão que estou analisando, essas normas se inscrevem de maneira bastante clara nos jogos designativo-referenciais, que operam com pressupostos de existência que legitimam fronteiras estabelecidas fundamentalmente por uma certa forma de nomear, de representar as coisas, no caso do que estou analisando, o ‘acontecimento’ “11 de setembro”, o tipo de ameaça para o qual ele aponta e os dois lados desse conflito.

Pois bem, acontecimentos como esses ameaçam transtornar, abalar essas normas legitimadas pelo sistema vigente. O léxico, as formas de nomeação, os investimentos ideológicos que compõem todo um aparelho conceitual, semântico, hermenêutico, enfim, todo um sistema de representação, tudo isso se mostra vulnerável se nos voltarmos para um exame mais crítico dos elementos que tornam tais processos possíveis. A vulnerabilidade se dá precisamente porque esses processos são marcados desde o princípio por uma condição aporética.

3.5.3. Responsabilidade, alteridade e religião: outras derivas ou o *avant tout* da questão

A herança latino-românica do “religio” e sua extensão

Toda a discussão sobre ética e política em Derrida diz respeito fundamentalmente à questão da alteridade irreduzível do outro. Para Derrida, a única forma de pensar a questão da responsabilidade ético-política que toda ação humana comporta, seja na perspectiva de um *eu* individual, seja na perspectiva de um *eu* coletivo (um *nós*, um *mesmo*), é através da noção de alteridade. Derrida defende que a reflexão sobre a questão da alteridade deve começar com uma reflexão sobre a questão da religião, seus limites, suas origens, seus elementos constitutivos.

Em sua leitura desconstrutora do “11 de setembro”, que segue o viés de que o evento que leva esse nome foi tão somente o sintoma de uma crise auto-imune que, em parte, teria a ver com a herança da Guerra Fria e com o casamento infeliz entre religião e teletecnologias, Derrida acaba promovendo uma desconstrução do que há de mais importante por trás desse ‘acontecimento’ e que, segundo ele, precisa ser pensado noutros termos: a questão da religião. De acordo com Derrida, a desconstrução dos limites e dos elementos da religião é o primeiro passo na direção de uma nova sensibilidade, inclusive uma sensibilidade mais propriamente ‘religiosa’. Para entendermos isso, precisamos voltar um pouco ao tempo.

Para Derrida, a religião é uma criação romana só depois apropriada pelo cristianismo. A discussão dessa possível origem latina da religião começa, segundo Giovanna Borradori, pela etimologia. Segundo a autora, as primeiras referências à etimologia da palavra remontam a Cícero, primeiro século a.C., e a Tertuliano, dois séculos depois do início da era cristã.¹²⁹

De acordo com Cícero, a palavra *religio* vem de *relegere*, que resultaria de uma pequena modificação sofrida pelo verbo latino *legere*, que significava ‘colher’ ou ‘reunir’. Dois séculos depois do início da era cristã, Tertuliano, um escritor romano da África do Norte, convertido ao cristianismo, proporia um outro étimo. Para ele, a palavra religião vinha do verbo *religare*, que significava atar. A ação expressa pelo verbo significava um laço de obrigação, uma dívida entre o homem e Deus.

Em *Fé e Saber*, Derrida,¹³⁰ faz referência a essa duplicidade etimológica da palavra religião (Cícero e Tertuliano) e ao que ele considera serem os elementos, ao mesmo tempo indissociáveis e constitutivos da experiência religiosa ocidental, a saber, o sagrado e a dívida. Borradori lembra que o desenvolvimento do cristianismo levou a religião a centrar-se mais na dívida e na obrigação e a distanciar-se de um sentido mais sacro. Esse novo enfoque introduziu questões jurídicas na religião, atrelando-a à esfera da lei.¹³¹

Derrida considera que a sobrevivência da ligação entre os dois elementos da experiência religiosa (o sagrado e a dívida) pode ser vista na prática católica de carregar estátuas e marionetes em procissões, rituais praticados em geral para homenagear os santos. Essa

¹²⁹ G. Borradori. Desconstruindo o terrorismo. In: BORRADORI, G. *Filosofia em tempo de terror: diálogos com Habermas e Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 164.

¹³⁰ *Fé e Saber: as duas fontes da “religião” nos limites da simples razão*. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. In: *A Religião* (org. Jacques Derrida, Gianni Vattimo). São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1996, p. 83.

¹³¹ G. Borradori. *Desconstruindo o terrorismo*. In: BORRADORI, G. *Op. cit.* 164.

prática mostra que a dimensão pagã da religião, que aparece no estudo etimológico da palavra proposto por Cícero, pode ser assimilada à interpretação que Tertuliano faz dessa dimensão como uma dívida. Desse modo, a prática de erguer, exhibir, carregar santos e marionetes em procissões, rendendo-lhes homenagens, representaria a dimensão pagã da religião: a presença do fálico sob forma de marionete ou de santo, erguida, fetichizada.

Essa interpretação da religião como dívida, proposta por Tertuliano, estaria relacionada ao fato de o homem, antes pagão, antes vivendo sob o signo do *phallu* e do prazer, sentir-se na obrigação moral de voltar a Deus, de *religar* o elo perdido entre ele e o sagrado, de pagar a dívida de ter sido pagão em promovendo essa *religação*, em promovendo a separação do corpo com o *phallu*, e se fechando para o Outro. A idéia de dívida se constitui a partir dessa percepção: a necessidade de separar o *phallu* do corpo, para poder *reatar* o elo perdido com a dimensão do sagrado. Tal gesto implica, entre outras coisas, em se fechar para as demandas do Outro, como se só as demandas do sagrado fossem legítimas e dignas de serem ouvidas e atendidas. O santo ou a marionete exibidos na procissão seriam uma metáfora do *phallu* desprendido do corpo, oferecido como paga pela dívida com o sagrado, algo parecido com um sacrifício.

Essa referência que Derrida faz à experiência religiosa enquanto sentimento de dívida é crucial para entendermos toda a problemática que envolve as discussões sobre ética e responsabilidade, uma vez que estas noções só podem ser pensadas criticamente (ou seja, em termos de *krísis*) a partir da noção de alteridade. E esta, como vemos, não pode ser pensada sem referência à forma da experiência religiosa ocidental.

Desconstrução do “religio” e abertura ao *outro* ou messianidade sem messias

Em *Fé e Saber*, Derrida promove uma verdadeira análise da genealogia do *religio* e destaca vários aspectos importantes. Um deles é o fato desta palavra conter um prefixo *re-*, que seria uma marca de repetição e de auto-referência, uma espécie de “resistência ou reação à disjunção” em relação à alteridade absoluta¹³². Para Derrida, a presença do sufixo *re-*, nos dois casos, *re-legere* e *re-ligare* seria uma prova etimológica para o argumento de que a religião, de

¹³² Jacques Derrida. *Fé e Saber*. Op. cit., p. 74.

acordo com a definição abraâmica, teria uma tendência a resistir a uma verdadeira abertura em relação ao outro. Diante dessa constatação, Derrida defende que a desconstrução dos limites latinos e cristãos da religião pode favorecer o surgimento de uma nova sensibilidade, segundo ele, mais propriamente ‘religiosa’. Além disso, Derrida argumenta que cristãos, judeus e muçulmanos deveriam alimentar dúvidas sobre esses limites e pensar na possibilidade de que esses limites poderiam ser reduzidos a outros. Derrida acredita que só a desconstrução da religião na forma como ela é pensada hoje pode permitir um engajamento que favoreça uma aproximação com o Outro e uma ruptura com o sentimento de obrigação que acompanha a herança religiosa.

Para o filósofo, essa abertura ao Outro seria algo parecido com a noção de perdão incondicional, gesto de perdoar o imperdoável. Para Derrida, a chegada do outro só implica um acontecimento singular se nenhum trabalho de antecipação desse Outro for feito por quem o recebe. O Outro deve chegar de forma inesperada, imprevisível, sem nenhuma antecipação. Em outras palavras, como um verdadeiro acontecimento. Uma chegada do Outro que pudesse ser antecipada, prevista, imaginada, não seria uma verdadeira chegada do Outro, uma vez que a sua antecipação estaria denunciando a sua *mesmização*, isto é, a sua redução à ordem do Mesmo, o que não faria dessa chegada um acontecimento no sentido heideggeriano.

Essa expectativa em relação à chegada do Outro não deixa de revelar uma certa messianidade, mas, como lembra o próprio Derrida, trata-se de uma messianidade sem messianismo. O outro é esperado – essa é a dimensão messiânica – mas não se espera desse outro nenhuma palavra final que possa ser repetida ou tomada como algo que deva ser seguido. É importante destacar que, da mesma forma que o perdão incondicional, essa ‘messianidade sem messianismo’ implica incorrer em riscos, pois o outro é um desconhecido e enquanto tal pode agir para o bem ou para o mal. Mas, se por um lado, esta forma de pensar a chegada do outro nos deixa expostos a riscos, por outro, esta é a única condição de possibilidade de um debate sobre a questão ética e política.

Em síntese, o que Derrida nos mostra é que qualquer discussão sobre as questões éticas e políticas – e eu acrescentaria, inclusive na linguagem, – envolve necessariamente uma compreensão do outro enquanto instância que não pode chegar de forma antecipada, prevista. A tentação de antecipar o outro ou de prever sua chegada é precisamente o centro da problemática ético-política que exige de nós coragem e ousadia para se abrir ao outro com

todos os riscos que sua chegada nos impõe. Entretanto, sem esse risco não há como pensar a relação entre o eu e o outro como uma relação eticamente mediada, em que nem uma nem outra instância corra o risco de uma redução violenta.

A dimensão messiânica do anseio de Derrida diz respeito a um desejo invencível de justiça, justiça que “só permite esperança além de todos os ‘messianismos’”¹³³. É por esta razão que Derrida fala em ‘messianidade sem messianismo’. A messianidade que acompanha sua expectativa invencível de justiça diz respeito a algo que está por vir – daí a idéia de messianidade [algo que estar por vir] – e não a uma palavra posta por algum messias que deva ser seguida, repetida, por obrigação. Essa é a mesma idéia que subjaz o que Derrida chama de ‘religiosidade sem religião’. Para Derrida “essa justiça inscreve-se antecipadamente sobre a promessa, no ato de fé ou no apelo à fé que habita em cada ato da linguagem, em cada fala ao outro”¹³⁴.

Essa questão representa o que há de mais importante no que diz respeito à forma como Derrida concebe a linguagem na sua função mais primordial, que seria a função de falar ao outro sem antecipá-lo, sem reduzi-lo, sem estabelecer com ele uma relação de dominância, mas uma relação ética e politicamente mediada. Essa mediação ético-política diz respeito ao fato de que devemos evitar a tentação da redução do Outro, o seu fechamento. Diz respeito fundamentalmente a uma abertura ao Outro que deve ter como parâmetro o ideal de uma abertura incondicional. Como Derrida argumenta, embora a idéia de uma abertura incondicional ao outro possa parecer uma ameaça de vida, sem ela será impossível pensar a relação com o outro enquanto possibilidade de uma relação ético-política minimamente justa.

A herança do “religio” e as teletecnologias: tensão e contradição ou a vingança do corpo sobre a abstração

Giovanna Borradori, na discussão que faz sobre a análise de Derrida sobre o “11 de setembro”, destaca as principais questões levantadas pelo filósofo, para tentar situá-las dentro de um campo teórico mais amplo, que envolve uma pesada discussão sobre ética e política. Um dos tópicos aos quais a autora remete é a interpretação de Derrida sobre o terrorismo

¹³³ Idem, p. 56.

¹³⁴ Ibid, p. 56.

enquanto sintoma de uma crise auto-imune ligada à herança da Guerra Fria e à relação entre religião e teletecnologias. Discutindo a fundo a maneira como Derrida entende essa relação, a autora destaca um conjunto de questões que considero pertinentes não só porque elas falam do tipo de violência que marca os principais conflitos do mundo hoje, mas porque mostram que, de outra forma, não é possível pensar a relação com o outro enquanto uma relação eticamente mediada.

Como vimos antes, toda a discussão sobre ética e política em Derrida começa com uma discussão sobre a questão da alteridade, e esta não pode ser pensada sem referência à questão da herança religiosa ocidental que nos impôs uma experiência de comunidade baseada num sentimento de obrigação.

Discordando desse legado, Derrida argumenta que uma abertura incondicional para o outro implica a possibilidade de uma comunidade religiosa estabelecida não em torno do cumprimento de uma obrigação, mas em torno de diferenças. Eis a primeira questão observada por Borradori¹³⁵. Segundo ela, uma comunidade assim estabelecida não ofereceria uma base comum sobre a qual se reivindicaria uma identidade religiosa. Embora em *Fé e Saber*, Derrida observe que a palavra ‘comunidade’, pela própria etimologia, remeta ao sentido de ‘obrigação’, uma abertura ao outro não deve se dar nesses termos.

Borradori lembra que essa forma de conceber a comunidade exige que o conceito de responsabilidade passe a ser pensado também em outros termos. Em sua análise etimológica, Derrida observa que o prefixo ‘re’, em ‘religião’, funciona de forma semelhante nas palavras ‘responsabilidade’ e ‘resposta’, ambas derivadas do verbo latino *spondeo*, que significa garantir ou prometer, sentido próximo ao de *religare* ou atar, o verbo utilizado por Tertuliano para mostrar a procedência semântica da palavra religião.

Derrida argumenta que *respondeo* e *responsum* são coisas que são ditas dos intérpretes dos deuses, dos sacerdotes, e se referem à prática de se fazer, por exemplo, uma promessa em troca de uma oferenda. Isso seria a ‘resposta’ de um oráculo, de um sacerdote. Derrida quer mostrar que, assim como acontece com a noção de ‘religião’, subjaz às noções de ‘responsabilidade’ e ‘resposta’ a idéia de um intercâmbio econômico.

¹³⁵ *Op. cit.* p. 165.

Esta é a mesma reivindicação que Derrida faz em relação à idéia de perdão, que se deixa limitar pela possibilidade do cálculo de uma punição. Borradori observa que entender as noções de resposta e responsabilidade estritamente em termos de troca, de um intercâmbio econômico, amparado pela idéia de uma garantia jurídica de equivalência, ou seja, pela idéia de que o intercâmbio foi justo, não corresponde ao que Derrida pensa ser a verdadeira responsabilidade, que seria a responsabilidade diante do incalculável.

Para Derrida, continua a autora, a noção de responsabilidade não pode estar atrelada à ordem do calculável. Ao contrário, esta noção deve ser pensada estritamente em relação ao incalculável, seja ele da ordem do humano ou da ordem do divino. Derrida argumenta que é preciso responder ao apelo messiânico, o que implica a urgência política de se promover a desconstrução de nossa concepção habitual de religião e de responsabilidade. Trata-se aqui do que Derrida chama de “casamento infeliz” entre religião, no sentido corrente, e rede mundial de informação.

Derrida não quer dizer com isso que é por meio da tecnologia digital ou da rede mundial de informação que a religião venha a se afirmar. No entanto, trata-se de uma aliança cheia de tensões e fortes contradições. Destacando um outro aspecto dessa relação, Derrida lembra que todos os elementos constitutivos da religião, a saber, o respeito ao aspecto sagrado da colheita, um sentimento de obrigação para com Deus e a promessa de uma honestidade absoluta, inspiram-lhe uma profunda desconfiança em relação ao deslocamento, à fragmentação, à desincorporação que constituem as condições de existência da tecnologia digital.

Derrida nos chama à atenção para o fato de que, enquanto a rede mundial de informação e a base tecnológica sobre a qual ela repousa representam forças de abstração e de dissociação, a religião continua ancorada na necessidade de inscrição e de corporificação. Isso significa que enquanto a informação circula através da língua oficial dos *bits*, a religião se espalha por meio das línguas naturais. A religião, que indiscutivelmente está ligada ao corpo e à inscrição lingüística, afirma Derrida, se vê dominada e expropriada pelo sistema mundial de informação. Sob um certo aspecto, observa Borradori, esse sentimento de expropriação e de auto-alienação explica a forma primitiva das novas guerras que são feitas em nome da religião. Na leitura de Derrida,

A vingança é contra a máquina que descorporifica e expropria, recorrendo – revertendo – às mãos nuas, aos órgãos sexuais ou a ferramentas primitivas, geralmente a armas que não as de fogo. O que é referido como ‘matanças’ e ‘atrocidades’ – palavras jamais usadas em guerras ‘limpas’ ou ‘corretas’, nas quais precisamente os mortos não são mais contados (mísseis guiados e ‘inteligentes’ alvejando cidades inteiras, por exemplo) – é aqui suplantado por torturas, decapitações e mutilações de todos os tipos. O que está envolvido é sempre a vingança, geralmente declarada como vingança sexual: estupros, genitálias mutiladas ou mãos cortadas, corpos exibidos, cabeças mostradas, como as que não há muito tempo a França empalava na ponta de estacas (procissões fálicas de ‘religiões naturais’)¹³⁶.

Borradori comenta que essa descrição de Derrida refere-se às guerras declaradas e não declaradas que aconteceram na última década, entre as quais o genocídio de Ruanda, os conflitos da Bósnia e de Kosovo, a guerra civil na Argélia e as leituras fundamentalistas da lei corânica em países como o Irã, o Afeganistão, o Paquistão, o Iêmen, o Sudão e a Arábia Saudita. Esses conflitos sugerem, de acordo com a leitura de Derrida, uma vingança do corpo contra sua expropriação (corpo aqui enquanto necessidade de corporificação do religioso, elemento que se opõe à abstração do expropriador). Essa expropriação sofrida pelo corpo é identificada com a disseminação global do mercado e com a hegemonia do capitalismo ocidental. Nesse sentido, se considerarmos que as ações do “11 de setembro” tenham tido uma origem externa como a que foi reivindicada, é possível pensar em tais ações como uma mutilação do tipo mostrado acima.

A identificação dos conceitos de religião e responsabilidade com a ordem do calculável, da troca, do intercâmbio, tanto em termos humanos quanto em termos divinos, seria um dos elementos sobre os quais se funda a relação entre a herança latino-românica do *religio* e a tecnologia digital, esta identificada que é à globalização do mercado. Um outro elemento seria a relação entre expropriação do corpo e disseminação global do mercado.

No caso do primeiro tipo de elemento, um bom exemplo seria o sacrifício da vida feito em troca da promessa de salvação. Esta promessa de salvação seria uma espécie de

¹³⁶ J. Derrida. *Fé e Saber. Op. cit.* p. 88.

cálculo de um intercâmbio: a vida sacrificada em troca da salvação. É a idéia de um intercâmbio econômico que está em questão, a mesma que comanda a disseminação global do mercado. Esse é apenas um dos aspectos do que Derrida chama de ‘casamento infeliz’ entre religião e teletecnologias.

Já um exemplo do segundo tipo de elemento dessa bizarra relação, a saber, a relação entre expropriação do corpo e disseminação global do mercado, seria o lançamento dos dois aviões contra as duas Torres Gêmeas, que pode ser assimilado à figura de dois grandes falos penetrando na imensa máquina moderna (tecno-financeira, digital, global, abstracionista, dissociadora), rasgando, estuprando, violentando, matando, golpeando, destruindo sua lógica expropriadora e descorporificadora. Metaforicamente, é uma vingança do corpo e da inscrição sobre a abstração e a dissociação. Em outras palavras, a vingança da herança milenar sobre a herança secular.

Ou seja, o que para muitos é interpretado como um ‘retorno do religioso’, para Derrida é simplesmente a expansão de uma herança, a pesada herança romana do *religio* que se mostra de forma ambígua na sua infeliz relação com as teletecnologias do mundo contemporâneo, identificadas que são à mundialização do mercado. Essa relação é ambígua porque, ao mesmo tempo em que a religião se vê ameaçada por essa força descorporificadora, ela não só compartilha com essa força um mesmo ideal – o ideal de troca, de intercâmbio econômico – como reage a ela com a ajuda dessa própria força. Eis o aspecto tenso e ao mesmo tempo duplamente contraditório dessa bizarra e infeliz relação.

Segundo Derrida, esse infeliz casamento entre religião e tele-tecnologias – espalhadas pelo mundo inteiro de forma imperialista – é o elemento crucial e determinante do que nós conhecemos hoje pelo nome de globalização, uma vez que quando pensamos em globalização devemos pensar na propagação da forma latino-cristã de concepção do *religio*.

Apesar de todas as tensões que acompanham a aliança entre religião e sistema mundial de informação, o elo entre essas duas instâncias, lembra Derrida, é extremamente forte. Para conseguir uma extensão planetária, esse elo precisou contar com um forte sistema imunitário que o protegeu das agressões externas. Mas, Derrida observa também que não existe imunidade sem auto-imunidade, o que significa, como já vimos, a destruição por um organismo de seu próprio sistema de defesa. Em outras palavras, a argumentação de Derrida pretende mostrar que a globalização manifesta, a um só tempo, a força da imunidade e a

fragilidade da auto-imunidade, e isso é precisamente a marca do nosso tempo. Ou seja, ao mesmo tempo em que a globalização acontece à revelia de muita coisa, sendo, portanto, uma força imunitária, ela é também força auto-imunitária, uma vez que gera elementos que destroem a autodefesa do sistema que a comanda.

Derrida ao falar sobre a relação entre globalização e cosmopolitismo, lembra que podemos até celebrar esse último, assim como podemos celebrar qualquer acesso à cidadania mundial. Mas, lembra que “a cidadania também é um limite, aquele de um Estado-nação”. Derrida acredita que “deveríamos, além do velho ideal cosmopolita greco-cristão (os estóicos, São Paulo, Kant), assistir ao surgimento de uma aliança universal ou de uma solidariedade que se estenda além da internacionalidade dos estados-nações e, assim, além da cidadania”.¹³⁷ Segundo Derrida, estamos sempre voltando à mesma aporia:

Como decidir entre, de um lado, o papel positivo e salutar desempenhado pelo formato ‘Estado’ (a soberania do Estado-nação) e pela cidadania democrática, ao fornecer proteção contra certos tipos de violência internacional (o mercado, a concentração do capital mundial, bem como a violência ‘terrorista’ e a proliferação de armas), e, por outro lado, os efeitos negativos e limitativos de um Estado cuja soberania persiste como um legado teológico, um Estado que fecha suas fronteiras para os não-cidadãos, monopoliza a violência, controla suas fronteiras, exclui ou reprime não-cidadãos e assim por diante?.¹³⁸

A conclusão a que Derrida chega é a de que “o Estado é tanto auto-protetor como autodestrutivo, ao mesmo tempo remédio e veneno. A *pharmakon* é outro nome, um nome antigo, para essa lógica auto-imunitária”,¹³⁹ uma lógica que, segundo ele, pode ser vista funcionando na inevitável perversão dos avanços tecnocientíficos.

Aqui está o melhor ângulo para termos a melhor visualização da perversão auto-imunitária. Essa perversão dar-se-ia fundamentalmente no campo dos avanços tecnocientíficos, nas armas de destruição em massa, em ‘terrorismos’ de todos os tipos, uma

¹³⁷ Jacques Derrida. *Auto-imunidade e suicídios reais e simbólicos*. In: BORRADORI, G. *Op. cit.*, p. 133.

¹³⁸ Idem, p. 133.

¹³⁹ Ibid., p. 133.

vez que, sem ter como limitar e controlar o acesso a esses bens, o sistema que o produziu se vê sem condições de evitar a apropriação dessas tecnologias por forças que são também geradas e alimentadas pela própria estrutura do Estado, uma vez que este é regido por uma lógica inexoravelmente auto-imunitária.

Religião, tolerância e hospitalidade: a relação entre o 'eu' e o 'outro' como uma relação ética

Um dos conceitos-chave da globalização é a tolerância. Mas, como observa Derrida, embora esse conceito tenha sido proposto como uma espécie de convocação moral e política neutra para a hospitalidade e a amizade entre os diferentes povos, ele é marcado pela moldura normativa do cristianismo.

Borradori lembra que o que entendemos hoje por tolerância é parte do legado iluminista. Para Kant, a tolerância era uma promessa emancipadora da modernidade. Mas, em uma de suas interpretações do legado kantiano, Derrida mostra que as implicações problemáticas do conceito de tolerância começam a partir do momento em que Kant resolve colocar a questão da religião em termos do que ele considerava os limites estritos da razão. Kant pretendia com isso neutralizar o que seria o aspecto irracionalista da religião. O texto em que Kant enceta tal discussão é o clássico *A religião dentro dos limites estritos da razão*. Pois bem, em uma análise desconstrutora desse texto, Derrida mostra que o que ocorre é exatamente o contrário. Ao invés de pensar a religião nos limites da razão, é a razão que passa a ser pensada nos limites da religião, no caso do intento kantiano, nos limites do cristianismo. Ou seja, ao invés de mostrar uma justificativa racional para a religião, o que Kant faz é fundar a razão nos limites da religião ou, mais especificamente, nos limites do cristianismo. Como isso acontece?

A leitura desconstrutora que Derrida faz do ensaio de Kant *A religião dentro dos limites estritos da razão* mostra que sua leitura do terrorismo global como sintoma de uma crise auto-imune não aponta para uma postura niilista, como alguns podem pensar.

A intervenção desconstrutora que Derrida faz do ensaio de Kant, lembra Borradori¹⁴⁰, começa pelo título. Enquanto o título do ensaio kantiano é *A religião dentro dos limites estritos da razão*, a resposta de Derrida a esse ensaio tem como título *Fé e Saber: a religião*

¹⁴⁰ Giovanna Borradori, op. cit, p. 168.

nos *limites estritos da razão*. Ou seja, de acordo com Derrida, a religião não se funda *dentro* dos limites da razão, mas *no* limite, na fronteira entre as duas. Derrida, ao argumentar que a religião se funda *no* limite com a razão, e não *dentro* dos limites desta, chama-nos à atenção para a interdependência entre essas duas instâncias, ou seja, para o fato do que é incluído e excluído por essa linha divisória, por essa fronteira, por esse limite. Ou seja, assim como a identidade geográfica de dois países que fazem fronteira um com o outro é determinada exatamente por essa fronteira, por esse limite que tem a dupla função de incluir um e excluir o outro, a mesma coisa acontece com a linha que demarca os limites da razão e da religião. A identidade de uma é garantida pela exclusão da outra e vice-versa. Ou seja, o mesmo limite que inclui, que identifica uma, exclui e identifica a outra.

Em seu ensaio, Kant faz uma distinção entre dois tipos de religião. A primeira é o que ele chama de ‘religião do culto apenas’. Esta teria como função apenas ensinar a prece. Não há exigência para que o fiel encontre seu caminho e siga uma vida moral. A segunda seria a ‘religião moral’, que exige do fiel um aprimoramento de si a partir de uma atuação no campo moral.

A distinção desses dois tipos de religião levou Kant a distinguir dois tipos de fé: a ‘dogmática’ e a ‘reflexiva’. A fé dogmática seria aquela que, pela própria natureza, não distinguiria entre revelação e conhecimento. Já a fé reflexiva seria aquela cujo caminho a ser traçado fora do pecado não dependeria de uma revelação histórica, como acontece com a fé dogmática, mas tão-somente da racionalidade e da boa vontade dos indivíduos. É nesse sentido que Kant promove a ‘morte de Deus’, uma vez que ele prega a suspensão da crença nesse soberano absoluto para que possamos provar e demonstrar com ações racionalmente orientadas nosso comprometimento moral.

Ao fazer isso, Kant eleva o cristianismo ao status de única religião moral. O cristianismo, segundo ele, por ter promovido a separação entre uma fé reflexiva e uma expectativa paralisante do messias criou as condições para um processo de auto-edificação que deveria ser baseado na força individual do crente, em seu caráter e em sua dedicação.

Para Derrida, essa conclusão de Kant tem como consequência a idéia de que moralidade pura e cristianismo são inseparáveis. Se considerarmos isso como uma verdade, então, argumenta Derrida, o aparato da teoria moral kantiana é essencialmente evangélico. Kant queria, com essa teorização toda, promover a secularização da religião. Era esse seu

objetivo. Para ele, tal processo era inseparável da essência do cristianismo, considerado por ele o arquétipo da única religião moral, que entende a si mesma em termos da morte de Deus. Derrida argumenta que o esforço kantiano para moralizar a religião gerou o paradoxo de fazer da moralidade um empenho essencialmente religioso. O conceito de tolerância seria, segundo Derrida, o exemplo quintessencial disso: é apresentado como neutro, do ponto de vista religioso, mas acaba assumindo uma forte conotação cristã. Derrida lembra que a história do conceito mostra que a tolerância “está sempre do lado da ‘razão do mais forte’”, firmemente ligada à figura do soberano, e que não há como superar a unilateralidade desse conceito.

Nesse sentido, lembra Borradori, o conceito de hospitalidade se mostra mais flexível do que o conceito de tolerância, o que mostra por que Derrida prefere o primeiro ao segundo. Uma hospitalidade atrelada à noção de tolerância revela, segundo Derrida, um desejo de limitar a acolhida, um desejo de reter o poder e de controlar os limites do espaço do acolhimento e a soberania do acolhedor. Para ele, a tolerância não passa de uma hospitalidade vigiada e parcimoniosa, que está sempre preocupada em manter sua soberania. Derrida chama a isso de uma hospitalidade condicional, a que é mais comumente praticada por indivíduos, famílias, cidades ou estados. A vantagem do conceito de hospitalidade é que ele se presta, assim como o conceito de perdão, ao duplo registro do condicional e do incondicional.

Ao defender a opção pelo conceito de hospitalidade, Derrida espera com isso uma noção de hospitalidade bem mais tolerante do que a noção cristã de tolerância. Dessa forma, observa Borradori, ao contrário do que muita gente pensa, Derrida não se mostra aí um pensador que rema contra a corrente do Iluminismo, uma vez que Kant é a grande referência para sua teorização sobre a idéia de uma hospitalidade incondicional. A própria formulação que Derrida faz desse tipo de hospitalidade tem como base a distinção kantiana entre dois tipos de direito: o direito de convite e o direito de visitação. O primeiro, Derrida relaciona à hospitalidade condicional, ou à tolerância. É com base nesse direito que são definidas as convenções internacionais e cosmopolitas. O direito de visitação, Derrida relaciona à hospitalidade incondicional. Seria o direito que expõe o anfitrião ao risco máximo, uma vez que não dá margem a qualquer defesa ou imunidade contra o outro.

Derrida admite que, pelo fato de a hospitalidade incondicional não poder ter um status político ou jurídico, os estados não podem incluí-la em suas leis, porque uma hospitalidade sem qualquer condição é incompatível com a própria idéia de um Estado

soberano. Mas, argumenta que é somente por meio da noção de hospitalidade incondicional ou da noção de visitação que é possível pensar os limites do direito cosmopolita, da tolerância, da hospitalidade condicional e do direito de convite numa perspectiva crítica.

Ou seja, embora Derrida considere que a noção de hospitalidade incondicional seja um conceito que não pode ser definido nem do ponto de vista político nem jurídico, uma vez que tal noção implica o despojamento de todo e qualquer tipo de reserva e de proteção do anfitrião em relação ao outro que chega – e esse outro pode se voltar contra o anfitrião, destruindo-o – mesmo assim, tal noção deve ser considerada, ainda que em termos de um ideal, um ideal que deve orientar um tipo de hospitalidade mais ‘tolerante’ ou menos atrelada à preocupação de um eu individual ou de uma identidade coletiva de estabelecer condições para o acolhimento do outro. Segundo Derrida, sem a idéia de um acolhimento incondicional, as questões éticas e políticas não podem ser pensadas, uma vez que o campo ético está indiscutivelmente ligado à forma de relação do eu com o outro, uma relação que se dá fundamental e intangivelmente por meio de um gesto de redução. A questão ética diz respeito precisamente a essa redução que, segundo Derrida não pode ser feita nos termos em que normalmente acontece. Pensar a questão ética é pensar a relação do eu com o outro noutros termos, de maneira que esta relação não se torne uma redução violenta de uma instância pela outra. Em síntese, é a preocupação de uma não redução brusca do inteiramente outro um dos elementos centrais da questão ética em Derrida.

Como lembra Borradori¹⁴¹, o conceito de hospitalidade aparece primeiramente em Kant, para quem esta noção significa o direito que um estrangeiro tem de não ser recebido com hostilidade numa terra alheia. No quadro cosmopolita proposto por Kant, o sentido de hospitalidade substitui a inimizade entre as nações. Derrida buscou, então, no pensador alemão a inspiração para pensar, de uma forma ampliada, as noções de cosmopolitismo e de hospitalidade. Através da noção de hospitalidade, Derrida vai propor uma forma alternativa para pensar a relação amigo-inimigo além das questões éticas e políticas. Embora a noção de hospitalidade incondicional seja, para Derrida, algo que transcenda o político, o jurídico e até mesmo o ético, sem esta noção é impossível pensar esses três campos. Pensar a relação amigo-

¹⁴¹ Giovanna Borradori, *op. cit.* p. 170.

inimigo além das questões éticas e políticas é pensar esta relação a partir da idéia de uma hospitalidade incondicional.

Como já vimos, sem a idéia de uma hospitalidade incondicional não é possível pensar tais questões. Para entendermos a impossibilidade de se pensar as questões éticas e políticas sem a noção de hospitalidade incondicional precisamos ir a Lévinas, uma das referências utilizadas por Derrida para propor uma discussão sobre a questão ética de forma diferente das abordagens tradicionais. Além de Lévinas, dois outros pensadores são tomados como referência por Derrida para propor essa nova discussão do componente ético: Nietzsche e Freud.

Nietzsche foi o primeiro filósofo a demonstrar como o conceito filosófico de ‘verdade’ é determinado em função das oposições metafísicas entre *bem e mal*, *dentro e fora*, *presença e ausência*, *alto e baixo*.¹⁴² Derrida argumenta que muitos dos fundamentos metafísicos da ética derivam desses pares opositivos, em que um dos pólos é privilegiado e o outro secundarizado.

Quanto a Lévinas, a inspiração para pensar a questão ética vem da forma como esse pensador concebe a noção de alteridade. Para Lévinas¹⁴³, o *outro* não deve ser concebido como uma instância passível de uma redução por um *mesmo*, seja ele concebido como um eu individual ou como uma identidade coletiva. De acordo com Lévinas, é o *eu* que passa a existir em função do *outro*, e não o contrário.

Ou seja, primeiro é necessário que a instância do *eu* divise o rosto do outro para, só depois, se constituir e se informar sobre essa instância outra. Mas, lembra Lévinas, essa alteridade nunca poderá ser esgotada, reduzida ou interpretada a partir da matriz do *eu* ou do *mesmo*. Essa resistência do *outro* à redução pelo *mesmo* é que vai definir as condições nas quais essa relação deve ser pensada. Pois bem, a questão ética se situa exatamente aqui, na forma como essa relação deve ser pensada. Os riscos a que nos expomos nessa abertura ao outro, que não pode mais ser pautada nem no conceito de tolerância, nem somente no conceito de hospitalidade condicional, é uma das questões centrais dessa nova discussão que Derrida propõe sobre a problemática ética.

¹⁴² F. Nietzsche. *Além do bem e do mal*.

¹⁴³ Emmanuel Lévinas. *Éthique et infini*. Paris: Fayard, 1982, p. 59.

A terceira inspiração de Derrida para pensar os conceitos em torno dos quais ele vai propor uma discussão sobre a problemática ética vem de Freud e sua teoria sobre o funcionamento do inconsciente. Derrida utiliza a teoria freudiana do inconsciente para entender os valores relativos a conceitos como amizade e hospitalidade incondicionais. Segundo ele, uma compreensão diferenciada dessas noções pode nos conduzir a uma experiência que vá além da crueldade e da soberania, elementos que estariam associados à pulsão de morte e à pulsão de domínio. Como disse antes, Derrida defende que sem as noções de amizade e hospitalidade incondicionais não temos como pensar as questões ético-políticas. Por isso, ele recorre a essas noções para pensar uma acolhida do *outro* enquanto inteiramente outro (*tout autre*). Isso implica, segundo Derrida, numa aceitação das diferenças sociais, culturais e morais do *outro*. Implica em abrir mão da lei de hospitalidade que rege a relação entre *mesmo* e *outro* no Ocidente, segundo a qual o estrangeiro deve submeter-se às leis do país que o acolhe. Embora essa abertura ao outro possa representar perigo, ela pode ser pensada do ponto de vista do aprendizado que um contato com o diferente pode trazer àquele que o hospeda.

Em termos gerais, o que está por trás dessa discussão proposta por Derrida é uma inversão nas relações de amizade em que o elemento privilegiado foi sempre a figura do irmão. Derrida propõe que seja trazida para o primeiro plano a figura da irmã (a força da sóror), para abalar o falocentrismo que desde os gregos vem comandando as relações na *pólis*. O que Derrida está propondo não é uma nova utopia. Ele sabe que a postulação de uma hospitalidade incondicional e de uma amizade que vá além dos limites do fraterno não pode prescindir da experiência, de um *mise-en-place* constante, de um arriscar-se *ad eternum*, o que representa o projeto de uma democracia por vir, que nunca chegará em termos absolutos, mas que deverá estar sempre vindo, na experimentação contínua da hospitalidade incondicional do inteiramente outro.

Como vimos antes, Derrida entende a tolerância como uma hospitalidade fiscalizada, vigiada, parcimoniosa e protetora da soberania, uma hospitalidade condicional em que o *outro* se submete às regras da casa que o acolhe. Essa hospitalidade produz práticas reguladas, leis e convenções tanto no plano nacional quanto internacional. Derrida argumenta que a hospitalidade pura ou incondicional não consiste num acolhimento feito sob a condição de que o acolhido deve adaptar-se às leis e normas do espaço ou território de acolhimento, em conformidade com a linguagem, a memória, as tradições que regulam esse espaço. A

hospitalidade pura e incondicional, a hospitalidade *em si* é aquela que está previamente aberta para alguém que não é esperado nem convidado, para qualquer indivíduo que chegue como *visitante* absolutamente estrangeiro, não-identificável e imprevisível, em síntese, inteiramente outro (*tout-autre*). Derrida prefere chamar a essa hospitalidade de *visitação*, mais do que *convite*.

Mas, como vimos, essa questão nos coloca um problema. É preciso não ignorar o fato de que essa visita pode se tornar perigosa. Abrir-se ao outro sem nenhuma reserva, sem nenhuma proteção, constitui uma auto-irresponsabilidade. Entretanto, o próprio Derrida questiona se uma hospitalidade sem risco, totalmente apoiada em garantias, protegida por um sistema imune contra o inteiramente outro, seria de fato uma hospitalidade verdadeira, ainda que a supressão ou suspensão da imunidade que nos protege de possíveis agressões do outro seja algo que esteja muito próximo de uma ameaça de vida.

Derrida conclui que uma hospitalidade incondicional ou pura é uma experiência praticamente impossível de se viver. O conceito de hospitalidade pura não pode, segundo Derrida, ter qualquer status legal ou político. Nenhum estado pode e deve inscrevê-lo em suas leis. No entanto, como o próprio Derrida observa, sem a idéia dessa hospitalidade pura e incondicional, não teríamos conceito algum de hospitalidade em geral, nem seríamos capazes de definir regras para a experiência da hospitalidade condicional. Derrida insiste que sem essa idéia de hospitalidade pura (uma idéia que à sua maneira não deixa de ser uma experiência), nós não temos como pensar o *outro*, ter uma idéia do outro, de sua alteridade. Sem a idéia de hospitalidade pura não teríamos como conceber a idéia de amor ou de ‘convivência’ com o *outro* de um modo que essa experiência não se tornasse parte de alguma totalidade ou ‘conjunto’. Não teríamos como pensar esse *outro* senão pela sua redução, o que significaria dar um sentido para ele dentro de nossa totalidade, ou seja, dentro do conjunto ou da lógica que nos rege.

Derrida lembra providencialmente que a hospitalidade incondicional, embora não seja nem jurídica nem política, mesmo assim é a condição do político e do jurídico. Por essa razão ele tem dúvidas quanto ao fato dessa hospitalidade ser ética, uma vez que ela não dependeria de uma decisão. Mas, ao mesmo tempo em que essa idéia de hospitalidade não pode ser definida como um ato ético, porque não resulta de uma decisão, a própria idéia de ética, tal como concebida por Derrida, não se sustenta sem a idéia de hospitalidade pura ou incondicional. Portanto, é a idéia de hospitalidade que torna possível a existência do

componente ético – elemento indispensável nas relações inter-humanas e nas relações do homem com *outros* seres vivos.

Derrida, indo às últimas conseqüências dessa teorização, lembra que nós estamos intangivelmente operando em paradoxo, em aporia, no momento em que nos damos conta de que essas duas hospitalidades (a condicional e a incondicional) são ao mesmo tempo heterogêneas e indissociáveis. São heterogêneas porque podemos passar de uma a outra por um simples salto absoluto; são indissociáveis, porque sendo a hospitalidade incondicional transcendente em relação ao político, ao jurídico e talvez até ao ético, não podemos abrir a porta para uma alteridade qualquer, e oferecer a esse *outro* o que quer que seja sem tornar esta hospitalidade efetiva, ou seja, sem “dar-lhe *algo determinado*”. Segundo Derrida, “essa determinação terá assim de reinscrever o incondicional sob certas condições”, porque de outro modo a experiência de recepção desse *outro* não daria em nada.¹⁴⁴

Arrematando esse raciocínio, ele lembra que “o que permanece incondicional ou absoluto arrisca-se a ser nada, caso as condições não consigam fazer alguma coisa”.¹⁴⁵ E chegando ao ponto culminante de sua argumentação, assevera que as responsabilidades políticas, jurídicas e éticas só têm lugar nessa transição – em cada momento única e, por isso mesmo, constituindo um acontecimento – entre essas duas hospitalidades, a incondicional e a condicional. Não na transição de uma para a outra, mas na definição de uma a partir da outra e vice-versa.

Cosmopolitismo e hospitalidade: o jurídico e o político e a promessa de justiça e democracia

Kant¹⁴⁶, que constitui o ponto de partida de Derrida para pensar a questão da hospitalidade, defende um direito cosmopolita que não seja necessariamente dependente de um governo mundial. Mas, como mostrou Giovanna Borradori, o legado kantiano do cosmopolitismo indica apenas uma hospitalidade condicional. Para Derrida, o ideal da democracia, o que ele chama de democracia *por vir* transcende os limites do cosmopolitismo

¹⁴⁴ Jacques Derrida. *Auto-imunidade: suicídios reais e simbólicos*. In: BORRADORI, G. *Op. cit.* p. 139.

¹⁴⁵ Idem, p. 139.

¹⁴⁶ Immanuel Kant. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70.

kantiano e da cidadania mundial. Esse ideal transcende também o que conhecemos por soberania política e jurídica.

Segundo Borradori, o cosmopolitismo é um projeto que foi pensado para um mundo que desde os gregos é concebido como um cosmos, uma totalidade organizada, ordenada e regulada por princípios e leis. Derrida, embora compartilhe com o ideal do cosmopolitismo e da cidadania mundial, defende que a justiça não pode ser plenamente exercida dentro das fronteiras estritas da lei e do cosmopolitismo, isso porque a justiça, da mesma forma que a democracia, não diz respeito apenas a uma conduta que é exercida dentro dos limites do Estado ou de acordo com as obrigações da cidadania, mas, sobretudo, a uma conduta que é exercida em relação àquilo que nos é estranho, desconhecido.

De acordo com Borradori, essa observação de Derrida, segundo a qual é preciso deixar um espaço para algo que possa se localizar além dos limites do político e do jurídico, além do cosmopolitismo e da cidadania mundial, apóia-se no esquema formal constituído pela distinção que ele faz entre os registros condicional e o incondicional. Borradori destaca ainda que o formalismo conceitual da distinção entre o registro condicional e o registro incondicional “permite-lhe evitar ressurreições reacionárias e nostálgicas, bem como uma leitura essencialista da tradição e da identidade”. E acrescenta que “a qualidade do que está além da política e da lei nunca é determinada em termos de qualquer conteúdo ou valor específico, mas simplesmente indicada como a condição de possibilidade para o que for elaborado pela política e pela lei”.¹⁴⁷ Isso mostra o quanto Derrida é cuidadoso em sua teorização sobre o que ele chama de democracia *por vir*, uma experiência que não pode prescindir da crença de que existe esse *além* da política e da lei que vai ser sempre condição de possibilidade para a definição dos limites dessas duas instâncias, limites que, exatamente por conta da existência desse *além*, precisam estar sendo sempre redefinidos. Borradori lembra que “enquanto o perdão, nas mãos de políticos e no domínio jurídico, torna-se uma terapia de reconciliação, e a hospitalidade, nas mãos do cosmopolitismo, transforma-se no simples direito de convite, a justiça nas mãos da lei é reduzida à simples imposição da lei”.¹⁴⁸

As noções de excesso e suplemento, lembra a autora, são capitais na concepção do político em Derrida. Tais noções indicam que a política deve admitir a existência de algo que se

¹⁴⁷ G. Borradori. *Desconstruindo o terrorismo*. In: BORRADORI, G. *Op. cit.* p. 172.

estende além dos seus limites. A noção de justiça é um bom exemplo para entendermos essa ‘coisa situada além’ dos limites do político. Derrida considera que a justiça é algo que está além da lei e que, de outro modo, seria reduzida apenas à imposição da lei. Segundo ele, lei e justiça são duas dimensões distintas. Sendo a lei produto da dinâmica social e política, ela é finita, relativa e historicamente determinada. Em contrapartida, a experiência da justiça é algo que transcende o plano da negociação social e da deliberação política, o que a torna infinita e absoluta. Nesse sentido, a justiça seria, para Derrida, algo que se situa além das fronteiras da política, da mesma forma que sua infindável demanda.

Em *Força de lei*, Derrida faz uma distinção entre as noções de ‘justiça’ e ‘direito’. Nesse livro, em que uma das partes consiste numa análise do ensaio *Zur kritik der Gewalt*, de Walter Benjamin, traduzido para o português com o título “*Por uma crítica da violência*”, Derrida mostra o quanto é urgente compreender a noção de justiça além de uma simples questão de ‘imposição da lei’, já que estas duas noções (justiça e lei) pertencem a dimensões distintas.

A estratégia que Derrida utiliza, para mostrar como essas duas noções pertencem a dimensões distintas, é o exame da expressão inglesa ‘*to enforce the law*’ (impor a lei), que revela o caráter impositivo da lei, da ordem legal, do direito, em comparação com a expressão francesa ‘*appliquer la loi*’ (aplicar a lei). A expressão inglesa revela uma compreensão da natureza da lei enquanto imposição, constituída pelo uso autorizado da força. É, portanto, a idéia de uma força que age a partir de uma autorização o que torna possível tal concepção. O próprio título do livro, em que Derrida faz esta análise, é inspirado na compreensão da natureza da lei que a expressão inglesa *to enforce de law* sugere: *Força de lei*, (*Force de loi*) e não força da lei. A tradução do título em português respeita essa linha de raciocínio.

Essa força seria autorizada ou por uma vontade coletiva, no caso das democracias constitucionais, ou pela autoridade de um chefe absoluto ou de um partido político, no caso dos regimes não-democráticos. Nos dois casos, lembra Borradori¹⁴⁹, é a relação entre imposição e lei que torna possível a distinção entre lei como força autorizada e violência como força não-autorizada. Essa força autorizada é o nome dado à violência praticada pelo Estado cuja lógica que o constitui exige o seu monopólio. Já o que seria concebido como “violência propriamente dita” seria aquela violência empreendida por forças estranhas à ordem jurídico-

¹⁴⁸ Idem, p. 172.

estatal que, por isso mesmo, estaria suscetível de repressão e punição pelo Estado e sua ordem jurídica, cuja existência e continuidade dependem da repressão de toda força que lhe é estranha.

Derrida tenta mostrar, através da análise do termo alemão *Gewalt*, objeto do ensaio de Benjamin, – e que significa violência tanto no sentido de força não-autorizada, quanto no sentido de poder legítimo ou força pública – que essa ambigüidade semântica denuncia a instabilidade estrutural da distinção conceitual entre força autorizada e força não-autorizada, concebida tradicionalmente como uma oposição incontestável. A idéia central do ensaio de Benjamin, que se estrutura basicamente em torno da exploração da ambivalência de *Gewalt*, e da distinção proposta entre o uso autorizado e o uso não-autorizada da força, é que a avaliação da violência é feita geralmente pelo uso que dela é feito ou pela sua aplicação, o que deixaria de lado a questão central, segundo Benjamin: saber o que seria a violência em si.

A violência, lembra Giovanna Borradori¹⁵⁰, é um conceito que pertence à ordem simbólica da lei, da política, e da moral. Um acontecimento natural, por exemplo, é violento apenas em termos metafóricos. Desse ponto de vista, a distinção mais importante no texto de Benjamin não é entre força autorizada e força não-autorizada, mas entre ‘força que funda a lei’, em referência ao momento fundador do sistema legal, e ‘força que conserva a lei’, em referência à aplicação da lei e à conservação da ordem legal.

Em *Força de lei*, Derrida utiliza essa oposição para desconstruir a primeira distinção feita por Benjamin entre força autorizada e força não-autorizada, que o filósofo deixou de lado. Derrida também não encontra razão para opor uma violência fundadora a uma violência conservadora, uma vez que elas estão mutuamente imbricadas, ‘diferencialmente contaminadas’. Segundo ele, a fundação de todos os Estados começa pela inauguração de uma nova lei na violência, uma violência que, para se afirmar precisa ser aplicada (imposta) e conservada. Logo, não temos como separar a dimensão da imposição e da conservação.

De acordo com Derrida, o que Benjamin chama de ‘a força que funda a lei’, o ato de fundar um sistema legal, não pode ser considerado dentro das fronteiras legais. Derrida afirma que “a origem da autoridade, a fundação ou base, a posição da lei não podem por definição

¹⁴⁹ Ibid., p. 173.

¹⁵⁰ Ibid., p. 173.

repousar em nada além de si mesmas”.¹⁵¹ E isso pode ser tanto aplicado no caso trivial de um monarca absoluto, quanto no caso das democracias constitucionais. Derrida mostra isso através de uma análise bastante perspicaz dos princípios que nortearam a elaboração da Constituição americana que, segundo ele, careceram de uma justificativa legal prévia, o que mostra que a autoridade da lei não encontra outra fundamentação ou justificativa senão nela mesma.

Como lembra Borradori¹⁵², considerando que a legitimidade da ordem legal não pode ser estabelecida senão retroativamente, ou seja, a partir do momento em que a lei passa a ser aplicada em nome daquilo a que ela veio – a justiça – e considerando que a justiça é, segundo Derrida, sempre um por vir (*à venir*), uma promessa, essa futuridade irreversível da justiça torna o fundamento da lei que emerge em nome dessa promessa de justiça um fundamento puramente místico. O que Derrida, tomando emprestado do filósofo do século XVI, Michel Montaigne, chama de ‘fundamento místico da autoridade’ diz respeito a esse caráter futurista da promessa de justiça. A justiça será sempre promessa porque nunca será possível afirmar categoricamente que a aplicação de uma dada lei, o seu *enforcement*, constituirá a exata medida de demanda de justiça por alguma coisa. É também nesse sentido que a justiça é um *porvir*.

Borradori lembra que o reconhecimento do caráter ilegal que acompanha a fundação de toda lei é terrificante, não só porque essa fundação ocorre em meio a um banho de sangue, mas porque ela ultrapassa a oposição existente entre ação legal e ação ilegal. Seria então esse momento fundador um exemplo de violência pura? A violência em si? Para Derrida, a distinção entre violência autorizada e violência não-autorizada não nos ajuda a sair desse impasse. Derrida prefere considerar que esta violência é interior, e não exterior à ordem legal.

Se partirmos desse ponto de vista, lembra Borradori, o terrorismo seria a manifestação quintessencial da violência fundadora. A explicação disso seria que, enquanto transgressões como as praticadas pela máfia ou pelo tráfico de drogas são crimes cuja transgressão da lei se dá pela busca de benefícios particulares, não representando um tipo de ameaça em seu fundamento ao sistema legal e ao Estado, no caso do terrorismo a situação é outra, pois o que está sendo atacado é o momento fundador da lei e, através dele, a legitimidade do Estado. Aí está precisamente, continua a autora, a dificuldade de se levar a

¹⁵¹ J. Derrida. *Força de lei*. *Op. cit.*, p. 14.

cabo o julgamento do terrorismo enquanto tal, pois o terrorismo constitui uma tentativa de se colocar em questão um determinado sistema legal, da mesma forma que o faz uma guerra ou uma revolução. É por essa razão que Derrida considera praticamente impossível diferenciar o terrorismo da guerra. Nesse sentido, é possível ‘declarar’ guerra a outra coisa que não um Estado soberano?

Essa problemática nos leva, portanto, a questionar a mobilização de um certo referencial lingüístico para opor, de um lado, as ações do “11 de setembro”, identificadas com as idéias de barbárie, selvageria, intolerância, fundamentalismo religioso, crueldade, crime contra a humanidade, etc, e de outro, as práticas, as crenças e os valores do sistema contra o qual essas ações foram empreendidas, identificado com a idéia de mundo civilizado e democrático. Um questionamento radical da linguagem certamente mostraria a debilidade desta fronteira.

Desse ponto de vista, não temos como diferenciar a violência terrorista – que de um certo ponto de vista é fundadora, ou pretende ser – da violência fundadora que deu origem ao próprio Estado constitucional-democrático. Ambas são praticadas em nome da fundação de uma nova ordem legal. Nesse sentido, tendo a chamada violência terrorista um caráter tão fundador quanto a violência que fundou a ordem contra a qual ela se insurge, no sentido de que constitui uma ação que procura romper com uma ordem já existente, tida como opressora, para instaurar uma outra ordem – ainda que no caso do “11 de setembro” esta nova ordem não esteja necessariamente ligada a um projeto de ‘cidade terrestre’, mas a um projeto de ‘cidade celestial’, projeto esse chamado por alguns especialistas de ‘delírio apocalíptico’ –, esta violência não seria nem legal nem ilegal. Nesse caso, não haveria parâmetros para julgá-la.

Derrida, em referência a esta questão, afirma que o que lhe parece mais inaceitável em relação à ‘estratégia’ bin Laden é “não só a crueldade, o menosprezo pela vida humana, o desrespeito à lei, às mulheres, o uso daquilo que há de pior na modernidade tecno-capitalista para propósitos de fanatismo religioso”, mas, acima de tudo, o fato de que estas ações e o próprio discurso que lhes dá suporte não apontam para futuro algum.¹⁵³ Derrida não vê futuro algum para esse tipo de terrorismo. Ou seja, se devemos, como lembra Derrida, acreditar na possibilidade de um aperfeiçoamento do espaço público e do cenário jurídico-político mundial,

¹⁵² Ibid., p. 175.

então não podemos esperar nada de bom desse lado do confronto. Como disse antes, a ruptura que esta força deseja promover não tem, segundo alguns especialistas, como contrapartida o desejo de instaurar uma ordem terrestre, mas uma ordem celeste, sustentada pela crença de que é preciso acelerar a destruição de uma ordem opressora para o advento de uma ordem divina.

Talvez possamos encontrar no argumento de Derrida, segundo o qual não existe futuro para esse tipo de terrorismo, e no argumento do ‘delírio apocalíptico’, postulado por Bruno Etienne, algum elemento que possa servir de parâmetro para um julgamento dessa violência que assume um caráter fundador. Se há uma forma de estabelecermos algum critério a partir do qual esta ação possa ser julgada, possivelmente esse critério estaria relacionado ao fato de que falta a esse tipo de ação uma projeção no futuro e um interesse na perfectibilidade do presente, interesse que Derrida identifica com uma inesgotável demanda de justiça. Nesse sentido, o terrorismo que foi posto em prática no “11 de setembro” seria um tipo de ação que careceria de justiça.

Mas, no caso das ações do 11 de setembro, se estas ações foram movidas pela crença – e Derrida não levanta essa questão – na possibilidade de instauração de um reino divino, não podemos dizer que não há uma demanda de justiça nestas ações. Ainda que esta demanda não seja tão facilmente digerida por nossa semântica, talvez nunca digerida, e nos soe tão absurda quanto o meio de que se serve, não podemos dizer que não há uma demanda de justiça em tamanha violência, ainda que esta justiça não aponte para um futuro nos termos em que o pensamos, mas possivelmente para o delírio da cidade celestial.

Essas questões nos levam a considerar que a forma pela qual nós devemos opor as ações do 11 de setembro ao seu alvo é chamando à atenção para o que há de terrível e aterrorizante nestas ações e na estrutura contra a qual elas foram dirigidas, e não identificando estas ações a uma força completamente distinta da força contra a qual elas se abateram, como o fez e ainda o faz o discurso corrente (mídia e discurso oficial). É preciso não esquecer os elementos locais que estão por trás dessas ações – isso, naturalmente, se considerarmos pertinente a tese da origem dessas ações. Embora elas possam ser identificadas a um delírio apocalíptico, não devemos esquecer das suas raízes locais que, ao mesmo tempo em que

¹⁵³ Jacques Derrida. *Auto-imunidade: suicídios reais e simbólicos*. In: BORRADORI, G. *Op. cit.* p. 123.

justificariam a idéia de uma demanda de justiça, alimentam e fermentam esse delírio. Não podemos, sobretudo, esquecer que uma dessas fontes de alimentação foi e ainda é o próprio alvo-objeto desse delírio e sua lógica auto-imunitária que, como vimos, pode ser definido bem mais do que uma simples fonte de alimentação desse delírio.

Voltando à discussão que Derrida propõe sobre a relação entre lei e justiça, a sua concepção sobre a experiência desta segunda o leva a interpretar a experiência da primeira (a lei) como sendo universal, enquanto a justiça seria algo singularmente particular. Ou seja, como mostra Borradori, se o domínio legal pressupõe a generalidade das regras, das normas e dos imperativos universais, a justiça diz respeito fundamentalmente à esfera dos indivíduos, ao caráter singular da vida e da situação. Na medida em que a lei se articula em torno da necessidade de universalidade de regras e de imperativos ela se dedica ao domínio do possível, ou seja, ao que é geralmente previsível e calculável. Já a justiça, por sua vez, estaria relacionada a exigências cuja realização é praticamente impossível: “julgar o que é absolutamente singular, relacionar-se com o outro em sua plena alteridade e tomar decisões em face da infinita perfectibilidade de qualquer decisão”.¹⁵⁴

A justiça, continua a autora, requer de nós o cálculo do incalculável, e a decisão em relação ao indecível. Em síntese, a justiça requer a experiência da aporia, uma experiência verdadeiramente impossível. No entanto, sem essa experiência, por mais impossível que ela possa parecer, não há justiça, conclui Derrida. Em outras palavras, é a manutenção desse fosso entre justiça e lei que nos ajuda a manter a promessa da utopia.

A concepção de justiça em Derrida exige, então, um outro conceito de responsabilidade, que já foi cogitado a propósito da religião. Uma vez que a justiça não se restringe aos limites da lei, do calculável e do universal, a noção de responsabilidade não pode ser pensada em termos clássicos, como queria Kant, ou seja, a partir da idéia de um elemento moral autônomo, definido como a capacidade que cada indivíduo tem para legislar por si próprio. Essa concepção clássica de autonomia proposta por Kant faz da responsabilidade o momento fundador de uma ordem legal à parte. Derrida, ao contrário, considera que tal momento fundador ultrapassa a lei que ele instaura. Da mesma forma que a justiça se situa

¹⁵⁴ G. Borradori. *Desconstruindo o terrorismo*. In: BORRADORI, G. *Op. cit.* p. 176.

além da lei, é necessário que exista um conceito de responsabilidade que ultrapasse a auto-legislação do livre arbítrio.

Assim como a justiça, uma responsabilidade totalmente incondicional é uma experiência impossível, sem a qual, no entanto, não há ética nem moralidade possíveis. Ser responsável é, para Derrida, responder ao apelo do outro. O trecho seguinte, retirado de *Força de lei*, ilustra bem essa compreensão das noções de responsabilidade e de justiça.

Para ser justa, a decisão de um juiz, por exemplo, deve não apenas seguir uma regra de direito ou uma lei geral, como deve assumi-la, aprová-la, confirmar-lhe o valor, por um acto de interpretação reinstaurador, como se no limite a lei não existisse antes, como se o próprio juiz a inventasse em cada caso.¹⁵⁵

Mais adiante, Derrida afirma que “para que uma decisão seja justa e responsável é preciso que, no seu momento próprio, se houver, ela seja, ao mesmo tempo, regrada e sem regra, conservadora da lei e suficientemente destrutiva ou suspensiva da lei”. Segundo Derrida, isso é necessário porque toda aplicação de uma lei deve, “em cada caso, reinventá-la, re-justificá-la, reinventa-la pelo menos na reafirmação e na confirmação nova e livre do seu princípio”. Derrida insiste na idéia de que “cada caso é um caso, cada decisão é diferente e requer uma interpretação absolutamente única que nenhuma regra existente e codificada pode nem deve absolutamente garantir”.¹⁵⁶ Derrida observa que se uma regra garantisse de modo seguro a aplicação de uma lei, no sentido de uma decisão absolutamente justa, então o juiz seria uma máquina de calcular, lembra Derrida. Mas nenhuma decisão pode ser tomada sem referência a uma lei, a uma regra. Esse paradoxo mostra que “em momento algum se pode dizer que *presentemente* uma decisão é justa, puramente justa”. Ela é, no máximo, legal ou legítima, “em conformidade com um direito, regras e convenções que autorizam um cálculo, mas com um direito cuja origem fundadora mais não faz do que arredar o problema da justiça”.¹⁵⁷

¹⁵⁵ Jacques Derrida. *Força de lei*. Op. cit. p. 38.

¹⁵⁶ Idem, p. 38.

¹⁵⁷ Ibid., p. 39.

Tudo isso que Derrida está nos dizendo sobre as noções de responsabilidade e justiça serve como referência para pensarmos a questão da linguagem; serve para problematizarmos a questão da linguagem, que não deixa de funcionar como uma espécie de lei, como algo que pretende falar do que se acredita ser da ordem do calculável. Devemos conceber a linguagem como algo que também demanda justiça. Essa responsabilidade ou essa demanda de justiça de que fala Derrida não deve ser vista como estranha à questão da linguagem, uma vez que quando falo de *questão da linguagem*, refiro-me fundamentalmente à sua dimensão ético-política. A forma como nomeamos as coisas não deixa de constituir uma resposta que damos a uma alteridade, não deixa de ser uma resposta ao outro, ainda que isso se dê a revelia das demandas desse outro. Pois bem, somos responsáveis por esse outro que nomeamos, que significamos, que delimitamos.

Essa noção de responsabilidade como algo que transcende a auto-legislação do livre arbítrio é fundamental para entendermos como devemos reagir ao chamado do outro que nos reclama uma resposta. A linguagem é sempre uma resposta ao outro, uma resposta que deve ser mediada por duas formas de compromisso: ética e justiça. Na verdade, essas duas formas de compromisso se fundem numa só coisa. O compromisso ético diz respeito a uma decisão que deve ser tomada da maneira mais justa e responsável. Responsabilidade e justiça são, portanto, duas demandas muito parecidas. Ambas são da ordem do incalculável, do impossível, mas que, enquanto ideais, servem para nortear a decisão que deve ser tomada em relação ao outro, uma decisão que consiste numa resposta ao outro, uma resposta que, por ser eticamente mediada, deve ser a mais justa possível ou mais próxima possível dessa im-possível justa medida.

3.5.4. Os desafios que o “11 de setembro” nos coloca

Borradori¹⁵⁸, comentando a leitura de Derrida sobre o “11 de setembro”, observa que, na opinião do filósofo, esse episódio colocou para a política internacional e para a diplomacia um grande desafio: desenvolver um arcabouço crítico a partir do qual seja possível avaliar e reinventar a linguagem das relações internacionais. Nesse sentido, a filosofia poderia

¹⁵⁸ Giovanna Borradori. *Op. cit.*, p. 177.

ter aqui um papel único pelo fato de saber como examinar os elos que existem entre o sistema jurídico-político e a herança filosófica que o tornou possível. Não será senão se apropriando dessa rede complexa de relações explícitas e implícitas que se dará a transformação desse sistema, defende Derrida. Segundo ele, essa possibilidade de acesso privilegiado que a filosofia tem com essas relações faz desse campo de reflexão um meio que pode ajudar a avaliar a linguagem utilizada na política internacional e a colocar finalmente a questão da responsabilidade daqueles que a empreendem.

Derrida considera que o “11 de setembro” nos colocou a obrigação de pensar uma série de coisas nada fáceis e nada tranquilas. Uma delas é a questão da soberania, que constitui, segundo o filósofo, a grande aporia do cosmopolitismo. Como é possível o estabelecimento de um direito internacional sem um governo mundial? A política mundial, de acordo com Derrida, depende dessa questão e deve se articular precisamente em torno dela. A questão da soberania envolve, entre outras coisas, o fato de ser ou não legítimo um país declarar guerra ao terrorismo. Apoiado em Schmitt, Derrida lembra que uma guerra só pode envolver dois estados soberanos.

Derrida observa também que a questão da soberania afeta as relações internacionais em um outro nível, o que diz respeito ao inacabamento do processo de secularização na política atual. O “11 de setembro”, segundo ele, revelou um conflito entre duas teologias políticas. De um lado, os EUA, país que ainda aplica a pena de morte e imprime uma marca bíblico-cristã em seu discurso político; de outro, o seu novo inimigo, que se define (ou é definido) como islâmico. Derrida destaca que essas duas teologias não só têm a mesma origem abraâmica, mas que o epicentro do conflito é, pelo menos no plano simbólico, o estado de Israel (um estado judaico) e o estado virtual da Palestina. Essa observação de Derrida nos faz lembrar o que chamei anteriormente de as raízes locais desse conflito.

Ao contrário do que pensam muitos analistas, Derrida considera que não estamos diante de um enfrentamento ou de uma oposição entre Ocidente e Oriente. Para Derrida, o enfrentamento se dá entre os Estados Unidos e uma Europa que ele define como o único ator laico-secular da cena mundial. Essa Europa a que Derrida faz referência não é a Europa tal como ela se encontra hoje – a Comunidade Européia – ainda que ele reconheça que essa Europa represente uma das culturas políticas mais avançadas do mundo. Seria uma nova

Europa, uma Europa por vir, sobre a qual ele começou a pensar em 1990, quando um filósofo italiano solicitou-lhe que falasse sobre a questão da identidade cultural européia.

Para Derrida, a identidade implica uma diferenciação interna ou a diferença consigo mesma. Essa relação consigo mesma produz cultura. No entanto, não existe cultura alguma sem relação com o outro. Segundo Borradori, essa questão mostra o quanto Derrida acredita no valor ético da heterogeneidade e da diferença. Não é próprio de nenhuma cultura ter uma origem única. Faz parte da natureza da cultura, continua a autora, “explorar a diferença e desenvolver uma abertura sistemática em relação aos outros dentro de nossa cultura bem como em outras”.¹⁵⁹

A leitura que Derrida faz da identidade de uma cultura, do que a torna possível – a diferença consigo mesma e a existência do outro – pode ser vista como uma síntese de sua reflexão sobre o que seria o papel dessa nova Europa que deveria fazer face aos Estados Unidos, uma Europa que não deveria ser a capital de uma autoridade centralizadora (europocentrismo), mas uma Europa plural, laica, secular, geradora e herdeira da experiência das Luzes que, por isso mesmo, se sente na obrigação de pensar novas fronteiras para a continuidade dessa experiência.

Derrida lembra que foi da cultura européia de onde surgiu o ideal de Estado-nação, cuja cabeça é uma cidade capital. Pois bem, para Derrida, a Europa, pela própria herança que ofereceu ao mundo, pode ser uma referência para todas as culturas, assumindo o papel de ‘cabeça’ para todas as culturas. Aqui está mais uma prova de que Derrida nunca remou contra o ideal do Iluminismo. Sua visão de que a Europa, lugar de onde surgiram as idéias do Iluminismo, lugar que representa o único ator laico-secular da cena mundial, pode constituir uma referência para as outras culturas, não uma referência enquanto algo que já existe ou já aconteceu, mas que ainda virá, mostra o quanto ele foi e ainda é um forte defensor da herança das Luzes, uma herança, obviamente, que deve ser vista como sujeita a um trabalho constante de perfectibilidade.

A questão da soberania, que Derrida chama de ‘discurso da capital’, é um dos elementos centrais nesse processo de reinvenção da Europa e seu legado. Esse trabalho de reinvenção da Europa, de responsabilidade diante de sua herança exige, segundo Derrida, o

¹⁵⁹ G. Borradori. *Desconstruindo o terrorismo*. In: BORRADORI, G. *Op. cit.* p. 179.

reconhecimento de que isso não pode ser feito sem paradoxos. Um deles seria o da “memória de um passado que nunca foi presente”, ou o da “memória do futuro”. Para Derrida, a memória não diz respeito apenas ao passado, à sua preservação. Ela também aponta para o futuro. A memória é, nesse sentido, uma promessa, ou melhor, ela aponta para uma promessa, para um por vir.

Segundo Derrida, é preciso trilhar um caminho que leve a uma nova forma de soberania. Esse novo caminho que a Europa deve tomar é apenas o resgate de um passado que nunca se tornou presente e que, por isso mesmo, deve ser assumido enquanto promessa de futuro, a promessa que foi feita pelo Iluminismo de igualdade e liberdade para todos.

Linguagem e democracia: perfectibilidade e devir

Em *Voyous*, uma de suas últimas publicações, Derrida fala de uma democracia “por vir”, que se opõe a uma concepção fixa de democracia. Para Derrida, a democracia é um processo que produz sua própria diferença no tempo. É algo que está sempre inacabado, sempre por se fazer. Derrida pensa a democracia como um conceito livre, que foge a qualquer tentativa de fixidez. É um desenrolar contínuo da idéia de democracia enquanto promessa. Essa idéia de democracia permite que uma tal experiência envolva tudo o que é heterogêneo, dissimétrico, diferente. Liberdade e igualdade são seus fundamentos, embora nem uma nem outra possam ser medidas. Para Derrida, a única medida da liberdade é o incomensurável. Da mesma forma, “a igualdade não consiste numa comensurabilidade dos sujeitos com relação a uma unidade qualquer de medida. Ela é a igualdade das singularidades na incomensurabilidade da liberdade”.¹⁶⁰ Em Derrida, a democracia é uma conquista contínua diante do incomensurável, do irreduzível, do indecível.

De acordo com Derrida, de todos os nomes agrupados sob a categoria de ‘regimes políticos’, “o conceito herdado de democracia é o único que acolhe bem a possibilidade de ser contestado, de contestar a si mesmo, de se criticar e aperfeiçoar indefinidamente”. Derrida observa que, se o conceito de democracia designasse um regime, este seria o único que iria pressupor sua própria perfectibilidade e, dessa forma, sua própria historicidade. Esse ‘regime’

¹⁶⁰ Jacques Derrida. *Voyous: deux essais sur la raison*. Paris: Éditions Galilée, 2003, p. 77.

seria, segundo Derrida, de um modo tão responsável quanto possível, compreensivo à aporia ou à indecidibilidade com base (uma base sem base) na qual o regime seria decidido.¹⁶¹

Considero esse momento, em que Derrida pensa o conceito de ‘democracia’ – de uma forma extremamente original – central para o que considero o ponto nevralgico da discussão que estou propondo. No fim, é uma preocupação com essa perfectibilidade da experiência democrática – que deve ser concebida como um eterno devir – que está por trás da argumentação aqui proposta. Essa possibilidade de contestação, de auto-crítica, de aperfeiçoamento indefinido que o conceito de democracia comporta reclama a mesma possibilidade de outros conceitos centrais ao conceito de democracia e de instâncias sem as quais tal conceito não pode ser pensado, como por exemplo, as instâncias do *eu/nós* e do *outro/eles*. Pensar tais instâncias significa pensar, sobretudo, a relação fundadora dessas duas instâncias e sua natureza. Pensar isso nos obriga a pensar a questão da linguagem como um todo, porque essa relação é lingüisticamente construída, o que significa dizer que não há nenhum fundamento seguro e infalível em cima do qual nós podemos pensar tal relação.

Em outras palavras, a perfectibilidade do conceito de ‘democracia’ não deixa de ser um trabalho de reflexão sobre as fronteiras dos sentidos e suas relações fundadoras. Um trabalho que deve ter por fim por às claras os mecanismos fundadores dessas fronteiras, suas razões e suas conseqüências. É precisamente um trabalho de reflexão sobre as conseqüências que certas formas de se estabelecer fronteiras ou sentidos produzem que devemos empreender, para que esse trabalho com a linguagem possa estar contribuindo efetivamente para a perfectibilidade do conceito de democracia.

3.6. O “11 de setembro” e a tese do “Golpe de Palácio”: um enfoque do jornalismo de investigação

3.6.1. A tese do contradiscurso e suas repercussões

De todas as análises propostas para os episódios do 11 de setembro, sem nenhuma dúvida a que causou mais controvérsia e ainda vem causando é a do jornalista de investigação e

¹⁶¹ Jacques Derrida. *Auto-imunidade: suicídios reais e simbólicos*. In: BORRADORI, G. *Op. cit.* p. 130.

escritor Thierry Meyssan. No início de 2002, Meyssan publica um livro que é o resultado de uma intensa e meticulosa investigação jornalística sobre o que representou os episódios do 11 de setembro para o Estado americano. Nesse livro, intitulado *11 de setembro de 2001: uma terrível farsa*, Thierry Meyssan investiga a deriva do sistema político americano e o ato fundador da doutrina Bush: os atentados do 11 de setembro de 2001. Toda a argumentação do jornalista é baseada em depoimentos, declarações e documentos oficiais. Mesmo assim, o livro desencadeou uma gigantesca polêmica em todo o mundo, sendo visto como obra de referência por alguns e como uma grande ‘impostura’ por outros.

Logo de início, o autor demonstra que a versão oficial dos atentados não faz o menor sentido. Em seguida, estuda detalhadamente a mudança de regime pela qual vem passando o aparelho de Estado americano. Segundo ele, o “11 de setembro” se configura como um verdadeiro golpe de Estado no seio da democracia americana. Apropriando-se de uma forma tal desses acontecimentos, a administração Bush vem impondo sua própria vontade e destruindo metodicamente todos os contra-poderes.

O autor analisa cuidadosamente o deslocamento do poder no interior do aparelho de Estado americano e o crescimento vertiginoso do orçamento militar. O livro mostra a suspensão das liberdades individuais e o violento sistema de vigilância imposto pelo *US Patriot Act*, o famigerado ato patriótico que sintetiza bem a doutrina Bush e a absoluta vontade de um certo segmento da classe política americana de manter o controle da esfera pública. O autor mostra detalhadamente o que estava por trás da Guerra do Afeganistão, as operações secretas da “Guerra ao terrorismo”, e a nova linha da política expansionista americana, que vinha sendo delineada antes das guerras contra o Afeganistão e contra o Iraque.

O livro de Meyssan recebeu um tratamento muito variado no meio jornalístico. Na França e nos Estados Unidos, as mídias o atacaram com muita violência. Já na América Latina, no Magrebe, no Oriente Médio e na imprensa hispanofone dos Estados Unidos, o livro é considerado uma obra de referência.

Logo que foi lançado, o livro provocou uma verdadeira celeuma, tanto nos meios jornalísticos quanto nos meios políticos. Para alguns, o livro de Meyssan constitui a descoberta mais escandalosa do século XXI. Já para seus adversários ele é apenas uma vítima de uma paranóia fantástica. Seja lá qual for a acusação, o que se sabe é que, até agora, nenhuma resposta foi dada para as questões que o autor levanta.

Embora tenha sido lançado primeiramente na França, os primeiros artigos sobre o livro não foram publicados na imprensa francesa, muito menos na imprensa americana. Quem primeiro destacou com interesse as investigações de Meyssan foram um jornal chileno e um jornal húngaro. Mais tarde, os jornais *Le Monde* e *Libération* publicaram páginas inteiras para denunciar o livro. Meyssan é acusado de revisionismo, negacionismo, anti-americanismo e até de anti-semitismo. A posição dos jornais acima, que acusaram o autor de ‘mentira’ e ‘revisionismo’, foi seguida por toda a imprensa francesa.

No Canadá, iniciou-se uma violenta polêmica, opondo defensores da versão oficial e críticos dela. O diário *Le Soleil* publicou um vasto artigo do Professor Omar Aktuf em que dizia que “antes de rechaçar em bloco suas revelações (que sem dúvida foram elaboradas a partir de declarações e documentos oficiais americanos) perguntemo-nos se temos as respostas às perguntas que ele coloca, e se é assim, o que estamos esperando para fazê-lo?”

Um jornal argentino publicou que Meyssan põe em dúvida, a justo título, a versão oficial cujas “contradições e silêncios são numerosos”. Na Suíça, *O Courrier* considerou a investigação de Meyssan um livro “escrito de maneira clara, documentada” no qual “a coerência do conjunto não tem falhas e a maquinação se desmonta de maneira convincente”. Na China e na Rússia, a investigação também suscitou um grande interesse. O livro já foi publicado em 25 países já é considerado um dos 10 mais vendidos da atualidade.

Na imprensa árabe centenas de artigos já foram publicados sobre o livro. O diário saudita *Al Watan* dedicou-lhe sua primeira página pouco tempo depois de sua publicação. No dia 8 de abril de 2002, Thierry Meyssan proferiu uma conferência para diplomatas da Liga Árabe no prestigioso Centro Zayed, em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos. Mohammed Khalifa, diretor do Centro Zayed, apresentou o autor de forma extremamente elogiosa. A apresentação se deu nos seguintes termos: “Estamos felizes de receber hoje entre nós um dos filhos da França. A França, que representa um dos símbolos da civilização e da defesa do direito na história contemporânea. Quando fraquejam os valores do mundo, vacilam suas referências e se multiplicam seus temores, somente os povos que possuem o espírito da história, o prolongamento da civilização, podem acender luzes para iluminar o caminho. Isto é o que pensamos da França. [...] Thierry Meyssan apresenta o ponto de vista de um jornalista de investigação, de um pensador: um ponto de vista independente sobre os acontecimentos e as orientações políticas mundiais”.

O livro de Meyssan chegou a provocar tanta polêmica que em maio de 2002, uma grande campanha de imprensa contra a França ‘antisemita’ foi desencadeada pelo *American Jewish Congress* (AJC). Segundo o AJC, a situação atual é semelhante a de 1942. Para os membros do AJC, se em 1942, a multidão gritava ‘Heil Hitler’, em 2002 ela grita ‘Viva Bin Laden’. O Congresso Judeu Americano chegou a declarar que o livro de Meyssan substituiu o livro-programa do nazismo.

Esta campanha continuou nas páginas do *Washington Post*. Meyssan chegou a ser fortemente difamado por um editorialista do jornal, que o acusou de repetir as teorias sobre os judeus que teriam sido avisados para que evacuassem do World Trade Center antes dos choques dos aviões, ainda que o autor nunca tenha feito nenhuma declaração nesse sentido.

Na França, a polêmica teve início ainda no mês de março. Em uma entrevista concedida à edição digital do *Nouvel Observateur*, Gerard Miller, que admitiu não ter lido o livro, apenas ouviu dele falar, declarou que o livro faz parte de um “novo obscurantismo” que estaria presente principalmente na Internet. Miller acusa Meyssan de negacionismo.

No dia seguinte à declaração de Gerard Miller, um editorial do jornal *Le Monde* afirmou que um avião teria, sim, se espatifado efetivamente contra o Pentágono e descarta de cara todo elemento que possa ir em sentido contrário. O jornal considera a hipótese de Meyssan revisionista.

Numa entrevista concedida ao *Nouvel Observateur* Pascal Bruckner também utiliza o termo ‘revisionismo’ para caracterizar a análise de Meyssan. “No que se refere à tese de Thierry Meyssan, [dizia o filósofo] pessoalmente a considero repugnante”. Dias depois, Pierre Marcelle denunciava no *Libération* “a tese repugnante de Meyssan”. No *Le Figaro*, Alain Finkielkraut diz que Thierry Meyssan faz negacionismo em tempo real.

Enquanto nos Estados Unidos a população chegou a ser privada do livro e, na França, a televisão esteve obrigada ao silêncio, em outras partes o assunto provocou muito ruído. Grandes cadeias de televisão árabes, tais como Al-Jazira, Arab News Network, entre outras, programaram emissões nas quais Thierry Meyssan foi o convidado especial. O autor debateu com grandes autoridades políticas que se mostraram bem favoráveis à sua posição de rechaço à guerra entre civilizações e a necessidade de construir relações internacionais baseadas no direito e não na religião.

Já na grande imprensa americana a história foi outra. Ao dedicar uma emissão ao autor a CNN, a maior rede de informação contínua do país, o atacou violentamente e o acusou de antiamericanismo. A atitude da imprensa francesa e da imprensa americana é taxativa. Se para a imprensa francesa Meyssan é um revisionista, um negacionista, para a grande imprensa americana ele é simplesmente um “anti-americano”. Embora as observações de Meyssan tenham sido feitas a partir de um rigoso exame de documentos e declarações oficiais, essas mídias o criticam duramente. Vale lembrar que a atitude muito agressiva da imprensa francesa contrasta com a de outros países europeus.

Em suas conferências Meyssan vem chamando à atenção da comunidade internacional para a necessidade de criação de uma comissão de investigação da ONU sobre os acontecimentos do 11 de setembro e a identificação de seus autores.

Muitas das questões levantadas pela análise de Meyssan podem, a meu ver, ser assimiladas às questões que levanto sobre os processos de linguagem em torno dos quais foram propostos sentidos pelo discurso corrente (mídia e poder político) para os eventos em questão. É por esta razão que passarei a um exame detalhado dos fatos e contradições que ele menciona em sua análise. Embora muitas questões devam ser vistas com reservas, as conclusões a que chega Meyssan nos colocam de forma ainda mais urgente a necessidade de uma desconstrução do discurso pelo qual esses acontecimentos foram significados. Mais do que um trabalho sobre a neutralização dos contra-poderes, a investigação de Meyssan, a meu ver, abre espaço para uma reflexão mais apurada sobre a articulação de certos discursos (discurso religioso, discurso político, discurso das mídias) cujas implicações podem ser muito perigosas. Uma delas pode ser, por exemplo, a usurpação do espírito crítico de segmentos que deveriam ser mais atentos aos movimentos do *establishment* político-econômico do mundo atual e suas estratégias.

A partir de agora, passo a um exame detalhado dos fatos, questões e contradições levantados pelo autor para confirmar a tese de que os atentados do 11 de setembro foram o grande pretexto para uma reformulação radical do aparelho de Estado americano e para a implantação de uma doutrina (a doutrina Bush) que afetou e ainda vem afetando a vida de milhões de cidadãos muito além das fronteiras americanas.

3.6.2. “11 de setembro”: uma “terrível farsa”? Fatos, questões e contradições

O atentado contra o Pentágono: as primeiras contradições

Thierry Meyssan inicia sua argumentação mostrando uma série de fatos e depoimentos que apontam para a tese de que o Pentágono nunca foi atingido por um avião.

Segundo o autor, a princípio, os fatos pareciam indiscutíveis. Tudo levava a crer que a América havia sido vítima de uma grande ação terrorista muito provavelmente empreendida por um inimigo externo. Embora as autoridades americanas tenham sido cautelosas em apontar rapidamente o culpado, de maneira geral as declarações oficiais levavam a crer que se tratava de uma ação vinda *de fora*. Em pouco tempo, o FBI e a CIA reuniram provas que fizeram valer esta tese e toda a responsabilidade da ação foi atribuída ao saudita Osama Bin Laden, o inimigo número um dos EUA. Mas, segundo Meyssan, quando as coisas começaram a ser vistas com mais detalhes, algumas contradições do discurso oficial começaram a aparecer.

Para o autor, as contradições da versão oficial do “11 de setembro” começaram a surgir em relação ao suposto avião que teria atingido o Pentágono. A gravidade dos acontecimentos e a rapidez com que tudo aconteceu teriam feito com que ninguém percebesse de imediato as contradições da versão oficial.

Um conjunto de depoimentos e fatos contraditórios levou o jornalista a afirmar categoricamente que o “11 de setembro” não passou de uma “terrível farsa”. Observador atento da atualidade internacional, Meyssan começou a desconfiar da versão oficial a partir das primeiras fotos do atentado contra o Pentágono e das contradições que envolviam as declarações oficiais. Seguindo o rastro de um conjunto de pistas (depoimentos, declarações, entrevistas, notas, fatos), ele conclui que nenhum avião fora lançado contra o Pentágono. Sua argumentação segue o seguinte roteiro.

A desconfiança começa com as primeiras informações sobre o choque do avião contra o Pentágono. Segundo Meyssan, a Reuters, primeira agência de notícias a chegar ao local do *crash*, anunciou que o Pentágono havia sido atingido pela explosão de um helicóptero. Essa notícia teria sido confirmada por telefone à *Associated Press* por Paul Begala, consultor democrata. Minutos depois o Departamento da Defesa corrigiria essa informação afirmando

tratar-se de um avião. É o primeiro choque de informações. Surgem novos testemunhos para reforçar a versão das autoridades.

Desde o início, a imprensa é mantida afastada do local do *crash* para, segundo as autoridades, não atrapalhar o socorro às vítimas. A única coisa que era permitida aos cinegrafistas era filmar os sudários enfileirados num hospital montado no local.

Meyssan observa que somente horas depois o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o general Richard Myers, identificou o ‘avião suicida’. Tratava-se de um Boeing 757-200, do voo 77 da American Airlines. O voo fazia a ligação entre Dulles e Los Angeles. Segundo a versão oficial, os controladores aéreos haviam perdido o rastro do avião às 8h55m. Parecia absurdo, mas as forças armadas mais poderosas do mundo não tinham sido capazes de proteger sua própria sede. Em pouco tempo, as explicações oficiais tornaram-se embaraçosas e contraditórias.

Meyssan mostra que, segundo os controladores aéreos da aviação civil dos Estados Unidos (*Federal Aviation Administration* – FAA), por volta das 8h55m daquela manhã, o Boeing da American Airlines havia descido a vinte e nove mil pés e não respondia às injunções enviadas pelos controladores. Como o transponder da aeronave estava silencioso, os controladores pensaram tratar-se inicialmente de uma pane elétrica. Pouco tempo depois, o piloto, que continuava sem dar respostas, ligaria o rádio, que teria permitido a escuta de uma voz com um forte sotaque árabe ameaçando o piloto. Depois disso, o avião teria dado uma volta em direção à Washington e logo em seguida desaparecido do radar.

Como rezam os procedimentos habituais, os controladores aéreos teriam notificado à FAA o desvio da aeronave. Mas, a maioria dos responsáveis estariam ausentes por ocasião de um congresso no Canadá. Como já sabiam dos atentados em Nova York, os responsáveis de plantão na sede da FAA pensaram que se tratava da repetição da informação sobre o desvio do segundo avião que teria atingido a Torre Norte do WTC. Somente meia hora depois eles teriam entendido que se tratava de um terceiro avião e teriam informado às autoridades militares. O mal-entendido levou a um desperdício de quase 30 minutos.

No dia 13 de setembro, o general Richard Myers, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, não conseguiu explicar à Comissão Senatorial das Forças Armadas as medidas que foram tomadas para interceptar o Boeing. Os parlamentares chegaram à conclusão de que nada tinha sido feito para interceptar o avião kamikaze.

Meyssan observa que, no dia seguinte, o NORAD (*North American Aerospace Defense Command*), tentando minimizar o efeito desastroso da falta de explicação convincente da maior autoridade militar dos EUA, publicou um comunicado corrigindo as falhas de memória do general. Segundo o comunicado, o órgão só foi notificado do desvio do avião às 9h24m daquela manhã e que, logo em seguida teria ordenado imediatamente que dois caças F-16 da base de Langley (Virgínia) fizessem a interceptação do Boeing. O problema foi que a poderosa *Air Force* americana, por não saber onde o Boeing se encontrava, e pensando na hipótese de que esse avião poderia cometer outro atentado em Nova York, teria ordenado que os caças fossem para o norte. A localização do Boeing só fora possível porque um avião de transporte militar, que decolava da base presidencial de Sant Andrew teria, coincidentemente, cruzado com o avião kamikaze e o identificado. Mas, a essa altura, não daria mais tempo de o avião suicida ser abatido pelos poderosos caças F-16. Mayssan observa que não é certo que a versão do NORAD seja mais aceitável que a versão do general Richard Myers. E pergunta: “será que podemos acreditar com seriedade que o sistema de radar militar dos EUA seja incapaz de localizar um Boeing num raio de algumas dezenas de quilômetros? E que um grande avião comercial possa fugir dos possantes F-16 enviados para persegui-lo?”

Segundo Meyssan, mesmo que o suposto Boeing tenha conseguido passar pelo primeiro desafio, ele deveria ter sido abatido ao se aproximar do Pentágono. A razão é simples. Embora o dispositivo de segurança que faz a proteção do Departamento da Defesa seja um segredo militar, esta região é protegida por um dispositivo antiaéreo controlado a partir da base presidencial de Saint Andrew. Dois poderosos e possantes esquadrões de combate estão permanentemente estacionados nessa base: o 113^o *Fighter Wing* da *Air Force* e o 321^o *Fighter Attack* da *Marine*. Cada esquadrão é equipado com caças F-16 e F/A-18, de maneira que sob nenhuma hipótese um avião do tipo descrito teria condições de atingir o Pentágono sem antes ser abatido pelos atentos e velozes caças da sofisticada defesa antiaérea americana.

Ora, um Boeing 757-200 é um avião capaz de transportar duzentos e trinta e nove passageiros. Seu tamanho é de 47,32 metros de comprimento por 38,05 de largura. Quando cheio, esse gigante chega a pesar quinhentas toneladas e pode atingir uma velocidade de até 900km/h. Guardemos bem estas informações sobre o tamanho, o peso e a velocidade desse tipo de avião. Elas nos serão úteis para entendermos as dúvidas do jornalista quanto ao tipo de destruição produzido no Pentágono por ocasião do choque do suposto avião.

Quanto ao Pentágono, observa sagazmente o jornalista, trata-se simplesmente do maior prédio administrativo do mundo. Nada menos que vinte e três mil pessoas trabalham nesse local. O Pentágono é um prédio baixo, de apenas quatro andares, mas de uma superfície enorme. O avião poderia ter causado um estrago muito maior do que o que causou, dada a facilidade de se atingir mais a superfície do prédio do que suas laterais. Bastava que o avião tivesse embicado sobre o teto do Pentágono. Seria uma operação infinitamente mais simples, além de poder causar mais destruição ao alvo, dada a enorme superfície do prédio. A superfície de toda a construção é de vinte e nove acres. Ora, o acre americano corresponde a 40,47 ares. Cada are equivale a 100m². A partir daí, se pode imaginar o tamanho da superfície do Pentágono, infinitamente mais fácil de ser atingida do que a parte lateral do prédio, que tem uma altura de apenas 24 metros. Estranhamente, os terroristas preferiram atingir uma das fachadas do prédio, por meio de uma manobra bem mais difícil da que atingiria a superfície. De repente, o avião aproximou-se do solo, numa manobra semelhante a de um pouso, permanecendo em posição horizontal, desceu quase verticalmente e logo atingiu o seu alvo sem provocar nenhum dano aos postes de iluminação da auto-estrada próxima ao estacionamento do Pentágono. Meyssan lembra que nem mesmo a força do vento produzida pelo avião em deslocamento foi capaz de atingir os lampadários. Tudo permaneceu curiosamente intacto.

Quanto ao estrago produzido pelo *crash* no Pentágono, o jornalista faz as seguintes observações. Primeiro, lembremos que as fachadas do Pentágono medem apenas vinte e quatro metros de altura. Observado esse detalhe, passemos aos detalhes do tamanho e da altura de um Boeing quando o seu trem de pouso está acionado. Quando um avião baixa a altitude, seu trem de pouso projeta-se automaticamente. Embora a altura de um Boeing 757-200 chegue a treze metros, o que equivale a altura de um prédio de 3 andares (lembremos que o Pentágono só tem quatro andares), o suposto avião atingiu a fachada do Pentágono apenas na altura do térreo e do primeiro andar. E mais, sem causar nenhum estrago ao gramado, ao estacionamento e ao muro próximos ao local do impacto. Um heliporto próximo ao local do choque também não sofreu nenhum tipo de dano. Certamente em referência à primeira informação dada pela agência Reuters de que se tratava de um helicóptero, o autor lembra, ironizando, que nesse local existe uma área de aterrissagem para helicópteros.

Curiosamente, apesar do enorme peso (aproximadamente cem toneladas) e de uma velocidade estimada entre 400 e 700 quilômetros por hora, o impacto destruiu apenas o primeiro anel da construção, o que é visto por especialistas como algo improvável, uma vez que se trata de um choque produzido por um Boeing 757-200, numa velocidade como a que foi estabelecida. De acordo com a versão oficial, o choque do avião contra o Pentágono teria provocado a morte de cento e vinte e cinco pessoas que estariam no prédio e de sessenta e quatro passageiros que estariam à bordo. A grande maioria das vítimas que estavam no local do *crash* foi de civis. Esse é outro dado curioso. Segundo Meyssan:

O acaso (?) quis que o a avião tivesse atingido uma parte do Pentágono que estava sendo reformada. As obras estavam terminando e o novíssimo Centro de Comando da Navy acabava de ser concluído. Vários escritórios estavam desocupados, e em alguns outros só se encontravam civis trabalhando no acabamento das obras e das instalações.¹⁶²

Segundo o autor, isso explica por que a grande maioria das vítimas foi de civis e por que havia somente um militar entre os mortos.

Para o autor, até aqui, os primeiros elementos da versão oficial já se mostram inverossímeis. Quanto ao restante dessa narrativa, o autor vai mostrar que ela é totalmente impossível. Através de uma demonstração de sobreposição da forma do avião numa foto de satélite, que mostra a cratera provocada no prédio pelo choque, Meyssan observa que somente o nariz do avião entrou no prédio, ficando as asas e a fuselagem sem sequer tocá-lo. Simplesmente não há nenhum traço de destruição que mostre que as asas chegaram a tocar a fachada do prédio. Tudo aconteceu como se o avião tivesse parado de repente ou explodido antes que as asas tocassem a fachada atingida. “Nenhum rastro de impacto das asas é visível; aliás, fora do nariz do avião, nenhum outro impacto é visível.”¹⁶³ Dessa forma, se nem as asas, nem a fuselagem haviam tocado o prédio, pelo menos pedaços da fuselagem deveriam ter sido encontrados no gramado próximo ao local do *crash*, já que as asas e o nariz do avião são feitos

¹⁶² Thierry Meyssan. *11 de setembro de 2001: uma terrível farsa*. Trad. De Khristine Renata da Cruz Guimarães. São Paulo: Usina do livro, 2003, p. 18.

¹⁶³ Idem, p. 19.

de um material suscetível de derreter rapidamente. A fuselagem do Boeing, lembra o autor, é feita de um material semelhante ao que é utilizado para fabricar carrocerias de carros e caminhões. Logo, terminado o incêndio, deveriam restar pedaços calcinados da fuselagem espalhados pelo local. Mas nada disso foi encontrado. A foto da *Associated Press*, que aparece na capa do livro, mostra claramente que não havia absolutamente nada que provasse tratar-se de um choque produzido por um avião. Meyssan observa que a foto foi tirada logo depois do *crash*. Os caminhões dos bombeiros tinham acabado de chegar, de maneira que não se poderia dizer que os comandos de socorro já haviam produzido alterações no local.

No dia 12 de setembro, o capitão dos bombeiros do condado de Airlington, Ed Plaugher, numa entrevista, declarou que somente as equipes especiais (*Urban Search and Rescue*) da FEMA puderam chegar próximo do local do *crash*. Perguntado por um repórter sobre o que tinha restado do avião, o chefe dos bombeiros teria respondido:

“Em primeiro lugar, a questão do aparelho... havia alguns fragmentos do aparelho que podíamos ver do interior durante as operações de luta contra o incêndio de que falei, mas não se tratavam de pedaços volumosos. Em outras palavras, não há pedaços de fuselagem nem nada desse tipo”.¹⁶⁴

Meyssan observa que o jornalista pergunta ao comandante se o avião havia explodido na hora do impacto por causa do combustível. A resposta, observa o autor, é mais uma vez embaraçosa: *Você sabe, eu preferiria não falar sobre esse assunto. Temos várias testemunhas oculares que estão aptas a informar-lhe melhor do que eu poderia fazê-lo sobre o que aconteceu com o aparelho quando ele chegou perto do Pentágono. Portanto, nós não sabemos. Eu, pelo menos não sei*.¹⁶⁵

O que se percebe é que, embora algumas autoridades, parlamentares e militares tenham dito que viram o avião cair, nenhum pedaço da aeronave foi visto. Só restaram, observa Meyssan, fragmentos não identificáveis de metal. Se de fato algum avião tivesse se aproximado, as câmeras de videovigilância do Pentágono teriam registrado. Mas, conforme observa o autor, elas não fizeram registro algum. Recapitulando a versão oficial, nós teríamos, de acordo com Meyssan, o seguinte roteiro:

¹⁶⁴ Ibid. p. 20.

Um Boeing desviado teria conseguido fugir de um avião de caça F-16 e enganar o sistema de defesa antiaérea americano de Washington. Depois teria aterrissado verticalmente sobre o estacionamento do Pentágono, mas mantendo a posição horizontal. Teria, em seguida, atingido a fachada do térreo. Somente seu nariz teria penetrado no prédio do Pentágono e o avião teria subitamente freado antes mesmo que suas asas penetrassem no prédio. A fuselagem do avião teria se desintegrado imediatamente. O combustível contido nas asas teria queimado somente durante o tempo de provocar um incêndio no prédio, e em seguida teria se transformado em uma poça que teria se deslocado para o lugar suposto do nariz do avião.¹⁶⁶

Segundo o autor, apesar do respeito que devemos ter à qualidade das ‘testemunhas oculares’, autoridades e parlamentares, “é impossível engolir tais leviandades”. E acrescenta: “ao invés de dar crédito a seus depoimentos, a alta função dessas testemunhas só faz sublinhar a importância dos meios empregados pelas Forças Armadas dos Estados Unidos para travestir a verdade.” Meyssan mostra que, segundo o comunicado inicial do Pentágono, não se tratava de um Boeing. Segundo ele, a história do ‘avião kamikaze’ só apareceu meia hora depois. Da mesma forma, na explicação do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas ainda não existia o fato dos aviões de caça acionados pelo NORAD para interceptar o avião suicida. Tal história só apareceu dois dias depois. Disso o autor chega à conclusão de que a versão oficial não passou de uma propaganda. Segundo ele:

Resta a informação de que 125 (cento e vinte e cinco) pessoas morreram no Pentágono e que um avião transportando 64 (sessenta e quatro) passageiros desapareceu. Qual foi a causa da explosão que atingiu o Pentágono? O que adveio do voo 77 da American Airlines? Seus passageiros morreram? Se sim, quem os matou e por quê? Se não, onde estão eles? São tantas as perguntas às quais a administração americana tem de responder...¹⁶⁷

¹⁶⁵ Ibid., p. 20-21.

¹⁶⁶ Ibid., p. 21-22.

¹⁶⁷ Ibid., p. 22.

De acordo com Thierry Meyssan, a principal questão agora é saber o que a versão oficial tenta esconder. Para completar o rol de desconfinanças que o conjunto dos depoimentos oficiais e contradições colocou sobre o estranho *crash* do Pentágono, o general Wesley Clark, ex-supremo comandante das Forças da OTAN na guerra do Kosovo, fez a seguinte declaração numa entrevista à rede CNN: *Nós já sabíamos já faz algum tempo que certos grupos estavam planejando [um ataque contra o Pentágono]; evidentemente não sabíamos o suficiente [para agir].*”

O autor observa que essa enigmática declaração não faz nenhuma referência a um possível agressor externo, mas a ameaças feitas por milícias de extrema direita contra o Pentágono. Essa curiosa declaração do general permite-nos, segundo Meyssan, “entrever os encontros secretos que dilaceram a classe dirigente estadunidense.”¹⁶⁸

Diante dos fatos, depoimentos e contradições que cercam esse misterioso ataque ao Pentágono, se for mesmo verdade que a administração Bush forjou um atentado à sede das Forças Armadas americanas para mascarar os problemas internos, será que essa administração não estaria também escondendo outros elementos sobre os atentados contra o World Trade Center, em Nova York?

Os atentados em Nova York: mais fatos e contradições

Examinando os ataques em Nova York, Thierry Meyssan observa que, assim como o suposto atentado ao Pentágono, os fatos sobre os atentados em Nova York, à primeira vista, também pareciam indiscutíveis. As contradições começaram a ser percebidas depois.

Os aviões que atingiram as torres foram identificados pelo FBI como Boeings 767. O primeiro, que se chocou contra a torre norte, era da companhia *American Airlines* (vôo 11, que fazia a ligação Boston-Los Angeles). O segundo pertencia à companhia *United Airlines* (vôo 175, que também fazia a ligação Boston-Los Angeles). As companhias confirmaram a perda desses aviões.

¹⁶⁸ Ibid, p 23.

Esses aviões, que podiam transportar até 239 (duzentos e trinta e nove) passageiros, estavam com um número bastante reduzido de passageiros: apenas 81 no vôo 11 e 56 no vôo 175.

Segundo telefonemas dados por passageiros desses vôos, os seqüestradores teriam colocado todos os passageiros na parte traseira dos aviões, para impedir qualquer contato com as cabines. Um passageiro informou, numa dessas ligações de celular, que os seqüestradores possuíam apenas armas brancas. Meyssan observa que, depois desses atentados, o espaço aéreo americano foi fechado, todos os aviões que já haviam decolado foram obrigados a voltar e foram todos revistados pelo FBI. De acordo com informações oficiais, teriam sido encontradas em dois desses vôos que foram obrigados a voltar (o vôo 43 Newark-Los Angeles e vôo 1729, Newark-San Francisco) navalhas idênticas as que foram usadas pelos seqüestradores. Os investigadores chegaram ao extremo de afirmar que todos os seqüestradores usavam esse modelo de navalha. Para reforçar a pista, a CIA descobriu numa casa do Afeganistão, onde Bin Laden teria vivido, sacos de navalhas. A CIA tenta mostrar que os islamitas haviam recebido um treinamento especial para usar tal arma.

Meyssan argumenta que é difícil imaginar que o grande mentor desses atentados iria cometer o deslize de não fornecer armas de fogo aos homens responsáveis pelas operações, correndo, assim, o risco de ver uma operação tão complexa e tão meticulosamente planejada falhar por conta da negligência de um detalhe tão importante como esse. Isso surpreende, argumenta o autor, porque é sabido que é muito mais fácil passar pelos controles dos aeroportos com pistolas adaptadas (pistolas sintéticas, que escapam aos detectores de metal) do que com navalhas.

A pista da navalha, argumenta Meyssan, está ligada ao fato de que, no imaginário coletivo, os árabes gostam de degolar suas vítimas. Portanto essa pista induziria sutilmente que os seqüestradores eram todos árabes. Além desse curioso fato do tipo de arma usado pelos seqüestradores, temos um outro que, examinado mais de perto, aumenta ainda mais a suspeita de que os seqüestradores não fizeram tudo sozinhos. Tal fato diz respeito ao aspecto puramente técnico da manobra que levou os aviões a acertar em cheio os alvos pretendidos.

Para poder acertar os alvos plenamente, os aviões tiveram que baixar a altitude consideravelmente antes de chegar a Nova York, de maneira que fosse possível para os pilotos visualizar as torres de frente e não por cima. Os alvos só seriam atingidos se os aviões

estivessem pré-posicionados numa altitude muito baixa, explica o jornalista. Os pilotos tiveram que regular a altitude do choque e posicionar as aeronaves lateralmente. As imagens mostram que os aviões acertaram bem no centro dos alvos. Ora, a diferença de largura das Torres Gêmeas para os aviões é muito pequena. As Torres medem 63,70m (setenta e três metros e setenta centímetros) de largura. A largura de um Boeing 767 é de 47,60m (quarenta e sete metros e sessenta centímetros). Ou seja, as Torres tinham uma largura superior aos aviões de apenas 16,10m. No entanto, os aviões acertaram bem no meio delas. Meyssan lembra que:

Um simples deslocamento de 55,65m (cinquenta e cinco metros e sessenta e cinco centímetros) e os aviões teriam errado os seus alvos. Na velocidade média de um avião (700km/h), essa distância é percorrida em três décimos de segundo. Tendo em vista a pouca maneabilidade desses enormes aviões, uma ação tão precisa, nessa velocidade, seria uma façanha para os melhores pilotos – que dirá para pilotos aprendizes.¹⁶⁹

A chegada do primeiro avião foi facilitada pelo vento, além de ter chegado de frente. A aeronave veio no sentido do vento e isso garantiu maior estabilização ao aparelho. Mas o segundo avião precisou fazer uma manobra complexa de rotação particularmente difícil, uma vez que o aparelho veio contra o vento. Ainda assim, ele atingiu em cheio o seu alvo.

Segundo o jornalista, os pilotos profissionais afirmam que poucos deles conseguiriam realizar uma tal proeza e que seria praticamente impossível para um piloto sem muita experiência efetuar uma operação como essa. Mas, existe uma forma infalível para realizar esta operação: o uso de balizas. As balizas funcionam da seguinte forma: um sinal é emitido de um alvo, que atrai o avião, guiado automaticamente. O autor observa que radioamadores atestaram a existência de uma baliza no World Trade Center. Ela foi detectada porque provocou interferência nas emissões das antenas de televisão que haviam no topo das Torres. Segundo o autor, muito provavelmente o sinal dessa baliza foi ativado apenas no momento certo para evitar que fosse descoberto e destruído. O provável uso de balizas mostra que os supostos sequestradores tinham cúmplices em terra. Digo supostos porque, segundo Meyssan, já existe

¹⁶⁹ Ibid., p. 29.

uma tecnologia que pode até dispensar a figura de um piloto para controlar um avião ou para por a aeronave no piloto automático. Segundo o autor, “pirateando os computadores de bordo antes da decolagem, é possível tomar o controle do avião durante o voo, graças à tecnologia Global Hawk, elaborada pelo Departamento da Defesa. O Boeing torna-se um avião teleguiado”.¹⁷⁰

Um outro ponto curioso desses atentados que o jornalista destaca diz respeito ao rápido desabamento das Torres. De acordo com o relatório preliminar elaborado pelo órgão encarregado de fazer o inquérito para apurar as razões do desabamento – o FEMA (*Federal Emergency Management Agency*) – o desabamento teria sido provocado pelo intenso calor do fogo que teria comprometido a estrutura metálica central. Segundo Meyssan, essa teoria é fortemente rejeitada pela associação dos bombeiros de Nova York e pela revista profissional *Fire Engineering*. Segundo os cálculos dessas duas instituições, as estruturas poderiam resistir muito tempo ao fogo. Os bombeiros afirmaram que ouviram explosões nas fundações dos edifícios e solicitaram a abertura de um inquérito independente. Os bombeiros queriam saber que substâncias havia nos prédios que poderiam provocar tais explosões. A falta de resposta fez surgir a hipótese da existência de explosivos criminosos. Esta hipótese implica necessariamente a existência de uma equipe agindo em solo. Na época, um grande perito do *New Mexico Institute of Mining and Technology* garantiu que explosivos poderiam ter causado o desabamento dos prédios. Vale lembrar que o desabamento se deu de uma forma extremamente vertical, na forma típica de desabamentos providos por implosões. Mas, diante da pressão pública, o perito recuou e retratou-se.

Como se não bastasse o estranho e rápido desmoronamento das Torres pouco tempo depois dos choques dos aviões, a Torre 7 do complexo desabou no final da tarde de uma forma também curiosa: a Torre não inclinou-se, como deveria acontecer se ela tivesse sido realmente afetada pela queda das Torres Gêmeas, mas desabou sobre si mesma. A hipótese de que suas fundações teriam sido comprometidas com o desabamento das Torres Gêmeas foi afastada pela Sociedade Americana de Engenheiros Civis. A essa altura, lembra o autor, a questão não é mais saber se a Torre 7 foi dinamitada, mas se uma outra hipótese poderia ser cogitada. Segundo o autor, é aqui onde entra o furo do *New York Times*. O WTC não era um

¹⁷⁰ Ibid., p. 30.

alvo civil, como todo mundo pensava. O coração financeiro do mundo escondia um alvo militar secreto. Segundo Meyssan, muitos morreram porque nunca imaginaram que poderiam ser usados como escudos humanos. A Torre 7 – e provavelmente outros prédios e os sub-solos – escondia uma base da CIA. Nos anos 50 foi montado um escritório para promover a espionagem das delegações estrangeiras na ONU. Pois bem, no governo Clinton, essa base teria estendido ilegalmente suas atividades à espionagem econômica de Manhattan. É aí onde está o nó. Segundo Meyssan:

Os principais recursos do aparelho de Inteligência americano tinham deslocado suas atividades da espionagem anti-soviética para a guerra econômica. A base da CIA em Nova York havia se tornado o mais importante centro mundial de inteligência econômica. Essa reorientação da Inteligência era vivamente contestada pelo ramo mais tradicional da CIA e pela Estado-Maior das Forças Armadas.¹⁷¹

Outro elemento a ser considerado nos atentados ao WTC é o número de mortos. Quando o primeiro avião se chocou contra a Torre Norte, cerca de 40.000 pessoas encontravam-se nas Torres Gêmeas. Cada Torre tinha 110 andares, de forma que a média de pessoas por andar em cada prédio deveria ser de, no mínimo, 136 pessoas. O primeiro avião atingiu a Torre Norte entre o 80º e o 85º andar. As pessoas que estavam nesses andares morreram instantaneamente e as que estavam nos andares superiores ficaram presas pelo fogo, que rapidamente se espalhou pelo andares atingidos. Com o rápido desabamento da Torre, todas as pessoas que estavam nos 30 andares acima morreram. De acordo com a média de pessoas por andar, só esse desabamento deveria ter provocado a morte de 4.080 (quatro mil e oitenta) pessoas. Mas, de acordo com o cálculo oficial do dia 9 de fevereiro de 2002, os atentados de Nova York teriam provocado a morte de 2.843 (duas mil, oitocentos e quarenta e três) pessoas. Esse número incluiria os passageiros, os tripulantes e comissários dos aviões, os policiais, os bombeiros e os usuários das torres. Esse número é bastante inferior às estimativas iniciais das autoridades e nos leva a crer que, apesar da magnitude da ação, esses atentados não tiveram a intenção de provocar o maior número de mortes possível. Ao contrário. O autor

¹⁷¹ Ibid., p. 31.

observa que houve uma intervenção prévia no sentido de evitar que muitas pessoas que trabalhavam nos andares superiores estivessem em suas atividades na hora dos atentados.

No dia 11 de setembro, o jornal israelense *Ha'aretz* comunicou que uma firma líder em mensagens eletrônicas – a Odigo – havia recebido duas horas antes dos atentados mensagens anônimas que alertavam sobre os atentados de Nova York. O diretor da firma, Micha Macover, teria confirmado esses fatos ao jornal. Dessa forma, vários avisos foram dados às pessoas que ocupavam a Torre Norte, mas muitos não deram importância.

Meyssan lembra que o mesmo esquema aconteceu em Oklahoma City, no dia 19 de abril de 1995, quando um atentado terrorista organizado por militares ligados a uma organização de extrema direita e infiltrados no FBI, matou somente 68 (sessenta e oito) pessoas.

Outro fato curioso foi a declaração do presidente George W. Bush feita por ocasião de um encontro em Orlando, no dia 4 de dezembro de 2001. Perguntado sobre o que havia sentido quando foi informado dos ataques terroristas, Bush solta a seguinte e estranha declaração:

Obrigado, Jordan. O senhor sabe, Jordan, o senhor não acreditaria se eu lhe dissesse em que estado me deixou a notícia do ataque terrorista. Eu estava na Flórida. E meu secretário geral, Andy Card – na realidade, eu me encontrava numa sala de aula falando de um programa de aprendizagem de leitura particularmente eficaz. Estava sentado do lado de fora da sala, esperando a hora de entrar, quando vi um avião que atingiu a Torre – obviamente a televisão estava ligada. E como eu mesmo já fui piloto, pensei, “Nossa, que piloto incrível”. Eu pensei, “deve tratar-se de um acidente terrível”. Mas eu fui [então] levado [para dentro da sala de aula] e não tive mais tempo de pensar nisso. Eu estava então sentado na sala de aula e Andy Card, meu secretário geral, que vocês estão vendo sentado ali, entrou e disse-me “um segundo avião bateu na Torre, a América está sendo atacada”. Na verdade, Jordan, a princípio eu não sabia o que pensar. O senhor sabe, eu cresci numa época em que nunca me veio a idéia de que a América pudesse ser atacada – provavelmente seu pai ou sua mãe pensavam, nesse momento, igual a mim. E nesse curto intervalo, pensei intensamente o que isso significava, ser atacado. E eu sabia que

*quando dispusesse de todos os fatos [confirmando] que estávamos sendo atacados, esse que ousou atacar a América teria que pagar o preço do inferno [aplausos].*¹⁷²

A declaração do presidente Bush mostra que ele viu as imagens do primeiro choque antes do segundo acontecer. Evidentemente estas imagens não foram as mesmas feitas pelos irmãos Jules e Gédéon Naudet, que naquele dia estavam filmando o World Trade Center. As imagens dos irmãos Naudet só foram transmitidas treze horas depois pela agência Gamma. Logo, as imagens que o presidente Bush viu foram imagens secretas que foram transmitidas na sala de comunicação instalada na escola por ocasião de sua visita. Portanto, se os serviços de Inteligência puderam filmar o primeiro atentado é porque já sabiam previamente que esta ação estava para acontecer. Em síntese, para Meyssan, os terroristas contaram com um apoio logístico em terra, ativaram uma ou duas balizas, preveniram as pessoas que trabalhavam nas Torres e dinamitaram três prédios. Tal operação, pergunta o autor, “poderia ser concebida e dirigida a partir de uma gruta do Afeganistão e realizada por um punhado de islamitas?”

“Ratos” na Casa Branca ou a paranóia no e do poder americano

Segundo Meyssan, os atentados de Nova York puseram todas as agências governamentais à disposição do Centro de Operações e de Informações Estratégicas (SIOC) do FBI e do Grupo de Resposta às Situações de Catástrofe (CDRG) da Agência Federal de Gerenciamento de Crises (FEMA). Os principais locais que poderiam ser alvos de novos atentados foram evacuados e fechados.

Seguindo sua argumentação, Thierry Meyssan observa que por volta das 10hs da manhã do 11 de setembro, o *Secret Service* – o serviço de proteção das altas personalidades – faz um novo alerta e afirma que a Casa Branca e o *Air Force One* estavam ameaçados. O vice-presidente Cheney foi levado às pressas ao *Presidential Emergency Operations Center* (PEOC), a sala de comando subterrânea que fica na ala oeste da Casa Branca. Segundo Meyssan (p.37), o plano de continuidade do Governo (CoG) é ativado. Os principais dirigentes do país e os líderes do Congresso foram levados para lugares seguros, os gigantescos abrigos antiatômicos,

¹⁷² Ibid., p. 33-34.

verdadeiras cidades subterrâneas construídas no período da Guerra Fria, que podem abrigar milhões de pessoas.

Enquanto isso, um fato estranho acontece. George W. Bush, que estava indo para Washington, muda de rumo. O *Air Force One*, avião presidencial, toma a direção da base de Barksdale (Louisiana). Logo em seguida, toma a direção da base de Offutt (Nebraska). Segundo Meyssan, esta base é a sede do *US Strategic Command*, local de onde se ativa a força nuclear de despersuasão. O trajeto de uma base a outra é feito em baixa altitude. Escortado por dois aviões de caça, o avião presidencial segue ziguezagueando. Nas bases, o deslocamento do presidente é feito em carros blindados. A medida é tomada por receio da presença de atiradores de tocaia nesses locais. Segundo o autor, esse dispositivo de proteção dos grandes líderes só acaba depois das 18hs, quando o presidente George W. Bush volta a Washington.

No dia 16 de setembro, numa entrevista à rede NBC, o vice presidente Dick Cheney fala sobre esse alerta e o tipo de ameaça. Cheney diz que foi avisado repentinamente por seus guarda-costas de que corria perigo e que teria sido forçado a evacuar para dentro do fortim da Casa Branca. Segundo ele, um Boeing havia sido seqüestrado e tinha como destino a Casa Branca. Não encontrando as referências de seu alvo, teria se jogado sobre o Pentágono. Além disso, no momento em que as grandes autoridades americanas eram levadas para locais seguros, o *Secret Service* foi informado de que uma outra ameaça rondava o presidente: um novo avião seqüestrado ameaçava colidir com o avião presidencial, o *Air Force One*, em pleno ar.

Mais uma vez, destaca Meyssan, a versão oficial não resiste à uma análise. Toda a fala do vice-presidente visa identificar a ameaça: aviões suicidas cujos alvos eram a Casa Branca e o *Air Force One*. Segundo o jornalista, Cheney retoma a mentira inicial do avião que teria atingido o Pentágono. Mas ele vai além e enriquece a narrativa com o detalhe do avião kamikaze voando sobre Washington em busca de um alvo. Como lembra o autor, “fica difícil acreditar que o *Secret Service*, ao invés de ativar a defesa antiaérea, só pense em levar o vice-presidente para dentro do fortim”. Outro elemento também criativo da versão de Cheney foi a história do avião comercial que perseguia o *Air Force One*, “como um cavaleiro de filme de banguê-banguê, tentando atingi-lo em pleno vôo, sob o olhar impotente da *US Air Force*”.¹⁷³

¹⁷³ Ibid., p. 39.

Meyssan argumenta que além de inverossimilhantes, essas fábulas não conseguem explicar outros fatos, por exemplo, o deslocamento do presidente nas bases feito em carros blindados. Se as ameaças diziam respeito apenas aos aviões suicidas, por que o cuidado para proteger o presidente de possíveis atiradores de tocaia que poderiam estar na pista das bases militares estratégicas? Como acreditar – pergunta o autor – que militantes islâmicos pudessem conseguir chegar a lugares tão protegidos?

Para o autor, a declaração do vice-presidente não teve outro objetivo senão desviar as atenções voltadas para as declarações do porta-voz da Casa Branca, Ari Fleischer, e as confidências do secretário-geral da Casa Branca, Karl Rove. Tais declarações apontavam para eventuais pistas internas, quando tudo o que queria a propaganda de guerra era enxergar inimigos externos.

Meyssan observa que, nos dias 12 e 13 de setembro, a imprensa teria divulgado, com base em declarações do porta-voz da presidência (Ari Fleischer), que o Serviço Secreto teria recebido uma mensagem dos responsáveis por aquelas ações segundo a qual eles pretendiam destruir a Casa Branca e o *Air Force One*. O aspecto surpreendente dessa história é que, para que as autoridades americanas dessem crédito as ameaças, os agentes usaram “códigos confidenciais de identificação e de transmissão da presidência”.¹⁷⁴ Outra informação surpreendente é que, de acordo com o *World Net Daily*, citando fontes oficiais de serviços de Inteligência, os agentes teriam conhecimento também de códigos da *Drug Enforcement Administration* (DEA), do *National Reconnaissance Office* (NRO), da *Air Force Intelligence* (AFI), da *Army Intelligence* (AI), da *Naval Intelligence* (NI), do *Marine Corps Intelligence* (MCI), e dos serviços de Inteligência do Departamento de Estado e do Departamento de Energia. Meyssan lembra que

Cada um desses códigos é conhecido somente por pouquíssimos responsáveis. Ninguém está habilitado a deter vários desses códigos ao mesmo tempo. Portanto, admitir que os atacantes os detenham supõe que ou existe um meio de descobri-los ou ‘ratos’ estão infiltrados em cada um dos organismos de Inteligência¹⁷⁵.

¹⁷⁴ Ibid., p. 39.

¹⁷⁵ Ibid., p. 40.

Segundo o autor, tecnicamente falando, uma reconstituição dos códigos das agências americanas seria possível a partir do *software* que foi utilizado para criá-los. Há suspeitas de que os algoritmos desse *software* tenham sido roubados por um agente especial do FBI, Robert Hansen, que foi preso por espionagem em fevereiro de 2001. Na época, um ex-diretor da CIA, James Woolsey, julgou que os códigos tivessem sido obtidos por ‘ratos’ infiltrados nos serviços de Inteligência americanos. Mas o próprio Woolsey que foi o principal lobista da oposição a Saddam Hessein, afirmou que essa operação teria sido obra dos “perigosos serviços secretos iraquianos”.

Uma terceira hipótese, ventila o autor, seria a de que o *Secret Service* estaria infiltrado por colaboradores. Os agentes não dispunham dos códigos, mas, por meio de alguns cúmplices, teriam convencido os grandes chefes da Inteligência americana de que estavam realmente de posse de tais códigos. De qualquer forma, seja qual for a hipótese, o fato é que, segundo Meyssan, a história dos códigos mostra que existem traidores nos altos escalões do aparelho de Estado americano. Isso explica o cuidado das autoridades militares em proteger o presidente em carros blindados, no traslado em cada uma das bases por onde passou o presidente (Barksdale e Offutt). Os atiradores de tocaia seriam não militantes islâmicos que teriam conseguido a proeza de ter acesso a esses vigiados lugares, mas homens aí posicionados pelas forças que teriam conseguido acesso aos códigos secretos de identificação e de transmissão da presidência.

Meyssan argumenta que toda essa história revela a existência de uma negociação paralela. Segundo ele, “se os atacantes fizeram contato com o Serviço Secreto e usaram os códigos secretos para autenticar seus chamados, foi com um objetivo preciso. Suas mensagens continham ou uma reivindicação ou um ultimato. A partir de então, se admitimos que o presidente pôde voltar no final do dia, é que a ameaça dissipou-se. Portanto, a única conclusão possível é que o presidente Bush negociou e cedeu à chantagem. A história dos códigos mostra por que Bush foi pessoalmente às bases de Barksdale e de Offutt. Como observa Meyssan:

Dispondo dos códigos de autenticação e de transmissão da Casa Branca e do Air Force One, os atacantes podiam usurpar o cargo do presidente dos Estados Unidos. Eles podiam, se lhes conviesse, dar instruções às Forças Armadas, inclusive a intrusão de acionar o fogo nuclear. Portanto, o único meio que restava

ao presidente George W. Bush para continuar no comando de suas Forças Armadas era ficar fisicamente presente na sede do US Strategic Command, em Offutt, e dar pessoalmente toda ordem ou contra-ordem. Essa foi a razão pela qual ele foi lá pessoalmente. Como impossível fazer o trajeto direto por causa da falta de combustível – o Air Force One, que não é feito para voar em baixa altitude, tinha consumido todas as reservas e não podia ser abastecido em pleno voo, pois expor-se-ia ao perigo – razão pela qual uma escala técnica foi programada em Barksdale, uma das cinco áreas militares de substituição do Offutt.¹⁷⁶

A informação sobre os códigos não foi, segundo o jornalista, o único elemento a não constar da versão oficial. Um outro fato devidamente constatado também não foi mencionado. Trata-se de um estranho incêndio que aconteceu num anexo da Casa Branca, o *Old Executive Building*, naquela fatídica manhã do 11 de setembro. Nesta manhã, a rede de televisão ABC mostrou, às 9h42m imagens ao vivo desse estranho incêndio. A emissora teve que se contentar em mostrar apenas um plano fixo com imagens de fumaça negra saindo do prédio. Nada se soube sobre a origem do acontecido, nem sobre a sua extensão. O curioso é que quinze minutos depois, o *Secret Service* tirou o vice-presidente de seu escritório e ordenou a evacuação da Casa Branca e de seu anexo. Atiradores de elite foram colocados em volta do prédio, munidos de lança-foguetes. Os atiradores também estavam preparados para combater um ataque por tropas aéreas. O que se verifica é que havia uma ameaça bem diferente da que foi descrita pelo vice-presidente americano.

Meyssan lembra que em um pronunciamento feito à nação, gravado em Barksdale e transmitido depois pelo Pentágono às 13h04m, o presidente George W. Bush evitou cuidadosamente designar os responsáveis pelos ataques. O autor observa que ele não utiliza as palavras ‘terrorismo’ ou ‘terrorista’, deixando entender que poderia tratar-se do início de um conflito militar clássico ou de um outro tipo de ação. O presidente diz que o povo americano estaria passando por uma ‘provação’ que seria vencida, sugerindo que outras catástrofes poderiam acontecer. Outro fato curioso destacado pelo jornalista é que o presidente não dá

¹⁷⁶ Ibid., p. 41.

nenhuma explicação sobre sua ausência de Washington, dando a impressão de estar fugindo de um perigo ao qual o povo americano teria ficado exposto.

Segundo Thierry Meyssan, a ativação do procedimento de Continuidade do Governo (CoG) pode ser interpretada de duas formas. A primeira é a de que era preciso proteger o presidente e outros líderes políticos da ação de traidores que teriam sido capazes de provocar um incêndio no *Old Executive Building* e de roubar códigos secretos da Presidência e de agências de Inteligência. A Segunda seria a de que o plano CoG não teria sido acionado para proteger os dirigentes políticos dos possíveis traidores, mas teria sido acionado pelos próprios traidores para manter os dirigentes políticos isolados. O próprio depoimento do vice-presidente Dick Chaney aponta para essa suspeita. Chaney afirmou que foi retirado de seu escritório por homens do Serviço Secreto antes mesmo que ele o permitisse. Sua declaração leva a crer que o mesmo aconteceu com os principais membros do governo e do Congresso. Para Meyssan, “o que é uma operação em que os serviços secretos ‘raptam’ os eleitos do povo e os colocam em fortim ‘para sua segurança’, a não ser um golpe de Estado, ou pelo menos, um golpe de Palácio?”¹⁷⁷

Em síntese, nós teríamos, de acordo com Meyssan, o seguinte conjunto de fatos. Primeiro acontece um incêndio no anexo da Casa Branca. Depois, os atentados são reivindicados em um telefone dado ao Serviço Secreto americano. Os agentes desses atentados teriam feito exigências ou, talvez, dado um ultimato ao governo. Para investir suas ameaças de credibilidades, eles teriam usado códigos de transmissão e de autenticação da Presidência. O Serviço Secreto teria acionado o procedimento de Continuidade do Governo para proteger os principais dirigentes políticos. O presidente teria negociado durante a tarde com essas forças e à noite as coisas teriam voltado ao ‘normal’. Portanto, conclui o autor, os atentados do 11 de setembro nunca foram empreendidos por ‘fanáticos islâmicos’ no afã de fazer algum castigo divino abater-se sobre um país odiado, mas “por um grupo presente no seio do aparelho de Estado americano que conseguiu ditar uma política ao presidente George W. Bush”.¹⁷⁸ Meyssan questiona se ao invés de um golpe de Estado, cujo objetivo seria derrubar as instituições, não seria o caso de se pensar que, na verdade, o que houve foi uma tomada de poder por um grupo particular que se esconde no seio das instituições.

¹⁷⁷ Ibid., p. 44.

No dia 11 de setembro de 2001, o FBI iniciou, segundo Meyssan, o mais vasto inquérito criminal da história da humanidade. Batizado de PenttBomb (contração de Pentagon Twin Towers e Bomb), esse processo visa reunir o maior número possível de informações sobre os atentados em Nova York e em Washington. A instituição requisitou um quarto de seus funcionários, incluindo quatro mil agentes. Além dos próprios recursos, o FBI passou a contar também com recursos de outras agências do Departamento de Justiça, entre elas, a Divisão Criminal, o Escritório dos Procuradores e o Serviço de Imigração e de Naturalização. Nesse inquérito, lembra o autor, passou a contar também com o apoio de instituições como a CIA (*Central Intelligence Agency*), a NSA (*National security Agency*) e a DIA (*Defense Intelligence Agency*). Como não bastasse todo esse aparato interno, o FBI beneficiou-se com a cooperação policial internacional da Interpol e das polícias de Estados aliados.

Para reunir provas e indícios dos atentados, o FBI não tardou em fazer apelos a testemunhos. Segundo Meyssan, durante os três primeiros dias, o FBI recebeu 3.800 (três mil e oitocentas) mensagens telefônicas, 30.000 (trinta mil) e-mails e 2.400 (duas mil e quatrocentas) notificações de seus informantes. Dessa forma, logo nos primeiros dias, a instituição já dizia qual era o *modus operandi* dos terroristas. Agora, sim. Já se fala em ‘terroristas’. Agentes das redes de Bin Laden teriam, segundo o inquérito oficial, entrado legalmente no país. Esses homens teriam tido formações intensivas de pilotagem e teriam formado quatro grupos de cinco ‘kamikazes’. O objetivo era seqüestrar aviões comerciais e jogá-los contra alvos importantes. No dia 14 de dezembro, o FBI anuncia a lista de todos os homens envolvidos nas operações: dezenove ao todo.

Meyssan mostra que, nas semanas seguintes, a imprensa internacional passa a fazer a reconstituição da vida desses homens. A imprensa tratou de enfatizar que nada permitiu que amigos e vizinhos dos ‘fanáticos suicidas’ pudesse desconfiar de suas atividades e intenções. Nada também haveria que pudesse levar as polícias ocidentais a localizar esse tipo de agente. “Confundidos na massa da população, evitando cuidadosamente mostrar suas convicções, esses agentes ‘adormecidos’ teriam ‘acordado’ no dia de sua missão”, escreve Meyssan. Assim,

¹⁷⁸ Ibid, p. 44.

acrescenta, “outros agentes adormecidos, escondidos na sombra, provavelmente esperam sua hora. Uma ameaça invisível estaria pairando sobre a civilização ocidental...”¹⁷⁹

De acordo com Meyssan, do ponto de vista metodológico, esse inquérito empreendido pelo FBI foi feito às pressas. Era preciso encontrar logo as provas que apontassem para um inimigo externo. E assim foi feito. O autor lembra que “num procedimento criminal sobre fatos tão complexos, os policiais teriam que arquitetar uma multiplicidade de hipóteses e levar cada pista até o fim, sem negligenciar nenhuma delas”. E acrescenta: “a hipótese do terrorismo interno foi afastada por princípio, sem nunca ter sido sequer estudada”. Ao invés disso, as “fontes ligadas ao inquérito” acusaram, poucas horas depois, Osama Bin Laden como o grande arquiteto dos atentados.¹⁸⁰ Assim, o FBI aplaca a sede e arrefece os ânimos da opinião pública, sedenta e indignada que estava para saber quem eram os responsáveis por toda aquela tragédia. Pois bem, o FBI já tinha o nome dos malditos.

Segundo a versão do FBI, os terroristas haviam formado quatro equipes de cinco pessoas para cada avião. Estas equipes teriam se formado no último momento. No início do inquérito, o FBI afirmou que todos os homens teriam sido preparados para o sacrifício, mas com a descoberta do videocassete de Osama Bin Laden, a história muda e só os pilotos sabiam que estavam em missão suicida. O restante da equipe teria sabido do caráter suicida da missão apenas na véspera do embarque.

Meyssan lembra que de qualquer forma a idéia de equipes ‘kamikazes’ soa estranha, uma vez que, segundo a psicologia suicida, esse tipo de ação constitui uma iniciativa eminentemente individual. A experiência de uma ação kamikaze coletiva exigiria, no mínimo, um trabalho de preparação prévia. Segundo o autor, não há nenhum registro na história recente de equipes ‘kamikazes’ que teriam se formado no último momento, sem uma preparação prévia.

O autor observa ainda que essa teoria dos ‘kamikazes’ foi curiosamente confirmada por documentos manuscritos em árabe, que foram publicados em inglês pelo FBI e pela imprensa internacional. Segundo a versão oficial, foram encontrados três exemplares desses documentos: o primeiro numa mala abandonada por Mohamed Atta, por ocasião de um traslado aéreo; o segundo teria sido deixado num veículo estacionado no aeroporto de Dulles

¹⁷⁹ Ibid, p. 46.

por Nawaf Alhazmi; e o terceiro nos destroços do voo 93, que teria caído na Pensilvânia. Segundo Meyssan, seria um documento de quatro páginas cujo conteúdo seria conselhos piegas do tipo:

- 1) *“Faz o juramento de morrer e renova tua intenção. Raspa teu corpo e passa-o em água de colônia. Banha-te.*
- 2) *Tem certeza de que conheces bem todos os detalhes do plano, e espera por uma resposta, por uma reação do inimigo.*
- 3) *Lê Al-Tawba e Anfal [suratas marciais do Alcorão], pensa no seu significado e pensa em tudo que Deus prometeu aos mártires. Etc.”*¹⁸¹

Segundo o autor, esses documentos, escritos num estilo teológico clássico, contribuíram muito para criar a imagem de um agressor fanático, exposto pelas autoridades americanas à vingança popular. No entanto, acrescenta o autor, não é necessário muito conhecimento do Islã para saber que tais documentos não passam de uma grosseira falsificação. A primeira incongruência destacada pelo autor é que esses documentos começam pela seguinte exortação: “Em nome de Deus, de mim mesmo e de minha família”. Ora, quem conhece os muçulmanos, continua Meyssan, sabe que eles, ao contrário de muitas seitas puritanas americanas, não costumam rezar em seu favor, nem em favor de suas famílias. Outro elemento estranho destacado pelo autor é que o texto contém um vício de linguagem, caracteristicamente *yankee*, que nunca poderia aparecer no vocabulário do Corão: “Você deverá afrontá-lo e compreendê-lo 100%” (sic).¹⁸²

Mohamed Atta foi apresentado pelo FBI como o cabeça da operação. Segundo informações oficiais, ele teria morado em vários países até chegar aos Estados Unidos. Junto com dois outros ‘terroristas’, teria estudado eletrotécnica. Segundo o FBI, suas atividades nunca teriam despertado nenhum tipo de suspeita. Ao chegar aos Estados Unidos, teria se juntado a seus pares na Flórida. Depois, em Venice, teria feito um curso de pilotagem e até participado de uma simulação de voo em Miami. Ainda de acordo com informações oficiais,

¹⁸⁰ Ibid, p. 46.

¹⁸¹ Ibid, p. 48.

¹⁸² Ibid, p. 48.

Atta teria, preocupado em disfarçar o seu extremismo, chegado inclusive a freqüentar o *Olympic Garden* de Las Vegas, considerado o maior cabaré de *topless* do mundo.

As curiosidades sobre Atta, no entanto, não param por aqui. O autor observa ainda que, segundo o FBI, Atta, que era de um profissionalismo sem igual, teria, em pleno dia dos atentados, embarcado num voo interno com destino a Boston. Com pouco tempo para fazer a conexão, teria, curiosamente, perdido as malas nesse traslado. Pois bem, segundo o FBI, nessas malas havia videos de treinamento de pilotagem de Boeing, um livro de orações islâmicas e uma carta em que ele falava de seu desejo de morrer como mártir. Quanto à informação de que era Atta o chefe da operação, esta teria sido possível graças a um providencial telefonema que um comissário de bordo teria dado durante o seqüestro, informando que o líder do grupo ocupava o assento de número 8D.

Meyssan tem dúvidas se devemos realmente levar a sério tais informações. Segundo ele, é muito difícil acreditar que um homem como Mohamed Atta, que durante anos tomou todos os cuidados para disfarçar suas intenções, sempre se comunicando com seus pares através de procedimentos muito restritos, para não cair nas mãos dos serviços de Inteligência, teria justo no último momento, deixado uma série de pistas. Para acreditarmos nisso, continua o autor, teríamos também que acreditar que, sendo o chefe da operação, “ele teria corrido o risco de colocar tudo a perder, fazendo uma correspondência aérea nesse mesmo 11 de setembro, ou seja, em cima da hora, e que no último momento ele teria finalmente conseguido tomar o voo 11 da American Airlines”.¹⁸³ O suposto líder da operação teria feito isso sem ter conseguido recuperar sua bagagem. Aliás – pergunta ainda o autor – será que alguém que tinha a intenção de se suicidar dessa forma iria se entulhar de malas?

Mas, argumenta ainda o autor, o mais ridículo dessa história foi o FBI ter declarado que havia encontrado o passaporte de Mohamed Atta intacto nas ruínas em chamas do World Trade Center. Segundo Meyssan, um verdadeiro milagre! Como uma pequena coisa como essa foi encontrada intacta no meio de centenas de milhares de toneladas de escombros fumegantes? Como esse passaporte resistiu ao choque do avião e ao incêndio que se seguiu?

Para Meyssan, é evidente que o FBI fabricou as provas que apresentou à imprensa e à opinião pública. E tudo não passou de uma “reação desesperada de um serviço de polícia

¹⁸³ Ibid, p. 50.

que, tendo mostrado sua ineficácia em impedir uma catástrofe, tenta redimir-se por todos os meios”.¹⁸⁴

Como se não bastassem as inverossimilhanças acima, Meyssan lembra ainda que houve controvérsia em relação à identidade dos ‘kamikazes’. Conforme saiu na imprensa, os dezenove homens que teriam participado das operações teriam entre 25 e 35 anos, eram árabes e muçulmanos e a maioria era saudita. Eram pessoas com um bom nível cultural que agiam movidas por ideais e não por desespero. O único problema aqui, observa o autor, é que esse retrato falado baseia-se numa lista que foi questionada. De acordo com informações da Embaixada da Arábia Saudita em Washington, alguns dos homens que, segundo o FBI, teriam participado das equipes kamikazes, entre eles Abdulaziz Alomari, Mohamed Alshehri, Salem Alhazmi e Saeed Alghamdi, estariam muito bem, obrigado, e vivem em seu país.

Segundo o autor, é difícil imaginar como esses ‘terroristas’ puderam ser identificados. Aliás, se formos considerar as listas das vítimas publicadas pelas companhias aéreas do dia 13 de setembro, veremos, para nossa surpresa, que nenhum dos nomes dos seqüestradores indicados pelo FBI consta de tais listas. Na época, o ministro saudita das Relações Exteriores, o príncipe Saud al-Fayçal, declarou à imprensa que havia provas de que cinco das pessoas indicadas na lista do FBI não tinham nenhuma ligação com os atentados. O ministro saudita do Interior, o príncipe Nayef, também teria declarado, na época, a uma delegação americana que até o momento não existiam provas de que os quinze sauditas acusados pelo FBI tinham ligações com as ações do 11 de setembro. Segundo o ministro, as autoridades sauditas não teriam recebido nenhum documento, nenhuma notificação do governo americano sobre esse assunto.

Segundo Meyssan, “tudo aconteceu como se os criminosos tivessem sido retirados das listas, que só teriam os nomes das ‘vítimas inocentes’ e da tripulação”.¹⁸⁵ A contagem dos passageiros mostra, de acordo com Meyssan, 78 (setenta e oito) vítimas no voo 11 da American Airlines (o voo que atingiu a Torre Norte), 46 (quarenta e seis) no voo 175 da United Airlines (o voo que atingiu a Torre Sul), 51 (cinquenta e um) no voo 77 da American Airlines (o que se diz ter atingido o Pentágono), e 36 (trinta e seis) no voo 93 da United

¹⁸⁴ Ibid, p. 50.

¹⁸⁵ Ibid, p. 51.

Airlines (o voo que teria explodido na Pennsylvania). Essas listas estariam incompletas e vários passageiros não teriam sido identificados.

No entanto, os comunicados feitos no dia 11 de setembro pelas companhias aéreas mostram outros números. De acordo com esses comunicados o voo 11 transportava 81 (oitenta e um) passageiros, o voo 175, 56 (cinquenta e seis) passageiros, o voo 77 teria 58 (cinquenta e oito) e o voo 93, 38 passageiros. Para Meyssan, a ausência dos nomes dos supostos seqüestradores nas listas de passageiros não quer dizer que eles foram retirados dessas listas por uma questão de medida 'politicamente correta'. Eles simplesmente não embarcaram nesses aviões, o que mostra que a identificação de Atta pelo comissário de bordo não passou de mais um fato absurdo inventado pelo FBI. Em síntese, de acordo com Meyssan:

O FBI inventou uma lista de piratas a partir da qual um retrato falado dos inimigos do Ocidente foi estabelecido. Ele nos faz crer que esses piratas eram islamitas árabes e que agiam como 'kamikazes'. Maravilha, fica descartada a pista de alguma ação interna do governo dos Estados Unidos. A realidade é que não sabemos nada, nem a 'identidade' dos terroristas, nem seu modo de operação. Todas as hipóteses ficam em aberto. Como em todos os casos criminosos, a primeira pergunta na qual devemos pensar é 'quem se beneficia com o crime?'.¹⁸⁶

Meyssan lembra que no dia 12 de setembro foram verificadas movimentações financeiras típicas de informações privilegiadas que teriam ocorrido nos seis dias que antecederam os atentados. O autor mostra uma série de evidências em que algumas empresas e corporações teriam lucrado cifras exorbitantes, uma semana antes dos atentados, no mercado financeiro. Segundo o autor, era possível rastrear facilmente a movimentação financeira que levou os beneficiados a lucrar com a tragédia, mas o FBI renunciou a explorar esse fato. Resultado, a IOSCO (Organização Internacional das Comissões de Valores), organismo responsável pela monitoração dos ganhos dos *insiders* das bolsas de valores, e que iniciou uma investigação da movimentação de capitais da semana anterior aos atentados, encerrou o inquérito sem resolver esse caso.

¹⁸⁶ Ibid., p. 52.

Segundo Meyssan, no dia 15 de outubro de 2001, a IOSCO promoveu uma videoconferência na qual as autoridades americanas apresentaram relatórios segundo os quais os lucros ilícitos chegariam a centenas de milhões de dólares. Segundo esses relatórios, tratava-se simplesmente do mais sério e importante delito já cometido a partir de informações privilegiadas. De acordo com Meyssan, seria difícil atribuir tais lucros a Osama Bin Laden, que estaria com suas contas bancárias bloqueadas desde 1998 e, por isso, não disporia de dinheiro suficiente para tal especulação. O governo talibã também não teria meios para isso.

Bin Laden não tinha como ter acesso aos recursos materiais para arquitetar os atentados, a não ser que fosse ‘ajudado’ por algum Estado. Meyssan nos leva a crer que, se Osama Bin Laden é o responsável pelos atentados, ele só conseguiu empreendê-lo porque deve ter sido ajudado por alguém ou por algum Estado...

O autor observa ainda que, mais tarde, pôde-se constatar que a maior parte das transações financeiras foi ‘endossada’ pelo *Deutsche Bank* e pela *Alex. Brown*, sua filial americana de investimento. O curioso é que essa sociedade, até 1998, foi dirigida por A. B. Krongard, que era Capitão dos *Marines* e conselheiro do diretor da CIA. Desde o dia 26 de março, Krongard teria se tornado o número três da agência de Inteligência americana. Logo, se considerarmos a relevância que tinham as investigações sobre o fato da especulação financeira em torno dos atentados e a importância de Krongard nos altos escalões dos serviços de Inteligência, é fácil concluir que não seria difícil para a *Alex. Brown* cooperar com as autoridades no sentido de permitir a identificação dos insiders responsáveis pelas manobras financeiras. Mas isso não aconteceu.

De acordo com Meyssan, ao invés de levar o inquérito criminal à frente, o FBI agiu no sentido de fazer com que as pistas desaparecessem e os testemunhos fossem calados. Desde o início, o órgão defendeu a tese de que o ataque teria vindo de fora. Para isso, tratou logo de estabelecer e divulgar a lista com os nomes dos ‘piratas do ar’, forjando provas e criando culpados. Essa operação de manipulação, observa Meyssan, foi orquestrada por Robert Mueller III, que teria sido nomeado por G. W. Bush e tomado posse de suas funções exatamente na semana que precedeu os atentados. Nesse caso, pergunta o autor: “Será que esse pseudo-inquérito foi conduzido de forma a instruir um processo imparcial, ou será que ele foi

conduzido para ocultar as responsabilidades totalmente americanas e justificar futuras operações militares.¹⁸⁷

Mayssan sublinha que os atentados do 11 de setembro puseram em destaque duas posições políticas contraditórias. De um lado, havia a posição moderada do ministro das Relações Exteriores, o general Colin Powell, e do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o general Hugh Shelton, que defendia uma resposta proporcional aos ataques, semelhante a que dera Bill Clinton, em 1998, por ocasião dos atentados às embaixadas americanas em Nairóbi e em Daar-es-Salem. De outro lado, havia a posição dos ‘falcões’, que consideravam que esse tipo de resposta não resolveria o problema, já que a Al-Qaeda tinha recommençado seus ataques. Os ‘falcões’ defendiam que somente uma intervenção militar em terra, no Afeganistão, poderia erradicar definitivamente o problema. Mas os ‘falcões’ vão além. Segundo eles, seria preciso destruir todas as potenciais ameaças aos Estados Unidos. Em outras palavras, isso significaria destruir todas as organizações e Estados que poderiam se tornar ameaças equiparáveis à Al-Qaeda. Segundo Meyssan, o grande inspirador dos ‘falcões’ é Henry Kissinger, ex-ministro das Relações Exteriores e supervisor de todas as ações clandestinas dos serviços secretos americanos de 1969 a 1976.

Depois de um pronunciamento do presidente G. W. Bush à nação, feito na noite do 11 de setembro, Kissinger publicou no site do *Washington Post* sua posição em relação ao conflito. Nesse artigo, Kissinger fala da necessidade de uma resposta sistemática que deveria ser dada de forma calma, pensada e inexorável. Ele acusa os Estados Unidos de serem benevolentes com Estados que dão apoio a esse tipo de ação e defende que tais Estados devem pagar caro por isso.

Nos dias 12 e 13 de setembro, o autor lembra que as principais questões que perturbavam a administração americana diziam respeito ao fato de se o presidente G. W. Bush iria designar a Al-Qaeda como responsável, que tipo de operação no Afeganistão ele iria ordenar e se ele levaria os EUA a uma guerra longa contra os inimigos reais e imaginados.

As declarações de militares à mídia de que Osama Bin Laden estava por trás da tragédia cresciam espantosamente. Pouco tempo depois dos atentados, o diretor da CIA, George Tenet, apresentou ao presidente G. W. Bush vários relatórios com comunicados da Al-

¹⁸⁷ Ibid, p. 56.

Qaeda que teriam sido interceptados no dia 11 de setembro. Segundo esses relatórios, os atentados já vinham sendo planejados há dois anos, e seriam apenas o começo de uma série de novos atentados contra os Estados Unidos. Depois desses relatórios, G. W. Bush dirige-se à imprensa.

Como observa Meyssan, à exceção do *Foreign Office* britânico, que inflacionou as declarações de guerra, as chancelarias do mundo inteiro viam com preocupações as reações americanas. Como as chancelarias de maneira geral souberam que os serviços secretos de alguns países, entre eles Alemanha, França, Egito, Israel e Rússia, haviam, em vão, avisado as autoridades americanas da iminência de tais ações, elas passaram a não dar muito crédito aos falantes relatórios da CIA e ao apressado inquérito do FBI. Havia a preocupação de que, para tranquilizar a opinião pública americana, o presidente apontasse rapidamente um culpado de circunstância e, com isso, levasse o país a uma resposta militar apressada e desproporcional.

O autor lembra ainda que, logo depois dos atentados, o Conselho de Segurança da ONU adotou uma resolução (a de número 1368) em que reconhecia “o direito inerente [dos EUA] à legítima defesa individual ou coletiva conforme o Estatuto [de San Francisco]”. Segundo Meyssan, essa resolução também determina que o Conselho de Segurança deve chamar todos os Estados a trabalhar conjuntamente, para que todos os responsáveis sejam levados aos tribunais. A resolução destaca ainda que “todos que ajudam, apóiam, abrigam os autores, organizadores e mandantes desses atos deverão prestar contas”. Em outros termos, observa o autor, “o Conselho de Segurança reconhece o direito dos Estados Unidos de violar, se for necessário, a soberania dos Estados que protegem os autores dos atentados para prender esses terroristas e levá-los diante da justiça internacional”.¹⁸⁸ Mas, essa resolução, lembra Meyssan, não dá qualquer autorização aos EUA para promover sua própria justiça nesses supostos Estados, tampouco para atacá-los ou derrubar seus governos.

Além do Conselho de Segurança da ONU, o Conselho de Aliança Atlântica, que reúne os embaixadores e chefes de Estado-Maior dos estados membros da OTAN, também decidiu apoiar os Estados Unidos, mas sem empenhar suas próprias forças. A reunião do Conselho foi tensa e marcada pela desconfiança em relação à possível origem interna dos atentados. A França foi um dos primeiros países a destacar que a resposta americana deveria

¹⁸⁸ Ibid, p. 64.

limitar-se aos terroristas identificados e, eventualmente, a países ou grupos, se fossem confirmadas provas de sua participação nos atentados. Mas, a palavra de ordem que vinha do ministro da Justiça, John Ashcroft, era a de que o FBI deveria prender os responsáveis o mais rápido possível. Que se danassem as provas.

No dia 13 de setembro, os ânimos de novo sobem. Durante a manhã, a Casa Branca foi parcialmente evacuada (já virava rotina), e o vice-presidente levado para um lugar distante e seguro. O alerta era falso. À tarde, numa entrevista no Pentágono, o secretário-adjunto da Defesa, Paul Wolfowitz, principal figura do grupo conservador mais extremista e defensor do lobby da indústria bélica, declara que a resposta americana não será uma ação isolada, mas uma verdadeira campanha contra a nova ameaça. Segundo Meyssan, há anos Wolfowitz milita para acabar com o ‘trabalho sujo’ no Iraque. Para o lobbista da indústria bélica, as ações do 11 de setembro seriam uma justificativa mais do que legítima para a tão sonhada queda de Saddam Hussein.

Meyssan observa que, para limitar a ação dos ‘falcões’, o ministro das Relações Exteriores, o general Colin Powell, apresenta Osama Bin Laden como suspeito número um e prepara rapidamente uma ação militar contra o Afeganistão. As autoridades americanas forçam o Paquistão a colocar toda a sua infra-estrutura militar à disposição dos EUA.

Mas, conforme argumenta Meyssan, as opções de ataque ao Afeganistão e de guerra geral ao terrorismo já haviam sido estudadas e preparadas antes dos atentados. Estes só foram uma ótima desculpa para os americanos começarem a agir. Outra questão importante que Meyssan destaca é se, a partir daí, a querela se resumiria em saber se a opinião pública aceitaria simplesmente ataques restritos ao Afeganistão ou se ela estaria suficientemente abalada para aceitar uma guerra de longa duração. O autor destaca que o choque psicológico revelou-se tão importante que os estrategistas de Washington não precisariam escolher, podendo optar por uma ou por outra.

Além disso, o autor destaca ainda um outro fato. Em julho de 2001, aconteceu em Berlim um fórum para discutir o futuro do Afeganistão. Percebendo o fracasso das negociações, a delegação americana tornou-se ainda mais ameaçadora. De acordo com o ex-embaixador do Paquistão em Paris, Niaz Naik, que participou das negociações, os americanos chegaram a declarar que invadiriam o Afeganistão em meados de outubro com o objetivo de derrubar o regime talibã.

Meyssan lembra que no começo de setembro, sob o pretexto de que executava manobras anuais no Mar de Oman, os britânicos chegaram a fazer o mais importante posicionamento de sua frota depois da Guerra das Malvinas. Já a OTAN, em suas manobras no Egito, teria transportado quarenta mil soldados na região. Portanto, as forças anglo-americanas se posicionaram na região muito antes dos atentados do 11 de setembro.

Quanto à ‘guerra ao terrorismo’, comenta o autor, o Estado-Maior das Forças Armadas americanas já teria preparado no momento de duas simulações de guerra que foram chamadas de *Global Engagement IV* e *JEFX 99*. O Estado-Maior das Forças Armadas teria ajustado procedimentos táticos por ocasião da última simulação, ocorrida em junho de 2000. Mas, a simulação de guerra inicialmente programada para acontecer em junho de 2001 teria sido anulada. Tal anulação foi interpretada pelos oficiais informados como sendo o sinal de que uma ação real estava para acontecer.

Os governos americanos, lembra Meyssan, sempre se recusaram a tomar uma iniciativa de guerra sem ter um bom motivo para isso. Seus engajamentos militares sempre foram considerados como respostas legítimas. Pois bem, os atentados do 11 de setembro lhes deram uma oportunidade de ouro para promover a guerra.

Retórica religiosa e poder político: uma perigosa combinação

Das questões levantadas por Thierry Meyssan, talvez a estreita relação entre a retórica religiosa americana e o poder político local seja uma das mais relevantes.

Quando alguém promove uma guerra, lembra Meyssan, a primeira coisa que faz é chamar Deus para o seu lado. Pois bem, nos Estados Unidos, em tempos de guerra, os estrategistas militares viram pregadores que invadem emissoras de televisão.

De acordo com a leitura dos grandes pastores protestantes americanos, os atentados do 11 de setembro foram uma espécie de grito de Deus com a América embriagada com a promiscuidade da secularização. Os atentados seriam, então, um chamado à conversão. Meyssan destaca que o reverendo Pat Robertson, líder da poderosíssima *Christian Coalition*,

chegou a fazer a seguinte declaração: “O Deus Todo-Poderoso nos retirou sua proteção, porque nós chafurdamos na procura de sexo e de prazeres materiais”.¹⁸⁹

Pouco tempo depois dos atentados, em seu programa de televisão, o *700 Club*, transmitido pela *Fox Channel*, o reverendo recebeu seu amigo, o também pastor Jerry Falwell. Este, compartilhando da mesma opinião declarou: “Deus continua a levantar a cortina e permite aos inimigos da América infligir-nos o que provavelmente merecemos”. O pastor Robertson, empolgado com a declaração do colega, responde: “Penso que apenas começamos a descobrir o vestibulo do terror. Nem começamos a ver o que eles podem fazer à maioria da população”.¹⁹⁰ A declaração do reverendo soa como um belo acorde para a música de fundo da retórica política americana.

Falwell, é o que mostra Meyssan, chegou ao absurdo de culpar a Associação de Defesa das Liberdades Individuais (ACLU), os tribunais federais e todos os que tinham “expulsado o Senhor da esfera pública” pelo que tinha acontecido à permissiva e chafurdada América. Achando pouco, o reverendo vai além e dispara a seguinte declaração:

Quando destruímos quarenta mil bebês inocentes, Deus fica furioso. Eu estou convencido de que os ateus, os defensores do aborto, as feministas, os homossexuais e as lésbicas, que se esforçam intensamente para criar um modo de vida alternativo, a ACLU, os *People for the American Way*, todos os que tentam secularizar a América – eu os acuso e digo-lhes: todos vocês permitiram que isto acontecesse.¹⁹¹

Como observa Meyssan, foi nesse contexto, no qual a retórica religiosa mostrou claramente como pôde se tornar uma excelente aliada dos interesses políticos e militares, que o presidente americano, colocando-se como chefe político e espiritual da América e do mundo civilizado, publicou o seguinte decreto:

¹⁸⁹ Ibid., p. 69.

¹⁹⁰ Ibid., p. 69.

¹⁹¹ Ibid., pp. 69-70.

Nosso coração está transtornado pela repentina e insensata perda dessas vidas inocentes. Estamos rezando para nossa cura e para encontrarmos forças de ajudarmos uns aos outros e darmos-nos coragem na esperança e na fé. Podemos ler nas Escrituras: ‘felizes os aflitos, pois serão consolados.’ Convido todas as famílias da América a guardar um dia nacional de oração e de comemoração, para honrar a memória das centenas de vítimas desses ataques brutais e para confortar os que perderam entes queridos. Vamos superar essa tragédia nacional e as perdas pessoais. Com o tempo, nossas feridas vão cicatrizar e nós nos levantaremos. Diante de todo esse mal, permaneceremos fortes e unidos, ‘uma nação sob o olhar de Deus’.

É a razão pela qual eu, abaixo assinado, George W. Bush, presidente dos Estados Unidos da América, em virtude da autoridade que me confere a Constituição e o Direito dos Estados Unidos, proclamo a sexta-feira, 14 de setembro de 2001, dia nacional da oração e da comemoração pelas vítimas dos ataques terroristas do dia 11 de setembro de 2001. Eu peço ao povo dos Estados Unidos e aos locais de culto que guardem este dia da oração e de comemoração, realizando ao meio-dia serviços comemorativos e tocando sinos, e organizando à noite vigílias de oração com velas. Incentivo os empregadores que permitam aos seus empregados que tirem um tempo durante a hora do almoço para assistirem aos serviços de oração do meio-dia. Convido os povos do mundo que partilham nossa dor a juntar-se a nós nessas observações solenes.

Em fé do que coloco minha assinatura neste décimo terceiro dia de setembro do ano de 2001 de Nosso Senhor, 226º ano da Independência dos Estados Unidos da América.¹⁹²

Como observa Meyssan, “uma cerimônia sem precedentes desenrola-se na National Cathedral”. As maiores autoridades do país estavam presentes, além de quatro ex-presidentes (B. Clinton, G. Bush pai, J. Carter e G. Ford). A cerimônia é dirigida por um cardeal, um rabino e um imame. O mais célebre televangelista do mundo, o pastor Billy Graham, que há quinze anos atrás convertera George Walker Bush, profere sua homília. Encerrado o discurso do cardeal, é a vez de G. W. Bush subir ao púlpito para ler um sermão preparado por seu conselheiro, o fundamentalista bíblico Michael Gerson. O sermão diz o seguinte:

¹⁹² Ibid., pp. 70-71.

(...) Nossa responsabilidade diante da História é clara: devemos responder a esses ataques e liberar o mundo do Mal. Fizemos-nos a guerra, através da esperteza, do embuste e do assassinato. Nossa nação é pacífica, mas, quando irritada, torna-se feroz (...). Os sinais de Deus não são sempre aqueles que procuramos. Na tragédia, aprendemos que seu objetivo nem sempre é o nosso. No entanto, as orações e o sofrimento, quer sejam em nossos lares ou nesta grande catedral, são ouvidos e compreendidos. Existem orações que nos ajudam a agüentar o dia ou a suportar a noite, existem também as orações dos amigos e dos estrangeiros que nos dão forças para continuar. Enfim, há orações que submetem nossa vontade a uma vontade mais poderosa que a nossa (...). A América é uma nação abençoada pela boa sorte e repleta de graças; mas a dor não nos poupou. Em todas as gerações, o mundo produziu inimigos da liberdade humana. Estes atacaram nosso país porque ele é a alma e a defesa da liberdade. O engajamento tomado por nosso país tornou-se o apelo do tempo presente. Neste dia nacional de oração e de comemoração, pedimos a Deus Todo-Poderoso que vele sobre nosso país e que nos dê paciência e perseverança para tudo que está por vir. Rezemos para que ele conforte e console as pessoas mergulhadas na dor. Agradecemos a Deus por cada vida por cuja perda choramos e por cada promessa de uma nova vida. Recebemos dele esta certeza: nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem os poderosos do mundo, nem as coisas presentes ou que estão por vir, nem as alturas ou as profundezas podem separar-nos do amor de Deus. Que ele abençoe as almas desaparecidas, e que seja para nossa alma um reconforto e que guie nosso país para sempre. Que Deus abençoe a América.¹⁹³

Meyssan lembra que, posteriormente, o *Washington Post* comenta “a metamorfose de G. W. Bush”. Segundo o jornal:

Pela primeira vez desde que o conservadorismo religioso tornou-se um movimento político, o presidente dos Estados Unidos tornou-se o seu líder efetivo – uma posição que mesmo o presidente Ronald Reagan, que era adulado pelos conservadores religiosos, nunca pôde atingir. As revistas cristãs, as rádios e as televisões mostram Bush rezando enquanto pregadores em púlpitos qualificam sua liderança de “ação da Providência” Uma procissão de líderes religiosos que o

¹⁹³ Ibid., pp. 72-73.

*encontraram dão testemunho de sua fé, os sites incitam as pessoas a rezar e a jejuar pelo presidente.*¹⁹⁴

Impressionado com o efeito da cerimônia, Meyssan observa que no dia 14 de setembro, ao meio dia, os quarenta e três Estados que formam o Conselho da Europa (incluindo a Rússia), assim como vários outros países em todo o mundo, “seguindo a oração do presidente dos Estados Unidos, observam três minutos de silêncio em memória das vítimas dos atentados”.¹⁹⁵ É a força da poderosa e perigosa combinação do discurso religioso americano com o discurso político.

Os pronunciamentos de Bush mostram como seus acessores souberam se apropriar da retórica religiosa, sempre atenta a servir de apoio para o discurso político conservador. Segundo o autor, todos estavam manifestando aí “sua aceitação tácita da liderança de um fundamentalista iluminado que anuncia sua intenção de conduzir ‘uma batalha monumental contra o Mal’”. E pergunta ironicamente: “Sera que o delírio político-místico dos televangelistas é contagioso?”¹⁹⁶

Segundo o autor, nem o choque psicológico, nem o respeito que guardamos pelas vítimas são suficientes para explicar esse intenso fervor religioso. Mesmo sendo os Estados Unidos, na sua origem, “uma teocracia fundada por puritanos que fugiram da intolerância da Coroa britânica, eles não são no entanto uma nação beata, carola, onde os televangelistas tomam o lugar dos estrategistas militares”.¹⁹⁷ Aliás, observa ainda o autor, nunca houve em toda a história americana um fato como esse: um presidente declarar uma guerra dentro de uma catedral, em plena cerimônia religiosa.

Segundo Meyssan, o apelo que G. W. Bush fez aos povos do mundo para se juntar às solenidades religiosas americanas foi seguido até mesmo pela França secular. O presidente francês Jacques Chirac e o primeiro ministro Lionel Jospin assinaram no dia 12 de setembro um decreto declarando o dia 14 de setembro Dia de Luto Nacional pelas vítimas dos atentados. As orações impostas por decreto suscitaram polêmicas acirradas. Os oponentes alegavam que essa gesticulação mundial de render grandes homenagens às vítimas dos

¹⁹⁴ Ibid., p. 73.

¹⁹⁵ Ibid., p. 73.

¹⁹⁶ Ibid., p. 73.

atentados dos EUA mostrava que as vítimas americanas “valiam muito mais do que todas as vítimas dos recentes genocídios acontecidos ao redor do mundo”.¹⁹⁸ Segundo Meyssan, devemos compreender a controvérsia como “uma recusa à manipulação política do sentimento religioso”. Segundo o autor,

Três minutos de silêncio para tomar consciência de que os conflitos podem solucionar-se pacificamente, sem precisar recorrer ao terrorismo, teria tido o consentimento de todos, mas não uma oração unicamente para as vítimas do terrorismo em território americano. Essas cerimônias não expressam uma aspiração coletiva à paz, mas visam justificar a vingança que está por vir.¹⁹⁹

A missa rezada na catedral nacional representou uma virada história, comenta o autor. Meses depois, o *Washington Post* dizia que “os Estados Unidos entraram em guerra no momento em que o hino nacional ressoou na catedral”.²⁰⁰ Foi a primeira vez na história americana que uma guerra foi declarada dentro de uma igreja.

Meyssan mostra como essa homenagem foi unanimemente organizada. Segundo o autor, foi mais fácil e mais rápido decretar um luto internacional do que fazer valer os tratados da OTAN, de ANZUS e da OEA. O luto francês, por exemplo, foi decretado antes mesmo do luto americano, decretado por Bush. O autor lembra que:

Tamanha operação em escala planetária necessita da ativação de uma poderosa rede de influência capaz de fazer pressão sobre quase todos os governos do planeta. E, principalmente, essa operação política tem um objetivo político: manipulando o sentimento religioso, o governo americano não só sacralizou as vítimas dos atentados como também sua versão dos fatos. A partir desse momento, no mundo inteiro, toda contestação da verdade oficial será entendida como um sacrilégio.²⁰¹

¹⁹⁷ Ibid., pp. 73-74.

¹⁹⁸ Ibid., p. 74.

¹⁹⁹ Ibid., p. 74-75.

²⁰⁰ Ibid., p. 75.

²⁰¹ Ibid., p. 75.

De acordo com Meyssan, o dispositivo que foi usado para impor esse luto global foi secretamente formalizado em outubro de 2001. Segundo o autor,

Um Escritório para a Influência Estratégica (Office for the Strategic Influence) foi criado no Pentágono e colocado sob o comando do general Simon Pete Worden, ex-patrão do US Space Command. Esse órgão articula os Programas de Informação Internacional (International Informations Programs) do Departamento de Estado – que compreendem as emissoras de rádio Voice of America – por intermédio do Grupo Militar de Informação Internacional (International Military Information Group), do coronel Brad Ward. A partir de então ele trabalha em tempo integral para manipular as opiniões públicas e os governos ocidentais.²⁰²

A mistura de discurso político com discurso religioso não poderia ser mais perigosa, afinal a história está aí para mostrar quantas atrocidades já foram cometidas “em nome de Deus”. O gesto da maior autoridade política americana de auto-outorgar-se o direito de livrar o mundo do Mal, sem dúvida, é o maior perigo a que o mundo se expõe hoje. Nem mesmo o grande estopim ideológico que deu no nazismo (a idéia de supremacia da raça ariana) consegue ser mais perigoso do que esse embuste ideológico utilizado pelo poder político americano: o fato de que Deus estaria dizendo a América para iniciar um processo para libertar o mundo do Mal.

Sem nenhum exagero, essa apropriação do “11 de setembro” pela articulação das instâncias política, religiosa e midiática americanas nos traz de volta o fantasma da experiência pré-moderna, em que a (con)fusão do político com o religioso impede uma reflexão dos fatos da história livre dos vícios e da paranóia impostos pela ainda muito forte herança românico-latina do *religioso* (cf. o tópico 3.5.3.).

Vemos, portanto, como a retórica religiosa americana constitui uma aliada importante da atual classe dirigente americana. Com os atentados, essa perigosa retórica

²⁰² Ibid, p., 75-76.

ofereceu ao presidente G. W. Bush uma excelente oportunidade para, ao combinar retórica política com retórica religiosa, colocar-se como chefe espiritual e político da América e do mundo civilizado, numa espécie de duplo papel de cacique e de pajé da imensa tribo global ameaçada. Esse caráter político-teológico assumido pelo discurso oficial terá conseqüências devastadoras, uma vez que Deus é invocado o tempo todo para dar legitimidade a todas as ações que estariam por vir.

O efeito dessa mesclagem de retórica religiosa com discurso político foi tão forte que, três anos depois, G. W. Bush conseguiria reeleger-se por mais quatro anos, depois de uma imensa onda de denúncias e manifestações que colocaram em xeque a legitimidade de seu governo. O documentário *Fahrenheit*, de Michael Moore, foi um desses turbilhões que teve como principal objetivo desmascarar o atual governo americano.

Aqui estão, precisamente, os elementos que considero centrais à discussão que estou propondo nesse trabalho, quais sejam: interesses político-econômicos, tensões mundiais, produção de novas fronteiras (instituição de uma nova ‘ameaça externa’), enfrentamentos internos a um aparelho de Estado, terrorismo, auto-imunização, afirmação de um Estado político-teológico, ao invés de um Estado secular, estratégias de hegemonia político-econômico-militar, ações terroristas, formas de apropriação desse tipo de violência, necessidade de separação dos domínios político e religioso e a questão da responsabilidade ético-política dos sujeitos que, por sua vez, está intimamente relacionada com as noções de alteridade e hospitalidade, referências fundamentais para a construção de uma forma alternativa de relação entre os povos e de uma experiência de democracia enquanto um eterno porvir. É a relação entre esses elementos que constituem o traçado geral da discussão que estou propondo nesse trabalho.

Pelo que acabamos de ver, uma aproximação das observações de Meyssan sobre a relação entre retórica religiosa americana e poder político local com as observações de Derrida sobre a questão da herança do religio é uma tarefa mais do que necessária, se quisermos encarar a tarefa de transformar esta herança em alguma coisa diferente, alguma coisa que não faça da experiência histórica a eterna experiência do trauma.

Os atentados do 11 de setembro abriram espaço para uma escalada de intervenções do Estado americano, nos planos interno e externo, sem precedentes na história. Três dias depois dos atentados, uma resolução do Congresso americano dava plenos poderes ao presidente G. W. Bush. De acordo com essa resolução, aprovada em conjunto pelas duas assembleias praticamente sem discussão, o presidente poderia utilizar, conforme observa Thierry Meyssan,

Toda força necessária e apropriada contra qualquer Estado, organização ou pessoa que, conforme seu julgamento, preparou, autorizou, executou ou facilitou os ataques terroristas do dia 11 de setembro de 2001. Ou que abrigou tais organizações ou tais pessoas, de forma a prevenir todo futuro ato de terrorismo internacional contra os Estados Unidos por esses Estados, organizações ou pessoas.²⁰³

Segundo o autor, para dar início às primeiras ações, o presidente G. W. Bush solicitou ao Congresso vinte bilhões de dólares. Mas, num impulso patriótico, as assembleias resolvem dobrar a quantia e concedem ao presidente um crédito de quarenta bilhões de dólares. O presidente dá início, assim, a uma movimentação típica de tempo de guerra. Cinquenta mil reservistas são mobilizados. De imediato, o secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, convoca trinta e cinco mil e quinhentos homens.

No dia 20 de setembro, num pronunciamento feito numa sessão do Congresso, G. W. Bush declara oficialmente Osama Bin Laden e sua organização como os responsáveis pelos atentados. Em seu discurso, dois pontos se destacam. O primeiro é o ultimato que ele dá ao regime talibã, para que entregue às autoridades americanas todos os dirigentes da Al-Qaeda que estariam em território afegão. O segundo é a criação de uma Agência de Segurança do Território (*Office of Homeland Security*), que teria a mesma importância de um ministério e estaria,

²⁰³ Ibid., p. 77.

segundo Meyssan, diretamente subordinada ao presidente. Essa agência seria o principal instrumento da doutrina Bush.

Segundo o autor, a administração Bush passa, então, a tomar uma série de medidas para reforçar o Segredo-Defesa. Um dia depois dos atentados, o secretário da Defesa, Donald Rumsfeld fala, em entrevista, da necessidade que o governo tem de manter em segredo informações relativas a certas operações que, em mãos de pessoas pouco habilitadas, poderiam reduzir as chances do governo de encontrar os responsáveis pelos atentados. A ordem é não falar à imprensa. Em nome da busca dos culpados, a informação é interdita.

No dia 2 de outubro, observa Meyssan, o subsecretário da Defesa, Pete Aldridge Jr., manda uma curiosa mensagem aos fornecedores de arma. A mensagem diz que o Segredo-Defesa estende-se também às suas atividades comerciais. O subsecretário deixa claro para os fornecedores de armas que informações aparentemente sem importância podem acabar revelando coisas sobre as atividades e intenções do Departamento da Defesa que não deveriam ser divulgadas. Ou seja, a mensagem impõe discrição também aos civis. Estava proibido qualquer declaração de funcionários à imprensa.

No dia 4 de outubro, continua Meyssan, o diretor de Compras da *Air Force*, Darlene Druyun, envia um e-mail a todos os fornecedores das Forças Aéreas para dar explicações sobre a carta de Aldridge. Todos os fornecedores estavam proibidos de conversar com jornalistas, não apenas sobre os contratos de negociação, mas também sobre os que já haviam sido assinados e que, portanto, já teriam sido publicados. E as interdições não páram por aí. Meyssan observa ainda que o presidente G. W. Bush, no dia 5 de outubro, num ato de violação à Constituição, proíbe diversos membros de seu gabinete de dar qualquer informação aos parlamentares. Além disso, o secretário-adjunto da Defesa, Paul Wolfowitz, no dia 18 de outubro, envia a todos os chefes de escritório do seu ministério a seguinte nota:

É vital que os agentes do Departamento da Defesa (DoD), assim como todas as pessoas vindas de outras organizações que colaboram com o DoD, sejam extremamente cautelosos em suas conversas que toquem as atividades do DoD, quaisquer que sejam suas responsabilidades. Não tenham nenhuma conversa relativa às suas atividades profissionais em espaços abertos, em lugares

*públicos, durante seus deslocamentos, inclusive a caminho do trabalho, ou ainda por meios de comunicação não protegidas.*²⁰⁴

Segundo essa onda de patrulhamento da informação, as autoridades federais, continua Meyssan, adotam uma série de medidas para garantir o segredo do inquérito sobre os atentados. Curiosamente, no dia 11 de setembro, o FBI pediu às companhias aéreas que não dessem declarações à imprensa. Segundo o autor, essas declarações poderiam ter esclarecido fatos do tipo aviões seqüestrados estarem inexplicavelmente vazios e os nomes dos seqüestradores não constarem das listas apresentadas.

Um outro fato estranho foi o confisco que o FBI fez das imagens gravadas pelo irmãos Naudet que, no dia 11 de setembro, estavam filmando Nova York e tinham feito várias imagens dos atentados. Segundo Meyssan, na mesma noite do dia dos atentados, o FBI recebeu em sua sede os irmãos Jules e Gédéon Naudet. Os dois tinham feito várias filmagens dentro das Torres e na esplanada. Pois bem, o FBI confiscou as cinco horas de gravação de vídeo que os irmãos Naudet tinham feito. Selos judiciais foram colocados nesses documentos.

O FBI também solicitou a ODIGO que evitasse declarações à imprensa. A mesma medida foi tomada por autoridades militares, que proibiram todo contato de seu pessoal com a imprensa. Nenhum militar das bases de Barksdale e de Offutt puderam dar qualquer depoimento à imprensa. Os jornalistas também não conseguiram entrevistar nenhum piloto de caça.

Segundo Meyssan, o patrulhamento não pára por aí. A associação dos advogados americanos, preocupada com possíveis processos de perdas e danos empreendidos por parentes das vítimas, processos esses que poderiam trazer à tona alguns segredos de Estado, “anuncia que erradicará da Ordem dos Advogados todo jurista que intente um procedimento em nome das famílias das vítimas”.²⁰⁵

O presidente G. W. Bush chegou a pedir pessoalmente aos líderes do Congresso que não criassem uma comissão de inquérito sobre os acontecimentos do 11 de setembro. Segundo o presidente, o trabalho dessa comissão poderia colocar em risco a segurança nacional. Mas, o fato mais grave ainda estaria por vir. De acordo com Meyssan,

²⁰⁴ Ibid., p. 81.

No dia 10 de outubro, a conselheira nacional de Segurança, Condoleezza Rice, convoca na Casa Branca os diretores das grandes cadeias de televisão (ABC, CBS, CNN, Fox, Fox News, MSNBC e NBC) para fazer apelo ao seu sentido de responsabilidade. Se a liberdade de expressão continua sendo a regra, os jornalistas estão convidados a exercer por eles mesmos um ‘julgamento editorial’ sobre a informação, e abster-se de divulgar tudo que poderia prejudicar a segurança do povo americano²⁰⁶.

O ‘conselho’ da conselheira, observa o autor, foi seguido por cem por cento da imprensa escrita americana. Os jornalistas que ousaram criticar a linha do governo Bush foram demitidos.

A coisa chegou a um ponto tal, que Edward Herman (*apud* Meyssan, p. 83), cientista político da Universidade da Pennsylvania, chegou a fazer a seguinte declaração:

*Teria sido muito difícil ao Pravda e Les Izvestia, da antiga União Soviética, ultrapassar as mídias americanas na sua submissão à agenda oficial. (...) Eles abandonaram a noção de objetividade ou mesmo os ideais de propor um espaço público onde os problemas pudessem ser discutidos e debatidos (...). É um escândalo que indica claramente a atividade de um sistema de propaganda, e não este de mídias sérias, essencial a uma sociedade democrática.*²⁰⁷

Finalmente, depois de três semanas de debate, continua Meyssan, o Congresso americano adotou o *Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act*. Literalmente falando, é a Lei para a unidade e a força da América pela atribuição de meios apropriados para interceptar e impedir atos de terrorismo. Trocando em miúdos, trata-se do famigerado Ato Patriótico (US PATRIOT Act), lei que suspendeu uma série de direitos fundamentais por um período de quatro anos, o que daria à administração, segundo Meyssan, todos os meios de que precisaria para combater o terrorismo.

²⁰⁵ Ibid., p. 82.

²⁰⁶ Ibid., p. 83.

Em nome disso, o Congresso suspendeu direitos conquistados a duras penas pela sociedade americana. O autor lembra que “ninguém se iludiu quanto ao fato de que a duração de quatro anos cobria a totalidade do mandato de George W. Bush, incluindo o período eleitoral para sua reeleição”.²⁰⁸ Essa lei estende a definição de terrorista a um ponto que, a menor desconfiança, qualquer cidadão estrangeiro pode ser preso, colocado em isolamento secreto por seis meses (renováveis sem limite) e impedido de qualquer contato com sua família ou com advogado. Segundo Meyssan, logo depois dos atentados, o Departamento de Justiça ordenou a prisão de milhares de imigrantes, a maioria procedente do Oriente Médio, quase todos em situação regular e sem ter cometido nenhum tipo de infração.

Com o Ato Patriótico, o FBI passa a ter autorização para interceptar qualquer comunicação sem necessidade de controle de um magistrado. Essa medida, segundo Meyssan, “é aplicável às comunicações estabelecidas entre cidadãos estrangeiros residentes nos Estados Unidos e entre países estrangeiros, que transitam pelo território americano por meio da internet”.²⁰⁹

Para completar, no dia 13 de novembro – continua Meyssan – o presidente G. W. Bush decreta que qualquer estrangeiro suspeito de terrorismo não será julgado por tribunais federais, tampouco por tribunais militares, mas por comissões militares formadas pelo secretário da Defesa. Essas comissões estabelecerão elas próprias as regras de seus procedimentos. As sessões de julgamento poderão ser realizadas a portas fechadas e os ‘procuradores militares’ não serão obrigados a comunicar aos indiciados e aos seus defensores as ‘provas’ que os incriminam. As decisões serão estabelecidas com a maioria de dois terços, e não por unanimidade, como recomenda a norma internacional.

Meyssan destaca ainda que o Departamento de Estado, apoiado no Comité Antiterrorista criado pela resolução 1373 (de 28 de setembro) das Nações Unidas, obrigou seus aliados, por meio da ONU, a adotar legislações semelhantes. Nesse dia, continua o autor, nada menos que cinquenta e cinco países, incluindo a França “transcreveram então em direito interno certas disposições do US Patriot Act”. Segundo o autor, o objetivo dessa medida não é proteger as populações locais de atos de terrorismo, mas “permitir aos serviços de polícia

²⁰⁷ Ibid., p. 83. Citado originalmente por Olivier Pascal-Moussellard, *Les journalistes à l'épreuve du 11 septembre* (Os jornalistas na prova do 11 de setembro), publicado na revista *Télérama*, 30 de janeiro de 2002.

²⁰⁸ Thierry Meyssan, *op. cit.* p. 84.

estadunidenses estender suas atividades ao resto do mundo”.²¹⁰ Tais fatos mostram, por exemplo, como funciona o monopólio da violência pelo Estado.

Segundo Meyssan, essas medidas visam tão somente a prorrogação dos prazos de prisão preventiva nos casos de terrorismo, a redução da liberdade de imprensa e a autorização para interceptação pelas forças de segurança de mensagens sem controle judicial.

Os atentados do 11 de setembro causaram uma verdadeira reviravolta na estrutura do aparelho de Estado americano. Depois desses atentados, o governo fez o Congresso aprovar leis e adotou políticas que seriam impensadas antes desses acontecimentos. Quem lembra isso é a prestigiosa revista *New York Review of Books*. De acordo com Meyssan, “exaltando a mística patriótica o país da expressão livre e da transparência política retraiu-se numa concepção extensiva da razão de Estado e do Segredo-Defesa aplicável a todos os setores da sociedade”.²¹¹

Para o autor, a versão oficial dos eventos do 11 de setembro não permite justificar essa inversão da situação. Se a versão segundo a qual os atentados foram perpetrados por terroristas estrangeiros é verdadeira, não haveria razão para impedir qualquer investigação desses acontecimentos pelo Congresso ou pela imprensa. Mesmo porque, continua o autor,

Se os inimigos são pobres miseráveis escondidos em grutas no Afeganistão, por que temer as conversas entre colegas no interior do Pentágono? Como imaginar que um punhado de terroristas pode recolher e tratar de informações esparsas sobre compra de armamentos e deduzir os planos das Forças Armadas dos Estados Unidos? Por que suspender o funcionamento normal das instituições e privar os parlamentares, mesmo quando reunidos a portas fechadas, das informações indispensáveis à vida democrática?” E continua: “Será que, ao invés de um ataque externo, não estamos assistindo a uma mudança de regime político, programado bem antes do dia 11 de setembro?”²¹²

²⁰⁹ Idem, p. 85.

²¹⁰ Ibid., p. 86.

²¹¹ Ibid., p. 87.

²¹² Ibid., p. 87.

Segundo Meyssan, não é de hoje que a CIA tenta fazer o Congresso adotar leis que proíbem a imprensa de evocar assuntos de Estado e criminalizam funcionários e jornalistas que procuram desvendá-los. O autor lembra que, em novembro de 2000, o senador Richard Shelby, um super-reacionário que presidia, na época, a Comissão Senatorial sobre a Inteligência, conseguiu fazer votar uma “Lei sobre o Segredo” (*Official Secrecy Act*) que foi vetada pelo presidente Bill Clinton. Em agosto de 2001 Shelby tentou outra vez, esperando ter uma melhor acolhida no governo Bush. Segundo Meyssan, quando acoteceram os atentados, esta lei, que estava em discussão, foi parcialmente incorporada à “Lei sobre a Inteligência” (*Intelligence Act*), em 13 de dezembro de 2001.

Pouco tempo depois, o secretário de Justiça, John Ashcroft, cuidou para que fosse criada uma unidade especial cuja função seria avaliar os meios para controlar o vazamento de informação reservada. Com a medida, vários sites oficiais foram apagados e “informações públicas foram retiradas sob o pretexto de que o acesso a essas informações poderia permitir aos ‘terroristas’ conseguir informações secretas”. Meyssan observa que,

Tendo sido neutralizadas a Justiça, as comissões de inquérito do Congresso e a imprensa, ou seja, todos os contrapoderes, o Executivo dotou-se então de novas estruturas que lhe permitiram estender à política interna os métodos já testados pela CIA e pelas Forças Armadas no exterior.²¹³

A própria criação da Agência de Segurança Interna (*Office of Homeland Security* – OHS), lembra Meyssan, anunciada pelo presidente George W. Bush ao congresso, em 20 de setembro, e instaurada em 8 de outubro, representou uma reforma profunda do aparelho de Estado americano. O diretor dessa agência, Tom Ridge, passou a ter a mesma importância de Condollezza Rice, a conselheira nacional de segurança.

Segundo Meyssan, o que está acotecendo é uma dominação da esfera civil pela esfera militar e pelas agências de inteligência. Em termos de Habermas seria a militarização do mundo da vida pelo mundo dos sistemas. Em reforço a esta tese, o autor cita um comentário de dois renomados jornalistas, John Stanton e Wayne Madsen:

²¹³ Ibid., p. 88.

Os historiadores vão lembrar que, entre novembro de 2001 e fevereiro de 2002, a democracia – tal como foi imaginada pelos redatores da Declaração da Independência e da Constituição dos Estados Unidos – morreu. No momento em que a democracia estava morrendo, o Estado fascista e teocrático americano estava nascendo²¹⁴.

Outra vez, a função do *novo inimigo*

Segundo Mayssan, não seria nada difícil convencer o mundo (sobretudo os americanos) de que atentados de tamanha barbárie só poderiam ser obra de um “monstro radicalmente estranho ao mundo civilizado, cheio de ódio irracional contra o Ocidente e cujas mãos estavam cobertas de sangue”.²¹⁵ O autor lembra que tão logo aconteceu o primeiro choque contra a Torre Norte, os comentaristas das redes de informação contínua já falavam da possibilidade de um atentado vindo de Osama Bin Laden. Até aí, nada mal para quem já era considerado o inimigo público número um da América.

Meyssan lembra que, primeiramente, o rumor teria sido fomentado por confidências à imprensa feitas por “fontes geralmente bem informadas” ou “próximas ao inquérito”. Depois, teria tornado-se oficial no momento em que Colin Powell teria qualificado Bin Laden de “suspeito”, e finalmente, teria se tornado dogma quando G. W. Bush o teria declarado culpado.²¹⁶

No dia dos atentados, nenhuma acusação envolvendo o nome de Bin Laden foi publicamente sustentada. Mais tarde, as autoridades americanas julgaram que um vídeo de Osama Bin Laden confirmaria sua responsabilidade nos atentados.

Bin Laden, declarado em maio de 2001 o principal inimigo dos Estados, é um dos 54 filhos do xeique Mohamed Bin Laden, um grande empresário saudita que em 1931 fundou o Saudi Binladen Group (SBG). Segundo Meyssan (p. 93), trata-se do *boldind* mais poderoso da Arábia Saudita. É um grupo que tem importantes participações em várias instituições

²¹⁴ Ibid., p. 89.

²¹⁵ Ibid., p. 93.

²¹⁶ Ibid., p. 93.

poderosas. Nos Estados Unidos, os bens financeiros do grupo são administrados pelo Carlyle Group.

Segundo Meyssan, o SBG mantém estreitas relações com o regime *wahhabite*. Esses laços estreitos com o regime renderam-lhe, segundo o autor, o contrato oficial para a construção e administração dos lugares sagrados de Medina e Meca. Também foi o grupo que ganhou a maioria dos mercados de construção pública das bases militares dos Estados Unidos na Arábia Saudita e da reconstrução do Kuwait, depois da Guerra do Golfo. Com a morte accidental do fundador do grupo, em 1968, o filho mais velho, Salem, assume os negócios. Vintes anos depois, o novo cabeça do grupo morre num acidente de avião no Texas. O SBG passa então a ser dirigido por Bakr, o segundo filho do fundador.

Osama Bin Laden, nascido em 1957, é formado em Administração e Economia pela *King Abdul Aziz University*. É notória sua excelência no campo dos negócios. De acordo com Meyssan, em 1979, foi convidado pelo príncipe Turki al-Fayçal al-Saud – que foi diretor dos serviços secretos sauditas de 1977 a agosto de 2001 – para gerenciar as finanças das operações secretas da CIA no Afeganistão. Conforme Meyssan, para lutar contra a presença soviética, a CIA chegou a investir dois milhões de dólares no Afeganistão. Foram as operações mais caras das empreendidas pela Agência. Mas, continua o autor, “ao invés de lutar eles próprios, os serviços sauditas e estadunidenses recrutaram islamitas, formaram-nos, armaram-nos e manipularam-nos, numa *jihad*, para combater e vencer os soviéticos”. Bin Laden foi o gerenciador das necessidades desse movimento e, segundo o autor, organizava tudo em um arquivo de informática chamado “Al-Qaeda”, que literalmente significa “A base”, no caso, de dados.²¹⁷

Com a derrota dos russos e a perda de interesse dos Estados Unidos pelo Afeganistão, Bin Laden teria parado de trabalhar para a CIA e teria recrutado os combatentes para seu serviço pessoal. Segundo Meyssan, em 1990 Bin Laden teria feito ao governo saudita a proposta de expulsar Saddam Hussein do Kuwait, colocando esses homens em ação, mas o monarca teria preferido a ajuda dos americanos. Tal recusa teria provocado uma divisão no mundo islâmico. De um lado, os que teriam se aliado aos americanos e, de outro, os seus

²¹⁷ Ibid., p. 95.

opponentes. Bin Laden teria ficado no grupo comandado pelo líder do Sudão, Hassam el-Tourabi, onde também se encontrava Yasser Arafat.

Em 1992, continua Meyssan, teria acontecido um suposto feito heróico. Soldados americanos desembarcaram na Somália, para mais uma intervenção, quando teriam sido atacados por veteranos da guerra do Afeganistão. Dezoito soldados americanos teriam sido mortos e Bin Laden foi considerado o grande mentor da operação. Os americanos bateram em retirada. Resultado: no imaginário coletivo, Bin Laden, o grande herói da guerra do Afeganistão, agora vencia os americanos.

Tal fato, continua Meyssan, teria feito com que Bin Laden perdesse sua nacionalidade saudita. Sem pátria, o ex-saudita teria se instalado no Sudão, depois de romper com sua família e receber sua parte da herança, estimada em trezentos milhões de dólares. Apesar de uma série de investimentos feitos no Sudão, Bin Laden foi expulso do país em 1996. O Egito teria pressionado o governo sudão para fazê-lo sob o argumento de que Bin Laden estava tramando o assassinato do presidente Hosni Mubarak. Fora do Sudão, Bin Laden teria voltado para o Afeganistão. A partir de 1996, vários atentados seriam atribuídos a ele. Dava-se, então, início a um laborioso trabalho de construção de um vilão.

Nesse mesmo ano, depois de ser acusado do atentado à base militar de Khobar, na Arábia Saudita, que teria matado dezenove soldados americanos, Bin Laden invoca a *jihad* islâmica contra os Estados Unidos e Israel. Depois dos atentados às embaixadas americanas em Daar-es-Salem, na Tanzânia, e em Nairóbi, no Quênia, que fizeram 298 mortos e mais de 4.500 feridos, atribuídos ao ex-saudita, o FBI coloca sua cabeça a prêmio: cinco milhões de dólares pela sua captura. Todos os bens financeiros do grande vilão são congelados.

Em maio de 2001, observa Meyssan, o secretário da Defesa, Donald Rumsfeld declara que Bin Laden já dispõe de armas bacteriológicas e químicas, além de estar prestes a fabricar uma bomba atômica e a lançar um satélite. O processo de construção da idéia de uma nova e grande ameaça ao mundo civilizado parece bem avançado. Não há mais nenhuma dúvida de que alguma coisa muito grave está para acontecer. Três meses depois a prova final da existência do “grande vilão” viria dos ares, mais precisamente, dos céus de Nova York.

Segundo Meyssan, uma declaração feita numa entrevista por um ex-chefe do escritório da CIA no Sudão, nos anos 1980, Milton Bearden, – um dos homens mais

importantes nas operações secretas da agência no Afeganistão –mostra o quanto devemos ser cautelosos em relação à idéia do ‘grande vilão Bin Laden’. Segundo ele:

*Simplificar ao extremo e estabelecer uma ligação entre ele [Osama Bin Laden] e todos os atos terroristas da década passada é um insulto à [inteligência] da maioria dos americanos. E isso certamente não encoraja a maioria de nossos aliados a levar-nos a sério.*²¹⁸

Alguns anos mais tarde, em 1994, o ex-chefe do escritório da CIA no Sudão confessa que Bin Laden é um mito construído pelos EUA. Aposentado e mais livre para falar, Bearden faz a seguinte declaração:

*Tem muita ficção nisso tudo. É toda a mitologia de Osama Bin Laden. Faz parte do show. Nós não temos um inimigo nacional. Nós não temos mais inimigo nacional depois que o império do Mal (URSS) desmoronou, em 1991. E penso que gostamos disso [de ter um inimigo]. Gostamos de todo esse terrorismo internacional bastante estranho no momento em que [o verdadeiro terrorismo] muda dramaticamente de caráter.*²¹⁹

Mas, como lembra Meyssan, “o show deve continuar” e os Estados Unidos acusam formalmente Bin Laden de ser o grande responsável pelos atentados do 11 de setembro. Diante da desconfiança de várias chancelarias, as autoridades americanas se lançam na busca de provas e prometem lançar um documento descrevendo-as claramente. Segundo Meyssan, esse documento nunca saiu. Em vários momentos, autoridades americanas e alguns governos aliados falaram de provas claras e indiscutíveis de que a rede Al-Qaeda estava por trás dos atentados, mas essas provas nunca foram tornadas públicas.

Mas, a tão esperada prova de que Bin Laden era realmente o grande mentor dos atentados parecia finalmente ter chegado. Conforme Meyssan, no dia 10 de novembro de 2001, o *Sunday Telegraph* revelou a existência de uma fita de vídeo em que Bin Laden reivindica os atentados. Na verdade, a fita seria uma entrevista feita pela rede de televisão Al-Jazeera.

²¹⁸ Ibid., p. 97.

²¹⁹ Ibid., p. 98.

Mas a história das provas não pára por aí. Segundo Meyssan, no dia 9 de dezembro, o *Washington Post* revela a existência de uma nova fita de vídeo. Gravada por alguém muito próximo a Bin Laden, exatamente no dia 11 de setembro. A fita mostra as reações do grande vilão aos atentados, provando definitivamente sua responsabilidade.

O conteúdo dessa fita levou o secretário-adjunto da Defesa, Paul Wolfowitz, a fazer um comentário, no mínimo curioso. Ei-lo:

*É repugnante. Quero dizer, aqui está um homem que se orgulha e se compraz em matar centenas de seres humanos inocentes. Isso confirma tudo o que já sabíamos sobre ele. Não há nada de novo ou de surpreendente aí. É simplesmente uma confirmação. E espero que isso vá calar definitivamente as insanas teorias de que houve conspiração, segundo as quais de uma certa maneira os Estados Unidos ou outra pessoa seriam os culpados.*²²⁰

Essa fita, como mostra Meyssan, foi divulgada pelo Pentágono no dia 13 de dezembro de 2001. O curioso é que as confissões feitas por Bin Laden nesta fita são absolutamente idênticas à versão apresentada pelas autoridades americanas. O texto diz o seguinte:

Eu pensava que o incêndio causado pelo combustível do avião faria derreter a estrutura metálica [do World Trade Center] e que somente as partes atingidas e os andares superiores desabariam. Era tudo o que nós esperávamos (...). Havíamos acabado nossa jornada de trabalho e ligamos o rádio. (...) Mudamos de estação para captar as notícias de Washington. O boletim de informação seguia seu curso. O ataque só foi mencionado no final. Então um jornalista anunciou que um avião acabava de bater no World Trade Center. (...) Depois de alguns instantes, anunciaram que um outro avião havia atingido o World Trade Center. Os irmãos estavam loucos de alegria. (...) Os irmãos, esses que conduziram a operação, tudo que sabiam é que tinham que realizar uma operação de mártires, e pedimos a cada um deles para ir à América, mas não sabiam de nada da operação, nem uma só palavra. Estavam treinados, e não revelamos nada a eles até o momento em que já estavam lá e se preparavam para embarcar nos aviões (...). Eles foram tomados por

²²⁰ Ibid., p. 100.

*uma alegria delirante quando o primeiro avião bateu na primeira Torre, e eu lhes disse: “Sejam pacientes” (...). O lapso de tempo entre o primeiro e o segundo avião que atingiram as torres foi de vinte minutos, e entre o primeiro avião e o avião que se esmagou no Pentágono foi de uma hora.*²²¹

Meyssan observa que Bin Laden (o agente Bin Laden) não só confirma as declarações oficiais sobre o desabamento das torres (que teria sido provocado, segundo a versão oficial, pelo efeito da combustão), sobre as equipes suicidas e sobre o avião que teria atingido o Pentágono, como tem também o cuidado de desmentir a hipótese (óbvia, segundo o autor) de uma origem interna dos atentados. Meyssan observa que a fita termina com o seguinte comentário: *“Eles [os americanos] estavam aterrorizados, pensavam que se tratava de um golpe de Estado”*. “Se é o inimigo público número um dos Estados Unidos quem diz isso...”, ironiza o autor.²²²

Meyssan questiona se de fato Bin Laden cortou realmente relações com a CIA, para tornar-se inimigo da América. Segundo ele, não, Bin Laden nunca cortou relações com a CIA. Alguns fatos apontam para isso. De 1987 a 1998, por exemplo, a formação dos homens da Al-Qaeda foi supervisionada por Ali Mohamed, oficial egípcio que fazia parte das Forças Armadas americanas. Mohamed lecionava na *John Kennedy Special Warfare Center and School*. Aí, formavam-se, segundo Meyssan, “os membros das mais secretas redes de influência, o *Stay-behind*, e os oficiais das forças especiais US”.²²³

Segundo Meyssan, tendo em vista que as regras de segurança dos serviços secretos americanos prevêem uma vigilância constante dos agentes e uma vigilância sobretudo entre eles, é impossível acreditar que um agente como Ali Mohamed poderia trabalhar para os Estados Unidos e para a Al-Qaeda ao mesmo tempo, sem que fosse rapidamente desmascarado. Meyssan (p.102) argumenta ainda que a prisão de Ali Mohamed, em 1998 “não é suficiente para esconder que o Stay-behind formava os combatentes da Al Qaeda e, conseqüentemente, que Osama Bin Laden continuava trabalhando para a CIA, pelo menos até 1998!” E acrescenta:

²²¹ Ibid., p. 101.

²²² Ibid., p. 101.

²²³ Ibid., p. 102.

Aliás, como é possível não enxergar que a lenda de Osama Bin Laden é uma farsa totalmente fabricada pela CIA? Tentaram enganar-nos, fazendo-nos crer que Osama Bin Laden teria expulso da Somália a maior das Forças Armadas do mundo somente com duas dezenas de soldados! E mais, os atentados de Nairóbi e Daar-es-Salem foram-nos apresentados como sendo anti-americanos, quando nenhum dos 11 mortos de Daar-es-Salem era estadunidense e que, em Nairóbi, somente 12 dos 213 mortos eram americanos. Os que planejaram esses atentados, falsamente anti-americanos, tiveram o cuidado de fazer com que outros agüentassem suas conseqüências.²²⁴

Ou seja, a tese de Meyssan é a de que a CIA continuou recorrendo a Osama Bin Laden para combater a influência russa, como aconteceu antes, quando o “ex-saudita” teria entrado na luta para combater os soviéticos. Para reforçar essa tese, o autor afirma que a ‘legião árabe’ da Al-Qaeda foi usada, em 1999, para apoiar os rebeldes kosovares na luta contra a ditadura de Belgrado. Ainda segundo o autor, essa legião, como mostrou o *New York Times*, teria operado na Chechênia, pelo menos até novembro de 2001. Ou seja, Bin Laden nunca foi tão útil aos Estados Unidos como vem sendo nos últimos anos, afinal, como destaca o autor, a pretensa hostilidade do grande vilão à vitimada América permite ao governo americano negar qualquer responsabilidade em uma série de atentados supostamente dirigidos contra os Estados Unidos em solo americano e em vários outros lugares.

Meyssan sustenta que, ao contrário do que se pensa, as ligações entre a CIA e Osama Bin Laden não foram cortadas em 1998. Vários fatos apontam para isso. Um deles é que entre os dias 4 e 14 de julho de 2001, Bin Laden, estando gravemente doente, recebeu atendimento no hospital americano de Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Meyssan mostra que o jornal francês *Le figaro* atestou o fato. Segundo o jornal (citado por Meyssan):

Durante sua hospitalização [Bin Laden] recebeu a visita de vários membros de sua família, de personalidades sauditas e dos Emirados. Durante essa mesma estadia no hospital, o representante

²²⁴ Ibid., p. 102-103.

*local da CIA, que muitas pessoas conhecem em Dubai, foi visto usando o elevador principal para ir ao quarto de Osama Bin Laden.*²²⁵

Segundo Meyssan, além desse fato atestado pelo *Le Figaro*, um outro foi noticiado pela rede de televisão americana CBS. Segundo um correspondente da rede de televisão, na noite anterior aos ataques do 11 de setembro, Bin Laden foi visto no Paquistão, entrando discretamente no hospital militar de Rawalpindi onde receberia uma diálise. Ou seja,

O mesmo homem que lançou a *jihad* contra os Estados Unidos e contra Israel, o mesmo homem cuja cabeça o FBI colocou a prêmio por 5 (cinco) milhões de dólares, o homem cujos campos de treinamento foram bombardeados por mísseis teleguiados, recebe tratamento no hospital americano em Dubai, onde conversa com o chefe do escritório da CIA e recebe em seguida diálise sob a proteção das Forças Armadas Paquistanesas em Rawalpindi.²²⁶

Segundo Meyssan, toda essa farsa envolve pessoas próximas a Bin Laden e militantes da Al-Qaeda. O caso do laboratório de Bin Laden que foi bombardeado no Sudão (Al Shifa), depois da acusação de que estaria fabricando armas químicas de destruição em massa, é um bom exemplo. Na época, Bin Laden era acusado pela CIA de fabricar, juntamente com o seu cúmplice Salah Idris, esse tipo de arma. No entanto, observadores internacionais que inspecionaram as ruínas atestaram que, ao invés de armas, o laboratório produzia remédios. Na época, a CIA ordenou o congelamento dos bens de Salah Idris, mas, pouco tempo depois, retirou discretamente a medida, em 1999. Meyssan observa um fato bastante curioso em relação a Idris. Segundo ele, Salah Idris, considerado um perigoso ‘terrorista’ pela CIA, possui atualmente 75% da *IES Digital Systems* e 20% da *Protec*, por intermédio da sociedade *Offshore Global Security Systems*. Segundo o autor, a *IES Digital Systems* é a empresa responsável pela videovigilância dos sites governamentais e militares britânicos, enquanto a *Protec* responde pela segurança de 11 (onze) centrais nucleares britânicas.

²²⁵ Ibid., p. 103.

²²⁶ Ibid., p. 104.

Moral da história, Osama Bin Laden nunca foi inimigo dos Estados Unidos, mas um agente dos americanos. Também nunca rompeu relações com sua família, que é uma importante parceira comercial da família Bush.

Quanto a Mohamed Atta, continua Meyssan, que o FBI mostrou como sendo o chefe das equipes 'kamikazes', trata-se de um agente dos serviços secretos paquistaneses, que sempre foram considerados uma espécie de sucursal da CIA.

A tese da ligação não interrompida entre Bin Laden e a CIA é sustentada por diversos fatos e por vários tipos de análises. Uma delas, afirma Meyssan (p. 105), é a do professor Michel Chossudovsky, da Universidade de Ottawa. Segundo o professor,

*Desde a era da Guerra Fria, Washington sempre apoiou conscientemente Osama Bin Laden, mas colocando-o sempre na lista das pessoas mais perseguidas pelo FBI. Enquanto os mujahidin estão implicados em insurreições armadas para os Estados Unidos nos Bálcãs e na ex-URSS, o FBI tem como ordem levá-lo aos Estados Unidos e travar uma guerra ao terrorismo. Com toda evidência, trata-se aí não somente de ações contraditórias, mas de uma política mentirosa para com os cidadãos, pois desde a guerra URSS-Afganistão, a CIA apóia o terrorismo internacional através de suas operações secretas.*²²⁷

Só para ilustrar mais um pouquinho essa estreita relação entre a família Bin Laden e a alta cúpula do poder político-econômico americano, vejamos o que nos diz Meyssan sobre o Carlyle Group, o grupo que gerencia os bens financeiros do Saudi Binladen Group. Criado em 1987, esse grupo hoje administra um patrimônio avaliado em doze bilhões de dólares. O grupo tem participação majoritária em diversas empresas. Duas delas, a *Federal Data Corporation* e a *United Defense Industries Inc.*, atuam em áreas que lucram bastante com a fomentação do terrorismo. A primeira, como lembra Meyssan, vem equipando a *Federal Aviation Administration* com seu sistema de vigilância do tráfego aéreo civil. A segunda, por sua vez, é o principal fornecedor de equipamentos para as Forças Armadas americanas, turcas e sauditas. O Carlyle Group simplesmente ocupa o décimo primeiro lugar no ranking das companhias americanas de armamentos.

²²⁷ Ibid., p. 73.

As curiosidade não páram por aí. Meyssan fala de uma série de ‘relações perigosas’ envolvendo políticos americanos, agentes da CIA, magnatas de corporações transnacionais, operações ilegais e os velhos interesses econômicos.

Em 1990, segue o autor, o Carlyle Group foi envolvido num caso de desvio de dinheiro. Wayne Berman, lobista do Partido Republicano, teria extorquido fundos de pensão para financiar as campanhas eleitorais dos Bush. Segundo o autor, um desses fundos teria aceitado o depósito de um milhão de dólares para o Carlyle Group com vistas a ganhar um contrato público em Connecticut. Segundo o autor,

Esse fundo é presidido por Frank C. Carlucci (que foi diretor-adjunto da CIA, e em seguida secretário da Defesa). Seus conselheiros são James A. Baker III (que foi chefe de gabinete do presidente Reagan, em seguida foi secretário do Tesouro e, por fim, ministro das Relações Exteriores no governo de George Bush pai) e Richard Darman (ex-Diretor do Orçamento). Para representá-lo no estrangeiro, o Carlyle Group recorreu a John Major (ex-primeiro-ministro britânico) e a George Bush pai (que foi Diretor da CIA e em seguida presidente dos Estados Unidos).²²⁸

Meyssan mostra ainda que dois dos dirigentes do Carlyle Group, Sami Mubarak Baarma e Talat Othman são diretamente ligados ao atual presidente dos Estados Unidos. Segundo o autor (p.107), “George W. Bush deve sua fortuna pessoal aos bons negócios que realizou quando dirigia a Harken Energy Corporation”. “Essa pequena sociedade petrolífera do Texas”, continua Meyssan, “ganhou as concessões petrolíferas do Bahrein, como retrocomissão dos contratos americano-kuweitanos negociados pelo presidente George Bush pai”.²²⁹ Segundo o autor, a operação foi totalmente ilegal. Conclusão:

Se é exato, como pretendem várias autoridades americanas, que a família Bin Laden continua a manter relações com Osama e a financiar suas atividades políticas, então o Carlyle Group – que administra os investimentos financeiros do Saudi Binladen Group – estaria necessariamente implicado nos ganhos com

²²⁸ Ibid., p. 106.

informações privilegiadas. George Bush pai seria, então, o feliz beneficiário das manobras bolsitas do dia 11 de setembro de 2001. Uma boa razão para o FBI e a IOSCO pararem com a investigação sobre as manipulações em bolsas que antecederam os atentados.²³⁰

Depois desse rosário de perigosas ligações que nos dá uma certa noção dos movimentos mais secretos e das manipulações que acontecem no interior de uma imensa estrutura de poder, a conclusão a que chegamos é que se a auto-imunização de que falou Derrida não deve ser relacionada ao fato de os Estados Unidos serem hoje alvo de uma estrutura armada e treinada por eles durante a Guerra Fria – ou seja, se a hipótese de que Bin Laden nunca rompeu relações com a CIA for mesmo verdadeira – essa auto-imunização pode, por outro lado, ser pensada ou por meio do próprio tipo de terrorismo estimulado pela Al-Qaeda que, de tão forjado pela secreta aliança entre Bin Laden e a CIA acabaria virando uma realidade sem controle, ou por meio do processo de transformação do Estado americano num Estado fascista e teocrático, corroído por um processo de corrupção quase que irrefreável. Esta última forma de auto-imunização dar-se-ia por um trabalho em conjunto da atual classe dirigente política americana com setores da extrema direita e pelo envolvimento desses segmentos políticos com o grande capital transnacional.

Aliás, o próprio fato do governo americano estender, depois dos atentados do 11 de setembro, a política adotada na segurança externa para a segurança interna mostra que a Doutrina Bush não guarda lá grandes diferenças com a filosofia de uma política de extrema direita, caçadora de direitos e liberdades conquistadas a duras penas na história americana. Em síntese, tenha ou não Bin Laden rompido com a CIA, o que Derrida fala sobre o processo auto-imunizante a que os EUA se submeteu nos últimos anos continua valendo, por um motivo ou por outro, constituindo, assim, uma realidade inexorável.

²²⁹ Ibid., p. 107.

A guerra contra o Afeganistão representou muito mais do que uma simples resposta aos atentados de 11 de setembro. Embora o discurso corrente tenha trabalhado no sentido de criar e cristalizar essa certeza, as razões que levaram os Estados Unidos a empreender essa guerra covarde e sangrenta dizem respeito à reabertura de um jogo, o “Grande Jogo”, como observa Meyssan. De acordo com o autor, o fim da União Soviética e a independência dos estados da Ásia Central reabriram o “Grande Jogo”.²³¹ Essa expressão foi criada, segundo o autor, no século XIX por Rudyard Kipling, para designar as lutas dos grandes impérios pelo controle dessa região, detentora de importantes recursos naturais como petróleo, gás e pedras preciosas.

Segundo Meyssan, tão logo chegou à Casa Branca, Bush formou uma equipe de governo constituída basicamente pelos grandes comissários do lobby do petróleo. A partir de 29 de janeiro de 2001, continua o autor, o vice-presidente Dick Cheney, ex-presidente da Halliburton (o maior fornecedor mundial para petroleiras) criou um grupo de desenvolvimento da política energética nacional (NEPD). As reuniões do grupo, continua Meyssan, são realizadas com tanto segredo e segurança que o jornal *Washington Post* chegou a se referir ao grupo como “um tipo de sociedade secreta”.

Para os especialistas, o principal objetivo do NEPD era a exploração das reservas de hidrocarboneto do Mar Cáspio. A questão que se colocava era: como o gás e o petróleo seriam transportados sem que, para isso, fosse necessário negociar com a Rússia ou com o Irã. Foram então criadas três propostas de construção de duto. O último teria que atravessar o Paquistão e o Afeganistão. Segundo o autor, em dezembro de 1997, a UNOCAL, empresa responsável pela construção, foi obrigada a suspender o projeto por causa de injunções dos talibãs. Todas as tentativas de negociação com os talibãs fracassaram. Bem, já temos aí um bom motivo para que os Estados Unidos viessem a desejar o fim desse regime.

Os talibãs propõem liberar a passagem do duto em troca do reconhecimento internacional, mas a resposta é negativa, porque a ONU reconhece um outro governo para o Afeganistão. Percebendo a intransigência do regime talibã, os EUA partem para a força e agem

²³⁰ Ibid., p. 109.

²³¹ Ibid., p. 113.

no sentido de eliminar os principais dirigentes das facções afegãs. O mulá Omar é um deles. Segundo Meyssan, em meados de julho, as grandes potências concordam com o uso da força. As autoridades americanas e das grandes potências européias e asiáticas já falam em guerra e reconstrução do Afeganistão.

Segundo Meyssan, o Paquistão, vizinho do Afeganistão, e um dos poucos países a reconhecer o governo talibã, temendo uma forte pressão anglo-americana, procura aliados antes do começo da guerra. O governo paquistanês convida uma delegação chinesa para visitar Islamabad e promete abrir portas comerciais para os chineses em troca de apoio militar. Irritados, os anglo-americanos resolvem partir para a ofensiva antes que os chineses venham a estragar o “Grande Jogo”, lembra o autor. A partir daí, o mar de Oman torna-se palco do maior posicionamento da frota britânica desde a Guerra das Malvinas.

Meyssan mostra com isso que os eventos do 11 de setembro permitiram, pois, “disfarçar como operação legítima” o que não passou de “uma clássica expedição colonial”.²³²

Segundo o autor, o caldo de interesses na região era tão variado que, de um lado teve a Rússia armando em massa a Frente Islâmica do falecido Massoud, (líder anti-americano assassinado um dia antes dos atentados do 11 setembro) e, de outro, o Irã, armando os *hazaris* xiitas, enquanto os EUA bombarديavam massivamente alvos para apoiar as forças anti-talibãs. Meyssan observa que, “os objetivos de guerra dos combatentes das diversas facções não tinham nenhuma relação com os anunciados pela Coalizão Global (o de prender Osama Bin Laden), nem com as ambições petrolíferas oficiosas”.²³³

O saldo geral da carnificina foi enorme. Segundo o autor, no geral a aviação anglo-americana realizou 4.700 saídas, que despejaram no miserável e já arrasado país 12 mil bombas que mataram mais de 10 mil combatentes e certa de um milhão de civis, “colateralmente”. Ou seja, as Forças Armadas americanas deixaram de lado essa história de “ataques cirúrgicos” e partiram mesmo para o uso de armas de destruição em massa. Trata-se do uso de bombas BLU-82, perversamente chamadas de “ceifa de margaridas”. A guerra termina com a resolução 1378 da ONU.

²³² Ibid., p. 118.

²³³ Ibid., p. 118.

Convidada a visitar os vestígios das instalações dos talibãs e da famigerada Al-Qaeda, tudo o que a imprensa internacional encontra são cabanas miseráveis com pilhas de armas obsoletas ainda do tempo da guerra contra os soviéticos. Como observa Meyssan:

Nenhum dos jornalistas encontra as fábricas de produção de armas químicas e bacteriológicas, nem os centros de produção de bombas atômicas, muito menos as bases de lançamento de satélites denunciadas por Donald Rumsfeld. Enquanto isso, a maior força armada do mundo não encontra o suposto inimigo público número 1 que veio prender, e o *mulá* Omar foge, num ciclomotor, para o Paquistão. Os negócios continuam. O cultivo da papoula pode finalmente expandir-se com destino ao mercado norte-americano. No dia 9 de fevereiro de 2002, Hamid Karzai e seu semelhante paquistanês, o general Musharraf, concluem um acordo para a construção do duto da Ásia Central.²³⁴

Se quase aconteceu no passado, por que não aconteceria no presente?

Tão logo o FBI reuniu as ‘provas’ suficientes de que os atentados tinham sido obra de Bin Laden, o inimigo público número 1 da América que se encontrava refugiado no Afeganistão, a maioria da população se mostrou favorável à guerra. Havia uma sede de vingança no ar. Mas, os americanos sabiam que se tratava de uma guerra cuja vitória era certa, de maneira que logo começaram a perder o interesse naquilo tudo. As ameaças que Bin Laden havia feito pareciam não assustar mais. Era preciso fazer alguma coisa para manter o medo e a paranóia, afinal, uma população assustada torna-se mais suscetível de aceitar qualquer coisa que seja feita em nome de sua segurança.

Meyssan lembra que no dia 12 de outubro surge um fato novo. A imprensa divulga que cartas envenenadas foram enviadas a jornalistas e parlamentares americanos. Trata-se do famigerado antraz, um pó branco que vitimou cinco pessoas nos Estados Unidos e espalhou o pânico por algumas semanas nos Estados Unidos e em alguns países da Europa. Segundo a imprensa, os terroristas agora apelavam para um outro tipo de ação terrorista: o

²³⁴ Ibid., p. 121.

bioterrorismo. Esse fato foi o suficiente para deixar a população americana apavorada. A psicose tomou conta também das populações dos países aliados dos Estados Unidos. Segundo a versão oficial, a Al-Qaeda agora usava armas químicas e biológicas e contava com o apoio técnico de Saddam Hussein.

Segundo Meyssan, os Estados Unidos e seus aliados resolvem fazer estoque de vacinas contra o antraz. Milhões de doses são encomendadas às indústrias farmacêuticas. Mas, além das cinco vítimas, não se ouviu mais falar de nenhum outro caso do pó fatal e o antraz saiu rapidamente de cena. Tudo não passou de mais uma peça pregada para manter o medo e a paranóia acesos.

Meyssan lembra que a “Guerra ao terrorismo” começou na sombra. Aliás, a própria forma como as autoridades americanas definem o terrorismo só poderia levá-los a agir “na sombra”.²³⁵ A concepção de ‘terrorismo’ defendida por G. W. Bush, continua o autor, o impediria, por exemplo, de considerar como prática terrorista a ação dos esquadrões da morte na Nicarágua, tanto que o presidente nomeou como embaixador dos Estados Unidos na ONU o ex-protetor dos esquadrões da morte, John Negroponte. Fica claro, portanto, que, para o presidente dos Estados Unidos, terrorismo é toda forma violenta de contestação à liderança americana. O *U.S Code* e Colin Powell que o digam.

Mas, o jornalismo de investigação dá sinais de que é possível alguma contra-voz no meio de uma avalanche tão grande de discursos que marcham a reboque das declarações oficiais. E essa contra-voz tem em seu currículo nada mais nada menos do que o escândalo de *Watergate*. É, estou falando de Bob Woodward, um dos dois jornalistas que denunciou o caso que desembocou na única renúncia de um presidente americano em toda a história do país. Segundo Meyssan, Bob Woodward, apoiado em confidências de vários participantes e depois de ter consultado os documentos da sessão, “descreveu com precisão no *Washington Post* a reunião do gabinete Bush no decorrer da qual a CIA obteve poderes ilimitados para conduzir a ‘Guerra secreta contra o terrorismo’”.²³⁶ A reunião aconteceu no dia 15 de setembro de 2001, em Camp David.

Meyssan relata que nesta reunião, o diretor da CIA, George Tenet, apresentou dois projetos de ação. O primeiro, intitulado “Golpe inicial”, previa a destruição da Al-Qaeda

²³⁵ Ibid., p. 125.

através de ações que não se limitavam apenas ao Afeganistão, mas onde quer que fosse necessário, inclusive com a cooperação de países não democráticos. Tenet tem o consentimento de todos. Em seguida, o diretor apresenta seu segundo plano de ação intitulado “Planejamento de ataque mundial”. Segundo a descrição de Bob Woodward (*apud* Meyssan), esse plano previa operações secretas em nada menos que 80 (oitenta) países. Em alguns deles, estas operações já estavam em andamento. O plano previa, inclusive, assassinatos em preparação a ataques militares.

Começa a guerra secreta. De acordo com Meyssan, a CIA, na sombra, ataca, em quase todos os lugares do mundo, os oponentes à política de G. W. Bush. De novembro de 2001 a janeiro de 2002 vários líderes de importantes movimentos em várias partes do mundo são assassinados, vítimas de emboscadas. É a guerra secreta “contra o terrorismo” em ação.

Meyssan mostra que, no dia 13 de fevereiro de 2002, o *Washington Post* publica um artigo de Henry Kissinger, o inspirador da política externa americana, que mostra três opções possíveis depois da guerra contra o Afeganistão. A primeira é que o massacre no Afeganistão sirva de lição para quem tentar imitar o Talibã. A segunda é que serão feitas pressões sobre os Estados benevolentes com o terrorismo. A terceira diz respeito a um trabalho voltado para derrubar Saddam Hussein. A queda de Saddam Hussein representa, segundo o autor, “a continuidade da vontade americana de modificar os equilíbrios regionais no Oriente Médio”.²³⁷

Mas, conforme Meyssan (p.132), os aliados começam a questionar a luta contra o terrorismo como o único problema do mundo e o unilateralismo americano. O país que começa a se inquietar é, como não poderia deixar de ser, a França. Em pouco tempo, o ceticismo toma conta da Europa. Os Estados Unidos são acusados de absolutismo e simplismo em suas ações e decisões: absolutismo, porque os americanos não escutam ninguém; simplismo porque reduzem todos os problemas do mundo atual à simples luta “contra o terrorismo”. É contra isso que algumas autoridades da União Européia começam a se insurgir.

Nos momentos finais de sua argumentação, Thierry Meyssan mostra como militares americanos de extrema direita, na época de JFK, foram capazes de forjar um falso ataque cubano a navios americanos com o objetivo de criar uma justificativa para que o presidente Kennedy autorizasse uma operação militar em Cuba que pusesse fim ao regime de Fidel

²³⁶ Ibid., p. 126.

Castro. O autor mostra detalhadamente todas as movimentações nos altos escalões da CIA para levar a cabo esse intento.

A moral da história é que o “11 de setembro” tem tudo para ser uma repetição dessa experiência: atacar o próprio país, criar um forte sentimento de revolta na opinião pública nacional e internacional e ter uma justificativa legítima para empreender qualquer operação militar em qualquer parte do mundo, desde que o território da ação tenha ligações com o ataque sofrido.

Meyssan argumenta que esse precedente histórico mostra que um complô interno, no qual os próprios cidadãos americanos seriam sacrificados numa campanha terrorista, não é impossível. Isso torna cada vez mais possível a tese de que os atentados do 11 de setembro vieram do interior do aparelho de Estado americano.

Meyssan observa que JFK resistiu ao delírio de seu Estado-Maior, pagando com a própria vida essa resistência. Mas e o governo G. W. Bush, como reagiria se tivesse que enfrentar uma situação semelhante, ou seja, uma situação de pressão de generais extremistas para desenvolver uma política externa mais agressiva e expansionista? Não teria sido o “11 de setembro” uma grande armação arquitetada pela extrema direita americana que, aproveitando as circunstâncias que levaram Bush ao poder – circunstâncias nada legítimas – perceberam que estaria na hora de colocar em prática um plano que, não só daria legitimidade ao um governo ilegítimo mas, exatamente por isso (a falta de legitimidade desse governo), o forçaria a adotar uma doutrina extremo-direitista cuja implementação só poderia ser pensada em circunstâncias como essas?

²³⁷ Ibid., p. 129.

Capítulo IV

O evento na mídia e no discurso oficial:

A guerra na língua

A rogue state is whoever the United States says it is
(Robert S. Litwak, secretário de Estado do governo
Clinton).

4.1. O discurso corrente e seus elementos

As enunciações fundadoras

Como esse capítulo dedica-se a pensar os processos lingüísticos por meio dos quais os eventos do 11 de setembro foram apropriados, a discussão começa, pois, perguntando pelos elementos que estão na base desse processo. Isso nos permitirá entender por que foi a partir de um certo conjunto de formas lingüísticas, e não de outras, que foram propostos sentidos para tais eventos.

O processo de apropriação dos eventos do 11 de setembro está sendo considerado tanto do ponto de vista da mobilização de alguns conceitos, pressupostos, oposições e representações feita pelo discurso midiático e oficial, quanto do ponto de vista de sua relação com alguns momentos importantes da cadeia dos atos de fala que constituem o discurso oficial.

Uma das hipóteses que orientam esse estudo é a de que o trabalho de apropriação dos eventos do 11 de setembro pelo discurso corrente (mídia e discurso oficial) guarda estreitas relações com alguns momentos do discurso oficial, que estou chamando aqui de enunciações fundadoras. Estas enunciações teriam, ora fundado, ora redefinido alguns dos conceitos centrais em torno dos quais os eventos foram significados. Além desses conceitos, um certo

jogo de representações já vinha não só sendo empreendido, como teve o seu ponto culminante nesses eventos.

Os primeiros tópicos desse capítulo dedicam-se, pois, ao exame dos conceitos, pressupostos, oposições e representações que tornaram possível o discurso corrente sobre o “11 de setembro”. Esses elementos são investigados na sua relação com esses atos de fala do discurso oficial que estou chamando de ‘enunciações fundadoras’. Estas enunciações se caracterizam por uma força ilocucionária particular, porque são atos de fala que fundam conceitos, que instauram fronteiras, enfim, que dão existência, nos termos de Bourdieu, àquilo que enunciam.

Começemos esta discussão por lembrar que ao mesmo tempo em que um discurso tem na sua base um conjunto de pressupostos, oposições e representações, a cada enunciação esse discurso estará reiterando todos esses elementos o tempo todo. Todo ato de fala constitui um mecanismo pelo qual se dá a reiteração de representações, de constructos e instituições sociais, enfim, de alguma coisa (um objeto, uma identidade, um sujeito, uma situação etc.).

Essa representação de que falo não é a que é pensada nos termos linguístico-filosóficos tradicionais, mas em termos ético-políticos: ético no sentido de escolha, político no sentido de vontade de representação. É uma representação que nasce da necessidade de uma escolha e de uma vontade, uma vontade de representar a si e ao outro de uma determinada forma. Essa vontade, naturalmente, não deve ser vista numa perspectiva individual – a vontade de um *eu* indivíduo, um *self* – mas numa perspectiva social, de um *eu* coletivo, que se constitui numa relação tensa e dialógica com um *outro*.

Portanto, se quisermos entender de uma forma minimamente razoável o processo de apropriação do “11 de setembro” pelo discurso corrente (mídia e poder político), precisamos entender que os principais elementos que tornaram possível tal processo (conceitos, pressupostos e representações) já são produtos de enunciações do discurso oficial que foram produzidas exatamente para instituir os parâmetros para regular o processo de apropriação de eventos como os do 11 de setembro.

Nesse sentido, o exame dos processos de linguagem através dos quais se deu a apropriação dos eventos do “11 de setembro” pelo discurso corrente (mídia e discurso oficial) vai exigir que consideremos também como dados desta pesquisa alguns enunciados do discurso oficial, estes que estou chamando de atos de fala fundadores, produzidos antes dos

eventos em questão. Esses atos teriam fundado as categorias em torno das quais estão sendo pensados os novos conflitos mundiais.

Pois bem, um exame mais detido desses atos mostra que a apropriação dos acontecimentos do 11 de setembro pelo discurso corrente veio marcar o ápice de uma cadeia de atos de fala que, observada mais de perto, revela um esforço que vinha sendo empreendido para demarcar as novas fronteiras da atual ordem de forças, a partir da definição do rosto de um novo inimigo, de uma nova ameaça para o chamado mundo civilizado. Essa nova ameaça seria o “terrorismo” e Osama Bin Laden a sua mais perfeita tradução.

É importante lembrar que, quando digo que certas enunciações do discurso oficial instituem novas categorias para falar dos atuais conflitos, não estou querendo dizer que essas categorias são novas. A idéia de fundação aqui diz respeito à forma como essas categorias são apropriadas. Na verdade, o que temos é a refundação do conceito de ‘ameaça externa’, refundação esta garantida pelo poder que é delegado à voz oficial para falar dos novos conflitos e, assim, estabelecer suas fronteiras. Os atos de fala oficiais têm uma natureza diferente pelo fato de serem proferidos por autoridades, o que já lhes confere um efeito constativo no sentido austiniano do termo. A partir do momento em que alguém, revestido de uma autoridade tal, profere alguma coisa, no sentido de mostrar que uma tal coisa existe, ela passa a existir, ganhando, assim, um estatuto ontológico. Um sujeito revestido de uma certa autoridade tem o poder de fundar, de instituir aquilo que diz. A eficácia do discurso é, como vimos em Bourdieu, garantida pelo poder que é conferido ao enunciator e reconhecido por quem o escuta.

As principais categorias em torno das quais os eventos do 11 de setembro foram significados apontam para alguns desses atos de fala oficiais, que estou chamando de enunciações fundadoras. Os conceitos de ‘terrorismo’ e de ‘estados delinquentes’ são alguns deles. O primeiro, por exemplo, remete ao ato de fala que consistiu na definição oficial do que é o terrorismo para o Departamento de Defesa americano. O segundo, por sua vez, remete à definição feita por Robert Litwak, secretário da Defesa no governo Clinton, do que vem a ser um *rogue state*. Essa categoria, ao contrário da categoria política ‘terrorismo’, é relativamente nova, se bem que ela guarda semelhanças com a forma como os estados comunistas eram concebidos pelo Ocidente até pouco tempo atrás. *Rogue state* seria, de acordo com o discurso

oficial americano, literalmente um ‘estado delinquente’, um ‘estado renegado’, aquele que patrocina ‘o terror’.

Esse e outros momentos do discurso oficial, tais como a listagem feita também por Robert Litwak de todos os grupos que atuavam nos mais diversos lugares do mundo como “grupos terroristas”, e a declaração feita por Donald Rumsfeld, em maio de 2001, de que Bin Laden era o inimigo público número um dos EUA, e que já dispunha de armas com um grande poder de destruição, constituem enunciações definidoras de uma nova grade conceitual que foi posta em cena para tornar possíveis os sentidos dos novos conflitos mundiais e os sentidos de eventos como os do 11 de setembro de 2001.

As representações e os principais conceitos

Duas macrorrepresentações serviram de base para os sentidos que foram propostos para o “11 de setembro”: a representação do *novo inimigo externo*, já identificado antes dos eventos em questão com as idéias de fanatismo, terrorismo, intolerância, fundamentalismo, etc., e a representação do que seria, de acordo com o discurso corrente, o seu oposto, ou seja, o estado civilizado, livre, democrático, plural, tolerante, com todos os valores que constituem a cultura ocidental. Essas duas macro-representações são, por sua vez, tornadas possíveis por oposições do tipo: civilização-barbárie, bem-mal, mesmo-outro, razão-desrazão, etc., oposições que estão na base de nossa forma de pensamento.

Depois da queda do muro de Berlim, a representação da *ameaça externa*, do *outro inimigo*, da velha e conhecida *alteridade abjeta*, como veremos no tópico que segue, vem se dando através da representação do *terrorista fanático-religioso* e do *ditador*, como por exemplo, as figuras de Bin Laden e Saddam Hussein. Essas duas representações estão, por sua vez, ligadas, à uma outra representação que, como vimos antes, vem sendo proposta já há algum tempo: a figura do *Estado delinquente*. Essas figuras seriam espécies de metonímias dessa *alteridade inimiga abjeta*. Pois bem, essa representação geral da *alteridade inimiga abjeta* é uma das principais âncoras dos sentidos que constituem o macro-objeto “11 de setembro”.

Quanto aos conceitos mais centrais em torno dos quais foram propostos sentidos para os eventos em questão, estes, como já foi dito anteriormente, foram basicamente dois: o conceito de ‘terrorismo’ (sobretudo o de ‘terrorismo internacional’) e o conceito de ‘guerra’.

Se observarmos as formas de nomeação e os processos referenciais por meio dos quais foram propostos sentidos para os episódios, o tipo de ameaça que eles supostamente implicam e os dois lados envolvidos, veremos que esses “jogos de linguagem” impõem um universo de discurso tornado possível por um conjunto de pressupostos que merecem uma certa discussão.

Antes de falarmos desses pressupostos, é preciso dizer em que sentido a questão da pressuposição está sendo considerada aqui, o que vai exigir uma pequena divagação teórica.

Na reflexão recente dos estudos da linguagem, duas visões sobre a questão da pressuposição merecem destaque: a concepção da teoria dos atos de fala, de Austin, e a concepção de Oswald Ducrot. Como lembra Cervoni, “o estudo da pressuposição ocupa um lugar primordial na reflexão sobre as relações entre o *poder* e o *dizer*.”²³⁸ É precisamente essa relação que nos leva a fazer referência a essas duas formas de compreensão da pressuposição: Austin e Ducrot. Enquanto para o primeiro a pressuposição era parte das condições de emprego dos performativos que deveriam ser preenchidas para que um ato de fala se realizasse com felicidade, para o segundo a pressuposição não passa de um ato de linguagem específico. Ducrot²³⁹ confere à pressuposição o mesmo estatuto de um ato de fala qualquer – uma afirmação, uma ordem, uma interrogação. A pressuposição é um ato de fala porque também tem o poder de modificar as relações intersubjetivas dos interlocutores. A pressuposição cria obrigações, instaura direitos e deveres, atribui papéis aos indivíduos.

Como lembra Cervoni, a especificidade da pressuposição “reside na maneira como ela impõe ao interlocutor um quadro para a continuação do diálogo: ela o obriga a considerar como se o conteúdo do pressuposto fosse uma verdade estabelecida, que não pode ser posta em questão”. Quando há um encadeamento, acrescenta o autor, “este, em princípio, só pode ser feito sobre o posto, e não sobre o pressuposto.”²⁴⁰

Essa visão da pressuposição como um ato de linguagem específico, colocada por Ducrot, nos fornece uma boa ferramenta para pensarmos a questão dos pressupostos que

²³⁸ Jean Cervoni. *A enunciação*. Trad. de L. Garcia do Santos. São Paulo: Ática, 1989, p. 98.

²³⁹ Oswald Ducrot. *Princípios de Semântica linguística* (dizer e não dizer). São Paulo: Cultrix, 1979.

²⁴⁰ Jean Cervoni, op. cit., p. 98.

estão na base dos processos semânticos que foram mobilizados para significar os episódios do 11 de setembro. Esses pressupostos seriam do tipo: há terrorismo e terroristas no mundo; há um terrorismo internacional; há um novo “Mal”; esse novo “Mal” é o terrorismo; existem “estados delinquentes”, entre outros. Tais pressupostos impuseram o universo de discurso a partir do qual foi construída toda uma retórica em favor da guerra e de uma política que não devia medir esforços para erradicar a nova ameaça, o novo “Mal” do mundo.

Ou seja, a partir do momento em que uma autoridade afirma que existe uma ameaça a um estado de poder, que essa ameaça tem tais e tais características e que deve ser combatida por tais e tais motivos, está sendo imposto aí um quadro que define as condições nas quais vão ser estabelecidas as relações entre esse estado de poder (que seria a instância do *mesmo*) e tudo o que lhe faz resistência (a instância do *outro*, no caso, um *outro inimigo*). É a partir desse recorte que vai se dar o embate entre essas duas instâncias.

O jogo designativo usado para nomear o *outro* – ato este que é, segundo Rajagopalan²⁴¹, eminentemente político – enquadra-o numa grade semântica em que o que se pode questionar é da ordem do posto, não do pressuposto. Tal fato impõe à instância do *outro* a posição de mero jogador, enquanto aquele que o nomeia reserva para si a posição de jogador e de juiz ao mesmo tempo. Esse é o grande problema colocado pelos jogos designativos e pelos pressupostos em torno dos quais foram produzidos sentidos para os eventos em questão.

4.2. Terrorismo e guerra: os conceitos fundamentais do discurso corrente e seus problemas

Vão matar muita gente, papai? Ninguém que
você conheça, querido, apenas estrangeiros
(John Le Carré).

Jacques Derrida, numa entrevista realizada pouco tempo depois dos episódios do 11 de setembro, respondendo à pergunta de como a filosofia poderia nos ajudar a entender tais eventos, afirma que os conceitos em torno dos quais esse ‘acontecimento’ foi significado

²⁴¹ Kavavillil Rajagopalan. *Designação: a arma secreta, porém incrivelmente poderosa, da mídia em conflitos internacionais*. Mimeo, 2003.

relevam do que o filósofo chama de “sono dogmático”. Para Derrida, o discurso corrente (o das mídias e o da retórica oficial) apoiou-se facilmente nos conceitos de “guerra” e de “terrorismo”, sobretudo na idéia de um terrorismo internacional, para falar desses episódios. Mas, o que significa, exatamente, dizer que foi mais fácil para o discurso corrente apoiar-se nos conceitos de “guerra” e de “terrorismo”, sobretudo internacional, para falar dos eventos do 11 de setembro e o que isso pode representar em termos de consequências?

Para entendermos por que os eventos do 11 de setembro foram significados basicamente a partir das noções de terrorismo e guerra, precisamos voltar um pouco ao tempo, precisamente, a alguns atos de fala que compõem a cadeia do discurso oficial americano sobre as atuais tensões do mundo. De acordo com alguns autores, entre eles Edward Said, Bruno Etienne, Jacques Derrida, Noam Chomsky, o mundo passou por uma redefinição de fronteiras não só no plano geo-político, mas, sobretudo, no quadro geral da ordem de forças. Tão logo o Muro de Berlim veio a baixo e pouco tempo depois já surgia no cenário acadêmico uma tese sobre as novas fronteiras do mundo no que diz respeito aos novos conflitos e tensões: era a tese do “choque de civilizações”, postulada, como já vimos, pelo cientista político americano Samuel Huntington, em 1993.

Como já foi dito em capítulo anterior, as reações a esta tese foram imediatas. Uma das mais incisivas foi a de Edward Said, para quem a tese de Huntington não passava de uma tentativa de fornecer aos americanos uma tese original sobre a nova configuração de forças num mundo pós-queda do Muro de Berlim.

Querelas à parte, o que se verifica é que esta tentativa de redefinição das novas fronteiras da política mundial e de suas tensões não se restringe ao âmbito acadêmico. Esse trabalho é empreendido, sobretudo, na esfera do discurso político oficial. Alguns acontecimentos que ocorreram na segunda metade dos anos 1990 foram decisivos para a definição da atual configuração de forças do mundo e de suas principais tensões. O “terrorismo” desponta como a grande e nova ameaça ao mundo civilizado. Alguns acontecimentos e eventos de fala decretam isso.

Mas, instituir o chamado terrorismo como a grande ameaça do mundo civilizado, depois da Guerra Fria, não bastava. Era preciso criar um ícone para a nova ameaça, o ícone que lhe desse corpo, forma e consistência, enfim, um ícone que a materializasse. Esse ícone também foi sendo construído aos poucos, a cada nova ação terrorista que lhe era atribuída.

Pois bem, em 2001, seu rosto foi definitivamente apresentado ao mundo como a nova encarnação do ‘Mal’. Estamos falando, naturalmente, de Osama Bin Laden, considerado pelos EUA “o maior terrorista do mundo” e o “inimigo público número um” não só da única superpotência do planeta, mas de todo o mundo dito civilizado. A partir daqui fica fácil entender por que os eventos do 11 de setembro foram significados basicamente a partir das categorias de ‘terrorismo’ e ‘guerra’, duas categorias que, segundo Derrida, se prestam facilmente a apropriações oportunistas, o que exige um trabalho constante de reconstrução e desconstrução de tais conceitos.

Eu prefiro considerar que a forma como essas categorias são pensadas no discurso oficial constitui uma forma específica de preenchimento do espaço sócio, uma forma que dá margem a manobras discursivas extremamente perigosas. E isso não deixa de ser um uso político, mas um uso que não se pauta necessariamente na noção de responsabilidade ético-política.

Segundo Derrida, o terror é um estado psicológico e metafísico, enquanto o terrorismo é uma mera categoria política. Essa distinção que Derrida faz entre ‘terror’ e ‘terrorismo’ mostra o quanto devemos ser cautelosos no uso desse último conceito, sobretudo quando esse conceito é mobilizado juntamente com o conceito de guerra. Hoje, talvez mais do que nunca, é preciso falar sobre as fronteiras dessas noções, tão frágeis quanto os discursos que são construídos em torno delas. Aliás, a própria fragilidade desses discursos já se deve à instabilidade dessas fronteiras. Vejamos porque.

De acordo com Chomsky, se compararmos o “11 de setembro” com os grandes crimes não intencionais cometidos por países imperialistas, como os EUA, a Inglaterra, a França, etc., – os chamados crimes políticos e ideológicos cometidos por países que se auto-denominam “democráticos” e capitalistas – chegaremos à conclusão de que a forma como se deu a apropriação do “11 de setembro” pelo discurso corrente (mídia e poder político) confere a esse evento um status trágico bem superior ao que geralmente é dado a tragédias que ocorrem além das fronteiras dos (ex)colonizadores do mundo. Quando comparado a algumas das muitas atrocidades cometidas recentemente por essas “democracias” capitalistas, algumas intencionais, outras não, o “11 de setembro” passa a ter um status bem diferente do que o que lhe foi dado pela grande mídia e pelo discurso oficial. Em uma entrevista sobre o assunto, Chomsky lembra que:

(...) só os crimes do inimigo é que contam. São eles os que deploramos e os que nos angustiam. Quanto aos nossos, que podem ser monstruosamente piores, eles simplesmente não entram em nosso campo visual. Não são estudados, não se lê sobre eles, não se pensa neles. Ninguém escreve sobre eles. Simplesmente não nos é permitido pensar neles e, se concordamos com isso, é por opção nossa.²⁴²

Chomsky lembra que se as potências ocidentais resolvessem assumir suas próprias definições oficiais do que entendem por “prática terrorista”, como, por exemplo, a que consta no *U.S. Code* ou nos manuais do Exército americano, os Estados Unidos seriam o estado líder do terrorismo, assim como os países que são seus principais aliados.

De acordo com o *U. S. Code*, um “ato de terrorismo quer dizer qualquer atividade que:

- a) envolva um ato violento ou uma séria ameaça à vida humana que seja considerado delito pelos Estados Unidos ou qualquer outro Estado, ou que seja delito assim reconhecido, se praticado dentro do território jurisdicional americano ou de qualquer outro Estado;
- b) aparente (i) ser uma intimidação ou coerção à população civil; (ii) influencie a política governamental por meio de intimidação ou coerção; (iii) ameace a conduta de um governo por um assassinato ou um sequestro.” (*United States Code Congressional and Administrative News*. 98º Congresso, Segunda Sessão, 19 de outubro de 1984, volume 2, parágrafo 3077, 98 STAT. 2707 {*West Publishing Co.*, 1984}).²⁴³

Gestos como esse, a saber, o da definição do que venha a ser uma prática terrorista, nos coloca a tarefa de pensar a linguagem não só como ação fundadora, institucionalizadora, naturalizadora – um tipo de relação com o mundo que não é nem necessário nem único – mas

²⁴² Noam Chomsky. *Poder e terrorismo – entrevistas e conferências pós-11 de setembro*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005, pp. 104-105.

²⁴³ Noam Chomsky. *11 de setembro*. Trad. Luiz Antonio Aguiar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 17.

como algo que, por ser apenas discurso, carrega em si, como lembra Derrida²⁴⁴, a necessidade de sua própria crítica.

Se pensarmos que o signo é um espaço preenchido por forças ou, como queria Bakhtin, uma arena de lutas, então os sentidos que o preenchem resultam também de choques de vontades, de conflitos, tensões e antagonismos. O campo das ações, por exemplo, é particularmente problemático. A forma como as ações se inscrevem no mundo será sempre atravessada por conflitos, choques de vontades de representação e relações de poder. Um dos elementos que torna a inscrição de uma ação no mundo problemática é exatamente o projeto de representação que está por trás dela. Esse projeto de representação é, pois, sustentado por um sistema de interpretações. Por isso, as ações são também produtos de representações ou de vontades de representações que são, por sua vez, produtos de um sistema de normas de interpretação.

Só esta questão já é suficiente para pensarmos, por exemplo, em quão é problemático definir uma ação como “terrorista”. Derrida, ao ser inquerido sobre a possibilidade de se marcar distinções nos usos atuais do conceito de terrorismo, lembra que é preciso sermos prudentes quando nos servimos de palavras como “terrorismo”, ou de expressões como “terrorismo internacional”. Sobre isso, Derrida começa por colocar as seguintes questões:

O que é o terror? O que o distingue do medo, da ansiedade e do pânico? (...) como pode um terror que é organizado, provocado e instrumentalizado diferir daquele medo que uma tradição inteira, de Hobbes a Schmitt, e até a Benjamin, considera a condição mesma da autoridade da lei e do exercício soberano do poder, a condição mesma da política e do Estado?²⁴⁵

Derrida lembra que em *Leviatã*, Hobbes não fala só de *fear* (medo), mas de *terrou* (terror), assim como Benjamin, em seu ensaio *Por uma crítica da violência*, mostra o quanto o Estado promove, precisamente pela ameaça, o monopólio da violência.

²⁴⁴ Jacques Derrida. *A escritura e a diferença*. Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1995.

²⁴⁵ Jacques Derrida. *Auto-imunidade: suicídios reais e simbólicos*. In: BORRADORI, G. Op. cit., p. 112.

O conceito de violência terrorista, por exemplo, se funda a partir da violência que é empreendida pelo Estado, ou seja, da violência que goza da condição de ser legítima porque praticada pelo Estado, em nome da garantia e manutenção da ordem estabelecida. Mas, até que ponto a violência que o Estado comete estaria livre de ser também considerada, por vezes, uma violência terrorista, uma vez que há também nessa violência um aspecto de intimidação constante sobre aqueles que estão sob sua jurisdição?

Derrida, perguntado sobre quem é mais terrorista – se o Estado ou aqueles a quem o Estado assim nomeia – considera que essa pergunta é ao mesmo tempo necessária e destinada a continuar sem resposta. Ela é necessária, porque leva em conta o fato de que todo ato visto como terrorista constitui uma reação a uma situação que progride em escala. Segundo Derrida, equivaleria a dizer:

Estou recorrendo ao terrorismo como um último recurso, porque o outro é mais terrorista do que eu; estou me defendendo contra-atacando; o terrorista real, o pior, é aquele que me privou de todo outro meio de reagir antes de se apresentar, o primeiro agressor, como uma vítima.²⁴⁶

Derrida, indo mais fundo na questão de quem é mais terrorista, observa que essa questão não deve ser resolvida por uma lógica pura e objetivamente *quantitativa*, porque a pergunta não pode implicar uma avaliação formal. Derrida lembra que

Atos ‘terroristas’ tentam produzir efeitos psíquicos (conscientes ou inconscientes) e reações simbólicas ou sintomáticas que poderiam provocar inúmeros desvios, na verdade um número incalculável deles. A qualidade ou intensidade das emoções provocadas (sejam conscientes ou inconscientes) nem sempre é proporcional ao número de vítimas ou ao montante do prejuízo. Em situações e culturas nas quais a mídia não espetaculariza o acontecimento, a matança de milhares de pessoas em um período de tempo muito curto poderia provocar efeitos psíquicos e políticos

²⁴⁶ Idem, p. 117.

menores do que o assassinato de um único indivíduo em outro país, cultura ou Estado-nação com recursos de mídia altamente desenvolvidos.²⁴⁷

Além desse fato, Derrida questiona se o terrorismo tem de trabalhar necessariamente com a morte, se não é possível aterrorizar sem matar. E mais: se o fato de “deixar morrer” ou simplesmente “não querer saber se outros são deixados à morte” – centenas de milhões de pessoas que são deixadas à morte por causa da fome, da aids, da falta de tratamento médico – enfim, se tudo isso também não faz parte “de uma estratégia terrorista ‘mais ou menos’ consciente e deliberada”.²⁴⁸ E acrescenta:

Estamos talvez errados ao supor tão apressadamente que todo terrorismo é voluntário, consciente, organizado, deliberado, intencionalmente calculado; existem ‘situações’ históricas e políticas em que o terror opera, por assim dizer, como se por conta própria, como simples resultado de algum aparato, graças às relações de força em jogo, sem que ninguém, nenhum sujeito consciente, nenhuma pessoa, nenhum ‘eu’, tenha realmente consciência disso ou se sinta responsável. Todas as situações de opressão estrutural social ou nacional produzem um terror que não é natural (à medida que é organizado, institucional), e todas essas situações dependem desse terror, sem que aqueles que dele se beneficiam cheguem jamais a organizar atos terroristas ou a serem tratados como terroristas.²⁴⁹

De um certo ponto de vista, a violência que o Estado considera como terrorista vem a ser toda violência que represente uma ameaça ao Estado, no sentido de alterar a sua estrutura jurídico-política. A princípio, se o Estado enquanto ordem político-jurídica é uma instituição que não deve ser considerada como pronta e acabada, então certas forças empreendidas para alterar essa estrutura teriam, a princípio, a mesma legitimidade política da força que foi antes empreendida para dar existência ao próprio Estado, que agora se defende das forças que desejam alterá-lo.

²⁴⁷ Ibid., p. 117.

²⁴⁸ Ibid., p. 117.

²⁴⁹ Ibid., pp. 117-118.

Sob esse ponto de vista específico, a violência que foi denominada nos anos 60 e 70, na Europa e no Brasil, de terrorismo de extrema esquerda, poderia muito bem ter sido considerada como um movimento de reformulação da estrutura do Estado. Em síntese, “terrorismo” é o nome dado pelo Estado de direito à um tipo de violência que ameaça a sua estrutura política, jurídica e social. Essa atribuição só é possível por causa do esquecimento que o próprio Estado promove sobre a violência fundadora que o constitui e que precisa ser banida de sua memória para permitir sua existência, manutenção e funcionamento.

Além disso, se pensarmos na noção de jogo em Derrida, ou na noção de monopólio da violência pelo Estado, em Benjamin, veremos que o “conceito” de terrorismo salta da oposição entre um poder instituído e certas forças que se colocam como contra-poder, ou seja, forças que visam alterar as relações de poder numa determinada estrutura.

Quanto ao conceito de guerra, Derrida lembra que uma leitura *crítica* de Carl Schmitt, nos seria duplamente útil. Primeiro, para vermos até onde é possível a diferença entre a guerra clássica – que envolve a confrontação direta e *declarada* entre dois Estados inimigos, na tradição do direito europeu –, a “guerra civil” e a “guerra partidária”. Depois, para reconhecermos que a violência que explode hoje não releva da guerra.

Na análise que faz da reação americana ao “11 de setembro”, na entrevista acima referida, Derrida destaca que a expressão “guerra contra o terrorismo” é das mais confusas, e que é preciso analisar a confusão e os interesses a que esse abuso retórico pretende servir. Um dos aspectos dessa confusão diz respeito, seguramente, ao fato de que o governo americano declarou guerra a um inimigo impossível de ser definido em termos geo-políticos. Bin Laden, considerado, depois dos atentados do 11 de setembro, o maior terrorista da atualidade, não representa a figura política de um Estado. Além disso, não é possível definir um território como sendo um território que abriga ou “patrocina” o terrorismo, uma vez que os Estados Unidos e a Europa são considerados lugares de formação e de informação para todos os “terroristas” do mundo. Derrida lembra que nenhuma designação territorial é, na atualidade, mais pertinente para localizar a origem das novas tecnologias de transmissão e de agressão, uma vez que a chamada agressão “terrorista” já não tem mais necessidade de aviões, de bombas ou de kamikazes: basta introduzir-se em um sistema informático de valor estratégico e instalar um vírus para perturbar ou paralisar os recursos econômicos, militares e políticos de

um país ou de um continente. E isso pode ser feito em qualquer lugar e com meios bem reduzidos.

Derrida ressaltava ainda que, comparado às possibilidades de destruição e de caos que estão reservadas para o futuro, nas redes informatizadas do mundo, o “‘11 de setembro’ ainda é parte do arcaico teatro da violência destinado a chocar a imaginação”.²⁵⁰ Ou seja, é possível fazer bem pior amanhã, invisivelmente, em silêncio, de uma maneira muito mais eficaz e de forma não sangrenta, atacando as *networks* de informática, das quais depende, por exemplo, toda a vida social, econômica, militar, etc., da maior potência do mundo. Para Derrida o terrorismo não é senão um conceito indefinível que expõe o universo político aos perigos iminentes que se anunciam como os grandes desafios do futuro.

Giovanna Borradori observa que, por não sabermos exatamente sobre o que o terrorismo se funda, fica difícil atribuir a esta ação um conteúdo político, livrando-a, assim, da criminalidade comum. Além disso, resta ainda saber se existe um terrorismo de Estado, se o terrorismo se distingue notadamente da guerra e se um Estado, ou uma coalizão de Estados pode declarar guerra a uma entidade outra que não seja uma entidade política. Esse caráter indefinível do terrorismo, lembra a autora, é frequentemente negligenciado pelas mídias ocidentais e pelo Departamento de Estado americano, que utilizam o termo como um conceito pleno de si.

Para Habermas, o conteúdo político do terrorismo deve ser aferido pelo realismo de seus objetivos. O filósofo se recusa a ver um conteúdo assim no terrorismo que o “11 de setembro” mostrou ao mundo, pelo fato desta ação não ter sido motivada, pelo que parece, por objetivos realistas. Segundo ele, o terrorismo não tem mais conteúdo político como antes. Por esta razão, assusta-lhe a decisão tomada pelo governo americano de declarar guerra ao terrorismo, fato este que dá a esta prática uma legitimidade política. O filósofo também se mostra preocupado com a possível perda de legitimidade dos governos democráticos liberais, que certamente, correm o risco de reagir a um inimigo desconhecido. Segundo ele,

O Estado corre o risco de cair em descrédito, pela evidência de seus recursos inadequados: tanto no plano doméstico, com uma militarização das medidas de

²⁵⁰ Ibid., p. 111.

segurança que colocam em perigo o Estado constitucional, quanto internacionalmente, com a mobilização de uma superioridade militar e tecnológica simultaneamente desproporcional e ineficaz²⁵¹.

Para Derrida, a desconstrução da idéia de terrorismo seria a única linha de conduta politicamente responsável, uma vez que a utilização que o Estado faz do problema acaba ajudando a causa terrorista. Esta desconstrução consiste fundamentalmente em mostrar que as distinções que são mobilizadas para falar do que se entende por *terrorismo* colocam uma série de problemas. A diferença entre terrorismo e guerra é uma delas. A guerra, segundo Derrida, também produz manobras de intimidação sobre os civis, o que constitui um aspecto terrorista desse tipo de ação. Além disso, nenhuma diferenciação rigorosa pode ser feita entre os diversos tipos de terrorismo, seja esta prática pensada em termos locais ou globais. Essa impossibilidade de se acrescentar um predicado ao que supõe-se ser o fundamento do terrorismo, revela uma outra impossibilidade: a de que o terrorismo possa ter uma significação, um programa e um conteúdo político estáveis.

Habermas e Derrida estão de acordo que a única saída seria promover a passagem da legislação internacional clássica, que ainda repousa sobre o modelo do Estado-nação do século XIX, para uma nova ordem cosmopolita em que as instituições multilaterais e as alianças continentais seriam os verdadeiros atores políticos.

Além disso, Derrida nos exorta a ficar atentos a um outro aspecto da relação entre o terrorismo e o sistema de comunicação mundializado, que seria tão ou mais perigoso quanto a ameaça terrorista em si: o bombardeio que a mídia fez e ainda faz com imagens e informações sobre o terrorismo. Derrida observa que isso nos impõe uma reflexão crítica. Ele lembra que, pela repetição da lembrança traumática, as vítimas tentam se convencer de que elas são capazes de resistir ao choque daquilo que pode se reproduzir. Logo, podemos concluir que esse bombardeio que a mídia faz com informações e imagens sobre o terrorismo acaba tendo um efeito devastador: a manutenção de um medo e de uma paranóia que fragilizam a população civil e a torna mais suscetível de seguir os comandos e as articulações ideológicas cujo

²⁵¹ Jürgen Habermas. Fundamentalismo e terror. In: Borradori, G. *Filosofia em tempo de terror: diálogos com Habermas e Derrida*. Trad. Roberto Mugiatti. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 41.

conteúdo aponte exatamente para o combate incessante daquilo que trouxe essa lembrança traumática.

A forma de apropriação dos episódios do 11 de setembro nos leva a crer que o efeito mais drástico desses episódios foi o fato de que o traumatismo que eles produziram assumiu uma dimensão tal que acabou se transformando num fato maior e mais assustador que os eventos em si. E o pior foi a percepção de que isso poderia ser usado em favor de muita coisa.

Segundo Derrida, os eventos do 11 de setembro não levaram às consciências e inconsciências apenas o que aconteceu, mas a ameaça indeterminada de um futuro mais perigoso do que o que foi um dia anunciado pela Guerra Fria.

Dito isso, o que se conclui é que, tenham ou não esses atentados uma justificativa política no sentido forte do termo, tenham ou não sido uma resposta à política externa que os EUA vêm adotando nos últimos anos, tenham ou não como principal objetivo a desestabilização de regimes apoiados pelos EUA, tenham ou não uma origem interna, esses episódios foram apropriados pelo poder político atual americano, e pela grande mídia de uma forma a trazer novamente à cena a paranóia (necessária do ponto de vista do *establishment*) em torno da velha figura da ameaça externa, agora simbolizada pela figura de Bin Laden e pelo tipo de terrorismo que ele empreende.

A organização internacional Al-Qaeda seria hoje a principal representante desse “novo terrorismo”, cuja dimensão e perigo que representa para a humanidade seria de tal ordem que a única forma de combatê-lo seria através de uma guerra contínua. A própria designação inicial “Operação Guerra Infinita” sintetiza bem a articulação ideológica que foi o processo de apropriação desses atentados pelo poder político, respaldado não só pelos retóricos da grande mídia americana, mas co-produzido por eles, pelo menos é o que mostram os significados que foram produzidos em pleno calor do acontecimento.

4.3. A nomeação do evento pela sua data: o começo do problema

Durante um bom tempo – e ainda hoje, embora menos frequentemente – a expressão “11 de setembro” esteve presente de uma forma tão intensa e repetitiva nas notícias diárias (tv, rádio, jornais escritos, internet) que sempre que a escutamos, temos a impressão de que ela remete para uma ‘coisa’ certa, definível, identificável, apreensível, como se não se

tratase de um mero efeito de linguagem, um efeito de sentido, criado pela repetição, pela reiteração de frases, de imagens, de textos, de discursos.

Mas, é preciso não esquecer o fato de que estamos apenas diante de uma ‘impressão’, de um efeito de referência, uma reificação. De maneira geral, a expressão refere-se a um evento, a um acontecimento, no sentido corrente do termo. Mas, por que nomear um acontecimento pela sua data? O que a ontologização de um acontecimento (um processo) dessa natureza implica?

Catástrofe, tragédia, carnificina, ação sanguinária, caos, destruição, desmoronamento, tormento, dor, revolta, impotência, intolerância, crueldade, vulnerabilidade, vingança. Como definir as ações do “11 de setembro”, do “11 de março”, do “7 de julho”, as ações dos bombardeios no Afeganistão e no Iraque, que mataram mais de um milhão de civis em cada um desses países, e as cotidianas explosões de homens e carros-bomba que matam quase todos os dias dezenas de iraquianos? Como definir ações como essas?

A problemática da significação dos eventos ocorridos em Nova York e em Washington, no dia 11 de setembro de 2001, começa precisamente na escolha da data como forma de designação. “11 de setembro” é uma data, e como tal, não tem função referencial no sentido corrente do termo. No entanto, uma instância discursiva o transformou na designação de um ‘acontecimento’. Por que isso foi feito e o que essa estratégia de linguagem significa? Por que nomear um acontecimento pela sua data?

“11 de setembro”: os efeitos paradoxais de uma designação

Derrida, ao falar sobre o ato de nomear os eventos do 11 de setembro pela data de sua ocorrência, ressalta que esse acontecimento foi *sentido* como algo marcante, mas que isso se deu de um modo apenas aparentemente imediato, isso porque tal ‘sensação’ foi, na verdade, menos espontânea do que aparentou. Segundo ele, essa ‘sensação de algo marcante’ foi, em grande medida, “condicionada, constituída, se não construída, delimitada de qualquer maneira pela mídia, com uma prodigiosa máquina tecno-sócio-política”.²⁵²

²⁵² Jacques Derrida. *Auto-imunidade: suicídios reais e simbólicos*. In: BORRADORI, G. *Op. cit.*, p. 95.

Derrida lembra que a ‘marcação de uma data na história’ pressupõe que ‘alguma coisa’ aconteceu e que não mais se repetirá, ‘alguma coisa’ que não se sabe como identificar, determinar, reconhecer ou analisar, mas que deve ficar a partir de então *esquecível*. Para Derrida, esse é o primeiro efeito da ação de nomear um acontecimento pela sua data. Além desse aspecto, Derrida observa que essa forma dêitica minimalista de nomear os eventos aponta para uma outra coisa: o fato de que não dispomos de conceito algum, de qualquer significado, para nomear de outra forma a *coisa* que acabou de acontecer, o suposto acontecimento.

No caso do “11 de setembro”, afirma o filósofo, uma forma lingüística como “terrorismo internacional”, por exemplo, não seria mais do que uma tentativa, com pretensão de rigor conceitual, de “captar a singularidade do evento”, o que seria uma tarefa impossível, visto que o pano de fundo histórico contra o qual esse evento se apresenta é extremamente complexo, o que não significa dizer que seja algo do qual não se possa falar.

A própria definição do “11 de setembro” como “ato de terrorismo internacional” esbarraria num problema: nem “terrorismo”, nem “terrorismo internacional” são conceitos auto-evidentes, por mais que exista um esforço para mostrá-los como tal.

Os ataques do 11 de setembro nos colocam diante de uma experiência (terror e trauma) que, embora esteja, como observou Derrida, além da linguagem, não deveria ter sido nomeada da forma como foi. A estratégia de designação do acontecimento pela sua data é um trabalho de linguagem que serve a muitos interesses. As implicações dessa estratégia são várias. A simples referência ao acontecimento pela sua data torna-o algo sempre aberto a todo tipo de predicação. Essa é a mais grave das implicações, porque faz com que o acontecimento se preste a apropriações diversas, de acordo com os interesses que estão em jogo.

Derrida lembra que o ato de nomear um evento pela sua data é a saída mais fácil para dar um nome a algo cuja identificação é uma tarefa impossível, ainda que politicamente necessária. O ato de nomear a ‘coisa’ acontecida pela sua data mostra que essa ‘coisa’ e seu significado continuam fora do alcance de qualquer linguagem. De acordo com Derrida,

Essa mesma coisa, o local e o significado do ‘acontecimento’, permanece inefável, como uma intuição sem conceito, uma unicidade sem qualquer generalidade no horizonte ou sem horizonte algum, fora de alcance para uma linguagem que admite sua impotência e é assim reduzida a pronunciar mecanicamente uma data,

repetindo-a interminavelmente, em uma espécie de sortilégio ritual, de conjuração de um poema, de ladainha jornalística ou refrão retórico que admite não saber do que está falando.²⁵³

A simples referência a um acontecimento pela sua data mostra que não sabemos sobre aquilo que nomeamos. No caso dos eventos do 11 de setembro, acrescenta Derrida, “a brevidade do nome (11 de setembro; 11/9) deriva não só de uma necessidade econômica ou retórica”. Segundo Derrida, “o telegrama dessa metonímia – um nome, um número – destaca o inqualificável, reconhecendo que não o reconhecemos ou sequer conhecemos, que ainda não sabemos como qualificar, que não sabemos do que estamos falando”.²⁵⁴

A designação do acontecimento pela sua data teria, então, um valor metonímico: uma parte que tem por função representar um todo que é não só incontornável, mas que é, pela própria forma que assume – a de um conceito aberto a todo tipo de predicação – preenchível em termos *ad infinitum*. Esse é, a meu ver, o grande problema de se nomear um evento dessa natureza a partir dessa estratégia de linguagem.

Para Derrida, esse é o primeiro e indiscutível efeito do que aconteceu no dia 11 de setembro de 2001 – a repetição de um acontecimento traumático pela sua data. Segundo Derrida, “nós repetimos isso, *precisamos* repetir isso, e é muito necessário repetir, porque não sabemos realmente o que é nomeado assim”. Essa repetição teria como efeito

(...) exorcizar duas vezes em um só golpe: por um lado, esconjurar como por mágica a ‘coisa’ em si, o medo ou o terror que ela inspira (pois a repetição sempre protege, por neutralizar, distanciando um traumatismo, e isso é verdade em relação à repetição das imagens televisionadas de que falaremos depois); e, por outro lado, para negar, tão próximo quanto possível deste ato de linguagem e desta enunciação, nossa impotência de nomear de maneira adequada, de caracterizar, de pensar a coisa em questão, de ir além do mero dêitico da data: alguma coisa terrível aconteceu no dia 11 de setembro, e, ao final, não sabemos o que foi.²⁵⁵

²⁵³ Idem, p. 96.

²⁵⁴ Ibid., p. 96.

²⁵⁵ Ibid, pp. 96-7.

Mas o que significa dizer que a repetição da designação *11 de setembro*, sua enunciação, tem como um de seus efeitos a confissão de nossa impotência para nomear o evento em si, de maneira adequada, para caracterizar, para pensar a coisa em questão, enfim, nossa incapacidade para ir além do simples dêitico da data?

Derrida, insistindo na questão da forma como o evento foi nomeado, ressalta a necessidade de ficarmos atentos a esse fenômeno que, ao nomear e datar, nos leva a uma compulsão para a repetição, segundo ele, ao mesmo tempo mágica, retórica e poética. Devemos, pois, ficar atentos “ao que essa compulsão significa, traduz ou trai”, não para nos isolarmos na linguagem, mas para entendermos o que acontece *além* dela, e o que nos leva a repetir constantemente, mesmo sem sabermos do que se trata, “precisamente ali onde a linguagem e o conceito esbarram nos seus limites: ‘onze de setembro’, setembro, 11, *le 11 septembre*, 11/9.”²⁵⁶

Derrida assevera que é preciso pensar nesse primeiro efeito do ‘acontecimento’. É preciso, segundo ele, ficar atento a questões como: de onde vem essa injunção ameaçadora que nos chega? Como ela está nos sendo imposta? Que forças nos colocam esse imperativo, para “nomear, repetir, renomear “11 de setembro”, “*le 11 septembre*”, mesmo quando ainda não se sabe o que está dizendo e ainda não se está pensando naquilo que é referido dessa maneira?”²⁵⁷

Ora, a nomeação do evento pela sua data gera, pois o seguinte paradoxo: ao mesmo tempo em que a forma de nomeação do evento cria a ilusão de que ele nunca mais se repetirá (monumentalização, trabalho de arquivo), ela transforma o evento num conceito, ou seja, em algo eternamente aberto a predicções, algo sempre suscetível de ser mobilizado para justificar ações e legitimar práticas. Eis um outro aspecto da estratégia de designação do evento. Se, por um lado, a experiência do evento aponta para algo que está além da linguagem (a experiência do terror e do trauma), o que, segundo Derrida faria com que, desse ponto de vista, o evento resista a qualquer tentativa de definição, por outro a própria escolha da expressão “11 de setembro” sugere uma estratégia para tornar impossível a definição de algo que não se quer mostrar. Além disso, essa “coisa” que não se deseja mostrar passaria, pela própria forma como foi nomeada, a constituir algo sempre aberto a todo tipo de predicação – uma espécie de carta

²⁵⁶ Idem, p. 97.

²⁵⁷ Ibid., pp. 97-8.

sempre pronta a ser retirada da manga de um estado de poder no momento em que seus interesses se encontrem ameaçados.

A escolha da data para denominar os eventos nela ocorridos faz com que uma expressão com função dêitica passe a funcionar como um nome. Como se trata de um dêitico que passou à função de nome, tal forma de nomeação passa a constituir uma forma de linguagem aberta à colagem de todo tipo de sentido, de todo tipo de predicação, o que faz com que o caráter de dêitico desapareça, embora seja ele que torne possível essa predicação *ad infinitum*. Essa estratégia de denominação de eventos como esse pela sua data continuou com o “11 de março” espanhol e o “7 de julho” inglês. No entanto, essas formas de denominação não vingaram, o que faz do “11 de setembro” uma enunciação fundadora e dessas outras, não. É precisamente porque o “11 de setembro” é uma enunciação fundadora que as outras datas não o são. A designação “11 de março”, por exemplo, não vingou porque já se cola na designação “11 de setembro” – ato de fala fundador.

Essa primeira característica da significação desses eventos na grande mídia mostrou como se dá a articulação das forças que fazem da língua uma espécie de primeira trincheira de guerra, no caso do objeto desse trabalho, das guerras que sucederiam tais eventos. No caso do objeto aqui em questão, essa trincheira lingüística se constitui fundamentalmente pelas formas de nomeação do evento em si, dos seus supostos empreendedores, de quem sofreu a ação e do tipo de ameaça que o evento supostamente materializa. Pois bem, é sobre esses processos, que denunciam a guerra que existe na língua, de que falaremos agora.

4.4. A construção “11 de setembro”: atos de linguagem, nomeação, referenciação e representação

A impossibilidade e a necessidade da definição

Ao falarmos de “construção” do macro-objeto “11 de setembro”, não devemos pensar nisso enquanto algo que já aconteceu, enquanto um produto acabado, mas algo que está sempre acontecendo. O termo construção, aqui, remete à idéia de continuidade, de inacabamento, pois a própria forma de denominação do evento coloca a impossibilidade de

finalização desse processo, fazendo do evento que nomeia algo sempre aberto a diversos tipos de predicação.

Nesse tópico, pretendo discutir como se deu a construção discursiva do macro-objeto “11 de setembro”. Antes, porém, acho necessário comentar por que estou considerando o “11 de setembro” um macro-objeto.

Segundo Derrida, a expressão “11 de setembro” resulta da impossibilidade de se encontrar um nome para algo que estaria além da linguagem – a experiência do terror e do trauma. Essa impossibilidade estaria relacionada ao fato de que o “11 de setembro” teria mostrado a possibilidade de um futuro bem pior – uma ferida aberta, impossível de ser contornada pela possibilidade do pior. Seria o futuro que determinaria a inapropriabilidade do “11 de setembro”.

Mas, se por um lado, a designação “11 de setembro” resulta da impossibilidade de se nomear uma ferida que foi aberta e que não pode ser definida pelo fato de apontar para a possibilidade de algo bem pior, algo que ainda estaria por vir, por outro lado esta forma de nomeação do evento denuncia um esforço para tornar impossível a identificação de algo que não se deseja mostrar. Por essa razão, a saída mais fácil para esse tipo de evento é a nomeação pela data: “11 de setembro”, “11 de março”, “7 de julho” – é a repetição de uma mesma estratégia para nomear tanto o que está além da linguagem, como o que não pode ser identificado por ela.

Tal fato nos impele, pois, a um trabalho de linguagem que funcione de maneira contrária ao que foi feito pelo discurso corrente. É preciso mostrar que essa “inomeabilidade” que acompanha esse tipo de ação não se deve unicamente ao fato dela apontar para uma experiência que está além da linguagem, mas principalmente para um conjunto de elementos que compõem uma atmosfera de tensões históricas carregadas de contradições.

Como tentarei argumentar, ao mesmo tempo em que o “11 de setembro”, por uma simples questão de memória do futuro, um futuro que se anuncia como possivelmente pior do que o presente, resiste a um trabalho de nomeação ou de definição, é preciso definir um tal evento. Essa definição seria uma resposta (no sentido de responsabilidade) não só à própria alteridade do evento, alteridade esta que se furta aos nossos olhos por várias razões, mas à própria alteridade do horizonte do qual ele desponta. Situações de apropriação de eventos como estes nos obrigam, conforme já disse em tópico anterior, a estar sempre olhando a

linguagem como espaço preenchido por forças que se confrontam na luta pela hegemonia dos sentidos. Como podemos ver, ao mesmo tempo em que uma memória de futuro nos coloca a impossibilidade de definir um evento como esse, essa mesma memória de futuro exige-nos uma *resposta* a esse mesmo evento, uma resposta que considere as tensões, os conflitos, enfim, que não seja indiferente à guerra que acontece no espaço da linguagem.

Como vimos anteriormente, para Derrida, o “11 de setembro” não passou de um efeito auto-imunitário. Já para o jornalista de investigação Thierry Meyssan o evento não passou de um ‘Golpe de Palácio’ promovido por extremistas de direita. De uma maneira ou de outra, essas duas leituras apontam para um horizonte de tensões e contradições históricas extremamente nebuloso.

O “11 de setembro” é um macro-objeto não apenas porque sua construção não acabou. Essa forma de designação funciona como uma espécie de receptáculo de um conjunto de predicções que se referem, ora ao episódio em si (*o maior atentado terrorista da história, atos covardes, carnificina, ataque contra a civilização*, etc.), ora a seus responsáveis (*fanáticos religiosos, fundamentalistas, terroristas suicidas*, etc.), ora a uma forma confusa de referência ao tipo de ameaça que supostamente ele implica. A agressão e o agressor constituem objetos abertos a predicções que estão sempre dispostas a ser identificadas e coladas ao rótulo linguístico “11 de setembro”, usado para referir e designar as ações ocorridas na referida data. Além desses objetos, fazem parte também dos limites do macro-objeto “11 de setembro” as representações do agredido. Sendo assim, a questão que se coloca é: *como* esses objetos ou essas representações são construídos, por meio de que formas de linguagem, e o que tais formas implicam?

Nomeação e representação do outro: tensão e contradição na linguagem

Como vimos em tópico anterior, depois da Segunda Guerra, as potências vencedoras lançaram-se numa corrida armamentista e num processo de expansão que tiveram como um de seus propósitos impedir a expansão uma da outra. Essa tentativa de um país minar a expansão do outro acabou deixando sementes. Bin Laden é uma delas.

Durante o período da Guerra Fria, o grande inimigo eleito do chamado mundo livre e democrático foi o comunismo. Com o colapso do mundo comunista e a queda do Muro de Berlim, iniciou-se a construção de uma nova ameaça externa: o terrorismo, que passou, a partir

do momento em que foi instituído o inimigo público número um dos EUA, a ter na representação “Bin Laden” a sua expressão por excelência. A figura de Bin Laden passou, então, a constituir a metonímia atual da velha representação do inimigo externo do centro do Ocidente, da alteridade vil e abjeta cuja presença é fundamental em toda estrutura de poder expansionista. Tal representação, ao lado de outras, como “Saddam Hussein”, “grupo terrorista”, “estado delinquente” (*rogue state*), “terrorista suicida”, “eixo do mal”, passou a constituir um dos novos protagonistas dos conflitos atuais e a figurar com frequência na retórica oficial.

A representação da nova alteridade inimiga do Ocidente, hoje materializada e simbolizada pela figura de “Bin Laden”, foi, naturalmente, construída em oposição à auto-representação que o Ocidente sempre fez de si, auto-representação constituída por elementos do tipo “mundo livre e democrático”, “civilização”, “Estado de direito”, entre outros. Essa auto-representação implica, como toda representação da instância do *mesmo*, em ver tudo o que está fora dos seus limites como alteridade que inspira, no mínimo, cuidado.

Edward Said, em seu livro “Orientalismo”,²⁵⁸ mostra como o Ocidente constrói uma representação do Oriente enquanto uma entidade constituída fundamentalmente pela idéia do pitoresco, do bizarro, do estranho, de algo que pode, de uma certa forma, representar um perigo, pela própria alteridade que representa.

A metonímia Bin Laden, por exemplo, é um dos produtos dessa relação do Ocidente com os seus outros, no caso, um outro que foi ajudado a se livrar das garras de uma outra alteridade que, na época, ameaçava a hegemonia do centro do Ocidente. Pois bem, o fim dessa alteridade abjeta exigiu que uma nova alteridade fosse posta em seu lugar. A metonímia ‘bin Laden’ resulta do processo de nomeação e representação dessa nova entidade, ou melhor, dessa nova alteridade.

De maneira geral, os limites discursivos da representação do que seria a *nova ameaça* ao “mundo civilizado” são constituídos por um conjunto de expressões que já vêm há algum tempo fazendo parte da nova retórica sobre os novos conflitos mundiais. Não muito diferente do que acontecia no período em que o grande inimigo do Ocidente era o mundo comunista,

²⁵⁸ Edward Said. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

no mundo pós-“11 de setembro” as formas de linguagem variam, mas as fronteiras que elas demarcam são as mesmas.

Os sentidos que foram acionados para definir os limites do macro-objeto “11 de setembro” apontam para um quadro de representações não muito diferente do que havia, quando o mundo era dividido entre comunistas e capitalistas. O que antes se auto-representava como bloco capitalista, mundo livre e democrático, hoje se auto-representa como ‘civilização’ que se opõe a uma ameaça representada como uma experiência de “barbárie” – “o terror”, o “terrorismo suicida”, o “fanatismo suicida”. A nova ameaça do “mundo civilizado” seria o “terrorismo internacional”, patrocinado também por alguns “países renegados”. Ao invés do fantasma da guerra atômica, vivemos agora aterrorizados pelo fantasma do sequestro de aviões, da bomba no trem ou no ônibus, do carro-bomba, do homem-bomba, da bomba bacteriológica, da arma química. Eis a face do novo ‘Mal’ ou a nova face do ‘Mal’, segundo o discurso dominante.

O evento no discurso corrente e a guerra na língua

O conjunto das expressões utilizadas em referência ao episódio, a seus agentes e ao tipo de ameaça que esse episódio representa, na cobertura dos dois jornais aqui analisados, a saber, *Folha de São Paulo* e *O Globo*, são excelentes indícios de como esse novo “Mal” está sendo construído. Essas expressões foram retiradas do conjunto de textos que constitui a cobertura dada por cada jornal ao evento. São dados que foram retirados apenas da edição do dia 12 de setembro de 2001. Procurei, no entanto, observar as edições de cada jornal dos 30 primeiros dias pós-“11 de setembro”, para ver se o conjunto das expressões usadas em referência ao episódio, ao agressor, ao agredido e ao tipo de ameaça para o qual o evento aponta variava significativamente. Como essa variação, em termos gerais, não se mostrou tão significativa assim, em relação às questões mais centrais desse trabalho, a discussão aqui apresentada toma como referência apenas o conjunto das expressões usadas na cobertura do “dia seguinte”.

No total, foram observados 152 (cento e cinquenta e dois) textos, distribuídos da seguinte forma: 85 (oitenta e cinco) referentes à cobertura do jornal *Folha de São Paulo* e 57 referentes à cobertura do jornal *O Globo*. Evidentemente, nem todo texto continha expressões usadas em referência aos “objetos” em questão. Desse montante de textos, apenas alguns

continham dados relevantes. Minhas considerações tomam esses textos como referência. Dos textos que se destacam em termos de “dados” os editoriais têm uma considerável importância. Nos dois jornais analisados, os editoriais mostram dados bastante relevantes para a discussão que estou propondo.

Dois desses editoriais funcionam, sem exagero, como uma espécie de protótipo da maioria dos textos que vieram pela frente, nos dois jornais. Refiro-me aos textos que representam mais proximamente a voz da instituição jornalística. Os editoriais aqui sob análise são os textos “Guerra na América”, do jornal *Folha de São Paulo*, e “Resposta ao horror”, do jornal *O Globo*. Os textos que os seguiram, por continuarem recorrendo aos mesmos jogos designativo-referenciais, aos mesmos pressupostos, oposições e representações, constituem uma espécie de continuação desse “discurso sobre o evento”, um discurso que anda longe de problematizá-lo, de falar sobre as obscuridades e confusões que a mobilização de certos conceitos e formas de linguagem produzem. Por essa razão, a discussão sobre a construção do “11 de setembro” tem como referência geral esses dois textos e alguns trechos de outros textos. Com relação ao discurso oficial, tomo como referência os primeiros pronunciamentos feitos pelo presidente George W. Bush e alguns trechos de pronunciamentos feitos por outras autoridades políticas e militares.

O primeiro texto que destaco é o editorial número um do jornal *Folha de São Paulo*, intitulado *Guerra na América*, do dia 12 de setembro de 2001. Vejamos o texto.

Guerra na América

Editoria: OPINIÃO Página: A:2

Edição: São Paulo Sep 12, 2001

Seção: EDITORIAIS

É cedo para avaliar a exata dimensão dos devastadores atentados de ontem nos Estados Unidos ou para antecipar a magnitude de uma possível retaliação norte-americana contra seus ainda desconhecidos autores, mas não há dúvida de que se trata de um evento histórico, cujas repercussões se farão sentir ao longo dos próximos anos.

Por enquanto, tudo são especulações, hipóteses mais ou menos críveis em torno de um episódio em si mesmo inacreditável. A única certeza é a de que este terá sido o maior atentado terrorista da história.

As desconfianças recaem sobre grupos extremistas islâmicos. É bastante verossímil que o arquiterrorista Osama bin Laden, milionário saudita que se beneficia de acobertamento por parte do atual governo do Afeganistão, esteja por trás de um ataque dessa envergadura. É um dos poucos com recursos e arrojo para tanto.

Mas vale recordar que, em 1995, quando ocorreu o atentado de Oklahoma City, árabes também frequentaram a primeira linha de suspeitos. O autor do crime, contudo, era cidadão norte-americano, branco e condecorado na Guerra do Golfo.

Até então *os Estados Unidos* se julgavam território imune à ameaça terrorista. Os grupos extremistas preferiam atuar mais perto de suas bases, no Oriente Médio e na Europa. O colapso do comunismo e o fim da Guerra Fria, porém, fizeram dos Estados Unidos *a única superpotência*. Converteram aquele país na imagem do *"status quo"* e, portanto, no *responsável, real ou simbólico, por tudo o que há de errado no mundo*.

A tragédia que vem ocupando as atenções do planeta desde a manhã de ontem coloca em termos dramáticos alguns dos problemas da ordem internacional caracterizada como "globalização". Com o desaparecimento de alternativas conceituais ao modelo ocidental capitaneado pelos Estados Unidos, as manifestações de antagonismo tendem a assumir o aspecto irracional e desesperado que marcou a catástrofe de ontem.

Num mundo dominado por um *único pólo de poder econômico e militar*, o inconformismo fermentado pela miséria, pela exclusão e pelo fanatismo religioso tende a fragmentar-se em grupos aguerridos, mas politicamente irresponsáveis que não se consideram comprometidos com nada além de seu próprio delírio apocalíptico.

O comportamento político dos Estados Unidos, pouco sensível às distorções internacionais agravadas pela liberalização geral dos mercados e às reivindicações dos países mais pobres, exhibe agora suas consequências não de todo imprevisíveis, embora ninguém esperasse impacto tão espetacular. É óbvio que os atentados colocam seus autores fora do âmbito de qualquer convívio civilizado e que eles devem pagar pela carnificina que sua ação produziu. Mas não se pode ignorar que *os Estados Unidos não têm contribuído para reduzir o nível de tensão mundial*.

É evidente que a ação lança o mundo num período de incertezas. Teme-se que um governante como George W. Bush - tido por despreparado para o posto e cuja ascensão ao poder foi maculada por vícios de origem eleitoral e se assenta sobre interesses de grandes corporações privadas - utilize o episódio para deflagrar uma igualmente irracional caça às bruxas, capaz de desviar atenções, mobilizar o sempre disponível chauvinismo norte-americano e galvanizar os apoios que lhe faltam.

Os atentados constituem *uma declaração de guerra*, mas não há exatamente um Estado inimigo contra o qual a Casa Branca possa desferir um contra-ataque. *A ação criminosa* tornou subitamente inócua a idéia, ressuscitada pelo governo Bush, de construir um escudo protetor contra armas nucleares formado por satélites. O suposto aspecto étnico do episódio tende ainda a fomentar atos de racismo por toda parte. Tudo indica que o mundo mudou, e para pior.

Em termos de um levantamento do conjunto das formas de linguagem que fazem referência ao episódio, ao agressor, ao agredido e ao tipo de ameaça que a ação revelaria, nós temos o seguinte quadro:

Formas de linguagem usadas em referência ao episódio:

- Devastadores atentados de ontem
- Evento histórico
- Episódio em si mesmo inacreditável
- O maior atentado terrorista da história
- Ataque dessa envergadura
- A tragédia que vem ocupando as atenções do planeta
- A catástrofe de ontem (aspecto irracional e desesperado da)
- Os atentados
- Carnificina
- A ação
- O episódio
- Uma declaração de guerra
- A ação criminoso

Formas de linguagem usadas em referência ao agressor:

- Ainda desconhecidos autores
- Grupos extremistas islâmicos
- O arquiterrorista Osama bin Laden, milionário saudita que se beneficia de acobertamento por parte do atual governo do Afeganistão
- Um dos poucos com recursos e arrojo para tanto
- Seus autores fora do âmbito de qualquer convívio civilizado

Formas de linguagem usadas em referência ao agredido:

- Os Estados Unidos
- A única superpotência

- “Status quo”
- Responsável, real ou simbólico, por tudo o que há de errado no mundo
- Único pólo de poder econômico e militar
- Comportamento político pouco sensível às distorções internacionais e às reivindicações dos países mais pobres
- Não têm contribuído para reduzir o nível de tensão mundial

Formas de linguagem usadas em referência ao tipo de ameaça que o ato encerra:

- A ameaça terrorista
- Os grupos extremistas
- Grupos aguerridos, politicamente irresponsáveis, comprometidos com seu próprio delírio apocalíptico.

Agora vejamos o texto do editorial do jornal *O Globo*, intitulado “Resposta ao horror”, também do dia 12 de setembro de 2001.

Resposta ao horror

Editorial: Opinião – Página 6

Edição: Jornal O Globo, 12/09/2001

Seção: Editorial

Aos poucos, ganhará nitidez o quadro completo da tragédia que ontem se abateu sobre os Estados Unidos. Mas a destruição das torres do World Trade Center em Nova York e o ataque ao Pentágono em Washington bastam para configurar o que parecia impensável: a maior potência militar do planeta sofreu na manhã de ontem um ataque terrorista diversificado e organizado com extrema eficiência.

É um truismo da literatura sobre atentados a idéia de que é quase impossível deter o terrorismo que está pronto para morrer. Esse dado esteve presente em todos os ataques de ontem; ele define o perfil do inimigo, um fanático religioso. O primeiro e talvez o principal suspeito seja Osama bin Laden. Apesar de autoridades do Afeganistão, onde ele vive escondido, garantirem sua inocência, o fanático milionário já mostrou seu know-how como terrorista – e os recursos de que dispõe – quando há alguns anos orquestrou a destruição simultânea de duas embaixadas americanas na África Oriental, causando dezenas de mortes. Bin Laden já jurou “decepar a cabeça do Ocidente”. Trata-se de referência óbvia aos Estados Unidos, mas mostra que o alvo da suposta guerra santa é todo o mundo ocidental.

Seja o grupo de bin Laden ou qualquer outro o responsável pela inominável agressão de ontem, são visíveis os sinais de estar em curso uma "guerra santa" movida por fanáticos sofisticados, capazes de seqüestrar diversos aviões comerciais nos EUA ao mesmo tempo e leva-los a pelo menos três alvos escolhidos (o Pentágono, em Washington, e cada uma das torres do World Trade Center, em Nova York).

Nenhum país civilizado negará aos Estados Unidos o direito a uma represália, tão violenta quanto o ataque de que foi vítima, assim que identificar com segurança a origem dos ataques. Não seria um gesto de vingança – por maior que seja o seu conteúdo emocional – mas de defesa absolutamente legítima, única forma eficaz de prevenir futuras incursões terroristas.

Certamente a sofisticação do aparato militar americano permitirá que a resposta seja executada com fria eficiência, evitando tanto quanto possível fazer vítimas inocentes – por uma questão elementar de humanidade e para não dar instrumentos de propaganda ao inimigo.

A solidariedade internacional a Washington é dado fora de qualquer discussão. Qualquer país que se declarar neutro ante os atos execráveis da manhã de ontem será visto como uma espécie de cúmplice – mesmo que *a posteriori* – dos fanáticos que se declaram inimigos da civilização ocidental. Foi exemplar e louvável, a propósito, a pronta reação de repúdio do líder palestino Yasser Arafat.

Seria ingenuidade – ou ao menos um gesto prematuro – concordar com o que ontem anunciavam o início de uma terceira guerra mundial. Por outro lado, um estado de guerra existe, entre a imensa maioria da comunidade internacional e todos os regimes que manifestarem qualquer forma de apoio – ainda que apenas pelo silêncio – ao fanatismo homicida. Está na hora de *o mundo civilizado* se defender, preventivamente, contra o terrorismo institucionalizado.

Isso implica revisão de relações diplomáticas, exigência de subordinação ao controle da ONU sobre armas químicas e bacteriológicas, assim como a destruição dos arsenais nucleares desprotegidos (como é o caso da Rússia e de alguns de seus vizinhos da extinta URSS).

Em outras palavras, um atentado, por mais grave e selvagem que seja, não é necessariamente o início da grande confrontação com que o cinema e a literatura nos ameaçam de tempos em tempos. Um dos dois perigos desta hora terrível é, certamente, o alarmismo. Por outro lado, os atentados aumentarão a incerteza nos mercados internacionais, agravando o atual cenário de crise na economia mundial. É mesmo possível que esse tenha sido um dos objetivos dos terroristas.

A escolha das torres do World Trade Center como alvos não deve ter sido apenas por serem as mais altas da ilha de Manhattan. O WTC fica no coração financeiro de Nova York e lá ficavam importantes companhias de investimento, bancos e empresas de comércio exterior.

Isso certamente agravará a incerteza provocada pelos acontecimentos traumáticos de ontem – e as ondas de choque podem atingir indistintamente todos os países. Neste momento o fanatismo terrorista não é apenas o grande inimigo da paz mundial: será necessário um esforço coletivo para que a insegurança dos mercados, nos próximos dias, não agrave a crise que tem atingido duramente os países mais dependentes de financiamentos externos, como é o caso do Brasil.

Enfim, a tragédia que se abateu ontem sobre os EUA não se contém em seu território. Por isso mesmo, o amor à paz e o horror à violência também não podem conhecer fronteiras.

No caso desse editorial, nós temos o seguinte levantamento:

Formas de linguagem usadas em referência ao episódio:

- A tragédia que ontem se abateu sobre os Estados Unidos
- Um ataque terrorista diversificado e organizado com extrema eficiência.
- Os ataques de ontem
- Inominável agressão de ontem
- Atos execráveis da manhã de ontem
- Os atentados
- Os acontecimentos traumáticos de ontem
- A tragédia que se abateu ontem sobre os Estados Unidos

Formas de linguagem usadas em referência ao agressor:

- O inimigo, um fanático religioso
- O primeiro e talvez o principal suspeito
- Osama bin Laden:
 - O fanático milionário já mostrou seu *know-how* como terrorista — e os recursos de que dispõe
 - Orquestrou a destruição simultânea de duas embaixadas americanas na África Oriental
 - Já jurou “decepar a cabeça do Ocidente”
- O grupo de bin Laden
- Qualquer outro
- O responsável pela inominável agressão de ontem
- Fanáticos sofisticados, capazes de seqüestrar diversos aviões comerciais
- Os fanáticos que se declaram inimigos da civilização ocidental
- Os terroristas

- O grande inimigo da paz mundial

Formas de linguagem usadas em referência ao agredido:

- A maior potência militar do planeta
- O mundo civilizado

Formas de linguagem usadas em referência ao tipo de ameaça que o ato encerra:

- O terrorismo que está pronto para morrer
- O fanatismo homicida
- O terrorismo institucionalizado
- O fanatismo terrorista
- Suposta guerra santa

Vejamos, a partir dos elementos que foram destacados nos dois editoriais, como foram produzidos sentidos para o evento, o agressor, o agredido e o tipo de ameaça que está por trás de tal agressão. Para isso, não considerarei só os processos designativo-referenciais, mas alguns tipos de predicação que foram mobilizados em referência a esses quatro objetos-de-discurso. A construção do sentido dos objetos acima não será vista apenas por meio da consideração dos processos de referenciação, na forma como tais processos são concebidos pelos estudos do texto, ou seja, enquanto mecanismos de construção de referentes textuais, referentes esses que são construídos na progressão do texto. Tais objetos serão considerados também a partir da noção de predicação que, a meu ver, levanta a espinhosa questão das tensões que atravessam o campo da linguagem. Nesse sentido, estou considerando os processos de referenciação como formas lingüísticas que assumem ao mesmo tempo uma função referencial (referência construída lingüisticamente) e uma função prediativa.

Estou tomando emprestada esta noção à Lingüística do texto, mais precisamente à sua vertente sócio-cognitivo-interacional, segundo a qual as operações de referenciação não resultam de um trabalho de ‘etiquetagem’ das entidades do mundo, mas de um trabalho de

construção e reconstrução de objetos-de-discurso²⁵⁹. A noção de objeto-de-discurso implica, portanto, uma visão não-referencial da língua e da linguagem, o que significa dizer que a relação entre as palavras e as coisas é uma relação marcada fundamentalmente por uma instabilidade²⁶⁰.

Mas, é preciso fazer aqui uma ressalva. Não estou pensando a questão da referenciação estritamente nos termos da Lingüística Textual que, embora considere o ato de referenciar como um ato discursivo, não leva em consideração as tensões que o atravessam. Estou tomando o conceito de referenciação basicamente a partir da compreensão de que as lutas, os confrontos e as tensões que estão na origem do jogo da significação denunciam uma relação inegável entre os processos de referenciação e a história. Nesse sentido, estou propondo que a noção de referenciação seja pensada, no caso do tipo de funcionamento discursivo que está aqui em questão, a partir da necessidade de estabelecimento de uma relação de poder entre a instância de um *mesmo* e a instância de um *outro*. Esse fato mostra precisamente por que a atividade de referenciação denuncia uma relação instável entre as palavras e as coisas.

Feitas estas considerações, passemos ao exame da construção do “11 de setembro”, começando pela instância da mídia e a partir de seus exemplos emblemáticos, os editoriais acima citados.

A representação da agressão

A primeira observação a ser feita sobre as formas de nomeação da agressão diz respeito ao fato de que o núcleo de algumas dessas formas é constituído por nomes deverbais, o que faz de tais formas exemplos típicos de predicação, uma predicação embutida na própria forma de nomeação. Em formas como “o maior atentado terrorista da história”, “um ataque terrorista diversificado e organizado com extrema eficiência”, “inominável agressão de ontem”, encontradas nos dois editoriais, e em formas como “a maior e mais sangrenta operação terrorista da história ocidental” e “investida desvairada de um grupo suicida”, encontradas

²⁵⁹ Ingedore G.V. Koch. *A construção de objetos-de-discurso*. In: Revista Latinoamericana de Estudios del discurso, Caracas, vol. 2, no. 1, pp. 7-27, 2003.

²⁶⁰ Lorenza Mondada & Danièle Dubois. *Constructions des objets du discours et categorization: une approche des processus de référénciation*. In: TRANEL (*Travaux Neuchâtelois de Linguistique*), 1995, p. 278.

noutros textos, podemos ver que o núcleo de todas essas formas de referenciação é constituído por um nome deverbal, o que faz com que toda a expressão assuma uma função de predicação.

Os dois textos apresentam um número considerável de formas de denominação para a agressão em si. Com relação ao texto “Guerra na América”, as quatro primeiras designações sugerem uma certa gradação: “devastadores atentados de ontem”, “evento histórico”, “episódio em si mesmo inacreditável”, “o maior atentado terrorista da história”. Primeiro, o editorialista fala em “devastadores atentados”, depois, que se trata de um “evento histórico”, de um “episódio inacreditável”, o que justificaria o rótulo de “maior atentado terrorista da história”. A construção do referente “devastadores atentados de ontem” se dá aqui por uma gradação de atributos que estão embutidos nas formas de referenciação de tal referente. Esse *crescendum* é construído por uma sequência de atributos colados às formas nominais “evento”, “episódio” e “atentado terrorista” por meio de seus determinantes. A forma “maior atentado terrorista da história” funciona como uma espécie de primeiro ponto culminante do processo de referenciação aí iniciado. Esse ponto culminante do processo de referenciação em curso constitui, pois, um importante momento na cadeia dos atos de linguagem sobre o macro-objeto “11 de setembro”.

Estamos aqui diante de uma das designações mais fortes, do ponto de vista ilocucionário, de todo o processo de construção do macro-objeto “11 de setembro”. A força ilocucionária dessa forma de referenciação ganha um considerável reforço com outra forma que aparece mais à frente, que mantém o mesmo nível de sugestão performativa. Trata-se da forma ‘a tragédia que vem ocupando as atenções do planeta’. No último parágrafo, a forma ‘uma declaração de guerra’ representa um outro ponto culminante do tipo de orientação argumentativa para o qual o texto aponta. Essa expressão, usada em referência ao episódio, além de manifestar grande força ilocucionária, abre espaço para a legitimação de uma reação sob forma de guerra. Como vimos no tópico 3.6.2., a identificação das ações do “11 de setembro” pela mídia como ações de guerra era tudo o que a classe dirigente política americana queria naquele momento, uma vez que, como argumentou Thierry Meyssan, as opções de ataque ao Afeganistão e de guerra geral contra a nova “ameaça terrorista” já haviam sido estudadas e preparadas antes dos atentados.

Como vimos no tópico 3.6.2., a intervenção americana no Afeganistão, por exemplo, representaria a possibilidade de ocupação de espaço e de intervenção na Ásia Central, uma

importante região na geopolítica do petróleo. A guerra no Afeganistão, que estava prevista antes dos atentados, envolveria vários países cujo petróleo estava nas mãos da União Soviética. A guerra contra o Afeganistão levaria os EUA a ampliar sua presença numa das regiões mais importantes em termos de riquezas naturais. Portanto, assimilar os atentados do 11 de setembro a ações de guerra não poderia ser mais apropriado para os Estados Unidos naquele momento. Nesse sentido, o discurso da mídia criou uma sólida base de legitimação para a “retórica da guerra” e para o que veio a ser denominado como a “doutrina Bush”, efeitos imediatos da construção do macro-objeto “11 de setembro”.

Um outro dado lingüístico interessante nesse texto é a última forma usada para retomar o referente ‘devastadores atentados de ontem’. Trata-se da forma de referência ‘ação criminosa’, que entra em choque com a forma ‘uma declaração de guerra’. Ora, a consideração de que os eventos do “11 de setembro” constituem uma ‘ação criminosa’ pressupõe que uma tal ação deva ser julgada pelo Tribunal Penal Internacional, instituição criada para julgar ações dessa natureza. Já a forma de referência ‘uma declaração de guerra’ confere à ação um estatuto político.

Como podemos ver, as predicções que são coladas aqui ao evento apontam para duas formas distintas de concepção do evento: uma que o eleva ao estatuto de uma “ação de guerra”, outra que o considera uma “ação criminosa”. Mas, apesar desse impasse, as duas formas de referência em questão (‘uma ação de guerra’ e ‘ação criminosa’) acabam servindo como mais uma pá de argamassa na construção da legitimação que está aí em curso para o que estou chamando de um ‘discurso de guerra’, que marcou todo o processo de apropriação desses eventos pelo discurso oficial e pelo discurso midiático.

As formas de referência que aparecem no editorial “Resposta ao horror”, do jornal *O Globo*, reforçam essa tendência. Nesse texto, logo em seguida ao referente ‘a tragédia que ontem se abateu sobre os Estados Unidos’ vem uma forma de referência que caracteriza o evento como ‘um ataque terrorista diversificado e organizado com extrema eficiência’. Essa forma de referência, assim como outras do tipo ‘ofensiva cuidadosamente orquestrada pelo terror’, e ‘declaração de guerra contra o mundo civilizado’, que apareceram noutros textos do jornal *Folha de São Paulo*, investem o evento com um sentido de algo que foi planejado com requinte, sofisticação e eficiência, um evento cuja organização envolveu uma

poderosa infra-estrutura manipulada por um perigoso e diabólico inimigo. Pois bem, é dessa representação que falaremos agora, a representação do agressor.

A representação do agressor

Os dois editoriais trazem dados muito interessantes sobre a construção da representação do agressor. O editorial do *Folha de São Paulo*, por exemplo, traz uma forma de caracterização da figura do agressor bem ao seu estilo jornalístico. A primeira referência que o jornalista faz à figura do agressor é através da expressão ‘ainda desconhecidos autores’, no primeiro parágrafo do texto.

"É cedo para avaliar a exata dimensão dos devastadores atentados de ontem nos Estados Unidos ou para antecipar a magnitude de uma possível retaliação norte-americana contra seus ainda desconhecidos autores (...)".

Mas, no terceiro parágrafo do texto, o jornalista utiliza as seguintes expressões, para falar do possível agressor:

As desconfianças recaem sobre grupos extremistas islâmicos. É bastante verossímil que o arquiterrorista Osama bin Laden, milionário saudita que se beneficia de acobertamento por parte do atual governo do Afeganistão, esteja por trás de um ataque dessa envergadura. É um dos poucos com recursos e arrojo para tanto.

Nesse trecho, a referência à figura do provável agressor é feita de forma escalonada, não em termos de uma escala argumentativa, mas em termos de uma escala de sentidos. Primeiro, o jornalista diz que “as desconfianças recaem sobre grupos extremistas islâmicos”.

Depois diz que “é bastante verossímil que o arquiterrorista Osama bin Laden, (...) esteja por trás de um ataque dessa envergadura”. Ou seja, o que temos aqui? Uma escala de sentidos: começa-se pela idéia de “autores ainda desconhecidos”; logo em seguida vem a idéia de “desconfianças que recaem sobre” e, finalmente, a idéia de que “é bastante verossímil”. Ou seja, vai-se da idéia de “desconhecidos autores” a uma quase certeza, criada pela combinação do intensificador *bastante* com a forma adjetiva *verossímil*. E mais, o provável agressor já é apresentado de forma bastante contundente, de maneira a não deixar nenhuma dúvida de que ele é realmente o responsável pela agressão. As formas ‘arquiterrorista’, ‘milionário saudita que se beneficia de acobertamento por parte do atual governo do Afeganistão’ e ‘um dos poucos com recursos e arrojo para tanto’ não figuram aí à toa. A simples recorrência a tais predicções não deixa a menor dúvida sobre quem realmente deve ser responsabilizado pela agressão. E isso depois que o atentado de Oklahoma, em 1995, mostrou ao mundo do que a extrema direita americana é capaz.

Apesar de a primeira referência ao possível agressor ter sido feita sob forma indefinida, logo em seguida a referência ganha uma forma definida, ainda que isso se dê em termos hipotéticos: “As desconfiças recaem sobre grupos extremistas islâmicos”. Como vemos, o enunciado começa com uma nominalização, com um índice de polifonia, o que revela a existência de uma voz anterior que fala de uma ameaça que já existia, que já fora linguajada, nomeada, significada, representada como tal. O enunciado seguinte mostra exatamente isso, quando é feita uma referência individualizada ao possível agressor: “É bastante verossímil que o arquiterrorista Osama bin Laden (...) esteja por trás de um ataque dessa envergadura”. Nesse enunciado, as expressões “é bastante verossímil que” e “arquiterrorista” são indícios de uma voz que já falava dessa nova ameaça. A expressão “arquiterrorista” é bastante sintomática disso, ela remete para uma das enunciações-chave da cadeia de atos de fala do discurso oficial americano, a saber, a declaração feita pelo secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, em maio de 2001, em que ele fala do novo grande inimigo da América, de forma a caracterizá-lo como uma ameaça com grande poder de destruição. Como vimos anteriormente, de acordo com a declaração do secretário, esse novo inimigo já dispunha de armas químicas e bacteriológicas e já estava próximo a fabricar uma bomba atômica. Até um satélite esse novo inimigo iria lançar no espaço. Ou seja, a idéia de um arquiterrorismo já havia sido instaurada pelo ato de fala do secretário da Defesa alguns meses antes dos

atentados. As expressões “arquiterroirista”, “milionário saudita” e “um dos poucos com recursos e arrojo para tanto” apontam para isso. Vemos aí, portanto, a reiteração de uma representação que já vinha sendo construída nas instâncias oficiais.

Vários textos dos dois jornais analisados mostram essa tendência. Um deles, só a título de exemplo, é o texto número 58 do jornal *Folha de São Paulo*. Esse texto constitui a parte da cobertura do jornal que trata dos prováveis responsáveis pelas ações. Trata-se de um texto que fala exclusivamente de Osama bin Laden. Vejamos alguns trechos:

Suspeito de ter organizado ação vale US\$ 5 mi para os EUA

Autor: João Batista Natali

Origem do texto: da reportagem local

Editoria: Mundo E22

Edição: Nacional Sep 12, 2001

O personagem é misterioso, mesmo quanto a detalhes biográficos e atributos físicos que constam de uma ficha em que o governo norte-americano ofereceu US\$ 5 milhões para quem localizá-lo e permitir sua captura.

Osama Bin Laden nasceu na Arábia Saudita “em torno” de 1957. Teria 1,94m ou mais que isso. Pesaria de 62 a 71 quilos.

(...)

Se não fosse o “inimigo público número um” e pudesse circular pelas ruas comerciais das grandes cidades da Europa e dos Estados Unidos, ninguém, ao vê-lo, diria se tratar do herdeiro de US\$ 300 milhões de dólares e de um fanático engajado desde 1982 na chamada guerra santa islâmica.

O homem que pode estar por detrás da maior e mais sangrenta operação terrorista da história ocidental é também um hábil semeador de falsas pistas sobre sua história e seu paradeiro.

Um único exemplo. Um jornal italiano publicou há dois anos que Bin Laden foi hóspede de um campo de treinamento de combatentes financiado pela CIA – central de inteligência norte-americana – nas imediações de Istambul, na Turquia.

(...)

“Chocado” com a participação norte-americana na Guerra do Golfo e tendo aderido ao antiamericanismo gerado pela postura dos Estados Unidos no Oriente Médio, seu inimigo agora é a única superpotência do planeta.

A Arábia Saudita tenta sequestrá-lo. Seria o primeiro dos cerca de 40 atentados malsucedidos ou abortados, preparados contra a sua pessoa. Esse gato de sete vidas se torna gradativamente um mito internacional, com o óbvio auxílio de Washington, que não desconhece a dimensão didática da personalização do inimigo.

(...)

A frase que abre o texto (“O personagem é misterioso”) já sugere o tom de mitificação que vai acompanhar toda a descrição do objeto “Bin Laden”. Embora no sexto parágrafo do texto o autor faça referência ao possível fato de bin Laden ter sido hóspede de um campo de treinamento financiado pela CIA, há dois anos atrás, o conjunto das predicções atribuídas ao islamita acaba assumindo uma dimensão cuja consequência é a reiteração do trabalho de mitificação da representação “bin Laden” que vem sendo operado já há algum tempo pelo discurso oficial. Formas de referenciação como “o personagem”, “inimigo público número um”, “herdeiro de US\$ 300 milhões”, “fanático engajado”, “hábil semeador de falsas pistas sobre sua história e seu paradeiro”, “esse gato de sete vidas” e “mito internacional” apontam para isso.

Como o próprio autor observa, Bin Laden é uma figura necessária e importante no cenário político-econômico do mundo atual. Mas, que sentidos, que representações nos vêm à mente quando ouvimos um tal nome? Que objeto é esse, de que forma ele nos é apresentado?

O texto mostra que a descrição do objeto *bin Laden* não se dá sem mistérios e indefinições, elementos necessários para justificar por que até hoje ele não foi localizado pelo poderoso serviço de inteligência americano, um serviço que consegue fuçar informações até mesmo fora do planeta. A informação sobre os “cerca de 40 atentados malsucedidos” preparados contra o islamita e a forma “gato de sete vidas” mostram bem isso.

A forma como o jornalista procede na descrição de bin Laden reforça ainda mais a aura de mistério que vinha se criando em torno de tal figura. Ora, não seria difícil, mesmo na época, ter acesso ao perfil de Osama bin Laden. No entanto, a descrição de seu perfil é feita como se nenhuma certeza houvesse das informações sobre esse “estranho personagem”. O islamita é descrito, com verbos no futuro do pretérito (teria 1,94m, pesaria de 62 a 71 quilos), marcando uma atitude de não comprometimento do enunciador com o que está sendo enunciado, o que revela não só um trabalho de mistificação, mas de mitificação em torno de uma figura potencializada de forma a assumir características de uma ameaça indiscutivelmente perigosa. O aspecto místico diz respeito principalmente ao elemento ‘por vir’. O ‘objeto’ é representado de forma a se criar toda uma expectativa com o tipo de perigo que está por vir, com o tipo de perigo que ele representa, um perigo que, mais cedo ou mais tarde, mostrará outra vez a que veio, dando provas de sua dimensão.

Na verdade, como disse há pouco, toda uma cadeia de atos de fala já vinha sendo operada nesse sentido, desde os primeiros atentados que foram atribuídos ao islamita. Esta cadeia de atos de fala teria tido um de seus momentos mais importantes, como vimos, na declaração oficial, realizada poucos meses antes dos atentados, pelo secretário de Defesa Donald Rumsfeld, de que não restava nenhuma dúvida de que o inimigo público número um dos EUA na era atual era Osama bin Laden. Quando ocorreram os atentados, já havia uma atmosfera de tensão preparada para servir de pano de fundo para um discurso que faria rapidamente de Osama bin Laden e de alguns estados os responsáveis mais prováveis pelas ações. Mais que isso: esses responsáveis teriam provado definitivamente sua enorme capacidade de destruição. Se foram capazes de levar ao chão o símbolo máximo do poder econômico americano, e de atingir o templo-mor da tecnologia de guerra mais sofisticada e poderosa do mundo, imaginem do que não serão capazes de fazer daqui para frente! Eis a questão a ser fomentada.

Em síntese, o que se vê aqui são os ecos de uma cadeia de atos de fala que vem definindo os limites de um ‘objeto’ indispensável a todo estado de poder, uma representação que, de acordo com o momento histórico varia, mas cuja função permanece a mesma: servir de fronteira legitimadora das relações de poder que constituem o *establishment* geo-político-econômico do mundo atual e suas estratégias de continuidade. Essa fronteira é paradoxalmente funcional, porque precisa, vez em quando, ser abalada por alguma coisa cuja instabilidade que produz é apropriada de forma a ser convertida num reforço dessa fronteira, para a garantia de sua própria continuidade.

O ato de fala oficial que instituiu, então, a identidade da ‘nova ameaça externa’, da ‘nova alteridade inimiga abjeta’, funcionou como uma espécie de rito de instituição, no sentido de Bourdieu, afinal, a partir desse momento foi eleito um novo inimigo para o ‘mundo civilizado’. Na verdade, talvez seja mais razoável considerar que esse rito de instituição realizou-se em dois momentos: o primeiro se deu quando o secretário da Defesa Donald Rumsfeld (já na era Bush), em maio de 2001, declarou que Osama bin Laden era o inimigo público número um da América; e o segundo, quando G. W. Bush declarou oficialmente que o grande mentor e arquiteto do “11 de setembro” tinha sido Osama bin Laden. Tal declaração marca o coroamento da representação ‘bin Laden’. A voz oficial-autorizada, ao instituir seu

novo inimigo, significando-o de tal forma, autoriza-o a agir e a enunciar-se como tal, como ‘novo inimigo’, como ‘nova ameaça’.

Voltando aos editoriais, no que diz respeito à construção da representação do agressor, os textos mostram que as expressões usadas em referência a tal objeto representam também a figura da ‘nova ameaça do mundo civilizado’, o que significa dizer que ao mesmo tempo em que elas remetem para os prováveis responsáveis pelos ataques, essas expressões categorizam o que vem sendo chamado, na retórica oficial americana, já há algum tempo, de “a nova ameaça do mundo livre e democrático”. Expressões como “a ameaça terrorista”, “os grupos extremistas”, “grupos aguerridos, politicamente irresponsáveis, comprometidos com seu próprio delírio apocalíptico”, que aparecem no editorial do jornal *Folha de São Paulo*, e “o terrorismo que está pronto para morrer”, “o fanatismo homicida”, “o terrorismo institucionalizado” e “o fanatismo terrorista”, que aparecem no editorial do jornal *O Globo*, mostram bem isso.

Nesse sentido, a construção de tal representação se dá como um coroamento do processo que já vinha em curso há alguns anos, desde o momento em que o Ocidente (leia-se os EUA) divisou o novo “rosto do Mal”, a nova ameaça do mundo dito civilizado.

Esse trabalho de construção da “nova ameaça do mundo civilizado” consiste, se pensarmos em termos de Bakhtin, no preenchimento de um espaço sócio por uma determinada força que refunde a idéia, tão funcional para esse estado de poder, de ameaça externa. Temos aqui um trabalho de refundação de um significado: a idéia de ameaça externa ao chamado mundo livre e democrático é agora identificada à prática do terrorismo, de maneira que toda referência a essa nova ameaça é feita por denominações como “o terror”, “o terrorismo”, “o terrorismo suicida”, “o fanatismo suicida”, “o fundamentalismo islâmico” etc. Ora, que trabalho de linguagem é esse senão a instituição de uma alteridade, ao mesmo tempo em que é resposta a essa alteridade forjada, resposta aqui no sentido do dialogismo bakhtiniano? Que trabalho é esse senão a denúncia da condição mesma da linguagem enquanto gesto político-ideológico?

Conforme vimos no tópico 1.3., Bakhtin considera que o signo se configura como uma arena de lutas, onde os sentidos se confrontam, onde os valores sociais se entrecruzam. Essa dimensão conflituosa do signo denuncia o caráter dialógico da linguagem, segundo Bakhtin. Nesse sentido, o que estou chamando nesse trabalho de enunciações fundadoras (atos

de fala oficiais instauradores de novos ‘objetos’ e representações) não seriam mais do que uma resposta a uma alteridade da qual depende todo um projeto expansionista. No caso do objeto aqui em questão, a representação dessa alteridade serve de argumento e justificativa para uma política de guerra a ser imposta a alguns países detentores da maior parte dos únicos bens não desterritorializáveis e não-virtualizáveis do planeta, como é o caso do Iraque. De maneira que o argumento de que esse *outro* representa uma ameaça é duplamente funcional: justifica uma política externa agressiva do país que é o único soberano do mundo atual – os Estados Unidos – e permite o controle dos ricos territórios desse *outro*.

A figura do terrorista é, assim, uma representação normativizada, produzida para dar sentido às novas fronteiras que foram traçadas para organizar o espaço de ação das forças dominantes na nova configuração de forças. Com o fim da Guerra Fria, que era usada como pretexto para organizar o espaço de ação dos EUA na antiga ordem, foi preciso definir novas fronteiras para organizar o novo espaço de ação. O terrorismo, depois do “11 de setembro”, tem servido como critério-mor para a redefinição desse espaço. Assim, a figura do terrorista passou a ser a representação que faltava para a normativização dos elementos da nova ordem.

Considerando que a representação do “terrorista” não existe fora dos atos de linguagem que a postulam, as questões que se colocam são: quem postula a existência de um grupo terrorista e por que o faz?

Designações como “terrorista”, “fanático religioso”, “fundamentalista islâmico”, entre outras, são antes de tudo, categorias políticas que não devem ser concebidas como conceitos plenos de si, mas como formas de marcação de fronteiras entre um estado de poder e as forças que podem alterá-lo, transformá-lo, subvertê-lo. É preciso ter o cuidado para não se fazer destas noções instrumentos de controle social, de hegemonia política, de legitimação de uma ordem de forças que deve ser repensada. Essa questão mostra o quanto a linguagem é atravessada pela questão do conflito, manifestado *nela e por ela*.

É precisamente por esta razão que insisto na necessidade de sabermos o que estamos fazendo quando colocamos em funcionamento certas formas de nomeação. Voltando a Bakhtin, é preciso saber, quando se recorre a noções como “terrorismo”, “terrorista”, “*rogue state*”, por exemplo, quais dos acentos contraditórios que se cruzam no interior de tais formas de nomeação estão sendo postos em relevo. Uma vez que conceitos como esses não são auto-evidentes, é preciso saber o que se está dizendo quando se mobiliza noções como essas. A

simples mobilização e atualização de determinados processos de linguagem, tendo em vista as relações de força estabelecidas entre os sujeitos envolvidos, já constitui um trabalho de atualização, controle e renovação das relações de poder.

Seja enquanto designação de um conceito ou de uma prática, a palavra “terrorismo” é um exemplo por excelência de como se dá o entrecruzamento de acentos (contraditórios) que constituem o campo do sentido de uma palavra. Do ponto de vista de Bakhtin, o que torna possível o sentido de uma palavra é a presença de acentos contraditórios que se cruzam no seu interior. Dependendo do discurso que ponha essa palavra em funcionamento, ou seja, de como ela esteja sendo apropriada, tais e tais acentos prevalecerão sobre outros, que são, então, silenciados ou recalcados por esta forma específica de discurso.

Quando, por exemplo, uma autoridade política ou militar americana utiliza esta palavra, (ou mesmo um jornalista, uma vez que é praticamente impossível traçar uma fronteira entre discurso da mídia e discurso oficial), os acentos operados apontam para predicções do tipo: suicida, irracional, fanático, assassino, fundamentalista, visionário, bárbaro, perverso, cruel, fracassado, demente, perverso, sanguinário, a-político, apocalíptico, desequilibrado, etc. É o conjunto desses acentos que motiva ou está por trás de tal enunciação. E aí, toda uma cadeia de atos de fala funciona no sentido de sedimentar e naturalizar tais predicções ou efeitos de sentido. Há todo um trabalho de performativização ou de constituição desse “objeto” ou dessa representação, no sentido de Bourdieu. A reiteração desses acentos numa cadeia de atos de fala pode ser vista como um esforço para se estabelecer um bloco de sentidos hegemônico da palavra, o que não significa dizer que outros acentos não a preencham, não se entrecruzem, não se confrontem com os acentos destacados acima. Em síntese, esses acentos que se entrecruzam e se confrontam não são mais do que as forças que preenchem tal signo. Em termos bakhtinianos, é a própria idéia de signo enquanto arena de luta, uma luta que consiste, no fim das contas, numa resposta ao outro.

Nesse sentido, creio que estamos aqui diante de um ponto que pode aproximar Bakhtin de Derrida: a idéia de que o signo não deixa de ser uma resposta ao outro acaba por trazer à tona a questão da responsabilidade ético-política da linguagem ou dos sujeitos que linguajam. Como vimos, Derrida lembra que responsabilidade é literalmente resposta, no caso, resposta às demandas do outro, um outro a partir do qual eu diviso o meu próprio rosto.

É nesse sentido que a noção de responsabilidade ético-política está sendo pensada nesse trabalho. Responsabilidade enquanto resposta, uma resposta não só à alteridade da “coisa” em questão, no caso, um evento, uma ação, mas à alteridade geo-político-histórica da qual essa “coisa” emerge. Essa resposta deveria ser alguma coisa como um esforço para tornar o mais explícito possível o que estaria implicado nesse tipo de ação, o que apontaria para suas raízes históricas, suas contradições e toda uma lógica que nos faria entender por que ações desse tipo são coisas possíveis de acontecer.

Mas, o trabalho de linguagem que foi feito pela mídia produziu, exatamente, o recalque desses elementos, através de uma “significação oblíqua” do evento, sem a preocupação ético-político de falar minimamente do complexo horizonte geo-político-histórico do qual ele resultou. Um trabalho de linguagem às avessas apontaria, por exemplo, para elementos tais como o fato desse episódio constituir, segundo autores como Derrida, o efeito de um processo auto-imunizante que um estado de poder infligiu a si próprio e a uma estrutura da qual essa força constitui uma espécie de centro, no momento em que se lançou num processo de expansão contínua, movimento esse regido por uma lógica que prevê, inclusive, o perigo do próprio funcionamento auto-imunitário do sistema que ela comanda.

A representação do agredido

Quanto à construção da representação do “agredido”, os dois editoriais trazem elementos dignos de comentário. Começemos pelo texto do jornal *Folha de São Paulo*.

Como podemos ver, o material lingüístico usado em referência ao agredido, no editorial “Guerra na América”, é constituído por expressões do tipo “a única super potência”, “status quo”, “responsável, real ou simbólico, por tudo o que há de errado no mundo”, “único pólo de poder econômico e militar”, “comportamento político pouco sensível às distorções internacionais e às reivindicações dos países mais pobres”, “não têm contribuído para reduzir o nível de tensão mundial”.

À primeira vista, as formas de linguagem usadas em referência ao agredido sugerem uma caracterização problematizadora de tal representação. Mas, o que temos aqui é um comportamento de linguagem típico do funcionamento discursivo do jornal *Folha de São Paulo*. Ao tentar caracterizar o agredido como “status quo” ou “responsável real ou simbólico por

tudo o que há de errado no mundo”, o jornalista lança mão de uma forma subliminar e tangencial de linguagem para falar de questões que exigem, no mínimo, uma atitude jornalística mais problematizadora, sobretudo porque dizem respeito a um evento que resulta de um processo histórico cuja complexidade não pode ser reduzida a eufemismos e referências vagas.

Na caracterização do agredido, o jornalista até faz referência a elementos que, segundo ele, fermentaram o evento em questão. No entanto, ele o faz de forma a não entrar no mérito da questão. É um passar perto, um tocar de leve, não um “entrar no mérito da questão”, daí a forma tangencial e subliminar de que falei há pouco. Esse tipo de funcionamento discursivo cria um efeito de problematização, quando o que temos, de fato, é uma forma enviesada de falar sobre uma questão que exige um outro comportamento de linguagem. Os trechos que destaco a seguir são exemplos desse funcionamento discursivo enviesado. Vejamos como as informações relacionadas à construção da representação do agredido funcionam.

“O colapso do comunismo e o fim da Guerra Fria, porém, fizeram dos Estados Unidos a única superpotência. Converteram aquele país na imagem do “status quo” e, portanto, no responsável, real ou simbólico, por tudo o que há de errado no mundo.”

Nesse trecho, o jornalista afirma que foi o “colapso do comunismo e o fim da Guerra Fria” que “*converteram* os Estados Unidos na imagem do ‘status quo’ e, portanto, no responsável real ou simbólico por tudo o que há de errado no mundo”. Ora, estamos aqui diante de uma forma de linguagem que não faz propriamente uma denúncia. É como se algo externo tivesse transformado o país em questão no “status quo”, no “responsável real ou simbólico por tudo o que há de errado no mundo”, e não ele mesmo (os EUA), com a política externa agressiva, intervencionista e expansionista, que vem adotando nos últimos anos, e com sua proteção à política de Israel no que diz respeito à questão palestina. Essa mesma lógica acompanha o trecho que vem a seguir:

Num mundo dominado por um único pólo de poder econômico e militar, o inconformismo fermentado pela miséria, pela exclusão e pelo fanatismo religioso tende a fragmentar-se em grupos aguerridos, mas politicamente irresponsáveis que não se consideram comprometidos com nada além de seu próprio delírio apocalíptico.

Na referência ao agredido, referência esta que se dá por meio da expressão “único pólo de poder econômico e militar”, o jornalista fala de elementos como miséria, exclusão e fanatismo religioso, mas nenhuma referência é feita a quem produz essa miséria e essa exclusão, muito menos às razões que fomentam o fanatismo religioso. É como se tais coisas existissem, simplesmente. Ele fala de antagonismo, mas não entra no mérito da questão, exceto para frisar o aspecto irracional da forma de manifestação desse antagonismo.

Vejamos agora, como se dá a construção da representação do agredido no editorial do jornal *O Globo*.

Nesse texto existem apenas duas expressões que fazem referência direta ao agredido, que são “a maior potência militar do planeta” e “Washington”, em referência ao poder político. Além dessas, duas outras formas de referência ao agredido são feitas sob forma indireta, através das expressões “o mundo civilizado” e “civilização ocidental”.

Esse texto é, pelo que observei em todo o *corpus*, o mais emblemático do que nós podemos chamar de a construção da representação do agredido. As formas “a maior potência militar do planeta” e “o mundo civilizado” são os traços mais fortes da vontade de representação que está aqui em jogo. O agredido é identificado com a idéia de poder, de civilização. As implicações dessa forma de representação são as piores possíveis, e o próprio texto já dá uma boa demonstração de quão nefastas elas podem ser. Os trechos a seguir apontam para isso. Vejamos.

Nenhum país civilizado negará aos Estados Unidos o direito a uma represália, tão violenta quanto o ataque de que foi vítima, assim que identificar com segurança a origem dos ataques. Não seria um gesto de vingança – por maior que seja o seu conteúdo emocional – mas de defesa absolutamente legítima, única forma eficaz de prevenir futuras incursões terroristas.

Certamente a sofisticação do aparato militar americano permitirá que a resposta seja executada com fria eficiência, evitando tanto quanto possível fazer vítimas inocentes – por uma questão elementar de humanidade e para não dar instrumentos de propaganda ao inimigo.

A solidariedade internacional a Washington é dado fora de qualquer discussão. Qualquer país que se declarar neutro ante os atos execráveis da manhã de ontem será visto como uma espécie de cúmplice – mesmo que *a posteriori* – dos fanáticos que se declaram inimigos da civilização ocidental.

Esses trechos apresentam o agredido como um país que: 1) tem “direito a uma represália tão violenta quanto o ataque de que foi vítima”; 2) por possuir um aparato militar sofisticado, “permitirá que a resposta seja executada com fria eficiência, evitando tanto quanto possível fazer vítimas inocentes, por uma questão elementar de humanidade e para não dar instrumentos de propaganda ao inimigo”; e 3) deve contar com uma solidariedade internacional irrestrita.

A representação do agredido aqui não poderia ser mais funesta, primeiro porque dá margem para a legitimação de qualquer reação que o “agredido” possa vir a empreender contra os possíveis responsáveis pela agressão (e não seria nada difícil apontar um culpado e fazer a opinião pública internacional acreditar na legitimidade da violência dirigida contra ele), segundo porque confere ao agredido um duplo *status*: de um país que dispõe de um sofisticado aparato militar, o que permitirá uma resposta à agressão sofrida com “fria eficiência”, e – o que é mais terrível, para não dizer cômico – de um país que evitará vitimizar inocentes “por uma questão elementar de humanidade e para não dar instrumentos de propaganda ao inimigo”. Só a título de ilustração, a preocupação americana em evitar a morte de civis, na guerra contra o Afeganistão, foi tanta que as milhares de toneladas de bombas despejadas sobre esse já destruído país mataram mais de um milhão de civis, segundo Thierry Meyssan. E isso porque estamos falando do país que inventou a bomba inteligente e o ataque com precisão cirúrgica!

De maneira geral, a nefasta idéia de que a agressão sofrida pelos EUA conferiria a esse país o direito a uma represália tão violenta quanto o ataque de que foi vítima está presente de forma bastante acentuada no discurso da mídia.

O discurso oficial e o discurso da mídia: outros exemplos dessa perigosa articulação

De maneira geral, a construção da agressão, do agressor e do agredido, na instância da mídia, aponta como consequência mais imediata a legitimação da resposta à agressão sofrida e a seus responsáveis, diretos ou indiretos. Expressões como “resposta à altura” e “resposta apropriada”, que aparecem em alguns textos dos dois jornais, apontam para isso. Vejamos.

Texto: **Crise pode definir rumos da gestão**

Autor: Márcio Aith

Jornal: Folha de São Paulo, Caderno A16

(...)

Antes dos eventos de ontem, pesquisas de opinião indicavam dúvidas crescentes com relação a sua capacidade de liderança. Bush tem, agora, a chance de reverter essa tendência com uma resposta à altura. Ou aprofundá-la rapidamente.

(...)

A expressão “resposta à altura” é um dado linguístico interessante para se pensar os pontos de convergência do discurso da mídia com o discurso oficial. Ora, é a voz da instituição jornalística que está, aí, em ação. O jornalista diz que o presidente Bush tem nas mãos a chance de reverter um quadro de descrença em relação à sua capacidade de liderança que se esboçava antes dos atentados.

Sabemos nós que o próprio processo que o levou à Casa Branca gerou essa descrença. Pois bem, o jornalista afirma que Bush pode, agora, reverter esse quadro, desde que dê uma “resposta à altura” para esses atentados. Mas, o que significaria exatamente uma “resposta à altura”, no caso desses atentados? À altura de que, à altura de quem? A própria escolha do termo para designar o tipo de reação que o agredido deveria empreender revela não só um tipo de atitude política semelhante à assumida pelo discurso oficial (a atitude da fera ferida que está no seu direito de tomar a atitude que quiser) como reforça o discurso de que é possível responder objetivamente a um tipo de ação como essa que, como o próprio discurso oficial afirma, foi praticada por um “inimigo sem rosto”, um inimigo que não tem, ou melhor, que não constitui um sujeito jurídico passível de ser enquadrado na legislação internacional que comanda os conflitos internacionais.

O termo “resposta à altura” pressupõe que se sabe objetivamente quem é esse *inimigo agressor*, quando se sabe desde o princípio que esse *inimigo* não constitui a figura de um Estado, único sujeito jurídico em cima do qual seria possível aplicar algum tipo de retaliação. A escolha do termo mostra que o jornalista compartilha com os mesmos pressupostos do discurso oficial: há um inimigo; é possível penalizá-lo objetivamente pela violência dele sofrida; essa resposta deve ser à altura. A própria expressão *à altura* comporta um perigoso potencial de polissemia que envolveria, entre outras coisas, questões como:

1. A civilização (o mundo civilizado) sofreu um violento golpe; é preciso responder a esse golpe com uma violência também grande.
2. A quem essa violência deve se estender e por quê?
3. Quem está autorizado a cometer essa violência?
4. Em nome de que e de quem essa violência será cometida?
5. Como essa violência será empreendida; pela guerra, pela prisão dos responsáveis?
6. Que implicações essa nova violência cometida em resposta à violência sofrida produzirá?
7. Será uma resposta que combaterá ou fomentará ainda mais o tipo de ação contra a qual ela se volta?

Não devemos esquecer que Bush usou os atentados para reforçar seu projeto de fortalecimento do orçamento militar.

Essa mesma idéia de uma “resposta à altura” aparece num outro texto do mesmo jornal. O diferencial é que a idéia de uma “resposta à altura” aparece não só pela voz da instituição jornalística, mas também por meio da voz oficial. Vejamos alguns trechos desse texto.

América irá "caçar e punir responsáveis", afirma Bush

Autor: MARCIO AITH

Editoria: BRASIL Página: A7

Edição: Nacional Sep 12, 2001

Em meio à sua maior crise de segurança nacional dos tempos modernos, os Estados Unidos começaram a calibrar uma resposta apropriada para os atentados que destruíram ontem as duas torres do World Trade Center, em Nova York, e parte do Pentágono, em Washington.

O presidente George W. Bush disse ontem que os EUA irão "caçar e punir os responsáveis por esses atos covardes".

"Encontraremos essas pessoas. Elas sofrerão as consequências de um ataque contra este país. Faremos o que for necessário. Ninguém irá minimizar o espírito deste país", teria prometido o presidente, segundo o porta-voz da Casa Branca, Ari Fleischer.

(...)

Dessa vez, espera-se que os EUA estudem a reação com mais cuidado. James Baker, ex-secretário de Estado e assessor informal de Bush, disse que, diferentemente da reação norte-americana aos atentados de 1998, os EUA precisam ser agora mais severos.

"Sofremos um ato de guerra. Precisamos reagir à altura", afirmou Baker. Para o ex-secretário, os atentados de ontem podem ter matado mais pessoas do que o ataque japonês contra Pearl Harbor, durante a 2ª Guerra Mundial. "Nossa resposta terá de funcionar como um marco na guerra contra o terrorismo", afirmou Baker.

(...)

No entanto ele afirma que, antes de qualquer reação, é preciso ter certeza não só da autoria dos atentados como também da forma a ser empregada na reação. "Ao contrário de terroristas, os EUA devem se esforçar para evitar a morte de civis", declarou.

(...)

Logo no primeiro parágrafo do texto, o jornalista – o mesmo que usou a expressão “resposta à altura” no primeiro texto citado – usa a expressão “resposta apropriada”, numa afirmação que sugere uma preocupação maior em falar do agredido como um herói ferido que já começa a “calibrar uma resposta apropriada”, como se isso fosse uma tarefa absolutamente tranquila e possível, do que em falar de qualquer outra coisa, como por exemplo, o fato dessa resposta não poder nunca ser precisa, dado o fato de que o agressor não representa a instituição de um Estado propriamente dito, não sendo, portanto, facilmente localizável e identificável.

Mais à frente desse texto, no parágrafo 10, é vez da voz oficial falar em “resposta à altura”, quando o ex-secretário afirma: “Sofremos um ato de guerra. Precisamos reagir à altura”. Logo em seguida o jornalista diz que para o ex-secretário, os atentados do “11 de setembro” podem ter matado mais pessoas do que o ataque japonês contra Pearl Harbor, durante a 2ª Guerra Mundial. Ora, essa relação que o ex-secretário faz entre os episódios do “11 de setembro” com o ataque japonês à base americana de Pearl Harbor, fato que fez os EUA entrarem na guerra, logo em seguida à declaração de que, por terem sofrido um “ato de guerra”, os EUA precisam “reagir à altura” é outro momento importante do processo de apropriação do “11 de setembro” pelo discurso oficial, em que a preocupação central é justificar não só uma reação de guerra, mas uma política linha dura com relação à segurança nacional e internacional.

Além dessa, uma outra citação de Baker merece atenção: “Nossa resposta terá de funcionar como um marco na guerra contra o terrorismo”.

A expressão ‘terá de funcionar como marco’ produz efeitos de sentido muito diversos. A força ilocucionária da locução verbal aponta para sentidos de obrigação, de dever moral, de necessidade. Ou seja, algo que deve realmente acontecer, algo que tem de acontecer porque é necessário, porque é urgente.

Vale lembrar que um enunciado como esse tem a força ilocucionária que tem porque constitui a voz de um poder que foi delegado a um sujeito que, por ser porta-voz desse poder, imprime aos seus enunciados uma força ilocucionária que funciona quase como uma espécie de força de lei. Como vimos em Bourdieu, são as condições sociais nas quais se realiza o discurso que investem os enunciados de força ilocucionária, sendo as palavras que os constitui um mero testemunho da garantia de delegação de um poder do qual o enunciador está investido.

A declaração do ex-secretário, por estar investida de um poder delegado pela voz oficial, gera a crença de que a reação que está sendo anunciada deve não só ser uma resposta adequada à agressão sofrida, mas constituir um “marco na guerra contra o terrorismo”. Essa idéia de “marco” abre espaço para a legitimação de qualquer ação que venha a ser empreendida pelo agredido, que encampará uma guerra contra essa “nova ameaça”, uma ameaça que resultou tão somente do trabalho do discurso oficial americano de fazer colar uma máscara num rosto. Por mais que não seja descartável a hipótese de que Bin Laden faça um jogo duplo,

os grupos ditos terroristas estão realmente fazendo juz ao *status* de “nova ameaça” do mundo dito civilizado, conferido a eles pelos EUA. Se declarações de autoridades como essas já produzem efeitos como os referidos acima, o que dizer das declarações de uma autoridade como a do presidente G. W. Bush?

A força performativa do discurso oficial: um exemplo por excelência

A declaração que o presidente G. W. Bush fez por ocasião da missa que foi celebrada na *National Cathedral*, em Washington, três dias depois dos atentados constitui, por exemplo, um dos momentos mais simbólicos dessa força de lei da qual o discurso oficial está investido. Vejamos alguns trechos dessa declaração, num texto que apareceu no *The New York Times* e que foi publicado no *Folha de São Paulo*. Veremos por que essa declaração guarda um simbolismo tão forte dessa força de lei que investe a voz oficial, nesse caso, duplamente investida de poder. Os trechos mais significativos são os seguintes:

Em serviço multirreligioso, Bush promete “livrar o mundo do mal”

Autor: CHRISTOPHER S. WREN

Origem do texto: Do “The New York Times”

Editoria: CADERNO ESPECIAL Página: Especial-2

Edição: Nacional Sep 15, 2001

Em um dia nacional de oração pelas vítimas do pior ataque terrorista da história dos EUA, o presidente George W. Bush declarou ontem que os americanos superarão sua tristeza e assumirão o compromisso dos pais fundadores da nação de “livrar o mundo do mal”.

(...)

“Essa é uma guerra iniciada de surpresa pelos outros”, disse Bush. “Mas ela terminará da forma e na hora que nós escolhermos”, acrescentou.

No público que lotou a catedral estavam o pai do presidente, o ex-presidente George Bush; três outros ex-presidentes, Bill Clinton, Jimmy Carter e Gerald Ford; o ex-vice-presidente Al Gore e muitos membros do Congresso, além de diversos embaixadores estrangeiros.

“Apenas três dias depois desses eventos, os americanos ainda não dispõem de um distanciamento histórico, mas nossa responsabilidade para com a história é clara: reagir a esses ataques e livrar o mundo do mal””, disse Bush.

Ele também disse que a tragédia, que poderia ter dividido o país, havia unido o povo americano. “Essa nação é pacífica, mas feroz quando sua ira é provocada.”

(...)

Conforme vimos no tópico 3.6.2., Thierry Meyssan, ao fazer referência a essa celebração religiosa, a classificou como “uma cerimônia sem precedentes”, não só porque contou com a participação das maiores autoridades do país, além de ex-presidentes e autoridades estrangeiras, mas porque, pela primeira vez na história dos Estados Unidos, um presidente declarou uma guerra dentro de uma catedral. Nesta cerimônia, que foi dirigida por um cardeal, um rabino e um imame, proferiram sermões o televangelista mais famoso do mundo, Billy Graham, e George W. Bush, nesta ordem. O sermão de Bush constituiu um dos atos de linguagem mais importantes do discurso oficial, não somente pelo fato de ter sido proferido por uma autoridade como a que ele representa, mas pelo fato de constituir um duplo investimento de poder. Vejamos porque.

Como vimos em Meyssan, o *Washington Post* referiu-se à declaração do presidente como “a metamorfose de G. W. Bush”.²⁶¹ O jornal observou que pela primeira vez na história americana, desde que o conservadorismo religioso tornou-se um movimento político, o presidente dos EUA tornava-se o líder efetivo desse movimento. O jornal destacou que enquanto as revistas cristãs, as rádios e as televisões americanas exibiam imagens do presidente rezando, diversos pregadores qualificavam a liderança do presidente como uma “ação da Providência”.

Essa metamorfose de que fala o *Washington Post* é, em outras palavras, a poderosa e perigosa combinação do discurso religioso americano com o discurso político, ou seja, o que estou chamando de um duplo investimento de poder. A retórica oficial, já investida do poder que tem, por constituir a voz da maior potência militar do planeta, reveste-se também do poder do discurso religioso, na medida em que o presidente dirige-se ao mundo como “o líder iluminado que irá salvar o mundo dos horrores do Mal”. Essa perigosa combinação deu uma impressionante demonstração de seu poder no mesmo dia em que o mundo assistiu a um dos momentos mais simbólicos dessa aterrorizante simbiose: a cerimônia religiosa da qual estamos falando, realizada na *National Cathedral*. Nesse mesmo dia, conforme observou Meyssan, os quarenta e três Estados que formam o Conselho da Europa (incluindo a Rússia), e vários

²⁶¹ Thierry Meyssan, op. cit. p. 185.

outros países em todo o mundo, seguiram a oração do presidente Bush, observando três minutos de silêncio em memória das vítimas dos atentados.

Como bem observou o autor, a declaração do presidente na cerimônia é um exemplo de apropriação de uma retórica que está sempre pronta para servir de apoio ao discurso político conservador. O discurso de Bush, preparado pelo fundamentalista bíblico Michael Gerson, seu conselheiro, é o exemplo quintessencial de uma perigosa, e por que não dizer, promíscua simbiose: a que resulta da nefasta combinação do discurso político conservador americano com o puritano discurso religioso.

O gesto dos chefes dos 43 Estados do Conselho da Europa e de vários outros, no mundo inteiro, de seguir a *oração* de Bush, mostra que houve uma “aceitação tácita da liderança de um fundamentalista iluminado”²⁶² que, presunçosamente, anuncia sua intenção de conduzir “uma batalha monumental contra o Mal” e erradicá-lo do planeta. Aliás, a expressão “livrar o mundo do mal” é a síntese perfeita não só desse intento, mas dessa aterrorizante simbiose do discurso político americano com o discurso religioso dominante neste país.

Em termos dos elementos que caracterizam o macro-objeto “11 de setembro”, a tarefa de “livrar o mundo do Mal”, que os EUA reivindicam para si, constitui um dos aspectos da auto-representação do agredido, quando não uma de suas consequências. Nada estranho para um país que se auto-representa como “o mais legítimo representante da liberdade”. Os exemplos que seguem mostram bem isso. São trechos dos dois pronunciamentos que G. W. Bush fez no dia dos atentados. Do primeiro pronunciamento destaquei apenas um trecho. O segundo, é apresentado aqui na íntegra por constituir o melhor exemplo do que podemos chamar de processo de apropriação dos eventos pelo discurso oficial. Vejamos o primeiro exemplo.

²⁶² Ibid, p. 187.

Leia íntegra de declaração de Bush sobre os ataques

Editoria: Caderno A Pág 5

Edição: Nacional sep 12, 2001

"A liberdade foi atacada esta manhã por covardes sem face. E a liberdade será defendida. (...) Não tenham dúvida, os Estados Unidos vão perseguir e punir os responsáveis por estes atos covardes. (...) A determinação de nosso *grande país* está sendo testada."

Aqui, as denominações "a liberdade" e "grande país" são emblemáticas da forma como o agredido se auto-nomeia e se auto-representa em relação a seu agressor, cuja representação é constituída por atributos do tipo "covardes sem face". A retórica oficial exhibe aqui uma de suas marcas constitutivas: o uso de noções gerais como se fossem conceitos plenos de si, que não guardam tensões e contradições, e como se fossem aplicáveis a todo mundo no interior de um espaço cujas fronteiras são demarcadas de uma maneira tão forte, como é o caso da sociedade americana. A noção de "liberdade" produz aqui um efeito de inclusão. Ela se estende a toda a população de um país, como se todos vivessem tal experiência plenamente. Essa estratégia da retórica oficial, além de desviar as atenções para os problemas e contradições que vêm acompanhando a política externa americana há décadas, aponta para a neutralização das tensões e contradições que atravessam de ponta a ponta a própria sociedade americana.

O trabalho de representação aqui se dá por meio da recorrência a noções gerais, como "liberdade", "justiça", "democracia" etc., usadas como se fossem realidades plenas de si, facilmente identificáveis, enfim, como se fossem totalidades homogêneas. Tal uso tem por trás um silenciamento deliberado da diferença presente no interior de tais totalidades.

O texto que vem a seguir é também bastante revelador não só de como se deu o trabalho de auto-representação do agredido, mas de como se deu o trabalho de construção do macro-objeto "11 de setembro" como um todo. O texto diz o seguinte.

'Responderemos com o que temos de melhor'

Origem do texto: Da Redação

Editoria: BRASIL Página: A7

Edição: São Paulo Sep 12, 2001

Leia abaixo a íntegra do discurso de George W. Bush, ontem à noite

"Boa noite.

Hoje, nossos cidadãos, nosso modo de vida, nossa liberdade estiveram sob ataque em uma série de intencionais e letais atos terroristas.

As vítimas estavam em aeronaves ou em escritórios, secretárias, homens e mulheres de negócios, funcionários militares e federais. Mães e pais. Amigos e vizinhos. Milhares de vidas chegaram ao fim de repente por causa de diabólicos, desprezíveis atos de terror.

As imagens de aviões voando contra edifícios, incêndios, imensas estruturas desabando, nos encheram de descrença, de uma tristeza atroz e de uma cólera silenciosa. Esse atos de assassinato em massa tiveram o objetivo de assustar nossa nação com o caos. Mas eles falharam. *Nosso país é forte. Um extraordinário time de profissionais* foi deslocado para defender *uma nação extraordinária*.

Ataques terroristas podem abalar as fundações dos nossos maiores edifícios, mas eles não podem tocar as fundações dos EUA. Esses atos destroem aço, mas eles não podem arranhar a *determinação de aço dos EUA*.

Os EUA foram alvo de ataques porque nós somos a mais resplandecente chama da liberdade e das oportunidades no mundo. E ninguém impedirá essa luz de continuar brilhando.

Hoje, nossa nação viu a maldade, o pior da natureza humana, e nós respondemos com o melhor que os EUA têm, com a *coragem* das equipes de resgate, com a *preocupação das pessoas* que foram doar sangue e prestar qualquer tipo de ajuda a pessoas que nem conheciam, na tentativa de ajudar de qualquer maneira.

Logo depois do primeiro ataque, eu coloquei em ação os planos de emergência do governo. *Nossas Forças Armadas são poderosas e estão preparadas*. Nossas equipes de emergência estão trabalhando em Nova York e Washington para ajudar nos resgates.

Nossa prioridade é conseguir ajuda para aqueles que se feriram e proteger nossos cidadãos, aqui nos EUA e ao redor do mundo, de novos ataques. Os trabalhos do governo seguem ininterruptamente. Agências federais em Washington que tiveram que ser evacuadas hoje [ontem] estão reabrindo para funcionários hoje [ontem] à noite para abrir normalmente amanhã [hoje].

Nossas *instituições financeiras* permanecem fortes, e a economia americana estará funcionando também.

A procura pelas pessoas responsáveis por esses atos diabólicos está a caminho. Eu coloquei à disposição todos os recursos para nossos serviços de inteligência e polícia, para localizar os responsáveis e trazê-los à Justiça.

Não faremos nenhuma distinção entre os terroristas que cometeram esses ataques e aqueles que os auxiliaram.

Eu agradeço aos membros do Congresso que se uniram no repúdio a esses ataques. E em nome dos cidadãos americanos, eu agradeço a todos os líderes mundiais que ofereceram suas condolências e ajuda.

Os EUA e nossos amigos e aliados se unem àqueles que querem paz e segurança no mundo, e nós nos levantaremos juntos para pôr fim ao terrorismo.

Hoje à noite eu pedi orações para aqueles que estão de luto, pelas crianças que tiveram o mundo delas destruído, por todos aqueles que tiveram seu senso de segurança ameaçado. E eu pedi que eles fossem confortados por um poder maior do que todos nós, de que fala o Salmo 23: *"Mesmo se eu andar pelo vale das sombras da morte, não sentirei medo, se o Senhor estiver comigo"*.

Este é um dia em que todos os americanos, de todas as classes, se unem na nossa determinação pela justiça e pela paz. Os EUA já derrotaram inimigos em outras ocasiões e farão isso novamente.

Nenhum de nós jamais esquecerá este dia, mas seguiremos defendendo a liberdade e tudo o que é bom e justo em nosso mundo.

Obrigado.

Boa noite, e que Deus abençoe a América."

Esse pronunciamento, realizado na noite do dia 11 de setembro de 2001, é o exemplo quintessencial do tipo de apropriação que o discurso oficial americano fez dos atentados. Ao ressaltar as “qualidades” do “grande país” que são os Estados Unidos, ao falar da bravura desse país, de sua “determinação de aço”, da solidariedade de seu povo, da “grandeza dessa nação”, o poder político que, no passado, aliou-se aos que agora são significados como “os grandes inimigos da liberdade”, utiliza-se de uma retórica constituída, entre outras coisas, pela exaltação de elementos que operam diretamente sobre o emocional. Com uma estratégia desse tipo, dificilmente alguém vai pensar nesse momento que os EUA já tiveram, por um bom tempo (e ainda resta dúvida de que isso não existe mais) bin Laden como um dos principais agentes da CIA. Dificilmente alguém atinaria para o fato de que esses homens, agora representados como a “nova face do Mal” são, de uma certa forma, cria dos EUA, e o “11 de setembro”, como argumentou Derrida, um mero efeito de um processo auto-imunitário que esse país infligiu a si próprio e ao mundo.

A auto-representação do agredido aqui é construída pela recorrência a elementos de vários tipos. Entre os conceitos mais definidores de uma tal entidade estão os de liberdade, grandeza, fortaleza, solidariedade, competência técnica, potência bélica e potência econômica. Entre essas formas de predicação, as que são fornecidas pela expressão “a mais resplandecente chama da liberdade e das oportunidades no mundo” é a mais emblemática da representação que o agredido constrói de si. A recorrência a tal predicação é uma constante na cadeia dos atos de linguagem oficiais.

Além das predicções já referidas, embutidas nas mais diversas formas de linguagem, uma outra ocupa uma posição de destaque no trabalho lingüístico de construção da auto-representação do agredido. Trata-se do elemento religioso. A referência bíblica aí é duplamente funcional: ao mesmo tempo em que ela é sintomática da preocupação da atual classe dirigente de identificar um discurso político a um discurso religioso (o que não deixa de ser uma tentativa de mostrar tal identificação como uma expectativa divina – nada mal para um país que se vê como filho abençoado que vive sob a proteção do sagrado manto da Providência), ela constitui uma estratégia fácil para desviar a opinião pública de contradições extremamente fortes. No calor do acontecimento, a retórica oficial apela para os elementos que mais se combinam em momentos como esse: religião, dor e sentimento de grandeza.

A representação do agredido é um trabalho de linguagem que comporta aspectos variados. Ao se constituir a partir de uma oposição a um outro inimigo caracterizado como “a maldade, o pior da natureza humana”, a representação do agredido no pronunciamento acima constitui um trabalho de linguagem empreendido, sobretudo, para desviar qualquer atenção aos elementos contraditórios que cercam o evento e o horizonte histórico do qual ele é produto. E nesse trabalho, uma representação do agressor como “a maldade” ou coisas do tipo, e da agressão como “diabólicos atos de terror”, ou seja, como coisas que são identificáveis ao grande “Mal” do mundo, um mal que precisa ser destruído pelo “Bem”, é absolutamente necessária e fundamental.

A caracterização da ação em si, do agressor e do agredido se dá, nas duas instâncias discursivas aqui em questão (o discurso oficial e o discurso da mídia), de forma semelhante. De maneira geral, a voz da instância jornalista reproduz a voz do discurso oficial, de maneira que a fronteira entre uma instância e outra é algo muito mais forjado do que factual.

O “11 de setembro” e a criação de um novo “espírito de época”

A construção do objeto “11 de setembro” pela mídia e pelo discurso oficial foi feita de forma a levar a crer que o mundo está entrando numa “nova era”, a “era do terror”, signo do novo “espírito de época” ou *zeitgeist*, para usarmos uma expressão que remete, segundo Rajagopalan, a um período da história do Ocidente marcado por uma corrida desenfreada em busca das riquezas alheias e pela colonização dos povos da África e da Ásia. O autor faz

referência a esse conceito num texto que discute a construção de identidades e a política de representação. Esse texto traz alguns elementos que podem nos ajudar a entender por que a construção do “11 de setembro”, pela mídia e discurso oficial, pode ter como uma de suas implicações a crença de que estamos entrando numa “nova era”. O conceito de nacionalismo é um desses elementos.

Segundo o autor, durante a experiência de colonização dos povos da África e da Ásia por países da Europa, que teve início no final do século XIX e continuou nas primeiras décadas do século XX, o conceito de nacionalismo – antes visto como “nacionalismo romântico”, um nacionalismo recheado de saudosismo histórico – adquiriu “conotações de superioridade racial e auto-estima calcada em mitos de civilização mais avançada”.²⁶³ Ora, se compararmos o período que vivemos hoje com a experiência de neo-colonização do passado, veremos que esses dois períodos guardam grandes semelhanças. A única diferença é que, ao invés da França e Inglaterra, que na época impunham a colonização a outros povos sob a crença numa superioridade racial e na idéia de que representavam uma civilização mais avançada, hoje quem ocupa esta posição são os Estados Unidos, não sob a crença numa superioridade racial, mas numa superioridade moral e política, marcada pelo argumento de que é preciso levar justiça, democracia e liberdade para as terras que ainda não vivem a experiência dos valores do chamado “mundo livre e democrático”. Para isso, é preciso invadi-las, destituir seus governos e instaurar regimes políticos democráticos, no fundo, governos fantoches, como é o caso dos atuais governos do Afeganistão e do Iraque, países que foram invadidos sob o argumento de que era preciso democratizá-los. No caso do Iraque, houve o argumento de que o país produzia armas de destruição em massa. Mas, o motivo central dessas invasões continua o mesmo da época da colonização empreendida pela França e Inglaterra, no final do século XIX e início do século XX: a busca das riquezas naturais dos invadidos. No caso dos conflitos atuais, essa riqueza é principalmente o petróleo. Além dele, as reservas de gás natural e de pedras preciosas.

É preciso considerar que, mesmo antes do “11 de setembro”, a mídia já nos vinha bombardeando com notícias e informações sobre terrorismo. Depois do “11 de setembro”,

²⁶³ K. Rajagopalan. A construção de identidades e a política de representação. In: FERREIRA, Lúcia M. A. & ORRICO, Evelyn G. D. *Linguagem, identidade e memória social – novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002, p. 80.

esse tema passou a ser explorado demasiadamente pelos meios de comunicação de massa, como que numa tentativa de criar o espírito de um novo tempo, o tempo do terrorismo, uma espécie de *zeitgeist* do mundo atual – o que soa como tentativa de reificação da ‘nova era’. Aliás, conforme observa Rajagopalan, o próprio conceito de *zeitgeist* é fruto de um processo identificatório de reificação²⁶⁴. A reificação dessa nova era, ou seja, a ação de lhe conferir uma identidade, a de “era do terror”, permite a criação de mecanismos de legitimação para as estratégias do Ocidente, estratégias estas que reclamam novas ações de guerra.

A própria estratégia de denominação das ações do “11 de setembro” pela sua data não deixa de ser uma estratégia de criação de um *zeitgeist*. Trata-se de um gesto que inaugura um novo processo identificatório de reificação, qual seja, o de instituição de uma nova era, simbolicamente inaugurada pelos acontecimentos do dia 11 de setembro de 2001. Ou seja, a tentativa de reificação dessa nova era, a *era do terror*, pode ser pensada como a estratégia de um discurso reificador que precisa produzir a identidade ou o espírito de uma nova época e, assim, preparar o terreno para novas ações. Isso significa criar as condições político-ideológicas para garantir o controle de importantes espaços pelos próximos anos.

Mas, afinal, quem produz esse discurso reificador? A mídia, o poder político, ou essas duas instâncias ao mesmo tempo? Em termos de mídia, seria um exagero dizer que esse processo de reificação seria algo feito de forma planejada, deliberada, o que não a isenta da denúncia de um trabalho de linguagem que tem implicações muito sérias. A própria velocidade com que a notícia é produzida torna isso uma tarefa complicada. Mas, não se pode negar que existe um trabalho de linguagem que desinforma, que confunde, que manipula – e não estou aqui me referindo a idéia de que possa haver uma linguagem absolutamente transparente. Não se trata disso. Estou pensando tão somente num trabalho de linguagem mais *responsável* em termos ético-políticos. Responsabilidade aqui enquanto resposta a uma série de coisas. A forma como a mídia vem lidando com o conceito de “terrorismo” nos últimos anos é um dos exemplos desse tipo de trabalho com a linguagem. Sobre a relação mídia e instância oficial, o que deve ser realçado aqui é um trabalho de ‘endossamento’ (ou talvez seja melhor falar de reprodução) que a instituição jornalística promove do discurso oficial, através do uso de termos que criam a ilusão de uma referência a conceitos plenos de si, como se as coisas

²⁶⁴ Idem, p. 80.

estivessem sendo postas de uma forma indubitável, clara, sem tensões, sem contradições, sem conflitos de vontades de representação e de poder.

Nesse sentido, é um erro pensar que o “11 de setembro” inaugura uma nova era: a “era do terror”. Esse rótulo deve ser visto, no máximo, como o indicativo genérico de um episódio cuja apropriação pelo *establishment* permitiu um novo momento de expansão, uma tomada de fôlego para uma estrutura em crise, que precisava de novos argumentos para essa expansão. Se existe uma nova era, ela foi instituída pelo próprio discurso que a enunciou. Se estamos vivendo um momento histórico singular é preciso dizer que, em parte, essa singularidade é devida à própria estratégia auto-imunitária que a estrutura que agora se vê agredida adotou em seu processo de expansão. Além disso, essa singularidade é devida também a um trabalho de linguagem empreendido pela voz oficial para refundar a figura indispensável da velha alteridade inimiga abjeta.

O conjunto das expressões utilizadas em referência a agressão em si, ao agressor e ao tipo de ameaça que ele representa mostra como os processos de linguagem que foram mobilizados pelo discurso da mídia e pelo discurso oficial participam desse processo identificatório de reificação dessa nova era, de um novo *zeitgeist*, empreendido enquanto mecanismo de legitimação das principais decisões políticas que foram tomadas depois do “11 de setembro” (declarações de guerra, invasões, caçassão de direitos civis através do *U.S. Patriot Act*, etc) e apresentadas como necessidades impostas por esse novo, insipiente e falso “espírito de época”.

Essa questão é reforçada por alguns textos ao longo da cobertura. Um dos textos que faz referência a tal questão é o texto 67, do jornal Folha de São Paulo. Nele, o jornalista lembra que o ataque a Pearl Harbor levou os EUA a entrar na guerra, solidificou a coesão nacional e levou os americanos a se identificar com o seu governo, mesmo os não simpáticos a Roosevelt. Dispôs todos ao sacrifício. Produziu décadas de uma primazia americana, econômica e cultural que ainda dura. Segundo o jornalista, os ataques do “11 de setembro” têm tudo para produzir os mesmos efeitos, “a começar pela unidade nacional em torno de um governo antes desacreditado”.

Segundo o jornalista, a “América do começo do século 21 era, antes dos episódios do “11 de setembro”, um país ideologicamente hesitante. Para definir-se faltava-lhe um adversário, pois o inimigo comunista havia sumido. Só sobrava, como glória nacional, justamente a riqueza – um ideal facilmente desprezível. O multiculturalismo também tornava problemático invocar os valores americanos”. Segundo o jornalista, graças aos atentados em Nova York e em Washington, essa fase pode ter acabado. “O novo inimigo não é um governo imperialista ou expansionista, como a Alemanha nazista ou o Japão imperial. É um inimigo ideológico: uma concepção do mundo e da vida oposta aos fundamentos da cultura ocidental moderna”.

Ora, vemos aqui os ecos da tese do cientista político americano, Samuel Huntington (1993), segundo a qual os novos conflitos do mundo opõem duas entidades completamente distintas e opostas: Ocidente e Islã. Como sabemos, essa tese foi duramente criticada por se constituir a partir da crença de que as novas tensões do mundo seriam determinadas por choques culturais, choques de civilizações, segundo Huntington, o Ocidente e o Islã, entidades culturais não só radicalmente distintas, mas que constituíam dois blocos homogêneos suscetíveis de entrar em violenta oposição. Ora, a tese de Huntington tem tudo para constituir o primeiro grande grito, vindo da instância da chamada voz especializada, instituidor dessa idéia absolutamente ilusionista de uma nova época, de um novo tempo, de um novo *zeitgeist*.

Segundo o jornalista, o novo inimigo é meramente ideológico, uma visão de mundo e de vida diferente da visão ocidental. Essa forma de representação da nova alteridade inimiga do Ocidente, uma alteridade cuja diferença é essencialmente ideológica, por isso, possivelmente mais perigosa, uma vez que, por não constituir-se objetivamente em termos geopolíticos pode se esconder em qualquer lugar, desde que haja algum país ‘renegado’ para lhe dar abrigo, não deixa de constituir os ecos de um discurso que vem, já há algum tempo, definindo os traços do rosto desse novo “Mal”.

Voltando um pouco ao tópico 3.6.2., lembremos que, de acordo com Thierry Meyssan, uma declaração feita por um ex-chefe do escritório da CIA no Sudão, nos anos 1980, Milton Bearden, que foi um dos homens mais importantes nas operações da agência no Afeganistão, nos convida a ser cautelosos quanto à idéia de que bin Laden é realmente o ‘grande inimigo’ dos EUA. Como mostrou Meyssan, em 1994, numa nova declaração, o ex-chefe do escritório da CIA no Sudão, já aposentado, afirma ser bin Laden um mito criado

pelos EUA porque o país simplesmente precisa de um inimigo nacional. Alguns fatos e contradições gerados pelos atentados do 11 de setembro suscitam dúvidas quanto ao papel de bin Laden nos atuais conflitos do mundo. Até hoje existem suspeitas quanto ao fato de islamita ter deixado de ser um agente da CIA para se tornar o “inimigo público número um dos EUA”. É bom não esquecermos dos negócios que a família bin Laden mantém com a família Bush há bastante tempo.

É importante também lembrar que os EUA tornaram-se uma potência graças à Segunda Guerra e à Guerra Fria. A grande motivação do desenvolvimento tecnológico, científico, econômico e até cultural que os EUA experimentaram na segunda metade do século XX foi a crença na existência de uma ameaça externa.

A cultura americana da segunda metade do século XX foi e continua sendo, depois do “11 de setembro”, fortemente marcada por essa crença. Durante a Segunda Guerra mundial, esta ameaça era constituída pela representação do ideário nazo-fascista. Com o fim da guerra esta representação ganhou um novo rosto com o ideário comunista. Com o colapso da ideologia comunista, a cultura americana ficou órfã dessa representação. Era preciso, então, buscar novas motivações não só para a continuação do sentimento de unidade nacional, tão necessário a um império – sentimento esse já bastante ameaçado pelo multiculturalismo –, mas para a continuação de um projeto hegemônico em todos os planos.

Nesse sentido, o “11 de setembro” veio providencialmente a calhar. Temos, então, novamente um laborioso processo de demarcação de uma fronteira que é extremamente funcional. Para que uma potência como os EUA consiga resgatar um sentimento de unidade, para que consiga reunir um capital de legitimidade que dê suporte a um projeto político ou a alguma nova doutrina é preciso que exista a figura de um inimigo. A história está aí para mostrar que todos os impérios se constituíram a partir da crença de que é preciso dominar o outro, inimigo externo, antes que ele o faça. Não estamos mais do que vivendo esta reiterada experiência.

Como vimos no capítulo 3, para o filósofo esloveno Slavoj Žižek, o “11 de setembro” revelou uma ameaça externa que já vinha sendo “libidinalmente investida não só pelos bombardeios da mídia que falava o tempo todo da ameaça terrorista, mas por uma série de filmes”. A indústria cinematográfica já vinha, portanto, explorando esse delírio, tão constitutivo do imaginário americano já desde a época dos *Pilgrims*, que construíram uma

representação absolutamente medonha e perversa dos índios americanos, para justificar o seu genocídio.

Em síntese, todo o maniqueísmo manifestado nas formas de significação desse episódio, dos agentes envolvidos e do tipo de ameaça que ele representa, resulta de um jogo de representações que é posto em cena enquanto estrutura significativa que não só torna os sentidos propostos para esse evento possíveis, mas que constitui um mecanismo de manutenção das relações de poder estabelecidas. As próprias forças que põem em cena esse jogo de representação sabem que sua existência depende da barreira que separa o representado de sua representação.

Bibliografia citada

- AMIN, Samir. *A ambição desmedida e criminosa dos EUA*. In: Revista Caros Amigos, no. 73, abril de 2003.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. 2ª ed. Oxford : Oxford University Press, 1976.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BAUDRILLARD, Jean. *L'esprit du terrorisme*. Paris: Galilée, 2002.
- BENJAMIN, Walter. *Pour une critique de la violence*. In: *Mythe et Violence*. Trad. Francesa de M. de Gandillac. Paris: Denoël Gonthier, 1974.
- BIRMAN, Joel. Nas fronteiras da barbárie. In: ROSENFELD, D. L. & MATÉI, J-F. *O terror*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 127.
- BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BORRADORI, G. *Filosofia em tempo de terror: diálogos com Habermas Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 104.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas – o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998.
- BRAIT, Beth. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- CAPUTO, John. Por amor às coisas mesmas: o hiper-realismo de Derrida. In: DUQUE-ESTRADA, Paulo César (org.). *As margens. A propósito de Derrida*. São Paulo: Editora PUC/Edições Loyola, 2002.
- CERVONI, Jean. *A enunciação*. Trad. de L. Garcia do Santos. São Paulo: Ática, 1989.

CHOMSKY, Noam. *11 de setembro*. Trad. Luiz Antonio Aguiar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *Poder e terrorismo – entrevistas e conferências pós-11 de setembro*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

DERRIDA, Jacques. *Psyché: Invention de l'autre*. Paris: Éditions Galilée, 1987.

_____. *A farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 1991, p. 7.

_____. *A escritura e a diferença*. Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1995.

_____. *Fé e Saber: as duas fontes da “religião” nos limites da simples razão*. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. In: *A Religião* (org. Jacques Derrida, Gianni Vattimo). São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1996, p. 83.

_____. *A solidariedade dos seres vivos*. Entrevista a Evando Nascimento. In: *Jornal Folha de São Paulo*, 2001.

_____. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. *Força de lei – o fundamento místico da autoridade*. Trad. Fernanda Bernardo. Porto: Campo das letras, 2003.

_____. *Voyous: deux essais sur la raison*. Paris: Éditions Galilée, 2003.

DERRIDA, Jacques. Auto-imunidade: suicídios reais e simbólicos. In: BORRADORI, G. *Filosofia em tempo de terror. Diálogos com Habermas e Derrida*. Trad. Roberto Mugiatti. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

DUCROT, Oswald. *Princípios de Semântica lingüística* (dizer e não dizer). São Paulo: Cultrix, 1979.

DUQUE-ESTRADA, P.C. (org.). *Às margens: a propósito de Derrida*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

- ETIENNE, Bruno. *Les amants de l'apocalypse – pour comprendre le 11 septembre*. Paris: Éditions de l'Aube, 2002.
- FREGE, G. *Sobre o sentido e a referência*. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural.
- FREUD, Sigmund. Freud. *Totem et tabou*. Paris: Payot, 1975.
- GERALDI, João Wanderley . A diferença idêntica. A desigualdade deforma. Percursos bakhtinianos de construção ética e estética. In: João Wanderley Geraldi. (Org.). *Ciências Humanas e Pesquisa - Leituras de Mikhail Bakhtin*. 1 ed. São Paulo, 2003, v. 1, p. 39-56.
- HABERMAS, Jurgen. O discurso filosófica da modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. The Dialectics of Rationalization: an interview with Jürgen Habermas. *Telos*, n. 49, 1981.
- HABERMAS, Jürgen. Fundamentalismo e terror. In: Borradori, G. *Filosofia em tempo de terror: diálogos com Habermas e Derrida*. Trad. Roberto Mugiatti. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã – ou matéria, forma e poder de uma estado eclesiástico e civil*. Trad. Alex Marins. São Paulo, 2004.
- HUNTINGTON, S. P. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- KANT, Immanuel. A paz perpétua e outros opúsculos. Lisboa: Edições 70.
- KOCH, Ingedore G.V. A construção de objetos-de-discurso. In: *Revista Latinoamericana de Estudios del discurso*. Caracas, vol. 2, no. 1, pp. 7-27, 2003.
- LÉVINAS, Emmanuel. *Éthique et infini*. Paris: Fayard, 1982.
- MEYSSAN, Thierry. *11 de setembro de 2001: uma terrível farsa*. Trad. De Khristine Renata da Cruz Guimarães. São Paulo: Usina do livro, 2003, p. 98.

- MONDADA, Lorenza & DUBOIS, Danièle. *Constructions des objets du discours et categorization: une approche des processus de référénciation*. In: TRANEL (Travaux Neuchâtelois de Linguistique), 1995.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal*.
- NORRIS, Christopher. *Uncritical Theory: Postmodernism, Intellectuals and the Gulf War*. Amherst, University of Massachusetts Press, 1992.
- OTONNI, P. R. *Visão performativa da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- POMPEU, Renato. *É a terceira guerra mundial*. In: Revista Caros Amigos, no. 55, outubro de 2001.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. Atos ilocucionários como jogos de linguagem. In: *Estudos Lingüísticos XVIII*, Anais de Seminários do GEL, Lorena, n. 18, p.523-530, 1989.
- _____. A construção de identidades e a política de representação. In: FERREIRA, Lúcia M. A. & ORRICO, Evelyn G. D. *Linguagem, identidade e memória social – novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.
- _____. Designação: a arma secreta, porém incrivelmente podrosa, da mídia em conflitos internacionais. In: *50º Seminário do GEL*, São Paulo. Estudos Lingüísticos. Taubaté – SP, Unitaú, 2002. v. XXVIII, 2003.
- SAID, E. W. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- _____. *O choque de ignorâncias*. In: *Jornal Folha de São Paulo*, secção Folha Mundo, caderno A16, edição de 17-10-2001.
- _____. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

VELASCO, Sebastião. *Entre normas e fatos: desafios à segurança e dilemas da ordem internacional*. In:

Revista de Cultura e Política, no. 58, 2003, pp. 169-192

WIEVIORKA, Michel. *Terrorismes: une rupture historique?* Paris: Ramsés, 2003.

ŽIŽEK S. (org.) O espectro da ideologia. In: ŽIŽEK, S. (org.). *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

_____. *Bem-vindos ao deserto do real*. In: Folha de São Paulo, 2001.

Bibliografia consultada

- BAVEREZ, Nicolas. Back to history. In: *11 septembre: un an après*. Paris: Le Monde et éditions de l'Aube, 2002, pp.15-23.
- BRISARD, Jean-Charles & Guillaume Dasquié. *Ben Laden: la vérité interdite*. Éditions Denoël, 2002.
- CHALLAND, Gérard & BLIN, Arnaud. *Histoire du terrorisme: De l'antiquité à Al Qaida*. Paris: Bayard, 2004.
- CHOMSKI, N. et. Al. *La lois du plus fort: mise au pas des États voyous*. Paris: Les Serpent à Plumes, 2002.
- Chomsky, Noam. *De la propagande*. Paris: Fayard, 2002.
- DEBORD, GUY. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- DERRIDA, Jacques. *Margens da filosofia*. Trad. Joaquim T. C. e Antonio M. Magalhães. Campinas: Papirus, 1991.
- _____. *Espectros de Marx*. Trad. Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- DEWS, P. Adorno, Pós-Estruturalismo e a crítica da identidade. In: Žižek, S. (org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ELIADE, Micea. *Tratado de história das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. Londres: Longman, 1989.
- FOUCAULT, M. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

- _____. *Vigiar e punir – nascimento da prisão*. Trad. de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991a.
- GOZZI, Marie-Hélène. *Le terrorisme*. Paris: Ellipses Éditions, 2003.
- HALEVI, Ran. *Une nouvelle forme de guerre? Entre guerre et terreur*. In: 11 septembre: un an après. Paris: Le Monde et éditions de l'Aube, 2002, pp. 25-29.
- JACQUARD, Roland. *Au nom d'Oussama ben Laden: pour comprendre le 11 septembre 2001*. Paris: Jean Picollec, 2001.
- LABÉVIERE, Richand. *Oussama Ben Laden ou le meurtre du père*. Lausanne: Éditions Favre, 2002.
- OLIVEIRA, M. A. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- PETERS, M. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução*. Belo Horizonte: Autênci, 2000.
- PRIMAKOV, Evgueni. *Le monde après le 11 septembre et la guerre en irak*. Paris: Presses de la Rainaissance, 2003.
- TODOROV, Tzvetan. *Le nouveau désordre mondial: Réflexions d'un européen*. Paris: Robert Laffont, 2003.
- WIEVIORKA, Michel (org.). *Un autre monde*. Paris: Éditions Balland, 2004.
- WIEVIORKA, Michel. *La violence*. Paris: Éditions Balland, 2004.
- ŽIŽEK, S. (org.) *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de janeiro: Contraponto, 1999.

Anexo

Relação dos textos do *corpus*

Jornal: Folha de São Paulo

Edição: Quarta-feira, 12 de setembro de 2001

Manchete-título da matéria: GUERRA NA AMÉRICA

Manchete de capa: EUA SOFREM MAIOR ATAQUE DA HISTÓRIA

Seção: Editoriais

Texto 1 – Editorial 1: Guerra na América (Texto Não Assinado)

Texto 2 – Editorial 2: Economia sob ataque (TNA)

Texto 3 – O inimigo invisível (Clóvis Rossi)

Texto 4 – Uma mola comprimida (Fernando Rodrigues)

Texto 5 – A terceira guerra (Carlos Heitor Cony)

Texto 6 – Choques de oferta (Antonio Delfim Neto)

Seção: Tendência/Debates

Texto 7 – Ataque odioso (Rubens Barbosa)

Caderno A: Guerra na América

Texto 8 – **Terror abala centro do poder nos EUA** (TNA: A-4)

Texto 9 – (TERROR) **Atônitos, nova-iorquinos demoram a entender fatos** (TNA: A-5)

Texto 10 – Vítima liga para marido e relata o sequestro (TNA: A5 «da redação»)

Texto 11 – Leia íntegra de declaração de Bush sobre os ataques (A-5)

Texto 12 – (DEFESA) **Queda de aeronave destrói uma parte do Pentágono** (TNA: A-6 «da redação»)

Texto 13 – Queda de avião na Pensilvânia mata 45 (TNA: A-6 «da redação»)

Texto 14 – (VINGANÇA) **América irá “caçar e punir responsáveis”, afirma Bush** (Marcio Aith, de Washington: A-7)

Texto 15 – “Estamos em guerra, mas não sabemos quem é o inimigo” (Análise – Clóvis Rossi, colunista da Folha: A-7)

Texto 16 – Crise pode definir rumos da gestão (Marcio Aith, de Washington: A-7)

Texto 17 – (PRECAUÇÃO E REAÇÃO) **Estados Unidos não possuem arma contra ataques ‘individuais’** (Ricardo Bonalume Neto, da reportagem local: A-8)

Texto 18 – Ataque questiona doutrina republicana (Jaime Spitzcovsky, Free-Lance para a Folha: A-8)

- Texto 19 – Ataque a Pearl Harbor lançou EUA na guerra (TNA – da redação: A-8)
- Texto 20 – (NOVA YORK) **Corpos, destroços e confusão compõem cenário de horror** (Sérgio Dávila, de Nova York: A-9)
- Texto 21 – Para Nova-yorquinos, clima é de «guerra» (Free-Lance para a Folha, em Nova York: A-9)
- Texto 22 – Cidade vai ao colapso depois de atentados (TNA - de Nova York: A-9)
- Texto 23 – Como foram os ataques que destruíram as torres do World Trade Center (Texto visual-topicalizado: A-10-11)
- Texto 24 – (NOVA YORK) **Na torre, “o chão parecia uma geléia”, diz paulista** (Sílvia Corrêa/Paloma Côtes, da reportagem local: A-12)
- Texto 25 – Estudante de São Paulo vê avião atingir torre (Renata de Gáspari Valdejão, da reportagem local: A-12)
- Texto 26 – Primeira reação é telefonar para a família no Brasil (TNA – da reportagem local: A-12)
- Texto 27 – Consultor se atrasa e escapa de atentado (da agência Folha, em Fortaleza: TNA: A-12)
- Texto 28 – (INFERNO) **Personalidades brasileiras relatam visões da tragédia** (Gerald Thomas, especial para a Folha, em Nova York)
- Texto 29 – Gisele vê do seu quarto avião entrar em torre (Tetê Ribeiro, Free-Lance para a Folha, em Nova York: A-13)
- Texto 30 – Ex-Ministra fica presa em Washington (da sucursal de Brasília: A-13)
- Texto 31 – (WASHINGTON) **Inseguro, governo fecha a Casa Branca e o Congresso** (Marcio Aith, de Washington: A-14)
- Texto 32 – País inteiro está em estado de alerta (TNA – da redação: A-14)
- Texto 33 – Árabes em Detroit temem represálias (Maria Brant, da redação: A-14)
- Texto 34 – Mesa é escudo no Pentágono (Gabriela Athias/Estela Caparelli, da reportagem local: A-14)
- Texto 35 – (AEROPORTOS BRASILEIROS) **Ataque suspende vôos para os EUA por tempo indefinido** (TNA: da sucursal do Rio/da reportagem local: A-15)
- Texto 36 – Companhias aéreas sugerem FBI e orações (TNA – da reportagem local: A-15)
- Texto 37 – Consulados e empresas fecham (TNA – da reportagem local/da sucursal do Rio: A-15)
- Texto 38 – Atentados abalam parentes de brasileiros que estão nos EUA (TNA – da reportagem local/da agência Folha: A-15)
- Texto 39 – Em Nova York vivem cerca de 300 mil brasileiros (TNA – da sucursal de Brasília: A-15)
- Texto 40 – (REAÇÃO) **Europa entra em alerta e se reúne para discutir a crise** (Marcelo Starobinas, em Londres: A-16)
- Texto 41 – Putin pede que Bush retalie ação (Lilian Christofolletti, de Madri/da redação: A-16)
- Texto 42 – Berlim vê ato de ‘guerra contra mundo civilizado’ (Sílvia Bittencourt, em Berlim: A-15)
- Texto 43 – (ORIENTE MÉDIO) **Palestinos festejam nas ruas; Arafat faz dura condenação** (TNA – da redação: A-17)
- Texto 44 – ‘Guerra contra o terror’ é mundial, diz Sharon (Sandra Aisen, Free-Lance para a Folha em Israel: A-17)

Texto 45 – Taleban critica os atentados e defende o extremista Bin Laden (TNA, da redação: A-17)

Texto 46 – (NO BRASIL) **FHC compara ataque a guerra e vê riscos para a economia** (Wilson Silveira, da sucursal de Brasília: A-18)

Texto 47 – Pronunciamento – Leia o discurso de presidente sobre os ataques (A-18)

Texto 48 – Solidariedade – Leia a íntegra da carta a George W. Bush (da redação: A-18)

Texto 49 – “Não sejamos paranóicos”, diz Quintão (TNA, da sucursal de Brasília: A-18)

Texto 50 – Zona de guerra (Janio de Freitas: A-18)

Texto 51 – (NO BRASIL) **Conselho de Defesa teme queda nos investimentos externos** (Kennedy Alencar/Luiza Damé, da sucursal de Brasília: A-19)

Texto 52 – Os EUA vão à forra, com o mundo ou sem ele (Elio Gaspari, A-19)

Texto 53 – Ataque é ‘divisor de águas’, diz embaixador (Eliane Cantanhêde, diretora da sucursal de Brasília: A-19)

Texto 54 – (AS IMAGENS DA MÍDIA) **TV mundial transmite, consciente, um espetáculo** (Nelson de Sá, Editor da Ilustrada: A-20)

Texto 55 – ‘Nações renegadas’ podem ter ajudado (Álvaro Pereira Júnior, de San Francisco: A-20)

Texto 56 – (OS SUSPEITOS) **EUA suspeitam de terrorista saudita Osama bin Laden** (Paulo Daniel Farah, da redação: E-21)

Texto 57 – Carro-bomba atingiu torres do WTC em 93 (TNA, da redação: E-21)

Texto 58 – (O TERRORISTA) **Suspeito de ter organizado ação vale US\$ 5 mi para os EUA** (João Batista Natali, da reportagem local: E-22)

Texto 59 – Principais atentados terroristas no mundo (texto topicalizado: E-22/23/24)

Texto 60 – (O PERIGO) **Ameaça terrorista é difusa e não precisa de muito dinheiro** (Márcio Senne de Moraes, da redação: E-23)

Texto 61 – Os principais grupos terroristas no mundo (texto topicalizado: E-23)

Texto 62 – Externa direita dos EUA também é suspeita (TNA, da redação: E-23)

Texto 63 – (A MOTIVAÇÃO) **Terroristas querem mostrar que EUA são vulneráveis** – entrevista a Paulo Daniel Farah (E-24)

Texto 64 – Governo convoca arapongas para vigiar risco de represália no país (Alessandro Silva, da reportagem local: E-24)

Texto 65 – (FUTURO) **Ricupero vê atentado como ameaça à economia mundial** – entrevista (Fernando de Barros e Silva, Editor de Brasil: E-25)

Texto 66 – Para especialista, EUA darão resposta (Josélia Aguiar, da reportagem local: E-25)

Texto 67 – (ANÁLISES) **Atentados podem recriar a unidade perdida dos EUA** (Contardo Calligaris, colunista da Folha: A-26)

Texto 68 – Intelectuais reagem com perplexidade (TNA, da redação: A-26)

Texto 69 – ‘Bush será cobrado pela notória incompetência’ (entrevista concedida a Fernando de Barros e Silva: A-26)

- Texto 70 – (LITERATURA) **Ameaças do terror alimentam a indústria do ‘technothriller’** (TNA, da redação: A-27)
- Texto 71 – “Fim” traz sua versão do colapso dos EUA (TNA, da reportagem local: A-27)
- Texto 72 – Ataques improváveis simulam mal os acontecimentos de ontem (TNA, da reportagem local: A-27)
- Texto 73 – Pop já tem sua trilha para o show do horror (Lúcia Ribeiro, da reportagem local: A-27)
- Texto 74 – (CINEMA E CATÁSTROFE) **Destruições dos EUA ficam aquém da imaginação** (Inácio Araújo, da redação: A-28)
- Texto 75 – Os novos vilões do cinema americano (Milly Lacombe, Free-Lance para a Folha, em Los Angeles: A-28)
- Texto 76 – Roteiro do espetáculo acertou no alvo (Inácio Araújo, crítico de cinema: A-28)
- Texto 77 – (CRISE GLOBAL) **Ataque explode bolsas e pode detonar recessão** (TNA, da redação: A-29)
- Texto 78 – Bolsas sofrem novo ataque – análise/mercado financeiro (Do Financial Times, trad. De Paulo Migliacci: A-29)
- Texto 79 – Suprimento não deve ser afetado – análise/petróleo (Do Financial Times, tradução de Paulo Migliacci: A-29)
- Texto 80 – (BOLSAS DE VALORES) **Terror fecha mercado dos EUA e derruba o europeu** (TNA, da redação: A-30)
- Texto 81 – World Trade Center era ocupado por líderes mundiais das finanças (TNA, da redação: A-30)
- Texto 82 – (COMMODITIES) **Ataque leva investidores a correr para ouro e petróleo** (TNA, da redação: A-31)
- Texto 83 – Funcionários de filiais no Brasil são dispensados (TNA, da reportagem local: A-31)
- Texto 84 – Bolsa de SP pára após queda de mais de 9% (Fabrício Vieira, da reportagem local: A-31)
- Texto 85 – Dólar dispara e bate novo recorde no Real (Fabrício Vieira, da reportagem local: A-31)

Jornal: O Globo

Edição: 12 de setembro de 2001

Machetes de capa:

TERROR SUICIDA PÁRA O MUNDO

BUSH FALA EM MILHARES DE MORTOS

Seção: Opinião (editorial):

Texto 1 – Resposta ao horror

Caderno especial:

Manchete geral da cobertura: OS EUA SOB ATAQUE

Texto 2 – **Dia da infâmia** (sub-manchete: Aviãos sequestrados, World Trade Center no chão, Pentágono em chamas: o mundo perplexo diante do maior atentado já visto pela humanidade) – (TNA, Caderno especial 1)

Texto 3 – (A REAÇÃO AMERICANA) **Bush diz que os EUA vão caçar terroristas** (José Meirelles Passos, correspondente: Esp. 2)

Texto 4 – Ataque lembra Pearl Harbor (TNA: Esp. 2)

Texto 5 – Um atentado sem precedentes (entrevista a Cristina Azevedo: Esp. 2)

Texto 6 – Araques põem em xeque plano de Bush (TNA: Esp. 3)

Texto 7 – (UMA CIDADE EM PÂNICO) **Terror e destruição no coração de Nova York** (Toni Marques, correspondente: Esp. 3)

Texto 8 – Ruas de Manhattan viram cenário de guerra (TNA: Esp. 3)

Texto 9 – (O TERROR NOS CÉUS) **Morrem 266 a bordo de quatro aviões** (TNA: Esp. 4)

Texto 10 – Centenas doam sangue a vítimas (Lawrence K. Altman: Esp. 4)

Texto 11 – O pesadelo americano (Nelson Mota: Esp. 4)

Texto 12 – (MEDO E IMPOTÊNCIA) **Uma nuvem inédita no céu de Manhattan** (Verissimo: Esp. 5)

Texto 13 – Drama de um pai para saber notícias do filho (D. L. Stewart: Esp. 5)

Texto 14 – ‘O mundo como era acabou’ (Entrevista a Renato Galeno: Esp. 5)

Texto 15 – A indústria de armas deve estar festejando (Amaldo Jabor: Esp. 5)

Texto 16 – (CAOS NA CAPITAL) **Ataque a Pentágono pára Washington** (José Meirelles Passos, correspondente: Esp. 6)

Texto 17 – Passageira telefonou para o marido (TNA: Esp. 6)

Texto 18 – (DEFESA ABERTA) **Ação deixa exposta falha na segurança dos EUA** (José Meirelles Passos, correspondente: Esp. 7)

Texto 19 – Símbolo do orgulho e do poder americanos (TNA: Esp. 7)

Texto 20 – Os EUA vão à forra (Elio Gaspari: Esp. 7)

Texto 21 – (PERPLEXIDADE MUNDIAL) **Mundo condena terror e se mobiliza** (TNA: Esp. 8)

Texto 22 – Um ataque direto ao coração do poder (Márcio Moreira Alves: Esp. 8)

Texto 23 – (PERPLEXIDADE MUNDIAL) **Apenas Iraque festeja atentados terroristas** (TNA: Esp. 9)

Texto 24 – Moradores do Chuí comemoram (TNA: Esp. 9)

Texto 25 – (A REAÇÃO NO BRASIL) **‘É uma guerra!’, diz Fernando Henrique** (Ana Paula Macedo e Francisco Leali: Esp. 10)

Texto 26 – Lafer diz que cenário internacional vai mudar (TNA: Esp. 10)

Texto 27 – Presidente do BC estava próximo de Nova York (TNA: Esp. 10)

Texto 28 – (POPULAÇÃO EM PÂNICO) **Consulado procura deputado em Nova York** (Diana Fernandes e Catia Seabra: Esp. 13)

Texto 29 – (POPULAÇÃO EM PÂNICO) **Brasileiros vivem momentos de terror** (Laura Antunes: Esp. 16)

Texto 30 – Linhas congestionadas para os EUA (Erica Ribeiro: Esp. 16)

Texto 31 – O susto de Yasmin (TNA: Esp. 16)

Texto 32 – (A LISTA DE SUSPEITOS) **Bin Laden, o inimigo número um dos EUA** (TNA: Esp. 17)

Texto 33 – ‘Estamos desarmados contra isso’ (entrevista a Graça Magalhães-Ruether: Esp. 17)

- Texto 34 – O ‘vento divino’ sopra em Manhattan (TNA: Esp. 17)
- Texto 35 – (OUTROS ATAQUES A ALVOS AMERICANOS) **Um país na mira dos terroristas** (TNA: Esp. 18)
- Texto 36 – A cronologia do terror (TNA: Esp. 18)
- Texto 37 (PAÍS SITILADO) **Ninguém entra e ninguém sai dos EUA** (Jacqueline Costa, Maria Cristina Valente e Mario Toledo: Esp. 19)
- Texto 38 – (O BRASIL SOB PROTEÇÃO) **Governo põe FAB e BC em estado de alerta** (Francisco Leali e Adriana Vasconcelos: Esp. 20)
- Texto 39 – Escolas americanas no Brasil fecham mais cedo (TNA: Esp. 20)
- Texto 40 – Segurança é reforçada nas embaixadas (TNA: Esp. 20)
- Texto 41 – O século dos extremos (Tereza Cruvinel: Esp. 20)
- Texto 42 – (A MÍDIA EM ALERTA) **O dia em que a web enfrentou teste decisivo** (TNA: Esp. 21)
- Texto 43 – Jornais de todo o mundo lançam edições extra sobre os ataques (TNA: Esp. 21)
- Texto 44 – Ao povo, unido, jamais faltará informação (Cora Rónai: Esp. 21)
- Texto 45 – Globo on line e Globonews.com batem recordes (TNA: Esp. 21)
- Texto 46 – Edição especial esgota rapidamente (TNA: Esp. 21)
- Texto 47 – (O ATAQUE NA FICÇÃO) **Cinema antecipou visão da tragédia** (Jaime Biaggio: Esp. 22)
- Texto 48 – O fim do mundo (Arthur Xexéo: Esp. 22)
- Texto 49 – A realidade virou um triste clone dos romances (Amando Bloch: Esp. 22)
- Texto 50 – (REAÇÃO ECONÓMICA) **Mercado pára e bolsas têm quedas recordes** (Luciana Rodrigues: Esp. 23)
- Texto 51 – Euro registra alta de 1,86% frente ao dólar (TNA: Esp. 23)
- Texto 52 – Dólar volta a ter maior alta do Real e BC cancela leilão de títulos públicos (Gilberto Lima Filho, Mirelle de França, Enio Vieira e Isabel Sobral: Esp. 23)
- Texto 53 – Perdas acima de US\$ 3,5 bi com seguros (Flávia Barbosa: Esp. 23)
- Texto 54 – Petróleo subiu 5,86% depois dos ataques (TNA: Esp. 23)
- Texto 55 – (PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA) **A caminho da recessão** (Flávia Oliveira, Flávia Barbosa e Mirella de França: Esp. 24)
- Texto 56 – ‘Se o trauma for grande, seremos empurrados para o abismo’ (Entrevista: Esp. 24)
- Texto 57 – Ninguém está a salvo (Miriam Leitão: Esp. 24)